

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

LUIZ RICARDO MAGALHÃES

Sertão Planaltino:
cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)

Goiânia – 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

LUIZ RICARDO MAGALHÃES

Sertão Planaltino:
cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)

Goiânia – 2010

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ **Dissertação** ☒ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Luiz Ricardo Magalhães				
E-mail:	cerratenses@ig.com.br				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não					
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:					Sigla: _____
País:	BRASIL	UF:		CNPJ:	
Título:	Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 - 1964)				
Palavras-chave:	Brasília, mudancismo, modernização e sertão.				
Título em outra língua:	Sertão Planaltino: culture, religiosity and politcs in crucible of modernization (1950 - 1964)				
Palavras-chave em outra língua:	Brasília, <i>mudancismo</i> , modernization and hinterland				
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	15/12/10				
Programa de Pós-Graduação:	História				
Orientador (a):	Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva				
E-mail:	duarte@fchf.ufg.br				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ **total** ☐ **parcial**

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____
☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ do _____ Data: ____ / ____ / ____
 Assinatura (a) autor (a)

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

LUIZ RICARDO MAGALHÃES

Sertão Planaltino:

cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

Goiânia – 2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

M188s Magalhães, Luiz Ricardo.
Sertão Planaltino [manuscrito]: cultura, religiosidade e política no
cadinho da modernização (1950 – 1964) / Luiz Ricardo Magalhães. -
2010.
299 f. : figs.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História, 2010.
Bibliografia.

1. História de Goiás (Estado) 2. História de Brasília 3. Mudancismo
4. Sertão Planaltino. 5. Modernização. I. Título.

CDU: 94(817.3).085

LUIZ RICARDO MAGALHÃES

Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor, aprovada em ___/___/2010 pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG)
Presidente

Profa. Dra. Nísia Verônica Trindade Lima (FIOCRUZ)
Membro

Profa. Dra. Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello (UnB)
Membro

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)
Membro

Prof. Dr. Sebastião Rios Corrêa Júnior (UFG)
Membro

Profa. Dra. Maria Alice Guimarães (UnB)
Suplente

Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha (UFG)
Suplente

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos planaltinos, entre os quais destacamos Erasmo de Castro, Hosannah Guimarães, Vera Couto e Rosenval Bernardes. Narradores que ainda aguardam o justo reconhecimento de sua história.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Regina Lúcia, única razão de todo este esforço.

Aos professores Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva, Dr. Noé Freire Sandes, Dr. Sebastião Rios, Dr. Marlon Salomon e Dr. Élio Cantalício Serpa, que nos anos de convivência, muito colaboraram para a retomada e termo de mais uma empreitada acadêmica.

À Neuza Lima, pelo carinho, atenção e apoio durante toda esta trajetória, sem a qual, certamente, as dificuldades seriam muito maiores.

Ao Programa de Pós-Graduação em História e Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de realização do curso de Doutorado em História.

À minha chefia imediata, em Planaltina, o Professor Adimário Rocha Barreto, pela compreensão das exigências para a realização deste trabalho.

À Maristela Neves, pelo apoio nos primeiros momentos.

RESUMO

Este é um trabalho que narra os problemas das mudanças observadas na cultura sertaneja do Brasil Central e, para tanto, avança sobre os domínios da ética que presidiu essas transformações. Aqui, nos preocupamos com os impactos repercutidos no ambiente cultural no momento em que ocorria uma radical transição. Os fatos observados foram desencadeados pelos movimentos da construção da nova capital federal do Brasil nos territórios antes pertencentes a três municípios goianos: Planaltina, Luziânia e Formosa.

Na busca dos sentidos inscritos na aceleração da história, marca distintiva desse movimento, centramos o esforço da reflexão nas singularidades observadas. Fatos como a interrupção e, depois, a retomada de uma importante festa popular regional, a Folia do Divino Espírito Santo, instigaram esta análise. O caso não foi o de ater-se à festa em si, trabalho etnográfico que tem sido contemplado por interessantes pesquisas, como as de Lara Santos de Amorim e Inês Zats, mas de resgatar a história que trata dos dramas vividos pela população sertaneja, aqui denominada *planaltina* (conceito da lavra do intelectual goiano Zoroastro Artiaga), que, à seu modo, elaborou respostas próprias diante das exigências de ter que adequar-se a uma realidade submetida aos imperativos das mudanças rápidas.

No contexto das transformações, que se olhadas sob o prisma da cultura poderiam ser classificadas como avassaladoras, era imposto aos locais a presença exuberante de uma cidade-símbolo da modernidade. Brasília, em sua dimensão simbólica, não foi apenas o ícone maior do modernismo arquitetônico brasileiro, mas a representação do próprio desejo, há muito acalentado, da arrancada do País para sua inserção no clube das nações ditas desenvolvidas.

Em torno do ponto zero dessa invenção, que há muito vinha sendo definida como ideal, a vida comunitária anterior e que, muitas vezes, fora classificada como nada, ou quase nada, obrigou-se a articular novos conceitos que as transformações traziam em profusão.

Para trabalhar com a cultura recorreremos às fontes literárias, jornalísticas e de memórias. Esperamos, com isso, ter colaborado para satisfazer desejos de que essa reflexão pudesse alcançar a historicidade sertaneja apenas prenunciada.

Palavras-chave: Brasília, mudancismo, modernização e sertão.

ABSTRACT

This is a work which narrates the problems of changes seen in the backcountry culture of the Central Brazil and, for this, it goes forward on the ethics domain that had presided these changes. We concern here about the impacts reflected in the cultural environment when an extreme transition was occurring. The observed facts were caused by the movements of construction of Brazil's new federal capital at territories belonging to three municipalities of Goiás: Planaltina, Luziânia e Formosa.

Searching for the meanings inscribed in the acceleration of history, the hallmark of this movement, we focus the effort of reflection on the observed singularities. Facts such as the interruption and then resumption of a major regional popular party, the Folia do Divino Espírito Santo, have instigated this analysis. The point was not to stick to the party itself, an ethnographic work that has been contemplated by interesting researches, such as from Lara Santos de Amorim and Inês Zats, but to rescue the story that deals with the dramas experienced by the people of the hinterland, called here Planaltina (the concept of mining of Zoroastro Artiaga, an intellectual of Goiás) who, in a very personal way, developed their own responses before the demands of having to adapt himself to a reality submitted to the requirements of quick changes.

In the context of transformations, which if viewed through the prism of culture, could be classified as overwhelming, was imposed to the locals the presence of an exuberant city that was a symbol of modernity. Brasília, in its symbolic dimension, was not only the greatest icon of architectural modernism in Brazil, but the representation of the long cherished desire of the running of the country for its inclusion in the club of so-called developed nations.

Around the zero point of this invention, which a long time ago has been defined as ideal, the previous community life, which was often classified as nothing or almost nothing, was forced to articulate a profusion of new concepts brought by the changes.

To work with the culture, we appealed to literary, journalistic and memories sources. We hope, therefore, to have collaborated to satisfy desires for this reflection could reach the only foreshadowed hinterland historical significance.

Keywords: Brasília, *mudancismo*, modernization and hinterland.

FIGURAS

Figura 01	93
Figura 02	94
Figura 03	96
Figura 04	105
Figura 05	126
Figura 06	130
Figura 07	152
Figura 08	153
Figura 09	161
Figura 10	162
Figura 11	164
Figura 12	190
Figura 13	196
Figura 14	199
Figura 15	217
Figura 16	224
Figura 17	227
Figura 18	233

MAPAS

MAPA 01	36
MAPA 02	73
MAPA 03	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O novo já feito em ruínas	23
CAPÍTULO 1 – CULTURA LETRADA E LEITORES SERTANEJOS	
1.1 – O sertão como conceito	37
1.2 – A importância da Matutina Meyapontense	46
1.3 - O mundo revelado por A Informação Goyana	66
1.4 - A crítica sertaneja	79
CAPÍTULO 2 – AS NOVAS ARMAS CONCEITUAIS E A CIDADE NOVA	
2.1 - Modernidade e progresso	87
2.2 – As formas de circulação da cultura letrada	97
2.3 – Um jornal editado no “verdadeiro coração geográfico do Brasil”	107
2.4 - O esquecimento preparado	122
2.5 – Coronéis esclarecidos	132
CAPÍTULO 3 – PERMANÊNCIAS E SUPERAÇÕES	
3.1 – Mito X Esclarecimento	139
3.2 – Nos tempos da mudança da capital	144
3.3 – Desapropriações: onde muitos sertões se encontram	170
CAPÍTULO 4 – A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO	
4.1 - A alteridade negada	176
4.2 - O absolutamente nada	183
4.2 – Mudanças na cultura popular	201
4.3 - Vera Cruz hotel	212
CAPÍTULO 5 – 1960, BRASIL, CAPITAL BRASÍLIA	
5.1 – Um observador americano no Planalto	218
5.2 – O marco da inauguração de Brasília	234

CONCLUSÃO	242
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	258
ANEXO A	266
ANEXO B	268
ANEXO C	271
ANEXO D	272
ANEXO E	273
ANEXO F	291
ANEXO G	293
ANEXO H	294
ANEXO I	295

INTRODUÇÃO

“Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem.”

Reinhart Koselleck

Após percorrer um longo itinerário acadêmico, iniciamos a mais difícil jornada – criar uma narrativa que, estando de acordo com os procedimentos acadêmicos, contemple também as expectativas de trazer algo novo ao debate historiográfico, razão de ser da própria academia. Estamos conscientes do poder performativo desse trabalho e, por isso, preocupa-nos o peso da responsabilidade.

Há aqui a necessidade da “erudição”, tão cara ao nosso existir. Ela que nos faz pensar que apenas com muito esforço produzimos novidades e que, na maioria das vezes, estamos repetindo fórmulas e um palavrório sem fim. Há aqui um resto daquele vento maldito chamado progresso. O mesmo vento que, aprisionado por Paul Klee em *Ângelus Novus*, fora magistralmente descrito por Walter Benjamin como sendo a estetização do horror nascido da visão dos escombros que a passagem da história provoca. E como não admitir as presenças incômodas dos mil e um compromissos determinados pelos mil e um quadros teóricos?

Em meio a essas questões, nos postamos diante da página em branco para aceitar o desafio da mãe de todas as ilusões - a linguagem. Ela que, muitas vezes, opõe-se ao senso comum de lhe atribuir a finalidade de permitir o diálogo e que, se virada ao avesso, mostra seu lado obscuro, mais psicológico e inesperado, de ocultamento do pensar, sendo este um dado essencial a presidir os domínios infinitamente complexos da palavra.

Essa espécie de limitação é própria da linguagem. Para contornar alguns desses perigos, procuramos interlocução com alguém muito bem determinado historicamente: dirigimo-nos à comunidade acadêmica e, no plano das pretensões e com as devidas revisões, àqueles que presenciaram alguns dos acontecimentos aqui analisados.

Pensar em tais questões estabelece relações óbvias com o ofício do historiador. Trabalho que o professor Estevão Rezende assim resumiu: “*lidar com a ação humana e com a busca de seu sentido, impacto e duração é uma tarefa complexa. Tão complexa quanto manter a distinção entre o que se supõe ter ocorrido e o que se diz a respeito dele*” (MARTINS, 2008: 57). Tal afirmação nos convida a refletir sobre as fragilidades da história, que, apesar da eterna busca, sofre com a distância que há entre a pretensão de narrar o acontecido e o lidar com aquilo que ficou registrado como impressão dele. Aspecto que exige atenção redobrada para com as divisões do mundo social, o cuidado com as suas representações e o especial relevo para os interesses que atuaram por detrás daquelas.

A análise que realizamos utilizou base documental mediada por referenciais que quase sempre remetem ao outro - o outro temporal, o outro espacial, o outro cultural, o outro no sentido da diferença, como já foi discutido com profundidade e sutileza por Michel de Certeau em *A Escrita da História* (CERTEAU, 2004).

Diante de problemas como esses, decidimos delimitar o espaço geográfico e temporal da pesquisa na periferia da construção de Brasília. Esse lugar é o que, após as demolições ocorridas principalmente no campo da cultura, teve as identidades abaladas, mas que, nas palavras de um intelectual goiano, Zoroastro Artiaga, fora batizado como “*Sertão Planaltino*”. Dentre os diversos problemas apresentados, nos interessamos pelas mudanças culturais que aconteceram junto com o aceleração da história, sendo esta uma consequência direta do advento da nova capital brasileira.

A afirmação de Koselleck, colocada em epígrafe, de que os acontecimentos só são possíveis com atos de linguagem, se pensada no sentido dessas transformações, estende sua racionalidade para os ambientes planaltinos nos quais palavras como *mudancismo*, *desenvolvimento*, *progresso*, *sertão* e *nova capital* vieram compondo cenários marcados por conflitos de diversas ordens. Neste sentido, procuramos observar as materializações ocorridas no nível da linguagem de significados, que foram formulados no calor da idealização e das batalhas travadas durante a edificação e consolidação deste símbolo da modernização brasileira - Brasília. Contudo, nosso interesse se volta não para o que acontecia no canteiro de obras em si, mas para o seu entorno, onde uma complexa formação social lutou pela ampliação de seus horizontes de expectativas rumo aos novos tempos prometidos. Ao lidarmos com a cultura planaltina, é preciso lembrar que tal possibilidade só se tornou tratável graças à formidável expansão dos objetos historiográficos propiciada pelo advento da História Cultural.

Produto gerado no ambiente reflexivo das últimas décadas do século XX, a História Cultural, como o nome já diz, fornece instrumentos para o estudo das transformações da cultura sem que, para isso, tenhamos que abrir mão da história como ciência. Ela corrige as imperfeições metodológicas identificadas nos estudos das mentalidades dos anos 70, que, na crítica de Chartier, apresentavam-se carentes das representações do mundo social (CHARTIER, 1990).

Alinhadas com as elaborações da História Cultural Francesa, que tem em Roger Chartier um dos seus mais importantes teóricos, colocamos em relevo as manifestações de grupos sociais que, compondo a elite política e social dos sertões, estabeleceu consistentes vínculos com a cultura popular da região, incorporando elementos e apropriando seus objetos. Em função da documentação utilizada, tornou-se central para nós a preocupação com formulações que foram materializadas em diferentes formas de linguagem: jornais, comunicações oficiais, livros, cartas e memórias. Todo esse material estabelece, através de seus conteúdos, aproximação muito segura com os horizontes de expectativas dos sertanejos planaltinos.

Verticalizando sobre essa concepção mais ampla da cultura, que, na acepção de Pesavento, permite *“enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”* (PESAVENTO, 2004: 15), lembramos que as formas de expressão das inquietações pelos próprios sertanejos, além de constituírem dado relevante das mudanças operadas nos conceitos, foram também motivo de sua própria apreensão.

Trabalhamos aqui em duas frentes, ambas autorizadas pela teoria da história: cultura oral e cultura escrita. Dadas as peculiaridades dessa cultura, aproveitamos as reflexões de Chartier sobre como são importantes as relações entre indivíduos, mesmo os não letrados, com a cultura escrita. Procuramos, da mesma forma, desvendar os mecanismos de circulação de seus produtos. E, nesse sentido, seguimos aquilo que fora definido de forma precisa como história cultural:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado (CHARTIER, 1990: 17).

Talvez esteja nessa última frase a sede de nossas maiores inquietações. Ao apurar o foco da análise sobre a cultura local, observamos que nesta, como também é possível identificar nas manifestações da burocracia citadina adventícia, atuou a força do veredicto de que novas verdades deveriam sobrepor-se ao que antes havia. Portanto, importou-nos uma singularidade: a intensa militância dos envolvidos em negar tudo aquilo que destoasse do padrão de futuro desejado, que fora denominado *desenvolvido*. Desse modo, o empenho também se voltava para a negação da própria cultura. A mesma que, até ali, fora suficiente e boa para o sertão. Buscar os sentidos das novas aquisições; desvendar a atuação de um outro histórico, esse que denominamos planaltino; e, enfim, decifrar os novos espaços constituídos colocou-se-nos como tarefa imprescindível e compromisso maior.

Para essa tarefa, foi preciso antes, identificar o sertão. Em seguida, procuramos delimitar a alteridade resultante das práticas que o criaram e que, no momento das mudanças, foram enxotadas para fora da história como estorvo ao desenvolvimento. Desde o século XIX, o que denominamos Sertão Planaltino, veio sendo definido e estabelecido, principalmente pela literatura, como lugar deserto e carente de civilidade. De acordo com esse tipo de construção intelectual, foram relevantes as interações que tiveram início com os primeiros colonizadores europeus. Movimento que assenta alicerces no projeto colonial de conquista do vasto hinterland brasileiro. Segundo essa interpretação, há o entendimento de que a primeira onda de integração do sertão ao universo europeu se deu a partir da segunda metade do Século XVII e sob a orientação de diferentes vetores de colonização. Entre elas, o movimento mais conhecido conformou-se na página épica do bandeirismo paulista (história que vem sendo contada desde os escritos inaugurais de Varnhagen, para depois ser repetida agudamente por Taunay e, de forma superficial e simplificada, em autores voltados para a produção de didáticos como, por exemplo, Rocha Pombo). O outro percurso, menos vezes lembrado, mas tão memorável quanto o primeiro, deveu-se às penetrações patrocinadas pelas expansões dos famosos “currais do São Francisco” (como elaboraram historiadores do quilate de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana).

Neste trabalho, passamos ao largo das primeiras incorporações e aclimações (conceito que analisaremos adiante) que geraram o sertão. Centramos a atenção em recentes transformações da cultura específica do Planalto Central. Apuramos a análise sobre aquilo que aconteceu na esteira da aceleração histórica observada e que foi expresso de diferentes formas por uma sociedade que se via diante da exigência de ter de iniciar um rigoroso processo de desencantamento de mundo. Tributo cobrado pela possibilidade de inserção na sociedade

moderna. É desse ambiente, no qual os arautos da modernidade anunciavam um conceito de civilização oposto ao que era praticado naquele sertão, que extraímos o material para interpretação do que se passou.

Outro conceito importante para este trabalho é o de *cidade nova* (a cidade inventora de uma nova sociedade). Há, em sua implantação, um realce da situação em que a sociedade planaltina fora pressionada pela ideologia de estar participando da arrancada missioneira que resultaria na sua incorporação pela onda do desenvolvimento nacional. Assim, a realidade decretada nova caracterizou-se por ser anunciada através de estratégias de sedução, pelas quais as promessas de redenção da pobreza e do desamparo, que até então eram atribuídos a um suposto isolamento da região, se constituíram em eficientes armas de convencimento e cooptação. Os planaltinos passaram a alimentar o sentimento de estar partilhando da construção de um enclave moderno no interior arcaico do País. Os desafios eram colocados cotidianamente, tanto pelas adversidades inerentes à obrigação de ter que abandonar antigos valores, quanto pelas dificuldades de comunicação (entre si, pois se encontravam divididos em relação às novidades da obra monumental; com os candangos¹ e com a tecnocracia citadina que gerenciava a construção da cidade). Além disso, imersos em um ambiente marcado pela efemeridade, que é um dado efetivo da modernidade, os primeiros representantes do moderno, mesmo sem sê-los, limitados pelas diferenças culturais, também expressaram as surpresas apresentadas por uma vida submetida às mais cruéis precariedades, entre elas, a de morar em um canteiro de obras.

Enredados pelas diferenças culturais, pois vários sertões tinham marcado um encontro naquele lugar, os planaltinos não conseguiam aproximação com os novos adventícios, e as necessidades imediatas dificultavam qualquer sentimento de afeição. Desse modo, a região cindia-se entre interesses de planaltinos, de burocratas dirigentes e de candangos. Cada qual com seus respectivos discursos e formulações.

Com as obras, o cenário adquire a marca da provisoriedade e da ausência de identidades consistentes, já que o sertão que havia de fato tinha que ser negado. A hegemonia do interesse imediato passa a submeter até à ideologia. Aspecto que, a um só tempo, unia e dividia os grupos sociais, pois a possibilidade de enriquecimento econômico real, mais do que qualquer pensamento edificante, animava aquelas consciências deslocadas. Tal força

¹ No Dicionário Aurélio, **candango** é a “*designação dada aos operários das grandes obras da construção de Brasília (DF), de ordinário vindos do N.E.*”, ou “*qualquer dos primeiros habitantes de Brasília (DF)*”. Contudo, atualmente, aceita-se que a palavra designe apenas os milhares de trabalhadores que, nascidos em outros estados, migraram para os canteiros de obra para participarem da construção da cidade.

persuasiva, mesmo que ilusória, criou barreiras adicionais à comunicação pela linguagem, já que o que se concebia como igual era, ao mesmo tempo, concorrente e, imersos na grande Babel de poeira vermelha, os prejuízos foram enormes, erguendo barreiras ao diálogo entre as culturas.

No ambiente planaltino, as transformações geravam descontinuidades tanto na política quanto na economia e na cultura. Do lado das interpretações sertanejas, os discursos emitidos produziram diferentes estratégias de legitimação, pois os projetos de mudança da sociedade local há muito nutriam expectativas de desenvolvimento a partir da mudança da capital para sua região. Por isso, as disputas entre diferentes representações da nova sociedade foram inevitáveis, e o registro das lutas entre elas possibilitou-nos compreender aquilo que foi colocado por Roger Chartier como sendo “*mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio*” (CHARTIER, 1990: 17).

Pois bem, nosso compromisso é com a análise das transformações operadas no interior da cultura planaltina. Esta, ao contrário do que é divulgado na escassa literatura sobre o período, contava com grupos sociais que, desde a terceira quadra do século XIX, se prepararam para ingressar em triunfo na sociedade modernizada. Diríamos mesmo que, em certo sentido, esses grupos haviam se organizado em instâncias políticas e sociais extremamente significativas para eles no esforço de engajamento nas batalhas mudancistas². E aqui preterimos os movimentos da cidade nova em favor dos processos vividos pela cultura sertaneja que a rodeava.

Narrar os projetos de sociedade daqueles que participaram diretamente dos eventos, esse lado imediato da questão, serve para dar visibilidade ao desafio de trazer para a reflexão as representações da modernidade que foram elaboradas pelos planaltinos e que entraram em confronto com o projeto que foi efetivamente implementado. Tudo isso, com a devida relevância que o tema requer. Por outro lado, não nos esquecemos do compromisso com o diálogo dirigido à historiografia de Brasília e de Goiás.

Os problemas do conceito de cidade nova, tema implícito à interpretação de Brasília, foram analisados por Laurent Vidal, que em *De Nova Lisboa a Brasília* (VIDAL, 2009), vasculha em detalhes a historicidade do projeto mudancista brasileiro. De certa forma, o trabalho de Vidal retira o mérito da ideia de interiorização da capital das mãos de JK, alçando-o ao posto de um capítulo essencial da historiografia brasileira. Desse modo, a

² Mudancismo é a denominação dada ao movimento político e cultural em favor da mudança da capital nacional para o interior do território. Daí a derivação óbvia: mudancistas.

mudança da capital, em vez de fruto de decisão pessoal de um presidente iluminado, é concebida como projeto longamente amadurecido por gerações de intelectuais e políticos comprometidos com a ideia de *desenvolvimento* nacional.

A partir de ângulo de visão específico e influenciado pela ideologia inerente à produção historiográfica dos anos de 1980, os problemas dos operários candangos que, tal qual construtores de pirâmides do Egito dos Faraós, foram deslocados de suas regiões pelo projeto de construção de Brasília, o trabalho do professor Hermes Teixeira, em *O Outro Lado da Utopia*, tem o mérito de ser um marco pioneiro. O trabalho de Teixeira traz à tona alguns conflitos ocorridos entre trabalhadores e a milícia da NOVACAP em torno de questões básicas, como a qualidade da alimentação oferecida e as precárias condições de trabalho (TEIXEIRA, 1982).

Seguindo a mesma orientação, as poderosas lentes de Vladimir de Carvalho, cineasta e professor da Universidade de Brasília, documentaram muitos dos dramas vividos por esses candangos. O profícuo diretor é dono de uma obra que traz alguns dos mais inspirados registros e interpretações de Brasília e de sua criação: *O Espírito Criador do Povo Brasileiro* (1973), *O Itinerário de Niemeyer* (1973), *Vila Boa de Goyaz* (1974), *Brasília Segundo Feldman* (1979) e o clássico *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991). *Brasília segundo Feldman*, por exemplo, é uma edição de imagens do documentarista Eugene Feldman, que registrara o início da construção de Brasília. Às imagens foram agregados os comentários feitos em 1980 pelo operário Luiz Perseghini e pelo artista plástico Athos Bulcão, a narrativa de Feldman relata os dramas candangos na cidade em construção.

No sentido do estudo comparativo com intenções ufanistas que aponta para a ideologia de que a capital do país, se pensada como cidade nova, se encarregaria do trabalho de reinventar a sociedade, o diplomata José Osvaldo de Meira Penna, ainda nos anos imediatamente posteriores à inauguração de Brasília, publicou outra obra fundamental: *Quando Mudam as Capitais* (PENNA, 2002). Realizando um trabalho de estudo de casos, no qual capitais planejadas como Pequim, Madri, Ancara, Camberra, etc., são colocadas como exemplos positivos, Meira Penna atesta sobre a validade de tal teoria. O dado efetivo da obra de Penna é o da apologia e da esperança no futuro.

Na linha da teoria da cultura, o professor Luiz Sérgio Duarte da Silva, em *A Construção de Brasília*, realiza interessante trabalho no qual a teoria da modernidade, como é proposta nas obras de Weber, Simmel e Benjamin, é aplicada em estudo de caso específico: o caráter simbólico da cidade nova que atuou na construção de Brasília (SILVA, 1997).

Após a inauguração de Brasília, o governo federal, por meio do Serviço de Documentação da República, com sede no Rio de Janeiro, lançou uma coleção intitulada “Coleção Brasília”. Este trabalho procurou criar um *lugar de memória* privilegiado, com a publicação de um precioso acervo documental referente ao processo de interiorização da capital brasileira. Na lista de colaboradores, entre meia centena de nomes, destacam-se as presenças de reconhecidas referências historiográficas como o presidente do IHGB, o embaixador José Carlos de Macedo Soares; o professor Celso Ferreira da Cunha, diretor-geral da Biblioteca Nacional; Edson Nery da Fonseca, bibliotecário da Biblioteca da Câmara dos Deputados; o diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe; o diretor do Museu Histórico Nacional, Josué de Sousa Montello e o diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues. Temos, no volume III da obra, um minucioso inventário do ideal mudancista, que alcança impensáveis datas do século XVI.

Procurando contemplar outros campos de análise, nos quais as elaborações dos próprios planaltinos fossem levadas em conta, procuramos resgatar documentação escrita ou registrada pela oralidade local sobre as mudanças que atingiram, principalmente, os domínios da sua cultura. Ressaltamos que a surpresa foi constatar a existência de uma rica produção intelectual, na qual ficaram registradas diversas formas de mediações que permitem vislumbrar uma peculiar forma de apreender aquela realidade em movimento de rápida transformação. A sociedade planaltina, ao contrário do que é divulgado, durante décadas ampliou horizontes de expectativas no sentido do alinhamento com a modernização projetada a partir do advento da nova capital. O que unia os interesses mudancistas, tanto dos externos, quanto dos sertanejos, era a premissa da interiorização da capital como start modernizador nacional.

As dificuldades encontradas foram muitas. Entre elas, a de lidar com estratos da memória e da oralidade. Outra foi a premissa de ter que contornar o triunfalismo que impregna símbolos historiográficos como Juscelino Kubitschek e a própria Brasília. E, por último, buscar o lugar da história para uma cultura que foi estigmatizada. O sertão, que tradicionalmente, ou fora laureado com os mitos de pureza original, como em grande parte da literatura de origem romântica; ou, como ocorreu no momento das mudanças e depois delas, foi esculhambada na forma de sinônimo do atraso. Contudo, alguns cuidados permitem amenizar esses perigos. Acatar o compromisso de relatar experiências que remetem a um mundo regido por diferentes velocidades de transformação e formado por diferentes grupos sociais foi um deles; manter o compromisso com o lugar e com as pessoas identificadas com

aquele sertão e colaborar na construção da legitimidade de sua participação na história, o outro.

A sociedade delimitada na pesquisa, os planaltinos, em termos geográficos, abrange o Planalto Central e as zonas de influências de três cidades goianas: Formosa, Luziânia e Planaltina. O nosso recorte temporal avança desde o início da década de 1950 até a inauguração de Brasília, sem que isso impeça as necessárias considerações sobre as influências culturais de projetos como o do famoso jornal de Meya Ponte, a Matutina Meyapontense, em pleno século XIX; a Informação Goyana e a Revista Oeste, ambos no na primeira metade do século XX, como será discutido no Capítulo I.

Um dos nossos maiores problemas, sem dúvida, foi o trato com a parte da cultura que ficou marcada pelo esforço de negação. Mais do que uma arma elaborada contra os interesses sertanejos, nas disputas em torno dos conceitos modernos, essa foi a postura incorporada pelas gerações posteriores, que vieram quebrando a continuidade de seus valores culturais. A escassez de documentação; as novas modas impostas pela tradição historiográfica, como as dicotomias exclusivistas entre as classes funcionando como motor da história; e a absoluta falta de cuidados para com os arquivos e seus acessos, são dados concretos dessas dificuldades.

O não reconhecimento de que os horizontes de expectativas dos sertanejos atuaram de forma positiva no processo de implantação da cidade nova no centro de seu território fez com que seu empenho tomasse a forma da busca pela legitimação histórica, pois essa passou a ser a possibilidade de inserção no interior do enclave modernista por ela representado. A dificuldade de entender essa importância, consequência direta da negação, fez com que, num primeiro momento, as novas gerações de sertanejos passassem a desprezar a própria cultura. Desse modo, os discursos emitidos incorporavam interesses de dominação e de imposição de valores exteriores ao seu universo de experiências, pois acreditavam sinceramente na redenção do arcaico por meio da modernização propiciada pela interiorização da capital.

As lutas de representações, desse modo, adquirem relevo, pois permitem acessar os contextos de uma sociedade que se apresentava como alvo de um duro processo de aceleração da história. Por outro lado, a chance de lidar com os sentidos da alteridade negada, aquela que habita o outro lado da fronteira, alimenta uma animadora postura crítica. O que, no campo da historiografia, resulta em possibilidade de trazer novos ares sobre a atmosfera confinada da história oficial do mudancismo e da própria cidade (Ernesto Silva, Adirson Vasconcelos, o próprio Juscelino Kubitschek e Peixoto da Silveira).

A partir dessas considerações, foi possível definir uma linha de abordagem, pela qual o centro da discussão se dirigia para dois temas relevantes: em primeiro lugar, compreender como as mudanças culturais desencadeadas pela construção e consolidação de Brasília no seio da cultura foram elaboradas em termos de representações da sociedade planaltina. Além disso, ficou patente que, a partir das interações com as novidades, as novas representações passaram a expressar expectativas antigas e uma experiência recente, ambas interiores ao processo social e, portanto, configuradoras de atos de linguagem.

Em segundo lugar, aspecto analisado, principalmente no Capítulo III, retomamos o debate acerca da nossa modernização naquilo que interessa à reflexão mais abrangente que permeia a invenção de Brasília. Isto é, de acordo com as concepções do que seria esta modernidade, procuramos compreender os eventos como elementos de uma dialética que é interior ao “*Programa de Esclarecimento*” ocidental. Nesta linha de análise, questionamos as formulações discursivas que procuraram apreender, delimitar e dar sentido às disputas ocorridas no sertão.

Na elaboração da narrativa, ficamos premidos pela necessidade da análise sobre como as representações e as apropriações conceituais escritas ou verbalizadas atuaram na configuração do próprio conflito, sendo este (o das lutas de representações) o dado que se impôs ou como exigência de realização futura ou como espaço de experiências vividas, ambos delimitados linguisticamente.

Visto pela ótica planaltina, o movimento de interiorização da capital foi responsável pela produção de um formidável conjunto de representações daquilo que era projetado como modelo de uma nação moderna. Aspecto que atua como oficina de uma pretensa brasilidade, que era partilhada tanto por sertanejos quanto por burocratas citadinos, e de onde escapa o esforço mental de conceber a forma ideal e legítima para o autêntico homem brasileiro.

A temática dos conceitos e das suas imbricações foi outro aporte importante e que permeia toda a narrativa dos próximos cinco capítulos. Como propõe Reinhart Koselleck, esse tipo de problema nos leva a pensar que, no contexto das mudanças, palavras como *desenvolvimento*, *nação* e *progresso* comportavam significados plenamente identificados com o universo de experiência dos termos denominado planaltinos. Nosso interesse dirigiu-se para o que interessava a esses excluídos da história e, mais ainda, para o poder sedutor dos projetos de desenvolvimento que foram elaborados nesse processo. Queremos, com isso, dizer que a análise histórica evidencia a existência de uma permanente tensão entre interesses divergentes que, no entanto, acalentavam um mesmo desejo - não importando se de um lado ou de outro,

daquilo que foi precariamente definido como litoral ou sertão – o desenvolvimento que, no sentido em que era apreendido, confunde-se com modernização regional.

Em sua concepção inicial, esse desenvolvimento foi pensado de acordo com a ideologia de que o funcionamento pleno das forças produtivas do país, que era concebido como predestinado a perfilar como liderança mundial, seria alcançado a partir da construção da cidade nova. A capital brasileira, nesse sentido, deveria cumprir a missão de ser, mais do que uma sede administrativa do Estado, a cidade símbolo da nova sociedade (VIDAL, 2009). Os projetos dos primeiros mudancistas evidenciam esse mito redentorista. Aspecto que se sobressai das inúmeras teses elaboradas em defesa da transferência da capital brasileira para uma “*paragem mais central*”. Adolfo de Varnhagen, Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Americano do Brasil, Peixoto da Silveira foram alguns que se debruçaram sobre esse problema. Neste sentido, a cultura planaltina, devido a seus conteúdos tradicionais, decaía sob o signo da negação. Representante consagrado do antimoderno, o sertão teve sua presença combatida, ignorada, ou, no mínimo, classificada como algo dispensável. Típica avaliação não apenas do status dirigente do “Projeto Desenvolvimentista”³, como também de muitos dos líderes políticos regionais, pessoas que de um momento para o outro se viram premidas pela necessidade de adaptar-se aos novos tempos.

Para interpretar as diferentes formas de apreensão das mudanças pelos agentes da cultura planaltina, tivemos que lapidar a capacidade de realizar inferências históricas, pois a documentação disponível, neste caso, se caracterizava mais pelas lacunas do que pela consistência. Carlo Ginzburg, outro autor fundamental em nossa formação acadêmica, ao prefaciar a Edição Italiana de *O Queijo e os Vermes* discorre sobre esse tipo de problema metodológico, pois a escassez documental e as deformações sofridas por esse tipo de registro que, quase sempre, é elaborado por agentes comprometidos com os interesses das classes dirigentes, não deve impedir a pesquisa. Outra dificuldade colocada, também de ordem metodológica, encontra-se na constatação de que, em geral, a cultura popular possui uma natureza oral, minguando as possibilidades de acesso direto a ela. No entanto, a construção mesmo que fragmentária da história de grupos sociais excluídos e de sua cultura, que através de mecanismos próprios e das mediações com a cultura erudita se faz presente, se legitima a

³ Por *desenvolvimentismo* referenciamos os tipos de política econômica preocupada prioritariamente com o crescimento da produção industrial e da infraestrutura. Caracteriza essa opção a participação ativa do Estado, tanto como base do crescimento da economia, quanto como planejador e consumidor de produtos. O *desenvolvimentismo*, no Brasil, tipifica-se como política de resultados, e foi aplicado essencialmente durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e, em sua continuidade, durante o período do Governo Revolucionário Militar, quando ocorreu o controvertido período do *Milagre Econômico Brasileiro*.

um resgate tão difícil quanto necessário para a compreensão historiográfica comprometida com os processos em curso.

Ainda na linha crítica permitida por esse tipo de postura, não concordamos com as narrativas simplificadoras que ancoram argumentos em uma suposta passividade do sertanejo do Planalto Central diante das imposições de uma nova burocracia. Em nossa avaliação, esse discurso fica prejudicado, pois não só ignora a cultura do outro, como a coloca em posição reacionária, criando, assim, uma “*imagem estereotipada e adocicada de cultura popular*” (GINZBURG, 1987: 20). Como contraponto, abraçamos a tese da circularidade cultural de Bakhtin, que apresenta a possibilidade de debate no qual essa cultura popular aparece em posição dialógica com a das classes dominantes. A riqueza do método se materializa então em uma espécie de cunha investigativa capaz de abrir brechas nas paredes do discurso hegemônico que, nesse caso, era elaborado pelos dirigentes do Projeto Desenvolvimentista. Por meio das brechas apresentadas, entramos em contato com as complexas elaborações de uma cultura sertaneja que se revela como substancialmente autônoma. Qualidade que a visão triunfalista da História de Brasília tem ocultado nas dobras de seus textos assépticos.

Neste sentido, o nosso esforço se dirige pela possibilidade de análise de uma temporalidade que, em sentido koselleckiano, é articulada a partir das interlocuções que os planaltinos estabeleceram com a modernidade que se avizinhava nas formas insinuantes de uma cidade modernista. As reminiscências dos tempos da mudança da capital que encontramos durante a pesquisa possibilitaram operar com algo como “*relampejos de memórias e fugazes documentos*”. Flashes que, segundo a crítica de Walter Benjamin, se apresentam na forma de souvenirs de suma importância familiar ou pessoal, mas que de alguma forma também foram preservados como testemunhos de uma batalha quase sempre perdida. Nossa militância em torno deles também se faz com a mesma busca de valores que teimam em escapar até mesmo à consciência do próprio sujeito histórico. Por isso, alinhamos a reflexão com aqueles que agem sob a luz do convencimento de que vale a pena lutar contra um perigo, muito bem identificado por Benjamin na afirmação de compromisso com “os mortos - que de outra forma - *também não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse não tem cessado de vencer*” (BENJAMIN, 1994: 224).

O Novo já feito em Ruínas

Hoje, é de domínio público que a mudança da capital para o interior do território brasileiro vinha sendo pensada, em diferentes projetos, desde a época colonial. Contudo, sabemos que a escolha de um lugar central começou a tomar forma ainda com os primeiros espasmos que fizeram nascer a pátria dos brasileiros em meados do século XIX. No rol dos primeiros estudos preocupados com a mudança da capital, dadas as peculiaridades advindas da pesquisa sistemática realizada, destacamos dois empreendimentos: o de Varnhagen, que gerou uma visita inaugural, e, depois, o da equipe de notáveis comandada por Luis Cruls. Com base nesses estudos, o sítio da nova capital tomava a forma de um quadrilátero de quatorze mil quilômetros quadrados. Esse território atingia partes significativas dos territórios de três municípios goianos: Planaltina-GO (lugar que, depois da criação do Distrito Federal, passou a denominar-se Planaltina-DF), Formosa e Luziânia. As três localidades já existiam como povoados ou arraiais desde meados do século XVIII.

Para esse sertão, o evento radicalizador das mudanças e que, desse modo, teve o peso de uma interferência radical em sua estrutura social, acontece com o início das desapropriações de terras necessárias para a formação do futuro Distrito Federal, ocorrido em 1955.

É interessante notar que o processo de desapropriação se fez por meio da iniciativa e patrocínio político e econômico do governo do Estado de Goiás (então governado por José Ludovico de Almeida), que, movido pela fé mudancista, usou a atuação influente de um respeitável benemérito regional, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco⁴, no trabalho de convencimento dos planaltinos em entregar suas terras.

Naquele momento, a disposição dos políticos goianos representava uma antecipação em relação aos interesses de outras regiões, notadamente de Minas Gerais, que disputava com Goiás a pretensão de sediar a capital brasileira em seu território; nesse caso, assentá-la em localidade do Triângulo Mineiro. Assim, no início de 1955, portanto, antes da eleição e posse do presidente Juscelino Kubitschek, fora constituída a “Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital da República”, que popularmente ficou conhecida como “Comissão de Desapropriação”. A sua tarefa era dar foros de movimento irreversível ao

⁴ Os detalhes da atuação do Dr. Altamiro foram trabalhados na dissertação de mestrado defendida por Darcy Dornelas de Farias, *Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)* / UnB - 2006, pela UnB (FARIAS, 2006).

plano de mudança da capital. Com ela, estudos cartoriais e, conseqüentemente, os processos jurídicos de desapropriação territorial, foram iniciados.

As equipes lideradas pelo Dr. Altamiro trabalharam nos cartórios de Luziânia e Formosa, e foram muitas as conseqüências desse esforço, entre elas, a disponibilização do sítio para a construção da nova capital.

Outras situações menos bombásticas, mas igualmente interessantes começaram a delinear seus traços no horizonte das expectativas locais. O fato é que algumas festas populares tradicionalíssimas, como a Folia (de roça) do Divino Espírito Santo, por exemplo, foram suspensas por cerca de uma década e meia. Atitudes radicais como aquela indicam o nível das batalhas simbólicas travadas. Pensar na superação da sociedade tradicional, face à suspensão de suas mais significativas práticas e representações, fornece subsídios para avaliarmos o grau de impacto das mudanças sobre os sistemas de valores da sua cultura. Aspecto relevante das suspensões é que, dezessete anos depois, a partir de 1972, algumas delas começam a ser reeditadas⁵.

Do lado da intelectualidade que pensava a modernização brasileira, haveria um consenso sobre a existência da cisão entre o arcaico e o moderno. No campo da política, por exemplo, às práticas sertanejas, marcadas pelo personalismo dos coronéis locais, foram contrapostas os modelos impessoais de gestão trazidos pela nova burocracia. Animados pela obsessão modernizadora, esses dirigentes abraçaram integralmente o programa desenvolvimentista defendido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Para eles, JK pavimentaria a via de acesso ao desenvolvimento. Tudo isso, a partir da edificação de um marco simbólico da modernidade que fosse reconhecível por todos (a meta síntese do Plano de Metas): a construção de Brasília.

O clima de otimismo dos desenvolvimentistas colocava em xeque o universo dos fazeres tradicionais existentes na região do futuro Distrito Federal. A pesquisa mostra que, entre muitas situações incômodas, os elos paternalísticos que até então prendiam as comunidades sertanejas ao passado começavam a ser arrebatados pelo projeto modernizador, que era individualizante e futurista.

Apesar das diferenças, a mudança da capital, na perspectiva dos próprios planaltinos, representava também a realização de duas utopias incontestes: a possibilidade de alcançar o desenvolvimento das forças produtivas em escala industrial e a sintonia com o

⁵ Em Formosa, a reedição da folia acontece em 1975, através de permissão da diocese da cidade, estando suspensa desde 1956. Em Planaltina, o interregno aconteceu entre os anos de 1955 e 1972.

esforço de criação de um país novo. Por isso, é lícito afirmar que os acontecimentos vinham ao encontro dos antigos desejos locais.

Sabemos que entre os motivos da esperança planaltina figuram eventos carregados de historicidade. A viagem de Varnhagen à Vila de Formosa da Imperatriz, em 1877, foi um deles. No inverno daquele ano, o Visconde de Porto Seguro, utilizando precários caminhos do sertão, realizou viagem à região projetada como ideal para receber a nova capital. Muito mais festejada foi a Missão Cruls que, cumprindo determinações da Constituinte de 1891, gravou fundo seus sinais na memória e na história local. Mais adiante, com o Centenário da Independência, o lançamento da Pedra Fundamental, em 1922, na cidade de Planaltina, erguia um marco definitivo para o mudancismo e um símbolo visível para todos. Esses eventos vieram desenhando a tradição mudancista nos horizontes planaltinos. Tal antiguidade do movimento mudancista é um dado que muitas vezes constatamos escapar à produção historiográfica sobre Brasília e que, por isso, encolhe-se diante da memória de um político com a estatura de Juscelino Kubitschek, considerado por muitos como o único timoneiro da nau modernizadora no oeste brasileiro.

No Planalto Central, a ideia que vem apenas à palavra mudancismo, contudo, retira de JK, se não o empenho, pelo menos o pioneirismo da ideia, pois, ao recolocar a historicidade do movimento, alcança datas que ecoam muito antes do próprio “Grito do Ipiranga”. O que dizer então dos horizontes de expectativas dos sertanejos que, a partir de reflexões próprias, em diversas oportunidades expressaram em discursos engajados esse mesmo desejo de integração? Pois é em torno desse esforço escorregadio, e que a historiografia oficial não percebe, que buscamos os novos ângulos de visão para o capítulo que fala sobre a modernização brasileira.

Para compreendê-lo, foi preciso primeiro entender a própria construção conceitual do sertão. Neste sentido, a partir do Capítulo I, recorreremos ao contexto em que alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros (Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, e do próprio Varnhagen) produziram obras comprometidas com a invenção letrada da nação brasileira, na qual notamos atuar um interesse inédito em retirar o véu de obscuridade que turvava as visões dos interiores do território.

Em clássicos como *Capítulos de História Colonial*, observamos esse trabalho de estender os domínios da historiografia sobre as formações sociais dos sertões. Esta região também fora, segundo o ideário influenciado pela literatura e o espírito do romantismo, a única portadora de uma aura de mistério, encanto, e de valores essenciais para a formação da verdadeira identidade nacional (VERÍSSIMO, 1998 e SANDES, 2000).

Para muitos dos autores românticos, as populações sertanejas (índios, sertanejos, caboclos e vaqueiros, segundo a tipologia de Oliveira Viana) eram também as portadoras autênticas do frescor juvenil que a nação deveria encarnar. Aspecto, para eles, gerador e essencial para a afirmação da soberania da nação.

Tais temas formam um mosaico onde tanto a ideia da nova capital, como o seu deslocamento para o interior, aparecem amalgamados. Por meio dessa mitologia sertaneja era reforçada a crença, também alimentada por parte significativa da corte e, depois, pelas elites políticas da Primeira República, de que apenas no interior do território haveria elementos capazes de acionar o desenvolvimento nacional em bases nacionalistas, pois o litoral, nessa perspectiva, já estaria contaminado pelos modismos importados. Tal ideia seduziu gerações de intelectuais, dos românticos aos desenvolvimentistas, pois atuava como quimera universalista. Para eles, seria fácil identificar em muitas nações do Velho Continente a confirmação da tese de que abrigar centros decisores em posições interioranas resolvia também questões mais permanentes e essenciais, como a forja da identidade de um povo e o desenvolvimento econômico. Paris, Londres, Viena e Madri, todas estavam assentadas em lugares seguramente afastados de posições litorâneas.

No Brasil, o problema era que a palavra designadora do útero da nação sonhada referia também um lugar enigmático, ou como postulam alguns analistas⁶, um *não lugar*: o ente denominado sertão. Não se trata, porém, de uma designação genérica que refere um lugar geograficamente determinado. Pelo contrário, esse sertão vai muito além dos limites ditados pela geografia, tornando-se uma entidade cultural e histórica que ultrapassa tal designação. O sertão como conceito é algo que, às vezes, vem descrito como sendo uma fera desconhecida:

Um bom exemplo é o (sertão) de Uberlândia que, ainda no século XIX, era chamado de “boca di sertão”. A organicidade positiva da imagem era mais do que suficiente no sentido de advertir o viajante de que, daquele ponto em diante, o que ele iria encontrar seriam as ásperas entranhas desse perigoso ente mitológico chamado sertão (PIMENTEL, 2006: 09).

Neste trabalho, optamos pelo sertão “*não lugar*”, isto é, o ente caracterizado menos pela fixidez geográfica e mais pelo movimento criado através de uma mitologia literária. O sertão, ao ser concebido na forma de um conceito e não de região geográfica, expande elementos pelo universo cultural da sociedade. E dá sentido aos fazeres de quem vivia encapsulado em formas diferenciadas de interação com o tempo e com o lugar. O sertão,

⁶ Em 2006, como parte das comemorações do centenário de Guimarães Rosa, a Revista da UFG publicou um dossiê sobre o Sertão, no qual os estudiosos Sidney Valadares, Salma Saddi, Aguinaldo Gonçalves, Octaviano de Oliveira, Luiz Roncari, Luiz Gonzaga Marchezan, Thaís Lobosque, Wolney Unes e o fotógrafo Rui Faquini expressaram em artigos suas impressões sobre esse tema.

nesse sentido, se comporta também como categoria de pensamento e, em algumas interpretações, chega a se constituir em Odisséia brasileira, pois adquire a natureza fundadora na qual até o espaço se torna imaterial, o que dificulta encontrar tanto o seu começo, como o seu fim, pois é um mito (ROLAND, 1997). Este sertão-conceito é o mesmo que semeia elementos através da literatura, como em *Grande Sertão: Veredas*, que, na palavra de Riobaldo, caracteriza-se pela ausência de parâmetros ditos civilizados “*onde os pastos carecem de fecho; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde um criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade*”. Pois é essa mesma busca roseana de sentidos em um mundo sem cercas, sem leis escritas, sem fronteiras definidas, pois inserido na própria fronteira, o dado que mobiliza nossa viagem-narrativa.

No primeiro plano da análise, procuramos acompanhar as lutas empreendidas em torno da necessidade de controle e exercício do poder político, sem que isso ofusasse a compreensão das batalhas conceituais em curso. No interior da transição, as situações que foram apresentadas à sociedade local a partir da construção da nova capital abriram perspectivas nas quais as representações mudavam tanto o espaço da atuação política, quanto os domínios das práticas culturais. E os problemas dessa renovação foram substancialmente influenciados com a aproximação do processo modernizador, que abalava as antigas acomodações. Nesse ambiente, ocorreu uma aceleração extraordinária daquilo que, em outras regiões do País, se dava de forma menos radical e veloz: a transição do poder dos coronéis ruralistas para um novo tipo de burocracia. O aceleração da história cindiu o patriarcalismo antigo, que era de base autoritária, configurando-se em experiência regionalizada do coronelismo da Primeira República. Esse status antigo, ao ser interpelado por novos valores, transmutou-se, vindo a acomodar elementos no interior das práticas da nova burocracia, que era citadina e denominada moderna, mas que incorpora a herança contraditória das mesmas práticas autoritárias daquele patriarcalismo. Os receptores locais das mudanças, diante das imposições da nova burocracia do Estado, compareceram de forma resignada diante dos novos valores, pois também representavam expectativas suas. No confronto “modernidade X tradição”, a vitória do primeiro impõe para toda região um novo padrão de sociedade. Este traz a marca do individualismo, como contrapartida essencial e irremediável do processo de desencantamento do mundo operado sobre a cultura planaltina (BENJAMIN, 1994). O ofuscamento dos valores tradicionais, antes reconhecidos como de validade inquestionável, obviamente, compunha o contexto da transição realizada sob a batuta do Estado modernizador, que, além disso, jamais ficou restrito aos limites mais visíveis das esferas política, social ou econômica, atingindo com força demolidora o cerne da cultura. A

sobreposição de valores externos, materializado na vigência do racionalismo da nova burocracia, o aniquilamento das tradições e, entre elas, o patriarcalismo antigo, trouxe consigo tudo aquilo que já conhecemos como sinais da “nossa modernidade” e que a análise sociológica atesta: individualismo, crítica, ciência, aceleração do tempo, etc. Portanto, após a perda da inocência vivida nos “*tempos antigos*”, ou na “*idade do ouro*”, então superada, restava ao sertanejo a crua realidade de ter que viver na periferia da modernidade que fora sonhada, esperada e alimentada.

Para trabalhar com os problemas dessa transição, procuramos seguir as orientações teóricas que alertam sobre a necessidade de acerrar-nos das palavras de maneira crítica (KOSELLECK, 2006). Foi o que fizemos, a partir do Capítulo II, ao analisar a produção letrada goiana anterior ao advento da nova capital. Por meio dessa linha de análise, trabalhamos com as tensões localizadas entre a possibilidade de fazer uma história dos conceitos sem, contudo, perder os aportes da história social, e, por essa via, ter em conta que os significados das palavras eram muitas vezes redefinidos em consonância com a aquisição dos novos valores. Esta opção prendeu-se ao fato de que o conjunto de documentos, testemunhos e memórias pesquisados, sem as ferramentas teóricas da história conceitual, correria o risco de ser reduzido ao aspecto meramente pitoresco, não conseguindo ir além de ilustrar uma narrativa completamente devotada à história social. Por outro lado, de posse dos procedimentos metodológicos dos conceitos, o nosso campo de análise ganhou uma dimensão temporal dirigida ao futuro daquele passado. Aspecto que coloca o empenho dos envolvidos no sentido da aposta ética que aponta para aquele “*dom de despertar no passado as centelhas divinas da **esperança***” (BENJAMIN, 1994). De certa forma, a palavra negritada, mais do que depositária dos horizontes de expectativas dos sertanejos, é um conceito fundamental em todo desenrolar dessa história.

Ao analisarmos as expectativas que foram projetadas a partir da ideia de construção da nova capital, percebemos que, quando articuladas por sertanejos, palavras-conceitos como *esperança*, *desenvolvimento* e *progresso* adquirem tons universalistas. Obviamente, o que se sobressai da análise não é o dado das palavras utilizadas em si, pois, a seu tempo, procuravam relatar experiências singulares e, portanto, diferentes, mas a presença da mesma necessidade de querer “*definir, manter ou impor posições políticas ou sociais em virtude das definições*” (KOSELLECK, 2006: 102).

Na organização dos discursos, o sentido da esperança no futuro, que há muito era articulado através da disposição verbalizada de querer alterar a própria realidade, com a

aquisição plena dos novos conceitos, fornecia aos seus usuários poderes suficientes para adotar os valores modernos como normas de um novo projeto de sociedade.

No caso específico das desapropriações das terras, a disposição inicial de abrir mão da sua posse demonstra que aquela esperança original era transformada em prática culturalmente respaldada. Contudo, como os acontecimentos vieram contrariar as expectativas iniciais, pois desencadearam em prejuízos aos interesses locais, novas palavras derivaram em sentimentos carregados de negatividade e apreensão.

As revoluções operadas a partir do início da construção de Brasília também foram possuidoras inegáveis de universalidades; contudo, seus frutos nem sempre eram bons e doces para todos. Na fala desencantada de pessoas que viveram aqueles anos, as promessas revolucionárias entravam no rol das perdas admitidas. Tributo amargo, cobrado à vista, pelas ilusões do moderno. Referindo-se ao contexto das mudanças, o carpinteiro planaltinense, Seo Lô, entrevistado em 1984, lamentava: *“Hoje nem trancado você não pode dormir tranquilo”* (BRASIL, 1985).

Para os planaltinos, a realidade moderna imposta por Brasília, após a consolidação do novo status, traz uma vinculação diferente do que fora planejado como desenvolvimento regional. Portanto, o sentido externo e direto da apreensão das novidades é algo que veio contrariar as perspectivas de mudanças que animaram as gerações anteriores. O que singularizou esse processo de desencanto foi o fato de que o trunfo revolucionário que impregna o moderno desde as lutas culturais do Renascimento, ou seja, a possibilidade de transformação ativa deste mundo, era justamente o que mais prejudicava a identificação de seus interesses com o moderno. Para entender esse tipo de problema, é fundamental admitir que o que parecia assustador ao sertanejo era justamente aquela possibilidade (absurda, para ele) de encontrar-se daí por diante condenado a viver em um tempo no qual, segundo crítica de Weber, só se pode *“captar o provisório e nunca o definitivo”* (WEBER, 1968: 39).

Desse modo, um problema crucial é colocado: como é que pessoas culturalmente moldadas por interações tradicionais (a cultura dita rústica, ou caipira, segundo tipologia de Antonio Candido) poderiam reagir ao paradigma marcado por essa provisoriedade latente, marca da experiência com o moderno, se não com desconfiança?

Entendemos que o acirramento dessa desconfiança se justifica com as revelações que acontecem com o desenrolar dos eventos. Pelo lado da sociedade planaltina, as cisões existentes no seio do grupo dirigente favoreceram as atitudes de algumas lideranças locais a articularem pensamentos diferentes do que praticava a comunidade local. Os novos líderes

locais, entre eles, um grupo de privilegiados “*coronéis diplomados*”⁷, singularizaram-se diante de seus pares. Por meio das pessoalíssimas relações familiares, ou através dos contatos estabelecidos com o mundo exterior, tiveram acesso aos valores da sociedade cosmopolita. No movimento que resultou em diferenciação, foram decisivos os canais de acesso às informações que vinham na forma de notícias (cartas, jornais, ondas de rádio, *viajantes*, caixeiros viajantes, mercadorias, etc.) e, principalmente, a experiência de estudar “*fora*”, isto é, alcançar a formação acadêmica em centros de referência como Rio de Janeiro, Recife ou São Paulo.

Outro fator determinante para a formação das fissuras que vieram abrindo o corpo social da elite sertaneja foi a militância política. Prática que permitia e forçava o inevitável: o convívio com lugares, pessoas e conceitos diferentes dos que eram praticados no sertão. Em razão disso, o isolamento se rompia e as mudanças alinhavavam com mais determinação ainda os seus propagadores ao discurso modernizador que vinha na esteira das mudanças.

Para compreender esse movimento, recorremos aos domínios da memória registrada, pelos quais trabalhamos com a metodologia consagrada como “histórias de vida”. As gravações e degravações de depoimentos disponibilizadas nas prateleiras do ArPDF (Arquivo Público do Distrito Federal), em Brasília, foram essenciais. Além dessas, na realização de outros trabalhos, havíamos acumulado cerca de uma dezena de entrevistas. O conjunto dessas fontes muitas vezes se comportou também como testemunho vivo, cobrando seu lugar na história. Comprometer-se com a legitimação desse reconhecimento, contudo, não se traduz em postura ressentida, como aquelas que apontam apenas as mazelas que foram produzidas na esteira da modernização, ou, de outra forma, as que celebram aquela suposta pureza sertaneja perdida. Na condução dos depoimentos, procuramos contornar essas armadilhas. Ao dialogar com os narradores identificados, decidimos que o melhor seria adotar a mirada perspectiva, que se guia pelo compromisso de extrair do fazer historiográfico o trabalho com pretensões de ciência.

Max Weber, ao criticar os vícios acadêmicos da Alemanha da primeira metade do século XX, em formato de crítica, produziu um clássico sobre as limitações implícitas à ideia da inevitabilidade do moderno. O discurso proferido diante de acadêmicos alemães alertava

⁷ O “coronel diplomado” é um conceito proposto pelo jornalista goiano Joaquim Rosa, que assim o descreve: “*Conseguido o diploma (de médico), o jovem facultativo batia barraca onde mais conviesse. Começava modesto, acolhedor, atendendo a todos, democraticamente, receitando até sem cobrar, rasgando flemões, meio inexperiente ainda. Ia à pé às pontas das ruas, valise com o estetoscópio, o esfigômetro, o material de injeção. Aliava-se ao boticário mais graduado do lugar, geralmente político serrando de cima. Adquirindo certo nome, começava a atuar na política da terra. Casamento com filha de coronel, do fazendeiro ou de qualquer importante, completaria a performance clínica* (ROSA, 1974: 43).

para o sentido inventor do *ethos*⁸ ocidental que, para ele, nasceu agregado ao fazer ciência (no sentido iluminista do termo), de onde vem a seguinte colocação: “*Estou certo de que não se presta nenhum serviço a um indivíduo que ‘vibra’ com a religião quando dela se esconde, como, aliás, dos demais homens, que seu destino é viver em uma época indiferente a Deus e aos profetas*” (WEBER, 1968: 48). Pois é justamente esse tipo de exigência o preço que fora cobrado aos planaltinos pela possibilidade de incorporação ao moderno. Caso contrário, a simples exclusão.

A identificação das mudanças na cultura permite dizer que a cidade nova propiciara essa experiência de substituição do extenso *pneuma* profético, que atingia amplamente a vida comunitária planaltina, pelos pequenos núcleos familiares da vida ditada por valores essencialmente individuais. Nesse caso, o tipo de “*serviço*” que era prestado ao sertanejo pelas mudanças cobrou o preço mudando o conceito de isolamento. O que deixava de existir eram apenas as dificuldades de estar em contato com o vasto mundo exterior. Em seu lugar surge outro tipo de isolamento, este mais visceral, pois passa a separar as pessoas: o individualismo. Tudo isso como consequência direta da supressão dos antigos laços comunitários de uma sociedade secularmente estruturada em torno de uma cultura comunitária hegemônica que, seguindo os horizontes alcançados pela religiosidade praticada, enlaçava inclusive as populações de Pirenópolis, São João D’Aliança, Santa Rosa, Flores, Sítio D’Abadia, etc. (os outros municípios formadores da região estudada). Como alertara Weber, em troca da experiência com o moderno, aquela gente teve que viver, daí em diante, o desafio de ter que se colocar em um mundo completamente “*indiferente a Deus e aos profetas*”.

No cenário dessas mudanças, identificamos um processo no qual ocorre o desmanche da sociedade tradicional em prol de uma pretensiosa experiência com o moderno e que reproduz indivíduos deslocados de seu mundo. Vemos nascer então aquele ser portador de uma efemeridade aterrorizante em relação à passagem do tempo e ao espaço; e que, das novas periferias metropolitanas, começam a lançar opiniões fragmentadas e desiludidas sobre

⁸ A palavra *ethos* significava para os gregos antigos a morada do homem, isto é, a natureza, uma vez processada mediante a atividade humana sob a forma de cultura, faz com que a regularidade própria aos fenômenos naturais seja transposta para a dimensão dos costumes de uma determinada sociedade. Em lugar da ordenação observável no ciclo natural das coisas (as marés ou as fases da Lua, por exemplo), a cultura promove a sua própria ordenação ao estabelecer normas e regras de conduta que devem ser observadas por cada um de seus membros. Sendo assim, os gregos compreendiam que o homem habita o *ethos* enquanto a expressão normativa da sua própria natureza. Embora constitua uma criação humana, tal expressão normativa pode ser simplesmente observada, como no caso das ações por hábito, ou refletida a partir de um distanciamento consciente (LASTÓRIA, 2001: 63).

a própria existência. Contudo, as superações operadas a partir dos primeiros impactos, apesar de uma incoercível força, nada afirmam sobre a perenidade dos modelos de desenvolvimento por elas engendrados.

A análise das contradições que vieram no bojo da modernização (urbanização, aceleração do tempo, etc.) mostra que, no refluxo da onda, o espaço para a possibilidade, colocada pela cultura, de acontecer algum nível de diálogo com o diferente e por seu intermédio operar com os valores que foram negados, mais uma vez foi ignorado. Estudar o processo de transformação acelerada da cultura planaltina acena para a necessidade de ultrapassar a superficialidade que resulta da sua mera folclorização. Se a produção historiográfica apenas inicia o trabalho de construção intelectual do sertão, a literatura foi pródiga em abordar seus temas. Não foram poucos os autores que se debruçaram sobre aspectos da cultura sertaneja, não importando se idealizados ou não. A produção narrativa resultante ocupou importantes espaços dos movimentos da nossa literatura, faltando agora historicizá-los. Alguns clássicos do regionalismo do Centro-Oeste, como Bernardo Élis, Hugo de Carvalho Ramos, José Décio Filho e Carmo Bernardes, e outros nacionais, como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Bernardo Guimarães e José de Alencar, foram particularmente tocados pela voz desses excluídos da história.

Uma das fontes essenciais para a interpretação do sertão deve ser buscada nas incursões originais de Euclides da Cunha. A sua obra mais conhecida, *Os Sertões*, pelo pioneirismo e, sobretudo, pela qualidade literária, é considerada por alguns críticos como narrativa fundadora, não só do sertão, mas do próprio Brasil. Ana Maria Roland, em *Fronteiras da Palavra, Fronteiras da História*, chega a atribuir-lhe o status de *Odisséia Brasileira*. Contudo, no contexto deste trabalho, colhemos da obra notável a crítica que coloca o dedo na ferida que resulta em postura intolerante, sempre que nossas elites tiveram que lidar com o diferente. Aspecto que foi exercido ao extremo nos trágicos acontecimentos de Canudos.

A atualidade e a importância de Euclides da Cunha são incontestáveis. A surpreendente descrição permitida pelo vislumbre do Arraial de Canudos prenuncia ali a vigência da mesma estética que hoje é atualizada nas centenas de favelas que pipocam nas periferias de nossas metrópoles. Neste caso, como em tantos, Cunha foi um mestre:

O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômodos, atulhando as canhadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltado nos pendores – tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto. / Não se distinguem as ruas. Substituíam-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal

separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos (CUNHA, 2002: 174).

O novo que já nasce feito em ruínas, além do matiz poético, traz a mensagem onde ecoam as muitas violências que vieram inscritas no convívio com as protocidades modernas dos pobres. Centenas de arraiais de canudos, com seus casebres toscos, atualizam os sertões nas fronteiras imediatas das grandes cidades, lançando antigos desafios à modernidade.

Pois é esse sertão-feroz, modernizado em favela, que se mostra como marca distintiva de nosso (sub) desenvolvimento e que, de muitas formas, não para de cobrar sua presença na história. Para narrar um de seus capítulos, anunciamos que havia uma cultura planaltina. Pessoas que também projetavam futuros em torno da invenção de Brasília. Entendemos que o esforço operado em torno do aniquilamento do outro coaduna-se com o padrão de opostos que se diferencia a partir de antíteses tão antigas como aquelas que, nos primórdios do Ocidente, opunha helenos e bárbaros, formando, assim, um sistema no qual, segundo Koselleck, há uma determinação histórica negativa dos últimos. É encontrada, assim, a justificativa para a formação de uma dualidade semântica assimétrica na qual haveria a fraternidade entre helenos e seu oposto: o desejo de destruição apontado contra a ameaça de degeneração representada pela “*barbárie*”.

Esse panorama polarizado é o dado que dirige a produção de uma linhagem discursiva que dá sentido narrativo ao movimento mudancista. O próprio comandante do projeto Desenvolvimentista, o presidente Juscelino Kubitschek, articulando a defesa de seu “*Plano de Metas*”, faz a delimitação geográfica didaticamente clara daquela que seria a barbárie brasileira:

A resposta é simples: o deserto sem fim, desdobrado nas suas características regionais - a caatinga, no Nordeste; o cerrado, no Planalto Central; o pantanal, nas regiões alagadiças de Mato Grosso; as pastagens, nas zonas de pecuária do Triângulo Mineiro e das coxilhas rio-grandense e a tenebrosa, indevassável e misteriosa floresta amazônica, no Norte do País. (...) Em face dessa realidade, cruel para o nosso orgulho de brasileiros impunha-se à realização de uma nova e dinâmica política no país. O Brasil, voltado até então para o mar, teria de assumir uma atitude diametralmente inversa, isto é, voltar as costas para o oceano e empenhar e tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas (KUBITSCHKE, 1975: 12).

O imenso continente interior. O lugar complexo que acabamos de ler como identificação de algo “*cruel*” e embaraçoso para “*nosso orgulho de brasileiros*” seria, então, a representação do obscuro, do deserto sem fim, do ente denominado sertão, constituindo-se em realidade a ser domada na obra civilizadora do desenvolvimentismo.

Contudo, a pesquisa desvenda outra realidade. Haveria então a situação em que os sertanejos planaltinos, durante a maior parte da vigência do movimento mudancista, emitiam vigorosos sinais de identificação com o projeto de desenvolvimento nacional. Postura que resultou em planos e ações preparatórias de seu ingresso nos modelos de sociedade e desenvolvimento suscitados pela via do desenvolvimento regional. A transformação da esperança em enredo trágico, contudo, só ocorre após a inauguração de Brasília, quando os representantes da alteridade sertaneja começaram a adquirir consciência, junto com os candangos, da possibilidade de confronto com a burocracia citadina. Com a constatação de seu descarte (o triste personagem que fora imaginado desaparecendo ao entrar em contato com os valores modernos ou, como no caso dos candangos, com o seu retorno submisso aos rincões de origem), esses excluídos se viram alienados dos sentidos da obra que estava sendo erguida com seu trabalho ao lado de suas moradas.

Resistiram.

Em Planaltina, Formosa e Luziânia, a suspensão temporária de algumas festas populares corresponde à parte dessa resistência e do desejo de sintonia com o moderno. Por outro lado, os candangos também ofereceram resistência contra o que fora planejado. Ao permanecer nos arredores do monumento, iniciaram a formação de uma nova periferia. Nesta, os grupos excluídos, como párias da modernidade, passaram a ser perseguidos pela implacável direção da NOVACAP⁹. O furor dos primeiros prefeitos de Brasília os escorraçaram para fora dos domínios da cidade nova, como planejado.

O inesperado foi a resistência. E resistindo, acabaram ficando.

Então, as caçambas dos caminhões das empreiteiras e da própria NOVACAP rangeram com os cacarecos dos recalcitrantes. Promovia-se assim, via despotismo, o encontro originalíssimo dos primeiros excluídos da cidade com os sertanejos.

O caso é que a distância entre o desejo de moderno e a crua realidade da exclusão, nesse caso, passou a ser preenchida pela resistência cultural daqueles. Formaram-se novas cidades. Onde havia Planaltina, Formosa e Luziânia, proliferaram urbanidades: Gama, Taguatinga, Guará, Sobradinho, Recanto das Emas, Samambaia, etc. E, hoje, são mais de vinte, algumas imensas.

As mudanças vieram definindo um novo padrão de sociedade. Neste, a visão de mundo dos atores era forjada na ausência de referenciais seguros, como aqueles que eram

⁹ Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital): empresa criada pela Lei nº 2874, de 19 de setembro de 1956, com o objetivo de construir a nova capital do Brasil. Foi também a responsável por administrar a construção da cidade, organizando a sua urbanização e infraestrutura, especialmente nos primeiros dez anos que sucederam a inauguração de Brasília.

dados pela vida religiosa. O mal-estar causado pela economia das perdas é próprio desse tipo de balanço. Operação em que a ruptura mostra toda sua radicalidade, apesar do esforço dos envolvidos em apreender, guardar e praticar as novas modas.

Outros sertões foram criados.

Em mapa produzido no distante século XVIII pelo geógrafo George Matthaus Seutter, já aparecia a objetivação que o nome escolhido bem informava. Naquele, todo o território que ultrapassava a estreita faixa litorânea era denominado “*Brasilia Barbarorum*” (MAPA 01). Designação que informa também sobre seu oposto: civilizado seria apenas o litoral.

Aplicando essa dicotomia ao caso em estudo, como consequência da divisão que estabelece antíteses, a formação social planaltina poderia ser vista como possibilidade de realização do contraponto crítico com o modelo hegemônico de interpretação dos acontecimentos.

A partir da identificação dessas peculiaridades, procuramos analisar essa cultura como prenhe de experiências humanas radicalmente diferentes dos padrões ditos modernos. Alguns planaltinos, no momento em que precisaram lidar com conceitos que, na maioria das vezes, eram utilizados contra eles (*progresso, mudança, transformação, integração, pátria, tempo e história*) amoldaram-se às novas exigências. O problema colocado é o de buscar, através da análise dos acontecimentos, os ecos dessas experiências e o quanto os seus sentidos estavam apontados para o futuro propiciado pela presença da nova capital.

É certo também que, desejando viver sob o signo do moderno, alguns desses sertanejos, imbuídos do desejo de moderno, diferenciaram-se da parcela que permanecia agarrada aos valores da cultura original. Desse modo, durante os anos de consolidação da nova metrópole, estabilizou-se um imenso mundo des-histórico, a *Brasilia Barbarorum*.

Tomando a forma de uma miríade de lugares onde a memória da tradição continuava vicejando, àqueles restou a alternativa de aglutinarem-se em torno de parques substratos de um tipo de vida ainda amalgamada pelos vestígios de uma cultura popular de festas e de uma profunda religiosidade.

Para essas regiões voltamos o esforço desta reflexão.

MAPA 01



“Mappa Geographica Regni Brasiliae” de George Matthäus Seutter (1735). Todo o vasto interior do território é apresentado como Brasilia Barbarorum (TEIXEIRA, 2009).

CAPÍTULO 1 – CULTURA LETRADA E LEITORES SERTANEJOS

1.1 – ASPECTOS DA CONCEPÇÃO DO SERTÃO COMO CONCEITO

Como é de praxe, a passagem dos 50 anos de Brasília tem suscitado um maior interesse por sua história. Este, contudo, muitas vezes, deixa na sarjeta a alteridade sertaneja pré-existente à construção da nova capital. Tal desvio historiográfico pode ser atribuído à tradição interpretativa do Brasil que consolidou o entendimento da história como possibilidade exclusiva da parte mais visível e rica de nossa formação social. Os temas que remetem à herança aristocrática de base escravista, que se afirmou por meio de mecanismos de subordinação aos interesses metropolitanos europeus, têm predominado no panorama de nossa historiografia. Por isso, a preponderância dessa atração pelo mar. De certo modo, a representação dominante da sociedade brasileira, que se reconhece como parte do modelo mercantil de organização econômica, foi responsável pelo sumiço das outras formações sociais que vicejam nos interstícios da história. É inegável que, no interior do país, modelos de sociedades como a que denominamos planaltina deu forma a tipos de organizações que foram capazes de elaborar uma cultura radicalmente diferente daquela.

Por ter sido edificada no interior do País, a narrativa sobre Brasília é projetada como possibilidade historiográfica que cobra a presença atuante, entre outros, desse lastro sertanejo. De outra forma, correria o risco de, no mínimo, perpetuar uma injustiça: negar ao outro a legitimidade do direito à história. E aí temos também um problema ético.

Sob o ponto de vista da hegemonia, os cânones que regem a história do Brasil a colocam na condição de capítulo da expansão mercantil europeia e não podem ser contestados. Não é este o caso. Contudo, nosso trabalho pretende chamar atenção para outro aspecto, menos visível, mas não menos importante para a compreensão dos cenários que foram descortinados quando da construção de Brasília. A proposta é entender a história da cidade com parte de um contexto mais amplo que lança luzes tanto sobre o processo de modernização nacional, como para as transformações que fizeram a cultura sertaneja operar

com a perspectiva futura de desenvolvimento regional. Para isso, fizemos incursões sobre as elaborações dessa sociedade específica (planaltina), pois ocupava a região escolhida para receber a nova capital.

De acordo com o atual estado da arte, a história planaltina começa com a grande separação demográfica que afastou para o hinterland imenso do País diversos grupos sociais. Esses, por diferentes motivos, não mais podiam ou queriam viver nas zonas litorâneas.

Para compreendermos a formação dessa alteridade, é preciso situá-la dentro de um processo muito maior e abrangente, e que estratifica a sociedade brasileira em diversos antagônicos, como, por exemplo, escravos e senhores; ricos e pobres; homens e mulheres; esclarecidos e ignorantes e, neste sentido, litorâneos e sertanejos.

Sob o ponto de vista da historiografia, a construção intelectual de uma perspectiva que valorizasse o sertão teve em Capistrano de Abreu (1853 – 1927) um dos primeiros interessados. A biografia do historiador cearense informa que, após deixar sua terra natal, passou a empreender esforços no sentido da busca de uma dada natureza íntima nacional que, para ele, haveria de estar no interior do país. Desse modo, em 1899, ao publicar *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*¹, Abreu propunha uma rota diferente de percepção da história do Brasil. Com essa obra, os limites do território e da cultura brasileira foram ampliados significativamente, pois, com a dilatação das fronteiras, interiorizava-se o entendimento e reconhecia-se parte do sertão. A ousadia historiográfica de Capistrano abriu perspectivas de superação da definição de Frei Vicente do Salvador, que condenou o Brasil a uma existência de crustáceos: os seres rastejantes das praias sempre expostos às cutiladas colonialistas do Velho Continente.

Seguindo o itinerário dessa historiografia interiorana, nossa atenção se volta primeiramente para os processos de territorialização que foram desencadeados desde o estabelecimento dos caminhos coloniais e das estradas reais². Tais vetores, uma das principais fontes de inspiração capistraneana, foram também responsáveis pela constituição de uma rede articulada de rotas de desbravamento do sertão. Através dela, a limitada noção de civilização litorânea é ultrapassada.

¹ A sua primeira publicação foi realizada sob patrocínio do “*Jornal do Commercio*”, nas edições de 12 e 19 de agosto e em 10 de setembro de 1899.

² De acordo com Capistrano, o conceito de *Estrada Real* pressupõe: natureza oficial, exclusividade de utilização e vínculo com a mineração. Nessa perspectiva, a designação “*Estrada Real*” reflete o fato de que o caminho referido era *oficial*, sendo também o único autorizado para a circulação de pessoas e mercadorias. A abertura ou utilização de outras vias constituía crime de *lesa-majestade*, estando na origem do termo *descaminho* o sentido do contrabando.

A preocupação de Capistrano, contudo, se prendeu aos três primeiros séculos da vida colonial. Para ele, o movimento de interiorização, muito mais do que os processos econômicos e sociais litorâneos, fora responsável pela escrita da mais interessante página da História do Brasil. As palavras iniciais do capítulo IX (“O Sertão”) de *Capítulos de História Colonial*, afirmam que a história da ocupação litorânea encolhe-se, pois “*deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo*” (ABREU, 2001: 107).

Em nosso entendimento, essa corrente dita volumosa e fertilizante é a mesma que, a partir do século XVIII, irrigou, na região das nascentes das águas do Planalto Central, a vida dos núcleos de povoamento que deram origem ao Arraial dos Couros, Mestre D’Armas e Santa Luzia, as matrizes históricas de Formosa, Planaltina e Luziânia.

As elaborações de Abreu são pertinentes para delimitar o nosso problema, pois concedem profundidade historiográfica à interpretação de uma, poucas vezes considerada, elaboração intelectual sobre o interior do País.

Narrativas fundadoras como as de Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, fornecem elementos semânticos que facilitam a compreensão de importantes linhas de representações que foram elaboradas sobre o universo do sertanejo. A aproximação com o tema deixa à mostra que muito do que se falou sobre o sertão nasceu com a marca do preconceito, pois, ou estereotipava sua gente como inculta, ou mitificava seu espaço como a possível Odisseia Brasileira. O próprio Euclides da Cunha, ao empregar o termo *sertão ignoto* (CUNHA, 2002), incorre em uma distorção que, como tantas outras, também apareceu em muitos relatos de observadores, analistas e viajantes, principalmente estes, pois foram responsáveis por inúmeras narrativas que projetaram sobre o interior do Brasil no século XIX, através de suas narrativas fidedignas, um mosaico de modelos de sociedade absolutamente diferente do que havia. Inventava-se, com isso, um campo ideológico dividido entre o esclarecimento, pelo lado litorâneo, e o seu contrário, o mundo arcaico, pelo lado sertanejo. A associação entre sertão e arcaísmo, ou escuridão, gerou também a existência presumida de uma aura de perigo a ameaçar os que dele se aproximavam. Este aspecto, por estar na base das construções de discursos sobre o sertão, merece uma aproximação mais cuidadosa.

São muitas as crônicas que revelam as nuances da conquista dos sertões. Nelas, o confronto com o desconhecido trazia de volta algumas daquelas características psicológicas que, antes, animaram corajosos navegadores lusitanos na empresa das “Grandes Navegações”: o apreço pela aventura, o desejo de descobrir e a proximidade com o perigo.

Após o fechamento do ciclo dos descobrimentos, quando as primeiras colunas de desbravadores penetraram o interior do território, o gesto solitário dos que se fixavam e lançavam as bases da colonização interiorana agregou aos alicerces do edifício cultural do sertão as mesmas características de aventura e coragem. Contudo, nesse convívio, além dos conteúdos psicológicos de embate com os signos do oculto, outras incertezas foram juntadas no contato com as paisagens sertanejas. Estas, como nos “Descobrimentos”, expunham aventureiros a incontáveis situações de perigo iminente. As crônicas relatam que, no calor da conquista interiorana, sensações vividas anteriormente no “Mar Oceano” vinham renovar uma inquietante possibilidade de mortificação.

O intelectual baiano Teodoro Sampaio foi um que elaborou impressões sobre a convivência sertaneja com o perigo. Ao embrenhar-se pela espinhenta caatinga nordestina, esse mulato ávido por aventuras alcançou muitas proezas. Antes da experiência com o sertão, fora capaz de percorrer os tortuosos caminhos da formação acadêmica brasileira do século XIX, deixando valiosas contribuições para o conhecimento da história, da geografia e da sociologia do interior do País. Em artigo reproduzido por Capistrano de Abreu, Sampaio alertava os espíritos aventureiros para o que os esperava no sertão: o desnorteamento e a possibilidade de não mais retornar.

Se o perigo da mata virgem é a solidão sem veredas e sem saídas, o terror da catinga é o **desnorteamento** infalível pela **multiplicidade** delas. O bruto com seu instinto rasga horizontes sem vacilar; o homem, porém, que de uma vez penetrou na catinga e lhe **falhou** a memória na escolha da vereda, é uma **vítima** que só um milagre o salvará (SAMPAIO *apud* ABREU, 1998: 5, grifos meus).

Aos poucos e apesar das ameaças, o sertão veio se constituindo em função dos caminhos descobertos³ por aventureiros. A esses caminhos é admitido, muitas vezes, não serem mais do que heranças do íncola ou, como em outros locais, decorrências de trilhas abertas pelo tapir americano. Contudo, desempenharam uma função social e econômica crucial para a conquista interiorana, pois, em seu percurso sinuoso, estabeleceram-se as bases para a existência das primeiras povoações sertanejas. Tal lógica inverte a interpretação da

³ Ilmar Mattos, em artigo publicado na página eletrônica do projeto Modernos Descobrimentos (PUC-Rio) faz preciosas considerações sobre o conceito de descobrir: “*Seja lá como for, "achar" e "descobrir", "descobrimento" e "achamento" estão associados à novidade, a novos espaços e à sua tradução geométrica, à possibilidade de saber operar com eles. Todavia, as chaves do "descobrir" são saber onde se pretende chegar; estabelecer marcos na via susceptível de conduzir ao destino almejado; daí conseguir traçar a rota que reconduzirá ao ponto de partida; e, finalmente, saber regressar ao mesmo destino e chegar são e salvo. O regresso, assim, como a concretização do descobrir*” (MATTOS, 2004).

ocupação do litoral, na qual os povoados e os portos definiram os caminhos que, por sua vez, eram estabelecidos por meio de rotas fluviais ou marítimas.

Para entender alguns dos conteúdos que habitam dentro da palavra *sertão*, o correto seria então procurar no mapa dos caminhos o sentido da percepção da sua espacialidade. Por causa dessa ligação visceral com os caminhos, e contrariando aquilo que a ideia de isolamento indica, em vez da permanência e da passividade, característica muitas vezes atribuída ao sertão, identificamos uma vinculação muito forte do sertão com o movimento, e repetimos, apesar do isolamento. A natureza psicológica de quem viaja, nesse caso, foi determinante na elaboração das bases culturais sertanejas. Naturalmente, as concepções que procuram enquadrar o sertão como entidade estática no tempo e no espaço derivam daquilo que se é induzido pensar ao ouvir a palavra sendo articulada pela literatura de inspiração regionalista (Bernardo Guimarães, Afonso de Taunay, José de Alencar, Euclides da Cunha e, mais recentemente, Carmo Bernardes).

José de Alencar, por exemplo, em *O Guarani*, inventa um castelo medieval em pleno sertão brasileiro. Nesse sentido, as desventuras de D. Antônio Mariz, um dos protagonistas do romance, pressupõem a vigência de uma sociedade que só muda muito lentamente. Contrariando esse princípio, os textos que buscaram as chaves da compreensão da cultura gerada a partir dos caminhos coloniais, quase sempre se defrontaram com um problema crítico, o caráter mutante tanto dos caminhos como de seu correlato: os sertões. A indefinição das rotas; a repetição toponímica e geográfica dos lugares, aspecto relevante da experiência de quem viaja e a mutabilidade das paisagens, tormento que acompanhava aquela gente aventureira, vem fertilizar o terreno da cultura que começava a ser gestada a partir do limes sertanejo.

O pesquisador inglês Richard Burton, em sua viagem do Rio de Janeiro para Congonhas do Campo, nas Minas Gerais, realizada pelo ano de 1867, deixou impressões muito positivas dessa experiência:

Nada mais fácil, nos campos em geral que a ‘errada’, que o povo chama de ‘comprar porcos’. O terreno frequentemente é uma rede de caminhos e trilhos, estradas que vão do nada ao coisa nenhuma. Quando se pergunta pelo caminho, a resposta infalível é: ‘não tem errada’ – e, logo em seguida, a gente chega a uma encruzilhada, onde se cruzam ou se encontram quatro ou mais estradas. Os habitantes conhecem cada palmo do terreno; não se extraviam, e nem podem conceber que alguém o faça (BURTON, 2001: 201).

Esse caráter dinâmico dos caminhos é o dado original e característico que interfere na formação do edifício cultural sertanejo. Aquilo que a literatura normalmente define como sendo uma realidade imobilizada no tempo e no espaço, como naquele feudo

extemporâneo da literatura de Alencar, o sertão, adquire um inesperado dinamismo que produz generosas fissuras discursivas. Estas deixam à mostra os temas sertanejos, que procuramos analisar. A mutabilidade, nessa perspectiva, penetra a cultura constituindo-se em dado interior que desarmoniza muitas construções mentais sobre ela. Por seu intermédio, é possível conceber o sertão, no sentido da cultura, marcado mais pelo movimento do que pela fixidez. Tal dinamismo, porém, se prende mais ao conceito e não a um lugar em si.

Discorrendo sobre essa natureza conceitual da palavra sertão, o professor Luiz Roncari, em artigo que compõe o dossiê citado em nossa *Introdução*, assim define o sertão:

Um espaço movediço, sempre em fuga das expansões colonizadoras, refúgio dos que não se submetiam à dominação, à servidão, e ao baixo assalariamento; alternativa para aqueles que preferiam se colocar à margem, mas em liberdade (...). Por isso um lugar também do medo, perigoso de percorrer por causa da escória que ali vivia, e ameaça constante para aqueles cujas fortunas dependiam da exploração da mão-de-obra alheia. Fugir para o sertão era escapar à coação ao trabalho, à vigilância e ao controle de feitores. / Medo e liberdade, temor e aventura, sentimentos contraditórios que o sertão despertou no imaginário brasileiro, localizando em si o mistério, contraponto interior das luzes europeias (RONCARI, 2006: 46).

A incompreensão dessa natureza movediça e bandoleira, na autoridade de uma personagem sertaneja como Riobaldo, também foi traduzida na forma de uma repreensão: “o Senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão?” (*Grande Sertão: Veredas*).

Toleima! As representações assumidas pelo sertão na literatura e em memórias de exploradores criaram dificuldades que nos levam a repensar o conceito de *errada* citado por Burton, pois identificamos nela algo que não é definitivamente um privilégio de caminhantes, mas, sobretudo de romancistas, sociólogos e historiadores. O que vem narrado como “*vender porcos*”, nesta acepção, se apresenta na própria natureza de um verbo muito caro ao nosso ofício: definir, que é mesmo um querer delimitar, fixar e imobilizar. O sertão, como ensina Riobaldo, não se delimita. Não se fixa, pois é lugar de encruzilhadas, isto é, não lugar ou ideia na qual muitos caminhos divergem. Imobilizado, mapeado e conhecido, o sertão deixaria de ser sertão, viraria outro ente, enquanto aninha seus mistérios em outra fronteira. Talvez, no interior do homem e, por isso, é dito também não lugar, ou ideia, esse sertão movimento que continua sua existência em outro lugar.

Esse espaço escorregadio, tantas vezes idolatrado, mas quase sempre incompreendido, exerceu seu encanto desde a literatura romântica que, segundo a crítica de

José Veríssimo, embevecida pelos afagos de Jean-Jacques Rousseau, soletrava as palavras fundadoras da literatura nacional (VERÍSSIMO, 1998). O mesmo sertão que, antes mesmo do Brasil existir, instigara o imaginário dos audazes colonos lusitanos em elaborações de quem, ao vislumbrá-lo, acreditava estar postado diante de um portal para o Paraíso Terral (HOLANDA, 1999).

Nas crônicas de quem realizou o ato de descobrir, isto é, a aventura de ir e conseguir voltar do sertão, as formas cruentas da natureza desconhecida tomavam a forma de seres fantásticos que quase sempre extrapolavam o real domesticado e compreensível. A fantasmagoria derivada daí ressalta a presença do medo e do perigo que combatiam no íntimo dos que viajavam. Vindo impregnadas aos relatos, as monstruosidades cantadas passaram a amedrontar gerações de leitores e ouvintes dessas rodas de prosa. Nas estratégias de narrar o medonho, a linguagem cumpria também a missão de afastar da empresa os espíritos menos fortes ou despreparados para o enfrentamento. Por isso, é forçoso identificar na coragem um legítimo valor sertanejo e, como consequência, o espírito de aventura nascido da relação com o perigo. A vida levada aos extremos, na ausência pacificadora do familiar, que apenas os santos sacramentos explicavam, inscrevia no espírito dos sertanistas e sertanejos a promessa de convívio quase religioso com o espaço bestial existente no limbo pecaminoso católico. Tudo isso, quando transportado para o mundo real, vinha conformar-se como representações dos espaços imaginados da existência sertaneja.

São muitos e curiosos os relatos sobre paisagens exuberantes, povoadas por feras e monstros; ou dos carrascais espinhentos; ou ainda os rios e cachoeiras intransitáveis, elementos que celebravam o desconhecido na mente dos que narravam os caminhos do sertão e a iminência do perigo. Mais do que a literatura romântica, que via o sertão a partir de uma noção idílica e idealizada, as memórias dos aventureiros fornecem a possibilidade de acesso à gênese desse espaço. Para transitar entre o sertão e o mundo civilizado, utilizamos aportes fornecidos por essas crônicas de viajantes. Mais importantes ainda foram as narrativas literárias sobre sertanejos e as memórias destes que, em certo sentido, produziram textos surpreendentes sobre si e seus projetos (eles próprios, riobaldos). Pensamos também em uma enigmática personagem, o tropeiro, que, com suas manadas de burros e mulas, criara e também costurara a junção de universos marcados pelas diferenças. Tudo isso alinhavado na intenção de produzir uma concepção multifacetada e próxima, ao máximo, do nosso sertão. O sertão planaltino.

A partir da aposta na capacidade performativa da literatura e com o auxílio das ferramentas da história cultural, procuramos identificar, tanto quanto possível, as contradições

que foram interpostas a uma formação cultural específica e também de suas comunicações. A opção por tal metodologia força um problema inevitável: se a base de nosso argumento é retirada dos discursos que, seguindo a tipologia adotada, separou modernos de tradicionais, a orientação da análise é dada pelas relações estabelecidas teoricamente entre o popular e o erudito (BAKHTIN, 1999). Aspecto de difícil discernimento para o caso estudado, pois, na sociedade planaltina (rural, de base agropastoril e cultura tradicional), a proximidade dos dois é milimétrica. De certa forma, a cultura da classe dominante local é elaborada em posição dialógica com a das classes menos favorecidas. O que não invalida, contudo, nem a existência nem o acirramento das diferenças econômicas, sociais e políticas. Procuramos, então, a compreensão da vigência de um esquema no qual essas diferenças, fato observado agudamente quando da mudança de paradigma dada pela aproximação da modernidade, expõem que, no status superado, a natureza essencialmente popular e religiosa da cultura sertaneja fora responsável por aquela indistinção. A singularidade do compartilhamento de valores culturais entre diferentes grupos é o aspecto que havia se consolidado ao longo dos séculos, nos quais havia vigorado essa proximidade física entre as classes. Obviamente, na sociedade planaltina, as maiores diferenças eram de ordem econômica, mas sua existência não obrigava ao resultado da indiferença. Os ritos populares das festas religiosas que, desde a época colonial, amalgamavam os grupos sociais, apesar dos foros oficiais e canônicos, não deixavam de oferecer espaços compartilhados de pura manifestação popular. No Planalto Central, tal situação só seria alterada a partir da ascensão da sociedade burocrática, aspecto intensificado com a construção de Brasília, que aparecera na forma de permissão apenas à vigência dos valores de uma outra ordem.

A implantação da cidade nova em pleno sertão trouxe consigo a necessidade de superação dos valores da tradição e de outras de ordem mais prática, como, por exemplo, a de se manter rígido controle sobre o canteiro de obras. Por tudo isso, os novos ambientes fecundaram sentimentos carregados de desarmonia, aspecto que enrista com as intenções edificantes da moral burguesa implícitas às narrativas da maioria dos guardadores da memória dos “Anos JK”: Governo do Distrito Federal; IHGB – Instituto Histórico e Geográfico de Brasília; DEPHA – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do DF; Memorial JK; e autores como Adirson Vasconcelos e Ernesto Silva.

Para compreender as clivagens que aconteceram durante a construção de Brasília e de como foram repercutidas pela cultura planaltina, rastreamos nas comunicações oficiais, tanto de burocratas como de sertanejos, a presença de algo definido metaforicamente por Carlo Ginzburg como *fresta* ou *ranhura*. As brechas existentes no muro discursivo oficial

foram generosas, permitindo acessar lugares nos quais outras elaborações compareceram para falar das coisas de seu mundo. O grau de ousadia dessa aposta remete a análise a planos mais complexos do que aqueles que diferentes versões da história social da cidade têm nos ofertado. Refletir sobre o sertão planaltino, contudo, abre espaço para inquirirmos sobre suas origens mais remotas, os sentidos de suas práticas e representações, no instante em que as mudanças propiciavam uma singular experiência com o novo.

1.2 – A IMPORTÂNCIA DA MATUTINA MEYAPONTENSE

No Brasil, mais de dois séculos vieram separando a cultura sertaneja do mundo litorâneo. As dificuldades de comunicação e de transporte colaboraram para a sobrevivência na atitude do homem interiorano de muitos traços da aventura original dos descobridores lusitanos: a coragem, o perigo, o trato com o desconhecido, etc. O valor da herança épica não foi esquecido pela literatura portuguesa, ficando registrado em clássicos que vão de Camões a Fernando Pessoa. Do lado de cá do Atlântico, o esforço de interiorização da colonização, realizado pelas mãos de vaqueiros e bandeirantes, tornou-se também fonte inspiradora de boa parte das nossas letras com intenções nacionalistas. Portanto, ao marcar um encontro com a cultura sertaneja do Planalto Central, orientamo-nos pelos sinais das batalhas de esquecimentos e lembranças operadas diante dos temas inerentes à aventura de descobrir o interior do território. Aspecto que pode ser identificado, desde a narrativa da duradoura página genocida que vitimou a maior parte da civilização íncola, até os recentes esforços de resgate dos contextos regionalistas e sertanejos.

O epílogo venturoso dessa história, no qual ocorre a construção e inauguração de Brasília no centro do Brasil, sob o ponto de vista da análise cultural, é parte das batalhas simbólicas empreendidas em torno das identidades. Inclusive daquelas preexistentes à conquista colonial lusitana.

Perplexidade talvez seja o termo mais apropriado para se referir à postura dos que primeiro se interessaram pelo trabalho de descrever o interior do Brasil. Entre as muitas clivagens geradas pela articulação do substantivo sertão, a partir dos primeiros encontros, nos quais era feito o reconhecimento do terreno, alguns autores chegaram a erigi-lo como matriz ideal para reinvenção do Brasil. Modelo típico da literatura romântica.

Depois, no momento em que o pensamento social brasileiro lançava seus primeiros ensaios, os mais destacados filhos do positivismo caboclo (Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Taunay) proclamaram-no de outra forma. Muitas vezes, sua imagem fora moldada na forma de desafio ao projeto de integração e desenvolvimento. Assim, concebia-se um sertão como antítese do moderno, e, por isso, condenado à eliminação, como se seu sacrifício fosse o necessário tributo a ser pago em troca da aceitação da nação pelo mundo civilizado.

Contudo, há uma interpretação endógena sobre o sertão que, em nossa avaliação, é mais pertinente ao tipo de construção que perseguimos. Subordinada à geometria desenhada pelos “*caminhos do sertão*”, os próprios sertanejos constituíram a sua espacialidade de forma diferente daquela que era projetada a partir dos valores litorâneos. A essência dessa construção deve ser procurada nas acomodações culturais que foram produzidas durante o longo período da conquista colonial. Tal herança, denominada *aclimação*, é o traço que fora definido teoricamente, primeiro por Euclides da Cunha (CUNHA, 2002: 88), e depois, de forma bastante positiva, por Sérgio Buarque de Holanda, como aspecto central para os sucessos na fixação interiorana dos signos da aventura advindos do convívio conflituoso com os naturais da terra e com o próprio lugar:

Em seu caso ela (a aclimação) não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo. Capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação (HOLANDA, 1994: 21).

Seguindo a trilha da reflexão historiográfica em torno da origem desse ente ainda deslocado da historiografia brasileira, o sertão, somente na virada do século XIX para o XX, com as narrativas fundadoras de Capistrano de Abreu e, notadamente, de Euclides da Cunha, registrou-se o seu verdadeiro “*descobrimento*”. Depois de Abreu, a certidão de nascimento é atestada de fato pelo jovem jornalismo brasileiro nas reportagens que narraram o episódio da Guerra de Canudos (CUNHA, 2002). O texto desenvolvido por este que, na avaliação de Ana Maria Roland, é um dos maiores nomes da literatura latino-americana, apresenta como característica marcante essa perplexidade diante do aparecimento inesperado do homem sertanejo. Contudo, definira-o, na obra memorável, não só como “sub-raça”, o dado indicador da inserção do escritor em um mundo fortemente marcado pelos determinismos eugênicos, mas, sobretudo, como vítima inexorável de um veredicto apocalíptico sobre a sua própria existência, que era julgada ultrapassada e, por isso, destinada a sucumbir diante da marcha implacável do progresso.

Intentamos esboçar, palidamente embora ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (idem: 17).

Antes desses, porém, a literatura já havia demonstrado interesses pelo sertão. Um dos primeiros romancistas a dirigir preocupações para as paragens centrais do Brasil foi Bernardo Guimarães. Nascido em Ouro Preto, em 1825, Guimarães residiu em região que pode ser definida como a “porta” de entrada para o sertão do Planalto Central. Nomeado juiz municipal e de órfãos na cidade de Catalão, na província de Goiás, Guimarães exerceu esse cargo entre 1852 e 1854. Depois de breve exílio no Rio de Janeiro, onde trabalhou como jornalista, em 1861 retorna e reassume o cargo de juiz municipal, permanecendo no cargo até 1864. Portanto, é fácil entender esse interesse pela cultura sertaneja planaltina e seu compromisso em registrar eventos significativos da vida interiorana.

Para nós, a importância de Guimarães atém-se a essa referência ao sertão mais dilatado. O nosso sertão particular. Escrever sobre Goiás e Mato Grosso no século XIX era uma raridade. Tratava-se, além disso, de alguém que desenvolvera intimidades só permitidas pelo convívio com o lugar. Imagino a euforia dos leitores planaltinos ao verem um romance cujo título trazia para a palavra escrita algo tão familiar a eles, como a Romaria do Muquém.

Em 1858, prefaciando o romance *O Ermitão do Muquém*, Guimarães esforça-se para conceituar esse sertão segundo as dicotomias que o colocavam comopositor às luzes europeias. Ao explicar a rusticidade da cultura sertaneja representada no romance, assim constrói seu argumento:

... representa cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. É verdade que o meu romance pinta o sertanejo de há um século; mas deve-se refletir que é só nas cortes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e transformam de tempos em tempos pela continuada comunicação com o estrangeiro e pelo espírito de moda. Nos sertões, porém, costumes e usanças se conservam inalteráveis durante séculos, e pode-se afirmar sem receio que o sertanejo de Goiás ou de Mato Grosso de hoje é com mui pouca diferença o mesmo que o do começo do século passado (GUIMARÃES, 1961: 07).

A projeção de um lugar marcado pelo isolamento e a imobilidade, contudo, enrista-se com o relato da movimentação que acontecia nos espaços das romarias e das festas religiosas que, mesmo acontecendo em região longínqua, como a do Muquém, apontam para eventos marcados por um dinamismo incomum de gente e de mercadorias. De certa forma, a narrativa do próprio Guimarães descreve o oposto de um sertão, no qual “*costumes e usanças se conservam inalteráveis durante séculos*”. Ao referir-se à romaria, que ainda hoje mobiliza milhares de promitentes católicos, comerciantes e curiosos de diversas regiões do Brasil, a fala autorizada do narrador da história, descrito como cavaleiro que demandava da Lapa do Muquém, relata sobre personagens e objetos que apontam para intensa atividade comercial e

dinamismo. A esse respeito, ainda na Introdução, identificamos uma formidável fissura discursiva:

Lá bem longe, no coração dos desertos, em uma das mais remotas e despovoadas províncias do Império, existe uma das mais notáveis e concorridas dessas romarias, notável, sobretudo, se atendermos ao sítio longínquo e às enormes distâncias que os romeiros têm de percorrer para chegarem ao solitário e triste vale em que se acha erigida a capelinha de Nossa Senhora da Abadia do Muquém na província de Goiás, cerca de oitenta léguas ao norte da capital e a sete léguas da povoação de S. José de Tocantins, à margem de um pequeno córrego que tem o significativo nome de Córrego das Lágrimas. Das mais remotas paragens acodem romeiros a essa isolada capelinha para implorar à santa o alívio de seus padecimentos e trazer-lhe preciosas oferendas. Durante alguns dias do ano aquele lôbreco e escuro sítio transforma-se em uma ruidosa e festiva povoação; o Muquém é sem contestação a romaria mais concorrida e a mais em voga do interior (Idem: 12).

A leitura do trecho provoca um estranhamento contundente entre a ideia de uma região adjetivada como coração do deserto que há em “*uma das mais remotas e despovoadas províncias do Império*”, com a ebulição atribuída aos eventos de agosto, época em que ocorrem as celebrações da Romaria de Nossa Senhora da Abadia. A transformação daquele sítio afastado em *ruidosa e festiva povoação*, durante dez dias, opera com o deslocamento da narrativa na forma de um oxímoro inevitável: o deserto povoado. Os números relacionados por Guimarães são muito expressivos para os padrões do século XIX. O fato de se tratar de um romance não invalida a impressão do autor, pois a referência vem de pessoa que habitou longamente a região localizada na porta de entrada para aqueles rincões, indicando o conhecimento do apelo exercido pela Romaria em toda a província.

É uma maravilha que é preciso ver-se para dela formar uma perfeita idéia. Ainda que não seja por devoção, mesmo por espírito de curiosidade vale a pena fazer-se essa viagem para ver como aquele lugar completamente desabitado no fundo dos sertões, onde apenas existe uma capelinha e um casebre sem habitantes, converte-se de repente em uma **cidade cheia** de vida, de rumor e movimento, composta de barracas, toldas, carros-de-bois, e ranchos cobertos de capim. Reúne-se ali todos os anos, na época da festa, uma população de cerca de dez mil pessoas, que vêm de distâncias enormes, até do Pará e Rio Grande do Sul, umas por devoção e para cumprirem promessas, outras para fazerem comércio, pois que nesses dias aquele lugar torna-se uma **feira imensa**, onde se compra, vende-se e permuta-se toda a qualidade de mercadorias. Aí os sertanejos do norte de Goiás, e das extremas das províncias da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão, vão-se prover de fazendas, quinquilharias, ferragens e vinhos que comprem aos negociantes de Meia Ponte e Goiás que conduzem daquele ponto essas mercadorias. Os romeiros também vendem aos negociantes destas duas cidades, e aos de Minas e S. Paulo, grande quantidade de couros, solas, animais cavaleares, redes fabricadas pelos índios, escravos, ouro em pó e diamantes. / A importância do produto da venda dos donativos feitos pelos romeiros anda anualmente por 8 a 10 contos, não incluindo-se nessa quantia as dádivas em dinheiro, que também muito avultam (ibidem: 14, grifos meus).

Ora, a descrição de uma intensa feira comercial “*lá bem longe, no coração dos desertos*” em todos os aspectos lembra as imagens de centros comerciais efervescentes das

capitais provinciais mais dinâmicas. Em nosso entendimento, a questão do isolamento, que, em muitas narrativas, aparece associada ao sertão, neste caso, se prende mais ao estigma que o interior do país carregava face à maior importância dada aos processos observados no litoral. Para isso, a economia extrovertida e a cultura de importação de valores europeus exerciam sua força. O problema que gostamos de trabalhar diz respeito à cultura consolidada através das interações que enlaçaram gente sertaneja do norte de Goiás, e das regiões mais dilatadas das províncias da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Toda essa população era portadora de elaborações culturais próprias que foram acomodadas a partir de processos de aclimações singulares e únicos. Essa gente estabeleceu no interior do País uma rede articulada de relações comerciais e sociais sazonais, que eram animadas pela realização de eventos festivos como romarias, folias e cavalhadas. A proposta é pensar na importância regional das trocas materiais e culturais que decorriam desses encontros, pois os que ocorriam neles traziam em suas bruacas os produtos sertanejos de diversos pontos da província central e de suas vizinhanças, e também aqueles comercializados pelas casas dos mais ricos negociantes da região, de Minas e de São Paulo.

Por ocasião dessas feiras, que aconteciam no entorno das festas religiosas, circulavam preciosas ferragens, vinhos e quinquilharias, assim como couros, solas e animais cavалares, tudo isso ofertado por negociantes e boiadeiros de outros sertões e, além desses produtos, as redes fabricadas por índios, escravos, assim como as poupanças na forma de ouro em pó e diamantes. A pauta de mercadorias, gente e costumes era ampla e circulava em dezenas desses eventos. A questão que força a porta do entendimento é se o isolamento atestado pela literatura não é, em verdade, um aspecto ideológico derivado da estereotipação que trabalhou para o desprezo pela cultura sertaneja, ou se realmente descrevia suas características. O problema é que a identificação a partir dos padrões verificados em cidades litorâneas, com sua zona portuária recebendo navios abarrotados de mercadorias europeias, pode estar na raiz das incompreensões que fizeram gerar tais associações estigmatizadoras dos sertões brasileiros.

São muito significativos e corroboram positivamente para com a literatura de Guimarães os quadros estatísticos deixados pelo Major Cunha Matos (1776 – 1839), outro que vasculhou os sertões goianos nos começos do século XIX. Contudo, tanto no romancista, quanto no Comandante das Armas de Goyaz, as relações comerciais descritas apontam para as cidades de Goyaz e Meya Ponte como importantes centros de comércio regional. Estas fontes alimentadoras de feiras recebem outro atestado de veracidade com o cruzamento nelas de três das mais importantes estradas coloniais que cortavam a província central do Brasil, nem tão

desértica assim: a Picada da Bahia, a Estrada dos Paulistas e os prolongamentos da Estrada Real de Minas.

Para melhor apurar o argumento, direcionamos a análise para o discurso endógeno ou do autorreconhecimento e, nesse sentido, priorizamos narrativas que dizem respeito à difusão da cultura letrada nessa região. Aspecto que, para uma dada tradição historiográfica, poderia soar como heresia. Recorremos aos registros de quatro dos mais importantes periódicos que circularam em Goiás no intervalo de 130 anos: a *Matutina Meyapontense*, a *Informação Goyana*, a *Revista Oeste* e o pouco conhecido *Jornal do Planalto*, de Formosa. Periódicos que fizeram circular informações e os temas que interessavam aos grupos de leitores de uma região muito mais ampla do que o próprio território goiano – o sertão.

O primeiro deles, a *Matutina Meyapontense* (MM), foi o mais importante produto cultural do espírito empreendedor e alinhado com as luzes européias, cultivado pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira, uma das mais interessantes personalidades da aristocracia regional brasileira. Por mais de quatro anos, através das páginas da Folha famosa, a partir de Meya Ponte, fez circular naqueles sertões, como afirmado no Editorial do seu primeiro número, colocado nas ruas em 05 de março de 1830, a “Íntegra dos Decretos e Resoluções da Assembleia Geral”; os “Decretos Provisões e Avisos lançados no Diário Fluminense que forem aplicáveis na Província”; “Um extrato das Sessões das duas casas legislativas”; “Alguns Discursos de Senadores e Deputados”; “Notícias nacionais e estrangeiras colhidas em outros periódicos”; “Correspondências e artigos diversos”. Por meio da análise dos conteúdos publicados pelo periódico podemos ter uma ideia muito próxima das preocupações e de uma autoconsciência coletiva sertaneja.

Já no primeiro exemplar, o redator do jornal, o Padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, ao analisar as dificuldades enfrentadas para a circulação do periódico, faz referência ao recorrente conceito do isolamento sertanejo. Meya Ponte, apesar do status de cidade mais populosa da província, no Editorial era descrita através da maior de suas carências: as comunicações.

Talvez pareça mais que audácia, o pretender eu oferecer aos meos Patrícios Goyanos, hum Periódico, em hum Arrayal, se bem que o mais populoso da Província, falto todavia de communicações, por estar situado fora da Estrada Geral, e distante de Goyas 23 legoas, para onde unicamente tem hum Correio mensal (MM, N.º 01: 05/03/1830 – AGEPEL, 2000: 10).

É interessante notar, no teor da crítica, que o fato de reconhecer a força do comércio local e a importância de possuir a maior população goiana não fazia de Meya Ponte uma cidade desenvolvida, segundo os critérios em voga. Obviamente, Fleury utilizava como

parâmetro o exemplo de cidades das províncias mais dinâmicas como São Paulo, Rio ou Minas Gerais. A justificativa, contudo, faz tremer as bases das noções que atribuem à região o estigma de isolamento, pois o que distinguia essa inferioridade não era nem a riqueza, nem a população, e sim o estar distante da Estrada Geral. Nesse sentido, mais uma vez, o movimento e a circulação, aspectos associados aos caminhos, mais do que o contingente populacional era o dado da inserção sertaneja nas engrenagens de uma sociedade que já alimentava consistentes desejos de mudanças. Contudo, contrariando as teses do atraso goiano, é no campo da cultura que os meyapontenses e goyanos (da capital) fizeram aparecer através das colunas da Folha os mais incisivos sinais de estarem alinhados com os valores iluministas.

O jornal seguia a linha editorial liberal. A leitura de todos os exemplares publicados em 1830 permitiu-nos listar aquilo que ocupava as mentes daqueles orgulhosos intelectuais goianos. De forma geral, os temas mais debatidos por seus colaboradores e correspondentes diziam respeito às vantagens das organizações políticas liberais sobre os modelos absolutistas; à importância da educação escolar formal das novas gerações, assim como o cuidado para com as humanidades; sobre a melhoria da saúde pública; a atualização dos códigos de posturas; a moralização dos costumes; os problemas do regime de escravidão; o zelo para com a opinião do leitor, mesmo aquele que desferia críticas à sua linha editorial; e a necessidade de resolver, o quanto antes, as questões do transporte e das comunicações. Através das correspondências publicadas, observamos que as preciosas notícias da *Matutina* alcançavam um raio de ação que ia desde a região de Araxá e Desemboque até os dilatados sertões cuiabanos.

Com a finalidade de precisar o grau de erudição e o comprometimento intelectual dessa elite interiorana, vale fazer uma incursão sobre alguns temas recorrentes. Na edição do dia 09 de março de 1830, assinado por pessoa de codinome “Seu Leitor”, a coluna *Sr. Redactor* trouxe reflexões que ressaltam o valor de uma imprensa livre e, associado à questão, discute os problemas da localização da corte em região distante das povoações interioranas. De certa forma, a análise do artigo declina tanto para o conceito atual de “liberdade de Imprensa”, quanto pela impropriedade da exposição despudorada da corte nas beiradas litorâneas do País. A missiva que trouxe apenso a reprodução de “*algumas das sabias reflexões, que em março de 1816 produziu aos Olhos do Publico o Investigador Portuguez*”⁴

⁴ *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi um periódico publicado em Londres, que procurava reduzir a influência do *Correio Braziliense*, precursor da corrente jornalística conhecida como os *jornais de Londres*. O periódico mensal era patrocinado pela Coroa Portuguesa, então no Rio de Janeiro, tendo circulado entre Julho de 1811 e Fevereiro de 1819.

em Inglaterra por occasiao, da noticia da Ellevaço do Brazil a cathegoria de Reino” (MM, N.º 11: 09/04/1830 – AGEPEL, 2000: 51), tinha interesse em divulgar ideias que criticavam a própria organização política do Império. O problema colocado na carta analisa questões tão essenciais à unidade do Império quanto ao cumprimento das leis que, ao serem emitidas desde essa corte deslocada, dada a extensão territorial do País, perdia sua força em decorrência do tempo e do espaço decorrido entre expedição e recepção. Para solucioná-lo, é sugerido que o Príncipe tenha em cada província “*Huma espia, ou Sentinella incorruptível, que constantemente o avize dos bens ou dos males, que tiver Seu Povo*”. E aqui, o que surpreende em termos de atualidade, é a resposta de quem seria esse observador onipresente e capaz de prevenir abusos, injustiças e dilapidações, e “*toda a sorte de ação publica*”? A resposta é inteiramente liberal: a imprensa! Ela que fora colocada como o mais alto “*pelourinho, aonde até os maiores Criminozos, e maiores prevaricadores tremem de ver gravados seus nomes; e a única força do Mundo, que é capaz de moderar os crimes, e os abuzos*” (ibidem). E continua, no caso do Brasil, a presença atuante desse fiscal exigente, representado na imprensa, seria de natureza essencial, devido estar a Monarquia sediada “*tão distante das extremidades de toddas as suas partes...*” (ibidem). O que produz estranhamento na afirmação é a inversão de valores. Na correspondência, o que encontrava-se distante já não era o sertão, mas a corte, fazendo valer a relatividade dos conceitos. Impossível não notar na crítica um embrião interiorano para o movimento mudancista. Eram, enfim, afirmações que cobravam uma presença mais efetiva da autoridade do Rei nos negócios provinciais.

Esse mesmo intelectual, de alcunha “Seu Leitor”, em número posterior, trouxe outra colaboração, solicitando a reprodução de artigo também publicado no periódico *O Investigador Portuguez*, o que indica estarmos diante de pessoa possuidora de um singular apreço pela leitura e pela ilustração. Nessa segunda carta ao redator, o tema abordado remete a número do *Investigador* publicado em 1816, portanto, catorze anos antes do início da *Matutina*. Na posição de um protoarquivista, a pessoa de Seu Leitor talvez fosse possuidora de uma coleção de jornais e livros, pois o *Investigador* tivera edição suspensa em 1819. Além disso, na referência anterior, afirmara ter sido estimulado a escrever a primeira missiva a partir da lembrança da tradução de um tal Decreto que fora publicado em livro francês já “*carcomido pelas traças*”, o que sinaliza para um guardador de livros, fascinado pela oportunidade de divulgar conceitos liberais amadurecidos através de referências intelectuais pessoais. Nessa segunda intervenção, temos uma defesa apaixonada do valor da educação escolar.

Referindo-se a discurso do presidente dos Estados Unidos, afirmava que o assombroso desenvolvimento dos americanos do norte deveria ser atribuído muito mais à instrução geral do seu povo do que propriamente ao dinamismo da economia. E confirma: “*de hum povo, ou de huma Nação ignorante nada se pode esperar assim como de huma terra inculta, seria a maior estultícia colher fructos, que não fossem silvas, ou matto só bons para queimar*” (MM, N.º 14, 20/04/1830 – AGEPEL, 2000: 65). O destaque é que reflexões como essas vinham com robustos componentes liberais contrários ao regime de escravidão e às relações econômicas desiguais, mesmo aquelas identificadas no comércio entre as nações ricas com as ex-colônias pobres.

O homem ignorante não é capaz de coisa nenhuma, e apenas pode exercer grosseiramente a quellas funções phisicas, que são communs à todos os animaes; (...). Ora sendo isto assim compõe huma nação de taes indivíduos; que fara Ella, e que honra dará a quem a governar? Será absolutamente inútil para si, unicamente proveitosa para as outras Nações instruídas, que se servirão della como em geral se servem os homens de seus animais domésticos e bestas de carga (ibidem).

Além do discurso e dessa fé liberal, podemos pensar também no contexto intelectual que atuara como fonte de estímulo para a intervenção. A leitura das atas do Conselho Geral da Província de Goyaz, também publicadas pela *Matutina* no mês de março, a correspondência em tela é de abril, fornece uma pista preciosa. Um dos temas recorrentes, apesar de se tratar de matéria discutida em sessão do Conselho, iniciada três meses antes, em dezembro de 1829, e repetida em janeiro e fevereiro de 1830, foi a discussão sobre a viabilidade da criação de cadeiras de Lógica, Geometria e Geografia na capital provincial, Goyaz; e da criação de escola de Primeiras Letras e Gramática Latina na Vila de Palma e em diversas comarcas do Norte, entre elas, Arrayas, Flores, Natividade e Trahiras.

Neste ponto, achamos interessante ampliar a análise para abranger outros aspectos. Entre eles, o tipo de leitor da *Matutina*; os problemas da circulação do jornal, a consciência da alteridade sertaneja e a importância de suas comunicações com a cultura litorânea. Sobre os problemas da circulação do jornal, há dados relativos ao serviço do Correio, que era o principal meio de difusão da *Matutina*. O funcionamento desse Correio, por exemplo, aparece pela primeira vez em carta endereçada à coluna Sr. Redactor, por aquele que assinava pelo codinome “Cançado de Esperar”. A carta, em forma de denúncia, reprova o costume regional de se violarem as correspondências assim que elas chegavam às sedes dos municípios. Contudo, há referência a um protocolo pelo qual os ditos “figurões locais” tinham a prioridade de recebimento, enquanto os outros, dependendo da hora da chegada do estafeta, só no dia seguinte teriam acesso às tão esperadas notícias que vinham de fora e, junto com elas, o

jornal. Se lembrarmos que esse serviço, na maioria das localidades, acontecia mensalmente, entenderemos o tamanho do problema.

Nesse sentido, a publicação de projeto interessado em modificar o modelo jesuítico de aldeamento indígena trouxe também uma inusitada possibilidade de enfrentamento das dificuldades enfrentadas por aqueles que faziam a ligação entre as povoações interioranas e destas com a corte.

Em função dos problemas existentes, a *Matutina* publicou um extrato d'O Investigador Portuguez na Inglaterra, no qual a proposta de mudança dos aldeamentos indígenas no País é detalhada. A ideia central do projeto é a da distribuição dos grupos indígenas em pequenas unidades familiares ao longo das Estradas Reais e de suas áreas de influência. Com isso, em vez de grandes grupos, como o de São José de Mossâmedes, que tanta dor de cabeça dera aos governantes da província, haveria um modelo europeizado de reorganização. A partir da doação de um naco de terra a cada unidade familiar, povoava-se o interior, dava-se mais segurança aos viajantes e, obviamente, desarticulavam-se os aportes culturais dos grupos antes organizados em outro tipo de cultura. Contudo, no que tange à melhoria das comunicações e, obviamente, a circulação do Correio, a utilização desses índios na função de emissários competentes e velozes daria um novo dinamismo à sua circulação. A situação a ser superada era aquela conhecida precariedade própria das comunicações do século XIX. E que no artigo era assim resumido:

Os correios, que actualmente se podem estabelecer no interior do Brazil, ou hão de ser de pé, ou de Cavallo. Sendo de pé, os homens do paiz devem ser mui vagarozos, estar sujeitos a grandes perigos, e embaraços: sendo de cavallo, tem a dificuldade da falta de boas estradas, e pontes, que devem de necessidade consideravelmente retardar a marcha (MM, N.º 43: 08/07/1843 – AGEPEL, 2000: 182).

A ideia singela do projeto era de resolver tais complicações com uma espécie de corrida de bastão em que cada trecho das estradas ficaria sob a responsabilidade de quem habitasse sua área de influência, fazendo chegar até seu vizinho mais próximo o malote com as correspondências. Na opinião do articulista, o índio seria dotado de tão grande robustez e agilidade que poderia transportar esses malotes melhor e mais rápido do que as bestas de carga. E contando com a velocidade sobre-humana desses, “*dentro em pouco tempo poderiaõ haver cartas, huma ou duas vezes na semana, entre as differentes Províncias; e o governo saberia regularmente quanto se passava em toda a extensão do Império*” (Ibidem).

Além do Correio oficial, as relações comerciais também desempenhavam importante papel na circulação do jornal e das notícias. Os vendedores de mercadorias, em muitos casos, transportavam em lombo de mulas as preciosas cartas, bilhetes, presentes, livros

e os jornais. Este é o caso que ficou registrado por carta de leitor cuiabano na coluna dirigida ao “Sr. Redactor”, publicada no N.º 77 da *Matutina*.

Muito tempo passamos nesta cidade sem receber a *Matutina*, tao apreciada pelos liberaes; finalmente por hum commerciante, que veio da Corte vieraõ as nossas mãos os últimos números, que podiamos esperar: li-as com aquelle interesse, proprio de hum Brasileiro livre, e Independente, e que aspira pela estabilidade do Systema Cosntitucional (MM, N.º 77: 25/09/1830 – AGEPEL, 2000: 319).

Outros temas de interesse para a compreensão da cultura letrada estabelecida na Província Central do Brasil é o tipo de leitura alcançada com a circulação do periódico. Em algumas notícias, temos indicadores de como os leitores do jornal se relacionavam com os temas da cultura escrita.

Por ocasião da data cívica do Império, o 3 de maio, dia consagrado para a solenidade de “Abertura da Assembleia Geral do Brasil”, a população meyapontense, como era de costume, congregou-se no Templo da Matriz para participar das solenidades oficiais. Segundo consta no N.º 18 da *Matutina*, a festa foi abrilhantada por um “*grande concurso de homens de todas as Classes, e de Senhoras, assestiraõ ao Solemne Te Deum*”. À noite, segue, nas dependências da Tipografia de Oliveira, após o descerramento do Augusto Retrato de S. M. o Imperador, que fora colocado sobre um trono ricamente ornado, cantou-se o Hino Nacional e, em seguida o Reverendo Manoel Pereira de Souza discursou destacando os grandes feitos culturais patrocinados pelo Comendador Oliveira.

Face às inúmeras conquistas meyapontenses, entre as quais a Tipografia, o Jornal e a biblioteca pública, também inaugurada no 3 de maio, sensibilizados, três jovens eclesiásticos locais se ofereceram para ensinar, ali mesmo na Casa Tipográfica, o Latim, o Francês e um curso de filosofia Racional e Moral. Ora, a disposição desses três jovens professores é uma notável referência do apreço local pelas letras. A nota dizia ainda algo da importância do Retrato do Imperador, que ali era a viva representação da autoridade imperial, sendo, por isso, saudado e reverenciado entusiasticamente, segundo o que fora publicado (MM, N.º 18: 04/05/1830). De outra forma, a Biblioteca deveria cumprir papel muito maior do que ser um simples lugar para a consulta de livros, assumindo compromisso de constituir-se em um ponto de encontro dos aficionados da cultura letrada. Essa era a ideia do editorialista, que afirmava:

He preciso, que essa Caza seja frequentada, façamos aqui huma uniaõ, escolhamos huma hora todos os dias, e nos reunamos; aqui conversaremos sobre todos os objectos interessantes: a Religião, a Moral, a Política, a História, tudo aqui se aprende, e sobre tudo já possuímos bons livros, e me acho autorisado para poder assegurar, que em muito breve será augmentada e enriquecida (MM, N.º 19: 07/05/1830 – AGEPEL, 2000: 86).

Pelo que foi afirmado, a intenção da comunidade letrada era reunir um grupo de pessoas interessadas em discutir religião, moral, política e história sob a luz da literatura especializada, pois, para isso, já possuía “bons livros”. O que nos autoriza a pensar no esforço iluminista destes no interior da cultura sertaneja.

O grupo ilustrado que toma forma em torno da *Matutina*, no entanto, extrapolava em muito os limites do Arrayal de Meya Ponte, alcançando localidades consideravelmente distantes de sua sede. Não foram poucas as correspondências de leitores afastados. No N.º 21, de 14 de maio de 1830, um desses, de codinome “Morador nas margens do Rio Verde”, assina correspondência na qual atribui sua infelicidade ao fato de não ter sido informado dos problemas das intervenções realizadas pela autoridade imperial nos negócios provinciais. Tal defasagem era atribuída ao fato de habitar lugar distante 40 léguas (240 Km) da capital. Não analisaremos o assunto dos deslizes absolutistas do Imperador em si, apesar de haver sido amplamente discutido em diversos números do Jornal, seja por correspondências, seja por meio da reprodução de artigos veiculados pela imprensa liberal de outras províncias; apenas a título de informação, a questão fora provocada pela iniciativa da Autoridade Imperial em suprimir as liberdades civis e políticas na Província do Ceará, que, para o horror dos grupos liberais, perdia assim a sua sagrada autonomia. Contudo, chamou-nos a atenção a reação desse leitor ao tomar conhecimento desse tipo de ameaça. Dizia:

Sacodi logo a poeira dos meos livros carcomidos; firmei os óculos e principiei a ler o que nelles encontrava sobre o *Sanguinário Governo absoluto*, tencionando enviar a V. hum catalogo dos males, que tem cauzado a Humanidade, esta Peste Assoladora. Eis que percebo huma carta, e nella incluso hum papel impresso: leio e encontro hum período, definindo magistralmente o que seja – absolutismo – Louvei a Providencia, que sempre acode aos humanos nos seos maiores apertos; e copiando o de *verbo ad verbum* ahi lhe remetto, para V. m. fazer imprimir na sua estimável Folha (MM N.º 21: 14/03/1830 – AGEPEL, 2000: 94).

Dois aspectos da missiva dizem respeito ao perfil do leitor da *Matutina*: em primeiro lugar, aquela mesma habilidade de guardar livros, também expressa por outros leitores aparece na seguinte afirmação: “*Sacodi logo a poeira dos meos livros carcomidos; firmei os óculos e principiei a ler o que nelles encontrava sobre o Sanguinário Governo absoluto*”. É interessante frisar essa confiança nos livros, pois a informação abalizada sobre temas da política, nesse caso, fornecia também as armas para combater a ameaça política real de recrudescimento do absolutismo: a literatura especializada. Aspecto que indica a atuação do espírito do esclarecimento naqueles interiores. Mas não foi a única. Como vimos nas intervenções daquele outro assinante apelidado de “Seu Leitor”, que também utiliza a

expressão “*livros carcomidos*”, havia entre essa gente algo que lhes dava unidade, o fato de nutrirem grande apreço pela informação e pelos livros.

Em segundo lugar, na afirmação “*Eis que percebo huma carta, e nella incluso hum papel impresso: leio e encontro hum período, definindo magistralmente o que seja – absolutismo – Louvei a Providencia*” aflora algo das elaborações de mecanismos de circulação da cultura no sertão e da existência de uma espécie de sentimento comunitário entre esses leitores. Diante das dificuldades de deslocamento e acesso aos livros, o envio de artigos e cópias destes junto às cartas, resolvia parte dos problemas enfrentados por aqueles liberais: existir como grupo, obter informação atualizada sobre temas de interesse e trocar informações. Aquele artigo que socorria a angústia do leitor com a definição *magistral* do absolutismo, em verdade é um extenso artigo de ciência política que havia sido guardado e que, diante do problema, requeria espaço para sua publicação. Como de fato a *Matutina* o fez.

Ainda em relação ao círculo de leitores sertanejos, a correspondência atribuída à pessoa de pseudônimo “Amigo de quem serve ao Público”, há indícios de seu alcance inclusive por analfabetos. O caso diz respeito à defesa do jornal, que, apesar de se constituir em bem maior daqueles, vinha sofrendo críticas de outro leitor, vulgo “Judeo Errante”. Atentemos para o seguinte:

... Sr. Redactor, não faça conta do que dizem huns inimigos que taes, e continue instruir-nos com sua Folha que eh muito estimada em toda a Provincia, e aqui no Arraial eu lhe posso assegurar que eh tal interesse que, se toma pela sua leitura, que muitos há, que a lêem doze vezes ao dia, para satisfazer huns, e a outros, ouvindo-se de todos repetidos louvores ao Virtuoso Cidadão, que nos fez este bem, e ao illustrado chefe redactor, que nobremente desempenha (MM, N.º 27: 01/06/1830 – AGEPEL, 2000: 119).

A informação é preciosa. E aponta para a ampliação extraordinária dos leitores da *Matutina*, pois no trecho “*eh tal interesse que, se toma pela sua leitura, que muitos há, que a lêem doze vezes ao dia, para satisfazer huns, e a outros, ouvindo-se de todos repetidos louvores*” podemos vislumbrar a reedição de sistemas de apropriação como aqueles que foram identificados por Chartier na França do Antigo Regime (CHARTIER, 2008). Analisando inventários pós falecimento em pequenas cidades francesas do século XVI, a confrontação de dados permitiu ao historiador francês afirmar que, “*desde o primeiro século de sua existência, o livro impresso não foi o privilégio exclusivo apenas dos dignatários, mas atingiu uma população de leitores modestos, situados na parte baixa da escala dos estados e das condições*” (idem: 93). O que facilita o entendimento da questão aparentemente contraditória é justamente o conceito de apropriação que é o mesmo que vem nos socorrer dando sentido à carta desse “Amigo de quem Serve ao Público”. Ora, o que temos aferido em

correspondências como essa, é aquela mesma prática muito bem identificada por Chartier, de “*que o uso do escrito pode às vezes ser coletivo ou mediado por uma leitura em voz alta*” (idem: 100). Ora, se havia pessoas se dignando a ler para os grupos não letrados, podemos inferir que as informações e discussões veiculadas na Folha tinham seu raio de abrangência ampliado de forma a atingir estes últimos. Obviamente, o ato de ler para os outros implica também em explicar o que estava sendo comunicado, discutir assuntos de interesse político e cultural, trabalhar novos conceitos, e relativizar fronteiras sociais. Mas isso não é tudo: em outra edição, a de número 31, corroborando essa tese, colhemos o seguinte extrato, “*hum certo Professor de Grammatica que faz ler aos seos discípulos a Matutina para lhes inspirar o gosto pela leitura e para ouvir como ajuizado das matérias, me referio as refflexoens de hum d’elles sobre a 2). A c. Correspondência do N. 17, do modo seguinte ...*” (MM, 31: 10/06/1830 – AGEPEL, 2000: 135). A correspondência é assinada por um tal “O Amigo da Decência” e traz todo um planejamento didático de utilização dos artigos e cartas publicadas na *Matutina* em classes escolares regulares. O intuito desse trabalho era incentivar nos estudantes a leitura crítica, a elaboração e emissão de opiniões, e a formação escolar abalizada por princípios liberais.

Um dado seguro das apropriações e ampliações do círculo de leitores do jornal veio na Edição de N.º 52. A ata do Conselho do Governo da Província de Goyaz, de 18 de fevereiro de 1830, ali publicada, traz o Requerimento de Joze de Britto Guimaraens, Professor de Primeiras Letras do Arraial de Natividade, que apresenta um mapa de 40 discípulos seus e solicitação de recebimento de proventos. Os números são bastante significativos para a realidade de uma sociedade incipientemente urbanizada. A constatação da existência de dezenas de classes de discípulos em diversos arraiais da província, alguns, como os de Natividade, criando estratégias de acesso à cultura letrada e mecanismos de circulação desta, indica para uma comunidade de leitores relativamente ampla e ativa.

Como se vê, o jornal meyapontense, naqueles sertões, cumpria funções que iam muito além da mera articulação política de um grupo de liberais esclarecidos no interior da Província de Goyaz: ampliava horizontes; municiava a discussão política; animava a cultura local, arejava-a; dava ordem e foros de ofício às decisões e projetos das Assembléias Geral e Provincial; era utilizada em classes escolares e mostrava, na prática, o poder da imprensa e dessa nascente opinião pública; enfim, acelerava aquilo que veio ser definido por Norbert Elias como o processo civilizador.

Além dessas possibilidades, impressiona também o desenvolvimento da consciência de estarem, aqueles sertanejos, participando de uma arrancada mundial para a

modernização sinalizada pelo desenvolvimento da Europa. O extenso artigo escrito em 1825 pelo intelectual Jean-Charles Sismondi⁵, sob o título de “Revista dos Esforços e dos Progressos dos Povos Nestes 25 Annos Ultimos”, faz uma minuciosa descrição dos *progressos* alcançados nos mais representativos países da Europa, da Ásia e da América, e foi republicado pela *Matutina* em diversas partes nas edições que vão de julho a agosto de 1830. O extrato que saiu em 17 de agosto de 1830, por exemplo, em seu primeiro parágrafo resume bem a ideia de partilharem desse processo civilizador: “*A Marcha pore[m] da civilisaç[ã]o n[ã]o He mais circumscrip[t]a a Europa; o universo inteiro della participa; e neste quarto de século tem sido prodigioso o seo desenvolvimento*” (MM N.º 60, 17/08/1830 – AGEPEL, 2000: 250). A discussão ensejada pelo artigo, apesar do antiliberalismo confesso do autor, em quase tudo, coaduna-se com os temas explorados nas páginas da publicação que fez aquele inventário dos “Esforços e dos Progressos dos Povos Nestes 25 Annos Ultimos”. Essa sintonia entre o desejo de *progresso* -- a palavra vem de Sismondi --, perseguido pelos leitores da *Matutina* com as luzes europeias, também produz fissuras na fisionomia do discurso que posteriormente se construiu acerca da cultura elaborada nos sertões goianos.

Não há como sustentar as teses de um lugar inculto e hostil às letras, se considerarmos os valores expressos pelos leitores sertanejos que, em correspondências como a que enviou o lavrador de pseudônimo Carlos Merim, assim pronunciavam suas inquietações:

Residindo no Termo da Cidade de Mato Grosso, e sendo lavrador de profissão parecerá animosidade esta minha correspondencia, quando He somente para expor-lhe o seguinte. / Aparecendo na cidade de Mato Grosso os 3 primeiros Numeros da *Matutina*, ficamos todos satisfeitos, assim por ver-nos mais perto da nossa Provincia hum estabelecimento typographico, como por já podermos dirigirmos nossas correspondências a hum Periodico, que trilhando a vereda constitucional. Veio engrossar a Fileira dos Liberaes; e recebendo-se logo depois os números 11 e 12 ... (MM, N.º 65: 28/08/1830 – AGEPEL, 2000: 271).

A análise do texto, sob a ótica do desamparo em que viviam os lavradores daqueles sertões, poderia sugerir desconfianças quanto à autenticidade de sua autoria.

⁵ **Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773 - 1842)** Economista e historiador suíço nascido em Genebra, cujas pesquisas foram marcadas por sua denúncia dos perigos que considerava inerentes ao processo de industrialização e ao desenvolvimento descontrolado do *sistema capitalista*. Sob a influência de Adam Smith, elaborou a *Histoire des républiques italiennes du moyen âge* (1809-1818), uma obra em 16 volumes que inspirou os líderes do Risorgimento italiano por situar na Itália medieval a origem da Europa moderna. Em suas numerosas viagens pela Europa, em particular pelo Reino Unido, fez suas observações sobre o desenvolvimento industrial que o conduziram à crítica do liberalismo econômico, exposta em *Nouveaux Principes d'économie politique* (1819). Com teses pioneiras no estudo da natureza das crises econômicas e históricas do capitalismo, defendeu o combate às crises econômicas com maior participação dos trabalhadores nos benefícios do crescimento econômico e com o estímulo à pequena propriedade privada. Suas teses exerceram influência sobre economistas da estatura de **Karl Marx** e **John Maynard Keynes**. Informações obtidas no site <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JeanSism.html>, em 24/03/2010.

Contudo, como vimos anteriormente, as estratégias alternativas de leitura advogam pelo contrário. O que nos autoriza pensar que mecanismos também alternativos de redação de cartas e documentos seriam soluções inteiramente válidas para aqueles moradores. Mais do que uma excentricidade, a utilização de verbos em terceira pessoa, como *ficamos* e *podemos*, e, mais do que isso, a satisfação de contarem com os serviços tipográficos “*mais perto*” reforçam a existência dessa identidade entre leitores sertanejos e de seu alinhamento com o liberalismo político e com as luzes.

A utilização da análise indiciária, como propõe Ginzburg, sobre os conteúdos das correspondências publicadas na *Matutina*, nos oferecem muitas outras raridades. Uma delas aponta para algo impensável: conceber que, no contexto do patriarcalismo provinciano de Goiás, nas primeiras décadas do século XIX, intelectuais do sexo feminino demonstrassem toda a sua indignação diante dos desmandos de uma estrutura de poder em tudo contrária aos princípios liberais. Mais de uma vez deparamos com pessoas articulando discursos críticos e dirigidos contra os poderosos alicerces políticos, religiosos e sociais daquele edifício cultural. Casos como esses abrem brechas por onde afloram contraditórios sobre o sertão. A primeira correspondência apareceu em novembro de 1830 sob o pseudônimo de “Rosseira Zellosa” e elabora uma crítica muito pertinente à cultura aristocrática de enterrarem-se os figurões dos arraiais e cidades goianas no interior das igrejas. Em tom de denúncia, a missiva fazia a seguinte argumentação:

No dia 2 de 9br.º do corrente, dia em que se celebraõ os Divinos Officios pelas Almas dos nossos fieis defuntos, me achei na Cathedral desta Cidade de Goyaz para enviar as minhas Orações ao Todo Poderozo, e elle as distribuir pelas Almas, quando de improviso me vi a tacada do mais execrando fedor que extendia-se por toda a Igreja, de maneira que não só eu como as de mais Senhoras assaz fatigadas e possuídas de uma intima dor de cabeça maldisiamos deste modo. Será possível que os homes estejaõ tão faltos de temor de Deos, que se animem a enxer a sua Santa Caza de cadáveres os mais idiondos? Será crível que estejaõ alucinados, ou faltos de olfacto para o não sentirem o quao danoso hé semelhante abuzo para o bem publico? (MM, N.º 98: 13/11/1830 – AGEPEL, 2000: 405).

Fácil entender que o reboiço daquelas senhoras “*assaz fatigadas*” com o fedor que incensava o templo de Cristo cairia no esquecimento, sendo acomodado nos desvãos da história, caso uma delas não fosse suficientemente audaz e instruída para expressar em carta sua indignação contra os arroubos elitistas praticados pelos ricos provincianos e abençoados pela Igreja como Instituição. Por outro lado, a denúncia da “Senhora Zellosa” não teria feito chegar aos ouvidos das autoridades locais, a quem se dirigia, e, mesmo até nós, a situação incômoda vivida por todos, se não existisse o espaço privilegiado da imprensa e da vigência do espírito liberal na linha editorial da *Matutina*. A existência de profundas dicotomias

sociais, que colocava em lados opostos escravos e senhores, ricos e pobres, liberais e absolutistas, também separava homens e mulheres, e estas foram lembradas, não sem uma ponta de ironia, por parte dessa muito bem esclarecida senhora, ao colocar-se na condição de *“mulher ignorante, e falta dos mais ilustrados conhecimentos não me posso exprimir melhor, a bem do meu Sexo: más abundade do leitor disfarçará, conhecendo as minhas justas intençoens.”* A expressão “a bem do meu sexo” adquire um maior sentido político se analisada na forma de um complemento da argumentação religiosa anterior, que afirmava: *“creio que tanta não é a estupidez dos homens, pois elles sabem que Abraão, e outros Patriarcas que compraraõ campos para esse tão pio exercício”*.

As considerações da Rosseira Zelosa produziram ressonâncias imediatas e, em 23 de dezembro, uma moradora da Comarca de São João das Duas Barras (A Apaixonada), veio manifestar suas impressões, não sobre o problema dos defuntos, mas à condição de ser mulher em uma sociedade patriarcal e, dentro das dicotomias relacionadas, sobre as diferenças entre sertanejos e citadinos. Dado o grau de consciência expresso, resolvemos reproduzir em anexo (ANEXO A) a íntegra da carta que produziu tais desdobramentos.

Em seu primeiro parágrafo, o discurso envereda pelos caminhos da dissecação da sociedade segundo as divisões citadas anteriormente. Dizia:

Sempre ouvi dizer que as molheres são curiosas, e tudo querem saber, e por isso não se levará a mal. Que eu a exemplo da Senhora Rosseira Zelosa lhe dirija taõbem huma Correspondencia, que por ser de huma Sertaneja sem a menor relação com essa gente de lá dos povoados, talvez seja menos censurada (ANEXO A).

No pequeno trecho, temos pelo menos três divisões sociais válidas para aqueles sertões. A primeira, entre homens e mulheres; a segunda, entre sertanejos e citadinos, denominados *essa gente lá dos povoados* e, a terceira, aquilo que a palavra *censurada* esconde: o preconceito, o autoritarismo explícito e as deficiências na educação escolar de todos. Além disso, na carta aparecem outras, não menos importantes: as diferenças políticas entre a gente do Norte e os Srs. Do Sul e entre Liberais e absolutistas; sem esquecer as mais viscerais, como as que separam mulheres casadas e solteiras e entre esposas e esposos.

O cerne da crítica, no entanto, dirige-se contra o estado indigente da educação das Primeiras Letras em Goiás, sem que, com isso, as outras divisões deixassem de aparecer como fatores de agravo da denúncia. “A Apaixonada”, na narrativa elegante da carta, demonstra profundo conhecimento da realidade em que vivia e chega a fazer um inventário estatístico da situação em sua Comarca (São João das Duas Barras), no quesito da educação formal oferecida. Segundo ela, seria inadmissível que, para um universo de 14 paróquias e mais de

20 arraiais, apenas Trahiras e Natividade contassem com as referidas cadeiras de Primeiras Letras. E a grave situação, para ela, perdurava em função da atitude negligente dos Srs. De Goyaz, que também eram chamados de gente do Sul. Todas essas questões são interessantes para o entendimento cultural da sociedade sertaneja goiana do século XIX; no entanto, o cuidado da autora para com a própria alteridade que estava sendo apurada dentro de muitas daquelas divisões chama atenção. Observemos o trecho:

Agora, Sr. Redactor, quero lhe manifestar, que sou muito apaixonada da *Matutina*, e aqui nestes Sertões, muito se apreciaão as correspondências, nós temo-las todas contadas más permita-me que eu lhe diga que temos estranhado o silencio dos Srs. De Goyaz, elles começaraão, e ate o N.º 39 contamos 34 Correspondencias sobre differentes objectos, e deste N.º ate 54 appareceraão 3 incluindo a da morte do Padre Silva, e depois vimos em o N.º 98 a da Senhora Rosseira com a qual contamos 38 Correspondencias, e cá da minha Comarca sempre appareceraão 4 a saber a Festa do Padre Miguel em o N.º 80 sobre o assassinato de Joze Francisco em o N.º 74, e sobre o Ouvidor em o N.º 82 (idem).

Do que foi exposto, destacamos, em primeiro lugar o apreço pela publicação, pois, segundo consta, era esperada ansiosamente e, depois, lida e relida com extremo apuro. E de tudo o que era publicado, o centro das atenções, indubitavelmente, dirigia-se para a expressão dos próprios leitores, que vinha na forma de cartas dirigidas à coluna do Sr. Redactor. Essas cartas eram avidamente lidas, contadas, catalogadas e discutidas. “A Apaixonada”, ao informar sobre que a diminuição dessas se deu a partir do N.º 54, permite inferir que os exemplares da *Matutina* eram arquivados de maneira organizada, de forma a oferecer essa possibilidade de inventariamento e acesso por assuntos e temas que lhes diziam respeito diretamente. Isto é, as coisas de Goiás, da vida sertaneja com seus personagens, tema recorrente nas correspondências que ocupavam o centro das atenções. E segue:

Eu desejava, Snr. Redactor, conversar com alguns Srs. De Goyaz para lhes perguntar – Porque motivo não apresentaão elles seos planos de melhoramento para esta Provincia? Porque ninguem disse ate hoje huma so palavra sobre mais de 90 individuos, que He sido mortos pelo Cherente em Porto Real? Porque não se entrou em investigação sobre a morte de seis Soldados Milicianos mandados rondar pelo Tocantins, e que foraão todos victimas da crueldade dos Canoeiros? Porque?... mas... não... Eu queria fazer ainda mais perguntas porem poderaão me chamar bacharela, intrometida, e ... o que quiserem: por isso digo que como esses Srs. De Goyaz estiveraão sempre debaixo da vara dos antigos Capitães Generaes, por isso a semelhança das bestas, que andando peadas muito tempo, ainda depois de soltas pulaão como peadas, assim esses meos Srs. Afeitos ao arôxo, ainda cuidaão, que estão no reinado das Rolhas, e nenhum se atreve a diser palavra, pobre gente!!! (Idem).

Observemos que as informações que chegavam a esses leitores através de formas alternativas de comunicação, a saber, cartas, histórias, relatos de comerciantes e da gente que viajava, cobrava espaço e seu estatuto de verdade atestado pela palavra impressa. E neste, a *Matutina* exerceria papel crucial. É fácil imaginar o desapontamento dos leitores ao

constatarem algo terrível e próximo deles, como o trucidamento de mais de 90 colonos pelos índios xerente, em Porto Real; ou a morte da coluna de seis milicianos nas proximidades do rio Tocantins, pelos misteriosos Canoeiros, que ainda não fora motivo de narrativa na *Matutina*, emprestando aos fatos foros de legitimidade. E mais, com coragem extrema, denuncia a submissão voluntária das autoridades provinciais, os Srs. De Goyaz, aos interesses e tabus já superados com a vigência da Constituição, mas que insistiam em viver como nos tempos do *reinado das Rolhas* (referência à censura). Coisa que, para ela, é resumida com refinada ironia: “*digo que como esses Srs. De Goyaz estiverão sempre debaixo da vara dos antigos Capitães Generaes, por isso a semelhança das bestas, que andando peadas muito tempo, ainda depois de soltas pulaõ como peadas, assim esses meos Srs. Afeitos ao arôxo, ainda cuidaõ, que estão no reinado das Rolhas, e nenhum se atreve a diser palavra, pobre gente!!!*” (Idem).

Apesar desse complexo de “súditos das Rolhas”, as notícias, as atas dos conselhos, e os conteúdos das cartas, demonstram que a missão civilizadora do periódico fora essencial e, apesar da maioria da população ser analfabeta, desempenhara papel fundamental na lapidação de novos modelos culturais para aquela sociedade. Como vimos, a mediação de leitores públicos, as estratégias de circulação e a utilização dos jornais em classes escolares realizavam o ofício de fazer chegar a informação em diversos grupos sociais, que em nosso entendimento conformavam em uma comunidade de leitores. A própria leitora “A Apaixonada” oferece argumentos que reforçam tal impressão: “*Eu, Sr. Redactor, tenho minha residencia nesta comarca de S. João das Duas-Barras, e tive a honra de lhe comunicar, quando por aqui andou meos fracos sentimentos a respeito do despreso com que era tractado n’esta Comarca o meo sexo*”. Na expressão anterior, notamos que havia uma proximidade entre ela e o editor e o diálogo estabelecido entre os dois se fazia a partir do sentimento de pertencimento a essa comunidade de leitores, que, apesar das muitas separações impostas pelas condicionantes sociais, era compartilhado por ambos. Esse tipo de diálogo, apesar de sua fugacidade, coloca uma questão teórica crucial: a de que seria muito difícil analisar as correspondências publicadas pela *Matutina* nos termos clássicos que estabelecem clivagens entre o popular e o erudito. Chartier, mais uma vez, em *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*, descarta este postulado e trabalha pela complexidade das interações entre os grupos. Orientação que permite ver no perfil dos leitores sertanejos os seres regidos por situações fundamentalmente marcadas por “*circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas. São numerosos os exemplos de usos ‘populares’ de objetos, de ideias,*

de códigos não considerados como tais, e numerosos também os materiais e as formas de uma cultura coletiva da qual as elites só se separam lentamente” (CHARTIER, 2004: 08).

Deixemos então esses leitores, animados e comprometidos com os princípios dessa formidável *Matutina*. Avancemos pouco mais de meio século. Vamos encontrar outra publicação goiana que, como aquela, permite acompanhar os percursos intelectuais da cultura letrada sertaneja do estado central, desta vez, da República. Passemos a analisar os artigos que foram publicados pela revista *A Informação Goyana*.

1.3 – O MUNDO REVELADO POR A INFORMAÇÃO GOYANA

Na apresentação do CD-ROM *A Informação Goyana* (AGEPEL, 2004), feita pela Professora Dra. Maria de Araújo Nepomuceno, é informado que, apesar de ter nascido como publicação informativa das “*possibilidades do Brasil Central*”, a revista na prática assumiu compromisso político de valorização da cultura típica do estado de Goiás.

Fruto do empenho de dois intelectuais goianos, Henrique Silva e Americano do Brasil, o primeiro número da revista veio a lume em agosto de 1917. Durante o tempo em que foi editada, contou com a colaboração de um interessante grupo de estudiosos do sertão sediados no Rio de Janeiro. Os temas preferidos diziam respeito à economia, sociedade e cultura de Goiás, e sua meta era atualizar o debate que ocorria na capital federal. Até maio de 1935, quando foi publicado o seu último número, foram impressos 213 fascículos, nos quais cerca de duzentos colaboradores tiveram oportunidade de expressar as inquietações de uma intelectualidade particularmente sensível aos conceitos da modernização, desenvolvimento e progresso. Entre essa gente idealista e culta, destacamos a presença de alguns ícones nacionais: o insuspeito Capistrano de Abreu; os dois editores da revista, Henrique Silva e Americano do Brasil, que também estiveram presentes em outras tantas jogadas para a formação de uma espécie de orgulho goiano; políticos, como Leopoldo de Bulhões e o coronel Hermenegildo de Moraes, de Morrinhos; poetas da palavra, como os irmãos Hugo e Victor de Carvalho Ramos, tendo o primeiro a autoria de uma das mais belas páginas da literatura regionalista goiana, o sensível *Tropas e Boiadas*; e, como afirmado no frontispício, tantos outros conhecedores do hinterland brasileiro. Esse grupo era composto por profissionais de diferentes áreas: engenheiros, médicos, professores, farmacêuticos, políticos, religiosos, historiadores, agrônomos, poetas, escritores e, principalmente, militares, de onde se destaca uma hegemonia de goianos.

Além de ter estabelecido como objetivo a divulgação das coisas de Goiás e do sertão, a revista, influenciada pelo positivismo de seus editores, se propunha a elucidar com “*factos e algarismos exactos*” as distorções que, nos termos da própria revista, o “*preconceito e a má intenção politiqueria*” haviam impresso na cultura letrada do País. E, nesta disposição, a delimitação inequívoca da fronteira intelectual das batalhas simbólicas que

travariam contra os valores estabelecidos por uma hegemonia de pensamento na Capital Federal.

Já no primeiro exemplar, no Expediente, temos explicitado um dos pontos de apoio do seu projeto político. Dizia: *“A absoluta falta de espaço obrigou-nos a retirar d’este numero o mappa da área de 14.400 Kilometros quadrados, demarcada no planalto central do Brasil para o futuro Distrito Federal”* (IG, N.º 01, ano 01, 15/08/1917- AGEPEL, 2004: 16). Para considerar a importância da nota, é preciso lembrar que os idealizadores da revista, pela via da identidade goiana, abraçaram integralmente a causa mudancista. A eles interessava o cumprimento do que fora exposto na Carta de 1891. Ali, o Art. º 03, determinada em forma de Lei,

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal. / Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado (BARBALHO, 2002: 15).

Sabemos que, como desdobramento imediato do artigo, o governo da república recém-inventada autorizara a constituição de uma famosa expedição de demarcação da área da futura Capital Federal, a “Comissão Exploradora do Planalto Central Do Brazil”, que, por ter sido comandada pelo Presidente do Observatório nacional, o astrônomo belga Luís Cruls, passou a ser identificada pelo nome de “Missão Cruls”. Os estudos da equipe, que teve na excelência técnica de seus membros uma das principais preocupações, resultaram em detalhado relatório que, depois, serviria de base para a definição da localização da nova Capital da República. Entre os membros da Comissão figurou o intelectual Henrique Silva e, talvez, a esse convívio intenso com os aparelhos e observações científicas, devamos o engajamento abnegado deste e de toda uma geração de intelectuais sertanejos por ele influenciados. Entre estes, obviamente, o sobrinho mais renomado, o Dr. Americano do Brasil. Ambos editores fundadores da Revista.

No Editorial do N.º 01 d’A *Informação Goyana*, Silva reafirma os principais objetivos da publicação: trabalhar em torno da política de afirmação de uma alteridade sertaneja face ao desconhecimento e ignorância que grassavam nas publicações da Capital Federal. Nesse sentido, aquilo que circulava como informação válida sobre o *“interland brasileiro”* não possuía nenhuma compatibilidade com as *“incomparáveis”* riquezas existentes naquela *“vastíssima região quase desconhecida sob todos os aspectos e que, no entanto, possui os mais fortes elementos para se incorporar ás correntes progressistas das mais prosperas zonas do nosso paiz”* (IG, N.º 01, 15/08/1917 - AGEPEL, 2004: 16).

Como se vê, não vigorava entre os idealizadores da revista as visões românticas de um sertão idílico e guardador mítico da Odisseia Brasileira. Pelo contrário, os seus ideais eram dirigidos pela necessidade identificada *in loco* de urgente superação do desamparo de suas populações e do real desenvolvimento econômico das potencialidades muito bem conhecidas da terra natal. Para tanto, o enfoque científico dos artigos, que possuíam um interessantíssimo apuro com a linguagem e os novos conceitos das ciências naturais e humanas, com raras exceções é a tônica surpreendente que vigorou nos quase vinte anos da publicação.

E não foi sem uma ponta de ironia que neste primeiro Editorial afirmou-se que, “*Em geral, o que aqui na Capital Federal se sabe do Estado de Goyaz – a imprensa particularmente – é confundi-lo com o de Matto Grosso*”. Na sequência, contudo, os termos circunstanciais dessa demanda ficam esclarecidos, pois a informação dita acertada sobre as coisas de Goiás tinha seu alvo: “*colocar diante dos olhos dos capitalistas, dos industriais e commerciantes as possibilidades econômicas sem conta do Estado mais central e menos conhecido do Brasil*” (ibidem). Este ponto é decisivo: o projeto da revista era liberal, ancorando as esperanças de investimentos na iniciativa privada empresarial e não no Estado. Nos termos do Editorial, a remoção dos entraves ao desenvolvimento econômico e social da região passaria ao largo da intervenção estatal, sendo enfeixado pelos interesses de capitalistas, comerciantes e industriais do eixo dinâmico da economia nacional. Na essência burguesa e liberal desse projeto, não há como não identificar as comunicações com as iniciativas e desejos daqueles grupos liberais que, oitenta anos antes d’*A Informação Goyana*, se reuniram em torno da *Matutina Meyapontense*. Em ambos, a mesma fé na palavra tipográfica da Imprensa, a mesma crítica aos mitos sertanejos criados a partir da desinformação sistemática da sociedade brasileira e a fé inabalável na condução do processo pelas mãos imparciais das ciências, pois eram capazes de dar o devido valor às riquezas do hinterland imenso. Entre elas, a cultura sertaneja. E finaliza com um veredicto: “*A Informação Goyana traz, portanto, um fim e um programa que bem a definem na imprensa brasileira*” (Ibidem). E, acrescentamos, trazia como representação ideal desse *programa*, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central. Desse modo, o espírito liberal que tão bem servira para aglutinar as comunidades de leitores sertanejos em torno de livros, jornais e projetos políticos, com a Constituição Republicana e os trabalhos comandados por Luís Cruls, renascia no Rio de Janeiro com esse invejável instrumento de modernidade: uma revista ilustrada.

Não foi por acaso, que ainda no primeiro exemplar, parte dos estudos de um companheiro de viagem de Henrique Silva, o higienista e médico Antônio Martins Pimentel⁶, foi publicada pela segunda vez. A primeira acontecera com o “Relatório Cruls”. A escolha, obviamente, ateu-se à abordagem positiva do médico sobre a incidência de algumas enfermidades tropicais, entre elas o bócio e paludismo, que, no imaginário da capital, eram acenadas como ameaças terríveis à transferência da capital. Interessou-nos também neste caso a delimitação linguística através da literatura científica do sertão planaltino, que assim começava a ser revelado como lugar ideal para plantar as sementes da modernização nacional. Como vimos anteriormente, aos sertanejos interessava sobremaneira o processo de auto-identificação nas páginas da literatura e da imprensa. Desejo que foi muito bem expresso na carta daquela leitora da *Matutina* que assinava sob o pseudônimo de “A Apaixonada”, da qual extraímos a impressão ansiosa de se verem eternizados na palavra impressa. Neste caso específico, os leitores existentes na região por nós delimitada para o estudo, após o fim do jornal, tiveram a oportunidade de se achar novamente eternizados nas páginas impressas. A primeira delas, através dos estudos de Varnhagen, como está em *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?*, depois, com o “Relatório Cruls” e, então, com *A Informação Goyana*, por intermédio da palavra científica de Pimentel.

Convém informar que a imprensa em Goiás, após o término do periódico, ficara restrita aos atos oficiais do governo editados pelo “Correio Oficial de Goyaz”. Na sequência, segundo Borges e Lima, nos anos que vão até 1855, os ofícios do governo passaram a ser publicados no Jornal *O Tocantins*. Depois, com a criação da *Gazeta Oficial de Goyaz*, a tarefa passou a ser sua prerrogativa até o ano de 1864, quando o Correio volta a ser editado, perdurando até 1890. Então, “os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *Goyaz*, veículo político ligado ao grupo dos Bulhões, dirigido por Antônio Félix de Bulhões Jardim” (BORGES E LIMA, 2008). Finalmente, na segunda década do século XX, os leitores sertanejos puderam contar com uma imprensa realmente moderna e científica, com o início d’*A Informação Goyana*.

Voltando ao extrato dos estudos de Pimentel, destacamos que a referência fora cuidadosamente escolhida por Silva por dizer respeito à região de Formosa e Mestre

⁶ Antônio de Azevedo Martins Pimentel era doutor em medicina, e foi preparador da cadeira de Higiene, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fez parte da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, como higienista. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como jornalista, colaborou n’*A Informação Goiana*. Foi secretário da Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro e diretor do Laboratório Bacteriológico Federal. Livre docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também professor da Escola de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto.

D'Armas, a atual Planaltina-DF. A mesma que, segundo análise do “Relatório Cruls”, seria a ideal para receber a futura capital do Brasil. No texto, observamos o esforço do higienista para minimizar os efeitos e a incidência do paludismo e do bócio na região delimitada. A conclusão, contrariando o senso comum de então é que, à época dos trabalhos de 1893 (da “Missão Cruls”), os casos eram raríssimos, apesar da pobreza da população local e da literatura médica apontar para sua ocorrência endêmica em regiões intertropicais. Essa positividade científica impregna o discurso, e o veredicto favorável era atribuído à ausência dos pântanos naquela região específica. O que singulariza a narrativa de Pimentel, contudo, e que deve ter agradado sobremaneira aos leitores existentes no Planalto Central é a afirmação de que os dois únicos casos registrados de pessoas infectadas aconteceram em Formosa, mas por motivos contrários à crença geral, pois *“eram ambos de fora, e haviam procurado essa cidade pela fama, justamente merecida, da excellência de seu clima: uma moça mineira, que anteriormente havia exercido officio de cigarreira, e um moço vindo de S. Paulo por Araxá”* (IG, N.º 01, 15/08/1917 - AGEPEL, 2004: 21). Na reedição de *O Clima do Planalto Central* decididamente a intelectualidade goiana não só recuperava uma tradição liberal de buscar sintonia com o debate científico de intenções políticas, como passava a contar com um instrumento simbólico poderoso de convencimento e aumento das suas colunas: o mudancismo.

Apesar da orientação desmistificadora da cultura produzida sobre o sertão, a força da tradição literária romântica mais de uma vez influenciou na elaboração narrativa daqueles que justamente tinham como meta cientificar o discurso como arma para alavancar o desenvolvimento regional. Este foi o caso da crônica assinada por Victor de Carvalho Ramos, também publicada no primeiro exemplar da revista. O texto que saiu com o título de “Um Mundo Desconhecido” se organiza em torno do programa da revista, que sumariamente poderia ser definido como a busca de projetos de integração econômica de uma das mais privilegiadas regiões do Brasil (o estado de Goiás) com o movimento de modernização e atualização do o País.

A narrativa de Ramos desenha um itinerário em que o próprio movimento de valorização da cultura regional, iniciado com a *Matutina*, também havia descrito. Isto é, nos parágrafos introdutórios, reproduz a mitologia sertaneja inventada pela literatura romântica e que impregna a maioria dos relatos dos viajantes. Defeito de origem que a própria revista tinha vinha combater com as armas do discurso científico. Ao descrever o sertão, as palavras conduzem o leitor para os ambientes marcados pela aventura que o estar diante do desconhecido suscita. O sertão goiano é ali adjetivado como algo misterioso e ameaçador para

quem se aventura nele. Segundo o texto, ao penetrar esse lugar enigmático, o êxtase toma conta da pessoa e seu pensamento *“alarga-se com as linhas indefinidas dos horizontes, diante da deslumbradora paisagem a imaginação exaltada accende-se, e o coração, á medida que caminhamos para o desconhecido, que nos attráe e domina, ora estremece receioso, ora pulsa violento, cheio do nobre orgulho de brasileiro”* (IG, N.º 01, 15/08/1917 - AGEPEL, 2004: 24).

Em seguida, Ramos adota o sentido estrito da defesa do projeto de modernização regional, passando a organizar uma minuciosa relação das potencialidades, principalmente, as daquelas dilatadas regiões nortistas do estado. Ali foram listadas as mais significativas riquezas naturais existentes; as facilidades permitidas por uma topografia plana e pela hidrografia amplamente favorável às artes do transporte e da navegação; e, notadamente, os fazeres culturais de cada subregião que frutificaram justamente em função do insulamento a que foram submetidas pelos séculos anteriores, mas que, pela mesma via, encontrara nas feiras e eventos como romarias e festas religiosas maneiras próprias de realizar uma intensa circulação de seus bens. Entre o que ficou registrado, chamou-nos atenção a valorização da extraordinária pecuária praticada no Vão do Paranã⁷. Atividade que, por mais de um século, deu sustentação econômica aos empreendedores planaltinos e que, em nosso ponto de vista, fora responsável pelo próprio descobrimento da região. **Afirmava:**

O conhecido vão do Paranã, onde existem as mais importantes fazendas de criação, é o mais rico de todo o paiz em eqüinos e gado curraleiro e pedreiro. O norte goyano abastece os estados de Pará, Maranhão, Bahia e Minas, de gado vaccum, sendo a sua exportação, apesar da falta absoluta de transporte, verdadeiramente fantastica. Os cavallos pequenos, segundo abalisada opinião de um zootecnista francez, substituem com melhor vantagem, devido sua resistencia, os de grande altura empregados no exercito de quasi todos os paizes. Em qualquer época do anno, só o norte de Goyaz poderá fornecer animaes para todas as armas do exercito brasileiro (idem).

Depreendemos daí que, entre a introdução do texto, na qual evidenciamos a utilização de sentimentos e palavras lapidadas pelo romantismo, tais como coração, pulsa e orgulho, e as do extrato anterior, com uma terminologia radicalmente impessoal e científica, como equino, norte goyano, gado vaccum, zootecnista, etc., ocorre um deslocamento radical. É forçoso afirmar que há uma interessante simetria entre o curso da narrativa de Ramos e o próprio movimento de modernização que a revista projetava para a região. Ou seja, a palavra escrita vinha abrindo caminhos por onde a caudalosa torrente de mecanismos e invenções

⁷ O rio Paranã nasce a menos de 5km da cidade de Formosa e seu extenso vale é fertilíssimo, dando forma, conteúdo e uma cultura específica que influencia toda essa região.

certamente semearia o progresso e o desenvolvimento para a redenção daquela sofrida gente sertaneja.

Em outro artigo, este assinado pelo intelectual Eduardo Sócrates, ainda no primeiro número da revista, evidenciamos o dado da permanência de uma consciência coletiva relativamente antiga, pois era a mesma que antes alimentara os redatores e leitores da *Matutina* sobre a importância da imprensa e, por seu intermédio, a da propaganda para uma política de resultados. Na afirmação de que “*A propaganda é o melhor rastilho para se conseguir impressionar massas populares, transmittindo-lhes idéas, que ellas acolhem com fervor*” (IG, N.º 01, 15/08/1917 - AGEPEL, 2004: 25), temos essa constatação. Compreendemos pelo teor da colaboração de Sócrates que, por meio da revista, a ideologia do progresso seria a fonte de incentivo para os goianos produzirem mais, acreditarem mais, venderem mais e, como afirmado, a “*Informação Goyana surge pois neste ambiente convencida destas necessidades, destas conveniências, que precisa incutir no povo goyano*” (ibidem). E nisso, outra vez, a mesma fé inabalável no poder imenso da palavra escrita e da imprensa.

Como parte da estratégia de desmontar o discurso hegemônico da aniquilação natural do sertão através da sua comprovada incapacidade de resolver os problemas de saneamento das moléstias tropicais, no N.º 02, da revista, o colaborador Dr. Ayres da Cunha escreveu “*A Bancarrota do Saneamento dos Sertões*”. No artigo, o verdadeiro problema do sertão não estaria no paludismo de sua população, nem na leishmaniose, nem na sífilis e ou na tuberculose. Para ele, tudo isso não passava de distorções, tão nefastas para a solução do subdesenvolvimento regional, quanto aquela outra romântica versão do Odisseu acobreado de Euclides da Cunha. Discurso que, nas palavras do Dr. Ayres, acontecera “*quando se alludia ao nosso typo sertanejo, era um prazer ouvir-se decantar a robustez do cabelo, a força, o vigor, a energia do tabaréo*” (IG, N.º 02, 15/09/1917- AGEPEL, 2004: 32).

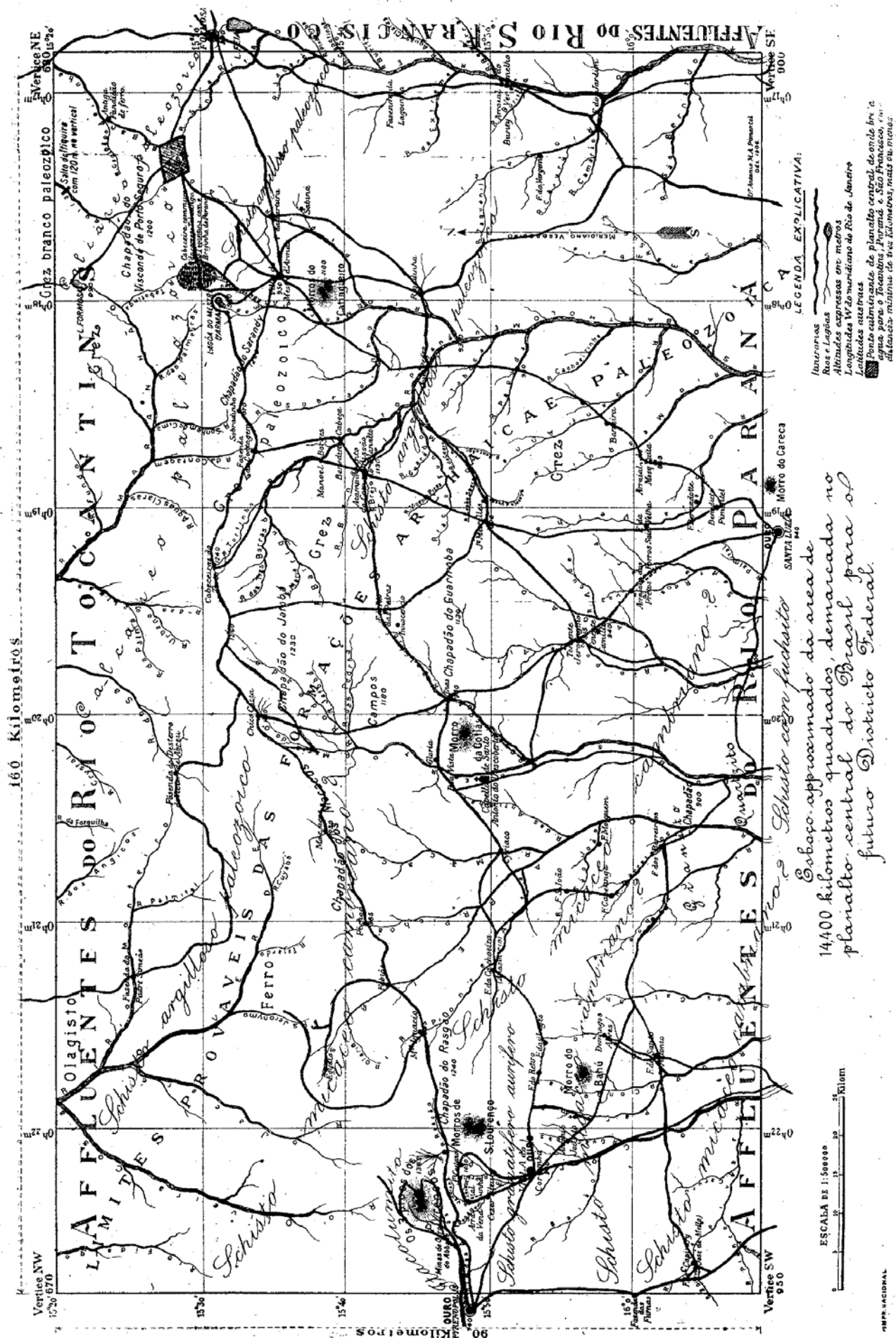
Na visão deste compenetrado intelectual, os problemas endêmicos da saúde dos sertanejos aconteciam mais em função de uma alimentação deficiente do que propriamente pela inadaptação de sua cultura, como advogavam tantos. Aspecto que tinha sua intensificação intimamente relacionada com a precariedade das vias de comunicação. Segundo o Dr. Ayres, as políticas públicas viciadas que teimavam em combater os males da saúde com distribuição de quinino, telas para evitar o contato com os mosquitos e outros paliativos, esqueciam o principal: equipar o sertão com um sistema de transportes *rápidos, estratégicos e comerciais*, que poderiam tirar as comunidades sertanejas de sua proverbial

indigência, permitindo-lhes autonomia suficiente para aquisição de todo o necessário para uma vida digna por meio de uma simples comercialização do excedente de sua produção.

Outra vez, a linguagem científica e os apoios em trabalhos de renomados homens das ciências foram utilizados como estratégia de convencimento. Pelo que pudemos apurar, os intelectuais goianos aquartelados na Capital Federal encontravam-se firmemente convencidos da importância de penetrar o sertão com as armas da ciência para que, reconstruindo-o através de uma perspectiva iluminista, pudessem alçá-lo às alturas das revoluções modernizadoras mundiais. No ponto de chegada deste empenho, figurava o alinhamento do Brasil com as nações mais desenvolvidas da Europa e, principalmente, com as fabulosas invenções dos americanos do norte. Para a maioria dos articulistas colaboradores, entre os problemas identificados, destacavam-se os das comunicações e transportes, pois aí residiam os mais importantes entraves ao desenvolvimento das forças econômicas e sociais de Goiás. Contudo, a concretização do Artigo N.º 03 da Constituição Federal, com a transferência da Capital Federal, poderia sanar essa deficiência. Para tanto, e levando em conta a força da publicidade, a partir do segundo número da revista, o mapa do DF proposto por Cruls, e que não coube na primeira, passou a ocupar página inteira de todas as edições posteriores. O que chama atenção no mapa é o destaque dado à hidrografia e às estradas e caminhos existentes no quadrilátero de 14.400 Km², que fora minuciosamente vasculhado pela equipe de Cruls (MAPA 02).

As dicotomias entre sertão e litoral também foram motivo de reflexão nas páginas da revista. Contudo, o artigo assinado por J.J. Curado coloca a questão como entrave não apenas ao desenvolvimento regional, mas, antes, como indicador da falta de sensibilidade dos governantes para os prejuízos advindos do distanciamento e abandono que ao sertão eram imputados.

Referimo-nos ao artigo “O Clima Goyano”. A especificação do problema se dá na forma de uma constatação: *“fatalidade que retém os brasileiros pelo littoral, quando a natureza interior não é inferior á delle e tanto nos poderá dar, tem privado e continua a privar o estado de quantos elementos são necessários aos seu desenvolvimento. Goyaz ainda clama pelos meios de transportes”* (IG, Vol. 01, N.º 03: 15/10/1917 - AGEPEL, 2004: 54). Felizmente, para o autor, o início d’A *Informação Goyana* acenava com a possibilidade concreta de superação do quadro anterior, pois a conjuntura de guerra entre as “*Grandes e Civilizadas Nações*”, talvez estivesse forçando pela introversão dos interesses, invertendo o *desleixo* de um país “*fascinado e embuído pelo que é exterior e estrangeiro*”. Na argumentação de Curado, mais uma vez temos a confirmação daquela antiga fé na predestinação do Brasil vir a ser uma grande nação: “*não resta dúvida que só pelo*



desenvolvimento de nossa economia própria é que poderemos firmar a nossa individualidade nacional e alcançar o valor mundial que devemos ter, pelo que somos e possuímos, e poderemos ser” (idem).

Essa ideologia da predestinação, em muitos momentos da formação cultural brasileira, intercede nos planos e nas ações de intelectuais e políticos nacionais. Este foi o caso de muitos artigos e correspondências publicados tanto na *Matutina* quanto em *A Informação Goyana*, mas o que aguça a curiosidade é constatar que até mesmo um ídolo da cultura erudita lusitana como Alexandre Herculano veio derramar palavras elogiosas nesta seara muito batida por nós.

Wilson Martins, ao sintetizar narrativa sobre a formação intelectual nacional, relata o zelo com que literatos e políticos de primeira ordem (do Brasil e do exterior) apostavam nesta possibilidade: a de estarem diante de uma nação que desempenharia protagonismo certo no lume criador da nova civilização. Herculano, há muito, se desmanchava em expectativas diante dessa positividade romanticamente justificada. Ao referir-se aos *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias, em artigo denominado “O Futuro Literário de Portugal e do Brasil”, expressou emoções de fado desde sua lamentosa Lisboa. Formulava:

Naquele país de esperanças cheio de viço e de vida (o Brasil), há um ruído de louvor íntimo que soa tristemente cá, nesta terra onde tudo acaba. A mocidade despregando o estandarte da civilização, prepara-se para os seus graves destinos pela cultura das letras; arroteia os campos da inteligência; aspira as harmonias dessa natureza possante que a cerca; concentra num foco todos os raios vivificantes do formoso céu, que a alumia; prova forças enfim para algum dia renovar pelas idéias a sociedade (MARTINS, 2001: 354).

Imbuídos desse tipo de ideologia, os editores da Revista em várias edições comemoraram a sua boa acolhida por parte da imprensa nacional e estrangeira. Fato atestado pela informação de que editores da Argentina e Uruguai enviaram seguidas felicitações pelo feito. Sob o título “A Informação Goyana no paiz e no estrangeiro” foram citadas correspondências dos seguintes periódicos: *Boletim da União Pan-Americana*, *Boletim da Camara de Commercio Argentina Brasileña*, os brasileiros, *Lavoura e Commercio*, *Gazeta de Uberaba* e *Araguary*. Contudo, há uma nota de desalento, pois, como informado, “só os *illustrados periódicos que se editam em Goyaz é que ainda não nos quizeram honrar com sua esperada visita*” (IG, Vol. 01, N.º 04: 15/11/1917 - AGEPEL, 2004: 69).

Em razão de ainda termos muito que considerar sobre a formação intelectual dos grupos letrados sertanejos em Goiás, abordaremos uma questão capaz de unir dois de nossos maiores interesses; a cultura letrada e o sertão Planaltino. Para realizar a costura desses temas

utilizaremos artigo assinado pelo menos famoso dos irmãos Carvalho Ramos, o Victor, que, por meio de crítica dirigida contra a estruturação dos ensino primário e secundário em Goiás, procurou mostrar o estado geral da educação formal no seu estado de origem. Em “O Ensino em Goyaz”, o articulista, seguindo o espírito do positivismo, conclama pelo enfrentamento deste que era considerado como o problema capital do desenvolvimento, pois fundamentava todo o “*nosso regimen*”: a falta de escolas.

A filiação liberal do pensamento de Ramos é clara. Seu discurso, diante das mazelas identificadas na gestão dos gastos públicos destinados à educação primária e superior, ataca o estado de “*annarchia*” e de absorção do erário pela “*Politicagem desenfreada*”. E, neste liberalismo, afirma que caso não houvesse estabelecimentos particulares, a educação primária estaria na mais completa indigência.

O texto faz um levantamento dos mais destacados colégios em todo o estado, discutindo também a linhagem pedagógica adotada: se modelados por projetos de grupos escolares existentes em Minas Gerais, ou em São Paulo. A lista é organizada por municípios e, começando pelos da capital, segue por Curralinho, Formosa, Bela Vista, Pirenópolis, Catalão e Ipameri.

A novidade que vem mais uma vez somar elementos para o deslocamento narrativo da cultura goiana é o que descreve a situação da instrução particular em Formosa. A cidade é uma das três que guardavam em seus municípios o território demarcado de 14.400 Km² destinados à implantação do futuro Distrito Federal. As outras eram Santa Luzia e Planaltina.

De acordo com Ramos,

sob a brilhante direção do professor Antonio Euzebio de Abreu, que há vinte annos milita no magistério, há nesta florescente cidade do planalto central um magnífico instituto de ensino secundário, onde leccionam todas as matérias exigidas para matrícula nas escolas superiores. Dispõe o “Collegio Formosense” de confortável edificio, com lotação para mais de 100 internos. / Ao lado do internato funciona o externato, que é bem frequentado. Além do curso propedeutico, há ainda aulas de hygiene escolar e instrução cívica, com exercício militar a franceza e jiu-jitsu. / Ainda de iniciativa particular, há em Formosa um collegio de irmãs dominicanas, onde a matricula attinge annualmente ao numero de 180 alumnos. Actualmente, é a cidade goyana que dispõe de melhor instrucção (idem: 47).

A última frase é excelente e produz outra daquelas fissuras que deixam à mostra uma realidade muito diferente daquela que fora decretada inculta pela escrita da história dominante sobre Brasília. A constatação de que, no lugar que sofreu o decreto de o ser nada, ou quase nada, conforme afirmaram os primeiros historiadores de Brasília (Ernesto Silva, Adirson Vasconcelos e o próprio JK), fora, no início do século XX, a sede da melhor

instrução do estado de Goiás, superando centros de civilização e difusão da cultura letrada, como a capital Goyaz e Pirenópolis, produz estranheza. Que no início do XIX, a região era desprovida de quase tudo da cultura letrada, os registros confirmam. De todos os exemplares do primeiro ano da *Matutina*, em apenas dois, pudemos identificar referências à região planaltina. A primeira descrevia o itinerário do Reverendo D. Francisco Ferreira de Azevedo, Bispo Titular de Castoria e Prelado de Goyaz que, acompanhado por um piquete de cavalaria, dirigira-se de Meia Ponte para Santa Luzia (MM, N.º 78: 28/09/1830). A segunda relata sobre a designação de uma coluna de praças para conter os ataques de índios na região do registro de Lagoa Feia, cujos moradores são referidos como “*miseráveis habitantes*”. A notícia diz respeito ao deslocamento da Segunda Companhia do Batalhão de Caçadores, lida na Sessão Preparatória do Conselho Geral, realizada em 30 de novembro de 1830, na capital provincial. Pelo exposto, o Arraial dos Couros (povoado que deu origem a Formosa), pelos idos de 1830, constituía-se em lugar de quase tudo desprovido e em fronteira com esse perigoso inimigo, as nações xerente, apinajé e os valentes e enigmáticos canoeiros (MM, N.º 115, de 23/12/1830 – AGEPEL, 2000: 405).

A partir dessas fraturas narrativas sobre o Planalto, que à época da Revista já detinha uma respeitável estrutura educacional, pudemos colher um estrato raro do subsolo cultural sertanejo: é que, nos oitenta e poucos anos que decorrem desde as primeiras edições da *Matutina Meyapontense*, até os primeiros exemplares d’*A Informação Goyana*, talvez, pelas vias das comunicações entre os grupos de leitores identificados em torno de livros, jornais e outras instâncias, consolidou-se na região a existência de grupos sociais particularmente zelosos para com a cultura letrada. Quem eram essas pessoas e como se reuniam? Não sabemos. Contudo, algumas indicações insistem para a sua articulação em torno da educação primária e secundária.

Como exposto na crônica de Ramos, em Formosa havia a figura ímpar do professor Antônio Euzébio de Abreu, que desde a segunda década do século XX militava nas fileiras educacionais da região. Das salas do portentoso “Collegio Formosense”, Abreu fazia circular notícias e as palavras impressas d’*A Informação Goyana*, pois era seu correspondente local. Além disso, havia o colégio das irmãs dominicanas, o famoso Colégio São José, que até hoje lapida as novas gerações de formosenses. Essas dominicanas, firmemente estribadas em uma sólida formação acadêmica de linhagem francesa, por meio das modalidades de internato e externato, dedicaram-se por mais de um século à instrução de senhoritas planaltinas que vinham bater à sua porta em busca do que havia de melhor em termos de educação escolar para meninas em todo o estado.

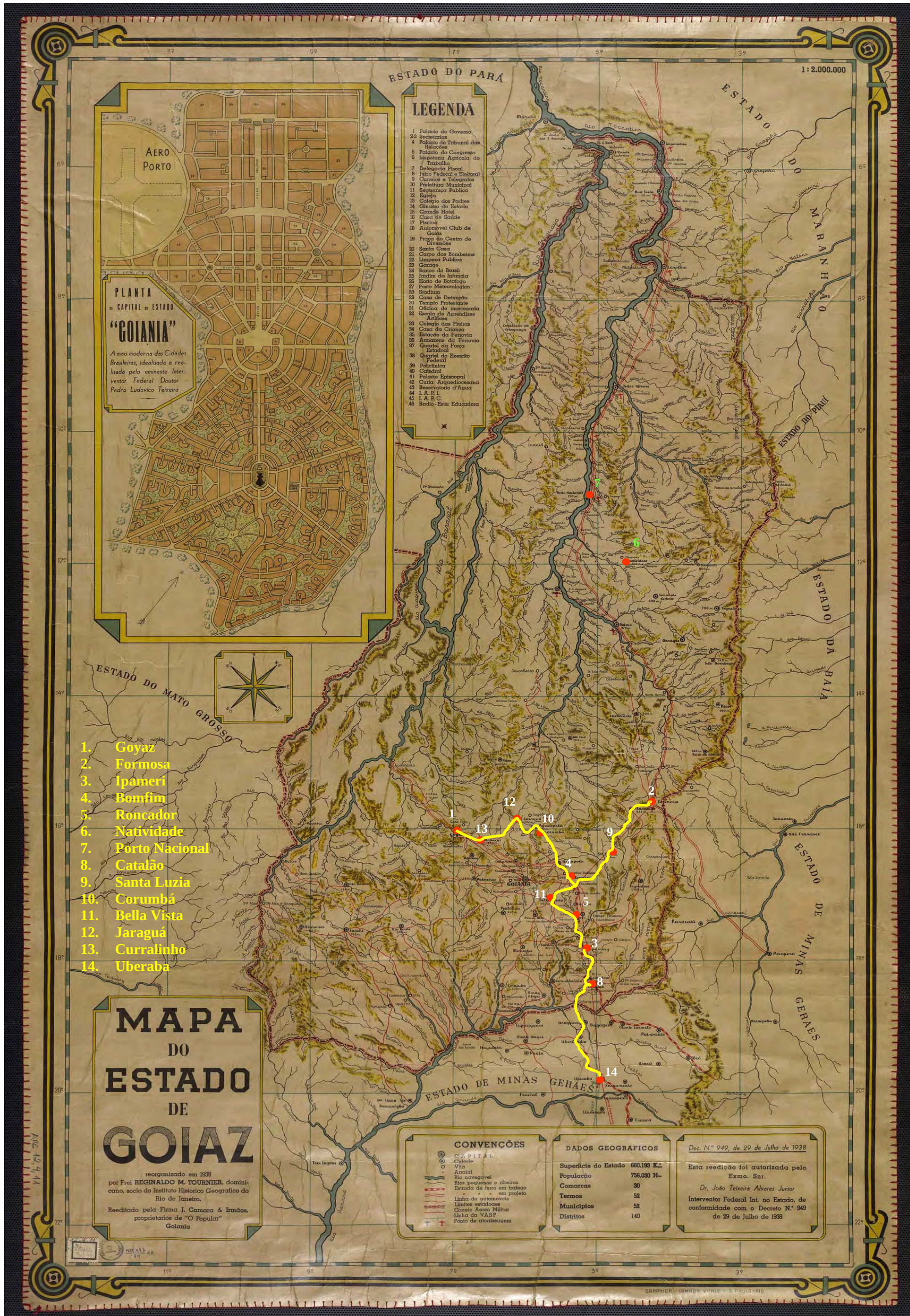
O colégio São José, além das disciplinas do currículo oficial, esmerou-se nas letras eruditas, tanto em vernáculo como no francês. Também ensinava o latim, as artes plásticas e música clássica e popular, esforço responsável pela formação de musicistas excelentes de toda essa região. Portanto, é de círculos cultos como esses que observamos saírem os baluartes da cultura e também do mudancismo local, que, em um sentido historiográfico, foram silenciados pela palavra vencedora da história de Brasília.

No Vol. 01, N.º 05, de 15/12/1917, aparece um indicador da amplidão regional do círculo divulgador d'A *Informação Goyana* em Goiás. No Expediente desse número, há uma lista com os nomes dos correspondentes da revista no estado:

1. Capital – Rodolfo da Silva Marques;
2. Formosa – Prof. Antônio Euzébio de Abreu;
3. Ipameri – Múcio Vaz;
4. Bonfim – Joaquim Augusto de Souza;
5. Roncador – Edmundo de Carvalho;
6. Natividade – Júlio Nunes da Silva;
7. Porto Nacional – Dr. Ayres da Silva;
8. Catalão – Rodolpho Campos;
9. Santa Luzia – Herculano Meirelles;
10. Corumbá – João Jacinto da Silva;
11. Bela Vista – Manuel Umbelino de Souza;
12. Jaraguá – Tubertino Rios;
13. Curralinho – João Caldas;
14. Uberaba – Mons. Inácio Xavier.

Identificando os lugares no mapa de Goiás (MAPA 03, de 1939, em anexo), o desenho da malha viária que os unia mostra uma espécie de árvore, cujos galhos abraçam o Planalto Central. De certa forma, a imagem sugere o mapeamento da direção pensada para a mudança radical do sentido do desenvolvimento acalentado na redação da IG: enlaçar o Planalto, solucionando o grande problema do isolamento a partir dessa nova centralidade. Outra ideia é a de que a maior parte do território ocupado do estado ficaria assim integrada com a atuação dos correspondentes listados.

Ao fazer o cruzamento desta *árvore* de correspondentes com a hidrografia do norte do estado, ampliamos a visão para algo que dominava os interesses dos redatores da IG: a solução do problema da integração, por meio do deslocamento do eixo de comunicação e



transportes. A coisa toda se equilibra na forma de uma equação matemática. Penetrando por Uberaba, o prolongamento da malha ferroviária existente, essa maravilha da modernidade, faria a integração regional através do centro do estado de Goiás. Desse modo, o futuro eixo dinâmico da economia brasileira se deslocaria para as paragens centrais do País. Por meio dessa nova geopolítica, nas terras altas que vão de Santa Luzia até Formosa, no quadrilátero demarcado pela equipe de Cruls, a nova capital atrairia para si os interesses de investidores, endireitando a imensa tortuosidade histórica da ocupação extrovertida do nosso território. Aspecto causador, segundo a maioria dos editorialistas, dos maiores desníveis econômicos e sociais de um país que teimava em não cumprir aquela destinação histórica de ser grande. Ao norte, a fabulosa rede hidrográfica faria o resto, desvirginando com balsas e vapores a imensa e ainda indevassável Amazônia brasileira.

Por outro lado, tão instigante quanto o primeiro, a lista de correspondentes da Revista indica também para outra inevitabilidade: as relações com as principais oligarquias de Goiás. Os sobrenomes apontam para a atuação de uma comunidade de coronéis regionais que, corroborando tese do professor Nasr Chaul, encontrava-se muito bem empenhada nos movimentos de modernização das estruturas econômicas do estado. Vejamos: Silva Marques, na capital; Abreu, em Formosa; Vaz, em Ipameri; Meirelles, em Santa Luzia; e, compondo o corpo editorial, Leopoldo de Bulhões e o Coronel Hermenegildo de Moraes, de Morrinhos. Trata-se, portanto, de uma gente que agia com a consciência apurada sobre a importância da cultura letrada, da urgência da instrução formal, do poder da imprensa e dessa arma moderna de convencimento: a propaganda.

1.4 - A CRÍTICA SERTANEJA

No Planalto Central, a região que no Mapa 03 permaneceu guardada no centro do polígono delimitado ao sul pela malha viária que demandava do eixo dinâmico da economia nacional e, ao norte, pelo complexo sistema hidrográfico do Araguaia-Tocantins, desde a época colonial, exerceu uma força quase mítica sobre diferentes inventores da nação. Esse lugar de terras altas e salubres, nas elaborações de conhecidos pesquisadores, como Varnhagen e de muitos outros intelectuais nacionalistas, abrigaria o sítio da requerida missão fundadora nacional (BRASIL, 1960). Os trabalhos de interpretação do Brasil elaborados por essa gente inspiraram os parlamentares de 1891 na definição da localização ideal para a nova capital.

Desde o início da colonização, lendas como as de Sabarabuçu e Vupabuçu fixaram no imaginário colonial a ideia da existência de uma montanha de ouro, ornada por um lago também dourado, no centro geográfico do território. Muito tempo depois, em novas formulações, esse lugar passou a figurar como geopolítica defensiva ideal, pois se encontrava distante dos problemas de possíveis ataques das marinhas de outros Estados. Atualmente, diante dos grandes dramas da convivência das grandes populações com um meio ambiente fragilizado e em rota de mudanças, com suas drásticas consequências, esse lugar passou a se apresentar como representação ecológica de um idílico berço das águas; ou, como nos planos desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960, na forma de centro emanador de civilização sobre o deserto. Pensar esse movimento em conjunto produz a reflexão de que, em diferentes tempos, os idealizadores do desenvolvimento nacional projetaram sobre essa região as identidades de uma nação pensada. Românticos ou realistas, a eles interessava a consolidação de um país desenvolvido.

A história registra também a força da ideia de centralidade e encontro como referência seminal da constituição de uma verdadeira nação. Estudos históricos, antropológicos e linguísticos ainda tentam compreender as ocorrências em que as aclimações vieram gravando nomes como Eupana, Paytiti, Sabarabuçu, Vupabuçu e Xarayes. As marcas milenares deixadas em sítios como os da Toca da Onça e do Bisnau, nas bordas do Vale do Paranã, localizados a menos de 200 quilômetros de Brasília, só agora pesquisados, são enigmas pictóricos que apenas aguçam nossas necessidades de arqueologia (BERTRAN, 2000; ROCHA, 2001 e MOURA, 2006).

São muitos os caminhos que conduzem essa história. Contudo, uma coisa é certa; o fenômeno da existência de um importante divisor de águas no Planalto Central, há muito, exercia imenso poder de influência na percepção do próprio território. Os primeiros bandeirantes identificaram aí a nascente hoje denominada “Águas Emendadas”. Desde então, sabe-se que, dando origem a inúmeros córregos, as fontes da região planaltina lançam generosas águas em direção a três das mais importantes bacias hidrográficas do território: Amazônica, Paraná e São Francisco. Essa peculiaridade geográfica inscreve também uma determinação geopolítica fundamental para o Planalto Central: a de constituir-se em centro difusor de recurso vital (água, poder e riquezas) para todo o território (BERTRAN, 2000).

Sob o ponto de vista da análise da cultura, o *ethos* cerratense⁸ no planalto veio se constituindo em região com o benefício das muitas aclimações que vemos soerguer o orgulho de uma geração de intelectuais goianos na virada do século XIX para o XX.

Com suas singularidades, as conformações culturais existentes no Nordeste Goiano se constituíram por meio da hegemonia de uma economia pecuarista extensiva. São evidentes as permanências nas suas práticas de traços dessa herança rural antiga.

Para os planaltinos, apesar dessa fixação na cultura do boi, que permitia uma autarquização de sua sociedade, os acenos do “desenvolvimento” projetado pela ideia de uma vizinhança com a futura capital exerceu sua influência de forma clara. Em muitas de suas elaborações, os argumentos favoráveis a essa perspectiva eram tecidos de acordo com a apreensão de conceitos modernos. Por isso, a importância da *Matutina*, do Correio Oficial, da instrução formal, dos colégios e d’A *Informação Goyana*. Portanto, é no domínio da cultura e, no seu interior, nos discursos produzidos sobre o si, que procuramos *descobrir* as lacunas e as contradições por onde a fronteira da modernização (periférica) articulava, em sentido koselleckiano, diferentes espaços de experiências e horizontes de expectativas.

Nessa busca de sentidos, dentre as distinções feitas pelos interpretadores sertanejos, ainda utilizando as páginas d’A *Informação Goyana*, identificamos um clássico: Hugo de Carvalho Ramos (1895 – 1921). O irmão do articulista Victor fora pessoa privilegiada pela grande sensibilidade para com as coisas da sua terra natal e para com as letras. Indivíduo de mente brilhante, nascido na antiga capital do estado, fez-se intelectual respeitado em tenra idade. Morreu muito jovem, aos 26 anos, vitimado pela corda de uma força e pelas contradições dessa nossa modernização. Legou-nos um famoso livro de contos

⁸ Cerratense é o gentílico do homem do cerrado. Termo inventado por Paulo Bertran que serve para também referenciar o homem típico dos sertões planaltinos.

(*Tropas e Boiadas*) e alguns outros escritos, dos quais destacamos esse interessante “*O Interior Goyano*”, publicado em 1918 (ANEXO B).

O artigo publicado por *A Informação Goyana*, Volume 2, N.º 3, propõe a interpretação do sertão a partir da tipificação não do espaço geográfico sertanejo, mas, em franco diálogo com a obra de Euclides da Cunha, das interações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente. As preocupações de Ramos, devendo tributos ao romantismo, se dirigem pela opção de ver no sertanejo a mais “*autêntica identidade dos brasileiros*” e, assim, procurou resgatar uma imagem pela qual o sertão poderia se constituir em possível Odisseia brasileira. Consequentemente, projetar no sertanejo um Ulisses tropical, imagem inventada alguns anos antes pelo indianismo romântico e, depois, atestada pela palavra essencial de *Os Sertões*, tomava forma de desafio narrativo para Ramos.

O título do artigo já é em si um fornecedor de pistas de que o espaço seria tratado a partir de uma visão muito próxima daquilo que era praticado pelo homem de um sertão particular: “*O Interior Goyano*”. Pois, se havia muitos sertões, as associações ali projetadas uniriam o interior com Goiás. Mais do que falar de um lugar determinado, as palavras dirigiam a crítica para delinear uma identificação muito própria e essencialmente goiana de sua cultura.

Seguindo a linha editorial da Revista, o campo semântico é dividido entre conhecedores da realidade e os denominados “*eruditos de gabinetes*”, a quem a crítica era dirigida. Esses mesmos que no primeiro editorial d’*A Informação Goyana* foram tachados de intelectuais que, de Goiás, sabiam apenas confundi-lo com o estado de Mato Grosso, por nunca terem transposto a Mantiqueira. A divisão em campos opostos intentava refutar aqueles estudos porque divulgavam uma visão bastante limitada, na qual o sertão era concebido como mera antítese ao desenvolvimento. Segundo o autor, nada mais estreito e desonesto do que associar o sertão aos ermos das imensidões interiores do País. Esses lugares, para Ramos, existiam mais nas mentes viciadas daquele tipo de literatura. A limitação desses pensadores que, nesse sentido, encontravam-se aprisionados em teias ideológicas, os impedia de enxergar a existência de toda uma gente esclarecida e o dinamismo de respeitáveis cidades como Goyaz, Formosa, Catalão, Ipameri, Natividade e Porto Nacional, em Goiás, e capitais do porte de Cuyaba e Theresina, que teimosamente eram enxotadas para fora da literatura daquela gente.

Haveria, então, no sentido dessa crítica, um sertão como lugar: Goiás. E, nesse caso, um interior do interior, na cultura desses interioranos.

Para o positivismo alimentado pelo autor goiano, as invenções sociográficas de sua época prestavam mais um desserviço ao entendimento dito “*científico*” das diferenças sociais existentes no complexo quadro social do Brasil. O verdadeiro conhecimento da realidade sertaneja, mais do que por uma incoercível determinação geográfica, só seria possível se recorrido aos dolorosos processos de pesquisa e conhecimento *in loco*, nos quais o próprio meio exerceria sua relevância. A importância dada às interações culturais delineadas pela crítica de Ramos ergue uma surpreendente imagem dinâmica do sertão que, ao ser transposto para a narrativa letrada, passou a ser concebido como conformação frutificadora não de uma, mas de diversas e relevantes singularidades sociais.

Em termos sociais, a ideia do autor era de que o sertão seria habitado por, pelo menos, cinco tipos ideais de sertanejos: o caipira, o matuto, o tropeiro, o vaqueiro e o sertanejo propriamente dito. Desse modo, as dicotomias propostas apresentavam o lugar não através da fisionomia de seu relevo, mas antes, pelo que seus personagens atestavam, permitindo assim o reconhecimento de uma complexa alteridade.

Primeiramente, haveria o caipira típico. Elemento decadente, que era definido como o ser desgarrado que ficara em profundo desamparo em geografia hostil, desde o fugaz apogeu aurífero. Esse homem pobre seria também um prisioneiro do destino de ter que viver seus derradeiros dias à míngua e dependente dos poucos ganhos da comercialização das sobras de sua subsistência. O caipira assim descrito conformava-se, como último representante de uma subraça humana. Seria também o ser frágil e indolente, que, seguindo a narrativa, apenas sobrevivia...

dos recursos que lhes fornecem de passagem os forasteiros. / (...) finórios empalamados, alli ficam – aperrengados na deficiência orgânica ou outros quaisquer estímulos para um modo de vida mais cômodo – de alcatêa ao arribadiço que lhes dê pelo pouso e uns requeijões comprados, duas patacas de demasia, descuidando da cultura, ou mantendo apenas meia duzia de vacas leiteiras no curral, e a meia quarta de terra lavradia para os gastos da família numerosa. São esses os pseudos “sertanejos” que viajantes e exploradores de fancaria topam, muitas vezes, em sua caminhada pelas cidades do interior, e que tão péssima impressão lhes causar á bolsa, ás illusões literárias e á acuidade científica de aprofundadores do “hinter-land”... (ANEXO B).

Lembremos; o texto é de 1918 e a identificação dos problemas da interpretação do homem e da cultura daquele sertão particular, via na escrita um instrumento de luta contra as

ideias responsáveis pelas interpretações sociográficas do desenvolvimento nacional (Nestor Duarte, Josué de Castro e Monteiro Lobato)⁹.

O compromisso do escritor goiano com a obra de Euclides da Cunha é inequívoco, e consolida-se na defesa da renovação da imagem fundadora criada em *Os Sertões*. Haveria, para Ramos, também um sertanejo euclidiano, audaz e guerreiro, herói caboclo que contrastava radicalmente com os jecas fornecidos pela sociografia. Contudo, por causa do preconceito, a sua cultura permanecia marcada pela incompreensão, correndo o risco de se perder ou de não ter visibilidade. O prejuízo era muito maior do que a mera desilusão operada pela desmistificação das visões idílicas que antes descobriram aquele cavaleiro acobreado em velocidade de azougue pelos carrascais espinhentos das caatingas. A superação da imagem do Ulisses tropical da literatura poderia trazer de volta o homem que desenvolvera guerras mil: contra o meio, contra gado que virou brabeza, contra índios, contra as tempestades, ou como em Cunha, contra terrível seca, etc. Contra o sertão trabalhava igualmente, no sentido da estereotipação negativa, o enorme vazio historiográfico deixado. Ramos remava contra a corrente. Buscava sua própria identidade construindo aportes ao largo das “*mofinezas*” litorâneas e, puxando pela memória, procurava por aquilo que mantivera e adaptara no sertanejo a alma corajosa e aventureira do guerreiro autenticamente ibérico. Aquele que seria o único capaz de inspirar a nossa nacionalidade mais pura (naquele sistema). Da certeza romântica dessa existência, o autor inventou dicotomias dentro da fronteira que havia sob o nome Goyaz. Afastar para outra fronteira (denominada interior) o próprio sertão, o não lugar, o sertão interiorano era uma estratégia, pois o sertanejo assim idealizado poderia permanecer em segurança e distante das referências desabonadoras da época. Caipira seria uma coisa, sertanejo, a outra, e em ambas o interior.

Para reconhecer o herói vaqueiro (o legítimo sertanejo), Ramos oferecia a moeda de troca do caipira. No anti-herói caboclo decalcou as teses desabonadoras. Para ele, aquela população pulverizada pelos caminhos interioranos era formada pelos herdeiros desafortunados dos primeiros povoadores. Uma gente fraca que ficara prostrada em lugares ribeirinhos com sua prole vitimada pelas práticas “*dos primitivos e bárbaros processos de derrubada e queima*”. Esses foram oferecidos como tributo estigmatizante. O próprio autor indica que o costume de tomar assento em regiões baixas, também denominadas terras de cultura, seria responsável direto pela apresentação de uma fronteira habitada por portadores de

⁹ Em *A Pátria Geográfica*, Candice Vidal e Souza faz uma minuciosa análise das representações de sertão e litoral estabelecidas pelo pensamento social brasileiro e, nesse sentido, as proposições que se preocuparam com a ideia de ser “*o Brasil uma nação feita de espaço*” (SOUZA, 1966).

execrável raquitismo de pele embaçada. Algo que, em suas memórias, tinha um peso insuportável, pois configuraria...

essa patina de tristeza e quase cretinismo que tanto impressiona o forasteiro que lhe bate á porta de burity, pedindo uma caneca de água ou pousada para aquelle dia de marcha. / Bociosos uns, enfermiços outros, as creanças enfezadas, maltrapilhas, atacadas de vermes intestinaes e habituadas, pelo rolar no chão, ao vicio de comer terra, chocam a vista daquelles que, imbuídos de apressadas leituras, alli acorrem no propósito de surprehender desde logo e da primeira assentada, a alma e o viver sertanejo em todas as suas características (ibidem).

Por meio dessa sociologia sertaneja, Ramos definia também o elemento intermediário entre o vaqueiro e o indolente caipira; este seria o matuto. O trabalhador braçal que, com sua família, dedicava-se sol a sol à produção agrícola de subsistência e alcançava a possibilidade de comercialização capitalista de algum excedente. Tratava-se igualmente do responsável direto pela produção de alimentos requeridos pela população que estava dispersa em pequenos povoados. Mas, o que os dois tipos não eram e que é o dado estruturante do argumento de Ramos é o que se entende pela palavra *sertanejo*, pois esta carregava a essência do outro incompreendido e injustiçado. Esse outro sociológico é o que, na acepção contemporânea e hodierna do termo, contraditoriamente, parece deslizar do texto para os domínios da literatura e da ficção.

Segundo a ótica de Ramos, haveria também um estratégico alerta a ser dado antes da imersão intelectual na espacialidade interiorana propriamente dita. “*Quem quizer estudar-lhe o meio de vida* (referindo-se ao *caipira* e ao *matuto*) *fará literatura da “roça”, porém não “sertaneja”, já que entramos em especializações*”. Portanto, nem o impaludado caipira, nem o religioso e familiar matuto, diferente do segundo, mas o radicalmente diferente do primeiro, o sertanejo seria então aquele semifeudal senhor de terras. Gente conhecida na personificação de líderes locais como eram, verdadeiramente, muitos daqueles colaboradores da Revista, e principalmente o senador da República Totó Caiado, o típico coronel da República Velha brasileira na provinciana cidade de Goiás (ROSA, 1974 e CHAUL, 1998).

Esse tipo honorável de líder, com seus agregados, todos de índole sertaneja, formaria a estirpe típica dos sertanejos. Acomodados em fazendas de milhares de alqueires de terras estendidas sobre tabuleiros, chapadões de campos e cerrados a perder de vista, essa gente rica vivia ancorada em rústicas residências, que, localizadas a seguras distâncias das sedes dos municípios, guarneciam, em pleno sertão, suas famosas “*fazendas de criação*”, verdadeiros feudos extemporâneos. Cercados de uma jagunçagem destemida, e fiel de vaqueiros, eram os herdeiros imediatos daquele lastro medieval europeu de vassalagem e

convívio com a aventura. Autênticos patriarcas, eram também detentores de grande prestígio social e político, e de seus sobrados citadinos comandavam não uma, mas quase sempre quatro ou cinco daquelas fazendas.

As autarquias produtoras de bom gado e fartas colheitas de cereais ficavam entregues às mãos de fidelíssimos vaqueiros, também chamados “*camaradas*” de confiança. Agregados respeitados tanto pelas habilidades de trato com o gado, quanto pelo manejo das carabinas.

Por trás do esforço de penetração literária no universo sertanejo, segundo essa visão, autêntico, militava também a necessidade historicamente determinada de salvar as figurações que estavam sendo oprimidas pelas desilusões modernizadoras apregoadas pela sociologia nascente. Guerreando com as armas do discurso, as palavras de Ramos exaltavam o bem viver desenvolvido por esses sertões. Somente neles haveria iguarias como a “*carne secca chamada do “sertão”, gorda e cheirosa, que se come com o pirão de leite frio e farinha de milho*”. A vida livre do campo que era concebida como idílio de uma identidade desejada, e por isso, portadora da saúde social e orgânica desses “*sertanejos*”, é contraposta ao que a “*superficialidade de exame com que arrumam e se desfazem sistemas*” teria apresentado como descrição do sertão.

O ataque às associações do sertanejo ao lobatiano Jeca Tatu¹⁰, que por essa época era tomado como paradigma brasileiro de oposição ao moderno, se fazia com o sentido de apuração dos procedimentos de análise. A preocupação do autor, obviamente, era alertar para a existência de uma diversidade muito mais complexa do que aquela que a literatura estava divulgando como sendo a do homem sertanejo.

Tecendo dicotomias cada vez mais ácidas, os termos que feriam a dignidade típica do matuto brasileiro foram contrapostos por descrições elogiosas do homem do sertão. O caboclo, de “*calcanhar rachado e duro que pisa a lama do largo do mercado*”, ficava com as referências ingratas da imagem rude e boçal. A essa pessoa que mal conseguia articular a própria língua de Camões, era atribuída à pecha de inventor de um palavreado tosco apenas capaz de rudimentos e de um juízo curto “*que de mui longe lembra o portuguez antigo por um ou outro termo archaico deturpado*”.

A equação semântica se equilibrava com a descrição do sertanejo *stricto sensu*. Este era acariciado com belas palavras de uma narrativa edificante.

¹⁰ O Jeca Tatu é o personagem caipira típico que nasce das páginas do clássico *Urupês*, de Monteiro Lobato, cuja primeira edição é também de 1918, curiosamente, o mesmo ano da publicação do artigo de Ramos.

O sertanejo que tange para a capital a sua tropa carregada de malotes de sola, carne secca, ou “sabão do sertão”, se deixou lá na fazenda as perneiras e o guarda-peito do campônio, o chapelão de couro, debruado a capricho, alli o traz ainda acampado, com a sua jugular das galopadas, e umas arcadas de peito, e um modo pitoresco e sacudido de falar, quando solicitado, que desde logo o differenciam do typo canhestro e muitas vezes opilado do “queijeiro” (ibidem).

Com o sistema organizado a partir desse campo, Ramos cliva, pelo lado negativo, a utilização de termos como os que nesta região costuma estar associada à palavra “*queijeiro*”: o jeito canhestro do ignorante. Pelo lado positivo, exalta a característica alegre, folgazã e dita sacudida do sertanejo. Mais do que mera descrição de tipos interioranos, o trecho revela associações críticas não apenas do caipira jeca, mas do próprio sistema de análise vigente e, portanto, de seus utilizadores, que, nesta perspectiva, aparecem na condição de intelectuais igualmente “*queijeiros*”. Por outro lado, a narrativa consente que os verdadeiros conhecedores das lides interioranas, como fora Euclides da Cunha, como era então o próprio Ramos, seriam os únicos interpretadores abalizados para o trabalho de aproximação com o autêntico universo sertanejo, pois agiam de forma diferente dos sedentários e preguiçosos intelectuais de gabinetes, que, tal qual *queijeiros* intelectuais, seriam incapazes de enxergar algo além do seu “*alqueire de terra*”.

Contrariamente, o pensamento de intelectuais viandantes e engajados, espelhados nas lides dos autênticos sertanejos, poderia alcançar, “*ao menos, pelo accidentado da vida, um campo de actividade a abranger largas extensões, desde o pastoreio das manadas num âmbito de varias léguas ao redor das fazendas, sem cercas ou outros limites que a vastidão do deserto, até as **burradas** que leva a vender a Matto-Grosso e mais além...*” (ANEXO B). Em tudo o sentido do movimento. E as associações que podemos fazer fornecem palavras para o grau de irritação do autor.

A escolha dos termos, a construção das frases, a linha narrativa, tudo ali acontece como fruto amadurecido naquele corrosivo convívio com a intelectualidade da capital brasileira. Assim, a crítica tinha endereço certo: ferir os brios de apressados interpretadores de gabinete. A eles faltaria, nesse sentido, a necessária dosagem de algo definido como sentimento local, ou regional, ou ainda o simples e puro conhecimento das coisas e das representações do meio referido para, assim, poder “*apprehender e sentir em toda a sua nativa e bárbara poesia, seja a opulência, seja a miséria desses nossos tão calumniados latifúndios*” (idem).

CAPÍTULO 2 – AS NOVAS ARMAS CONCEITUAIS E A CIDADE NOVA

2.1 – MODERNIDADE E PROGRESSO

Utilizando armas conceituais como modernidade e progresso, e imbuídos da tarefa de alçar Goiás ao centro do desenvolvimento nacional, a intelectualidade reunida em torno d'A *Informação Goyana* tinha em mãos um maravilhoso elemento simbólico para evocar ao estado o status deflagrador do novo Brasil: a determinação de ter que sediar a nova capital. Ao longo de quase duas décadas, a Revista fez circular esse debate marcado pela paixão, apesar do positivismo. Até mesmo ícones das letras goianas, como os já citados irmãos Hugo e Victor de Carvalho Ramos e a poetisa Cora Coralina, publicaram artigos que gravitavam em torno desses valores. Em “O Progresso de Goyaz”, por exemplo, a autora intercede no debate criticando inclusive a forma apressada de apreensão dos novos conceitos:

Quem lê os escassos jornaes de Goyaz a primeira cousa que salta aos olhos, a primeira observação que faz é a ancia viva e a soffregidão em que todos lá apellam para o **progresso** (como se o progresso fosse a cousa melhor do mundo), já lembrando denúncias, suggerindo idéas ou aventurando reformas, já reclamando affincos de **hygiene**, insinuando **prophilaxias** contra fantásticas **endemias**, seja até pedindo cemitério novo e **moderno**... (IG, Ano II, Vol II, N.º 09: 15/04/1919 – AGEPEL, 2004: 336, grifos meus).

O fato de ser mulher e ainda residir em São Paulo não era empecilho para Cora se postar nas fileiras dos colaboradores d'A *Informação Goyana* e, assim, penetrar naquele círculo reservado e masculino de eruditos goianos sediados fora do estado. Obviamente, a linguagem poética, marca registrada da autora, domina a narrativa, mas impressiona a costura feita em torno dos conceitos científicos. Palavras como *Prophilaxia*, *endemias*, *hygiene* e, principalmente, *progresso* e *moderno*, mais do que influências positivistas, refletem o esforço de toda uma geração em partilhar do ânimo que a perspectiva de mudanças impregnava no pensamento daquela gente.

Mudar a cultura do estado de origem através do empenho em torno de novos conceitos configurava-se como o mote dos discursos. Resolver o problema das comunicações e dos transportes, a urgente tarefa. E militar em torno da mudança da capital colocaria no campo de visão de todos a necessária representação do desejo de atualização para o futuro projetado.

Foram muitos os artigos que abordaram as mudanças e o mudancismo. Desde o primeiro número da revista, no qual o Editorial já trazia escusas por não trazer publicado o mapa do futuro Distrito Federal¹ (os demais o trouxeram), o tema preferido dos articulistas versava sobre este, que era considerado o magno problema nacional: a interiorização da capital. Em sua grande maioria, as abordagens eram feitas em torno da necessidade de cumprimento do dispositivo constitucional que previa a construção da nova capital em região já demarcada pela “Missão Cruls”. Outras vezes, a discussão enveredava pela historização da ideia, quase sempre embasada nas pesquisas e conclusões de um dos mais representativos mudancistas do Império: Adolfo de Varnhagen. Contudo, em alguns artigos, aparecem referências a diferentes concepções urbanísticas da cidade que deveria cumprir a missão de inventar a nova nação.

Esse tipo de abordagem apareceu no N.º 10, ano II, d’A *Informação Goyana*, publicado em maio de 1919. Sob o título de *Heliópolis*, uma carta assinada pelo jornalista islandês Magnus Söndahl² relatou sobre a existência, há mais de vinte anos, de um projeto de sua autoria de uma denominada *Cidade Central do Brasil*. Esse influente intelectual ligado à maçonaria, na virada do século XIX para o XX, se esforçava para chamar a atenção dos governantes para a possibilidade de criação de um novo modelo de sociedade a partir do soerguimento da nova capital. Para tanto, acenava com um projeto de inspiração liberal, segundo o qual o conjunto técnico urbanístico da cidade nova³ estaria marcado pela originalidade, beleza e higiene.

Não preciso de outro auxílio do Governo, para construção da mais bella cidade do mundo, sinão de uma *autorização legal* para executar, *in totum*, o plano que eu apresentar, não só na parte architectonica, propriamente dita, como, especialmente, na parte econômica;

¹ Trata-se de mapa elaborado pela equipe de Cruls e que, além de ser divulgado em diversos periódicos mudancistas, transformou-se em símbolo de um horizonte de expectativas compartilhado por todos das concepções que se alistavam nessa frente de lutas (Mapa 02).

² Magnus Söndahl, conhecido membro do Apostolado Positivista carioca, era adepto do aspecto messiânico e filantrópico do “socialismo” e da criação de um “mundo novo”, por meio de uma “nova religião”. E esta, teria nome próprio: “ortologia”. Termo criado por Söndahl, que significava a “única verdadeira lógica”. Publicou muitas obras de interesse para o Apostolado e foi também diretor do jornal “O Liberalista”, do Rio de Janeiro.

³ Laurent Vidal, professor e pesquisador do movimento mudancista, defende teses acerca do conceito de cidade nova a partir da análise do caso Brasília. Seu trabalho investiga diversos projetos de capitais que a intelectualidade brasileira produziu ao longo dos séculos XIX e XX (VIDAL: 2009).

inaugurando, legalmente o regimen por mim concebido com o nome de Plutometria – enriquecendo o Estado, sem necessitar de capitaes estrangeiros, que vêm, naturalmente, escravizar-nos, extorquir-nos, e empobrecer-nos (IG, Ano II, Vol II, N.º 10: 15/05/1919 - AGEPEL, 2004: 347).

Interessamo-nos por esse projeto, entre outros que foram divulgados, por ter sido publicado n’A *Informação Goyana*. O apelo de Söndahl se coadunava inteiramente com a linha editorial da Revista e, alegando a ausência de qualquer interesse pessoal em auferir lucros, bem ao estilo dos confrades do Apostolado Positivista, do qual fazia parte, afirmava ter em mãos um plano direcionado para que todas as conquistas se revertissem em benefício da nação. O dado a ser destacado é a identificação das comunicações estabelecidas pelos editores e o grupo de seus colaboradores com a intelectualidade carioca que defendia a interiorização da capital. Aspecto que, em nossa dissertação de mestrado (MAGALHÃES, 2004), demonstramos ter capilarizado em diversos assuntos discutidos através da imprensa e nas tribunas do Parlamento da República.

Em outro número da Revista, seguindo essa linha de rabiscar urbanismos que pudessem sensibilizar os governantes sobre a importância da mudança da capital, Henrique Silva também publicou (pela segunda vez)⁴ artigo de sua autoria (Vol. XVI, N.º 09), cujo título bem informa sobre sua filiação: “A Futura Capital”. Neste, Silva coloca impressões de como a cidade destinada a inaugurar o novo Brasil deveria ser concebida.

Em primeiro lugar, o sítio.

Baseando-se em estudos anteriores (como em Varnhagen; como nos projetos de lei do senador Hollanda Cavalcanti; como nos discursos de Nogueira Paranaguá, político piauiense defensor do mudancismo), é dito tratar-se de lugar que não se encontra outro senão em Goiás: “*porque nenhuma zona da terra brasileira é saudável como esse Estado, é ubérrima como elle, prometendo á agricultura, ao commercio, á industria maravilhas, no caso do esforço humano ser bem encaminhado*” (IG, Vol. XVI, N.º 09: 15/04/1932: AGEPEL, 2004: 1644).

Os argumentos de Silva foram inspirados nos maquinismos e novidades modernas que, segundo a visão corrente, capacitariam a nação para superar os fazeres arcaicos, sem, contudo, menosprezar as tradições da cultura regional. Atentemos para o fato de que o texto fora concebido cinco meses após a Proclamação da República e dois anos antes dos estudos da Missão Cruls, dos quais Silva participou. A imagem geográfica construída na narrativa é colossal. E propõe reinventar o país a partir da perspectiva de quem o vê em um mapa, e nele a representação da cidade nova derramando luz para o restante do território: “*contemplando o*

⁴ A primeira aconteceu em 1890, pelas páginas do jornal carioca “O Paiz”.

Brasil do alto, como um foco de luz electrica de grande irradiação, vae surgir a nova capital federal na terra ubérrima e abençoada de Goyaz” (ibidem). No projeto, no qual é afirmado que as plantas básicas encontravam-se já prontas, outros detalhes chamam a atenção.

Há um confesso panamericanismo imposto na afirmação de que a nova capital deveria cumprir também o papel de ser o centro intelectual, não apenas do Brasil, mas atraindo para si os interesses dos estrangeiros que para cá se dirigissem, funcionasse como difusor de cultura para todas as nações de língua latina da América (o foco de luz elétrica de grande irradiação). No Planalto Central, em função da teoria da determinação climática, válida naqueles tempos, os novos adventícios estariam livres das epidemias tropicais e, conforme o argumento, teriam o poder de afastar de si o estigma da febre amarela e da morte que o Rio de Janeiro carregava, redirecionando, assim, as novas correntes migratórias.

De outra forma, a missão de *irradiação* de modernidade a partir do centro do País redimiria as precariedades supostas, e também as verdadeiras, em relação à instrução, às atividades econômicas e, principalmente, aos transportes, fazendo ali chegar “*maravilhas*” como as locomotivas e a valorização das terras daqueles rincões interioranos. Para isso, não faltavam modelos. A própria Europa era, então, pródiga deles, com capitais de estados modernos centralizadas e servidas por vigorosas redes de caminhos de ferro, que, além de tudo, irrigavam suas imediações com vantagens e progressos.

Além da exuberância de uma natureza invejável que naturalmente embelezaria a cidade nova, Silva, por meio do detalhamento do seu plano urbanístico, sinalizava para uma “*obra prima, a última palavra em engenharia do século XIX, tendo a fôrma de uma estrella e uma dimensão como nenhuma cidade contemporanea*” (ibidem). No interior da cidade, avenidas dez vezes mais largas do que os padrões vigentes nas maiores cidades brasileiras, atingiriam escalas monumentais de 80 metros de largura, oferecendo facilidades inacreditáveis de acesso ao seu centro nervoso. A profusão de praças e *boulevards*; palácios “*da mais fina architectura*”; e tudo o mais necessário para “*provar á Europa que somos um povo robusto e adeantado, capaz das mais altas façanhas e empreendimentos*” (ibidem). E, nessa ideia, apesar do desejo de afirmação autônoma dos brasileiros, sentimos reverberar a mesma velha necessidade de reconhecimento externo, como naquela característica psicológica que, dentro dos quadros das divisões sociais coloniais, fora apresentada pelo tipo definido por Gilberto Freyre como o submisso e triste mazombo.

Por último, antecipando em quarenta anos as diretrizes desenvolvimentistas do plano de JK, a vigência do adágio capitalista de que “tempo é dinheiro”, na afirmação: “*E tudo isto será realizado em tempo incrível, no espaço de dous annos e meio*” (Ibidem).

Na trajetória de duzentos anos percorrida pelo mudancismo, além de Brasília, muitos outros projetos tentaram criar a cidade nova do Brasil: citemos, por exemplo, a Cidade Pedrália, do intelectual Menezes Palmiro; a Imperatória, de Varnhagen; Vera Cruz, do Marechal José Pessoa Cavalcanti; Platinópolis, Planaltópolis e Planópolis, do intendente municipal de Planaltina, Deodato do Amaral Louly, e São Gabriel, de Gabriel Guimarães. Apesar de não ter atingido seus objetivos, alguns merecem melhor aproximação, pois representam materializações dos movimentos planaltinos em torno das ideias mudancistas.

Por causa de projetos que produziram ressonâncias econômicas, em 1951, já sob o impacto da definição da mudança da capital, uma importante revista de circulação nacional, *O Cruzeiro*, fez circular na edição de 07 de agosto matéria que ressuscitava a discussão sobre a venda ilegal de terrenos na “*área da futura capital*”. O tema espinhoso referia-se aos desdobramentos do empreendimento que o ex-intendente de Planaltina-DF, Deodato Louly, realizara na década de 1920. A iniciativa, lá pelos idos de 1927, fora, segundo seu idealizador, bastante patriótica, pois antecipava eventos de importância nacional. A intenção era disponibilizar terrenos urbanos “*gratuitos*” para ocupação imediata na área futura capital do Brasil. O detalhe é que, para recebê-los, os contemplados assumiam despesas geradas com a tramitação dos documentos, registros cartoriais e com a publicidade do empreendimento. Outro dado importante é que os lotes foram demarcados em terras de propriedade de Louly.

Conforme publicado na edição de setembro do *Jornal do Planalto*⁵, a defesa do ex-intendente municipal era que, com as “*doações*”, haveria o incentivo da boa vontade dos brasileiros em prol da sonhada interiorização da capital. Nesta perspectiva, aquele empreendimento corresponderia à materialização de antigos desejos mudancistas nacionais.

... a solução (da mudança da capital) demandava não somente a ação dos grandes poderes brasileiros, como o concurso e boa vontade de todas as pessoas, consebemos, em 1927, o plano de que um movimento de ideias em favor de tal interiorização teria eficaz importância na solução desse magno problema nacional. / Resolvemos, assim, distribuir a preço ínfimo, parte dos terrenos que então possuíamos no município de Planaltina, projetando para isso algumas plantas (Jornal do Planalto, N.º. 04: 1951).

A análise desse depoimento abre outra importante senda por onde é possível acessar as inquietações dos planaltinos diante das mesmas questões que reverberavam nas páginas d’*A Informação Goyana*. Em 1951, o esforço de Louly era de, utilizando o argumento do patriótico interesse, defender-se das demandas de representantes dos mais de cem mil investidores que haviam se tornado proprietários de terrenos nas cidades por ele inventadas.

⁵ O *Jornal do Planalto* foi uma de nossas principais fontes. Trata-se de periódico publicado por nove anos na cidade goiana de Formosa, sob patrocínio de políticos filiados ao **Partido Social Progressista (PSP)**, e foi fundado em São Paulo por Adhemar de Barros, em junho de 1946.

Essa defesa, contudo, configura o caso típico em que a ideologia mudancista, além de ordenar os desejos de desenvolvimento regional, municiava interesses imobiliários perseguidos por pessoas esclarecidas da região, abrindo assim perspectivas de realização de ótimos negócios com as vendas de terrenos urbanos e rurais. Em tudo, a centralidade modernizadora, pois era portadora de privilegiado reconhecimento nacional, trazendo consigo o cunho da historicidade, ainda que não inteiramente compreendido.

Sete anos antes dos negócios de Louly, na edição do dia 15/05/1920, *A Informação Goyana* trouxe um pequeno anúncio indicador de que de fato, desde os estudos de Cruls, as comunidades do Planalto Central repercutiam os movimentos do mudancismo através de interpretações muito particulares. Uma delas é essa perspectiva de alteração do valor das terras. Destoando do apego dos editores da revista às coisas do seu Estado de origem, a Exma. Viúva D. Amélia Cavalcante, pessoa radcada no bairro carioca do Meyer, colocava à venda “*magníficas terras*” da fazenda denominada Sítio do Rodeador. O convencimento dos supostos compradores fora realizado com acenos positivos da mudança da capital. E a propriedade ofertada era descrita como possuidora de salubérrimo clima e que sua extensa área de 4 por 5 léguas, totalizando os nada desprezíveis 60.000 hectares, localizava-se nas imediações do local escolhido para receber a futura sede administrativa do Estado. A sofisticação do anúncio era tamanha que, citando estudos do botânico Glaziou (outro que participara da Missão Cruls), afirmava sobre a viabilidade de produção ali do nobre cereal, o trigo. O que demonstra a incorporação das preciosas informações do Relatório Cruls pela cultura planaltina.

O que importa observar através desse comunicado é que havia, por parte dos planaltinos, uma consciência muito apurada do horizonte de expectativas advindo da possibilidade de materialização do mudancismo.

Neste sentido, o cronista Joaquim Rosa (ROSA, 1974), em um clássico da literatura goiana, *Por Esse Goiás Afora*, ao rememorar os cenários do início do século XX em provincianas municipalidades goianas, além de atestar a precariedade dos transportes na região, lembrava os já citados negócios de Louly. Os transportes foram assunto muitas vezes também abordado pela revista em forma de denúncia em artigos calorosos; contudo, ao referir-se à utilização de uma das maravilhas da modernização, o Ford Bigode, Rosa fornece uma generosa brecha que deixa à mostra essas interpretações:

Lá para 1922, ano do primeiro Centenário da Independência, foi erigido num pico não muito distante de Planaltina, marco comemorativo, de iniciativa do deputado goiano Americano do Brasil, (...) O marco e o fordeco inspiraram, entretanto, o primeiro

movimento no sentido do espicamento de terrenos, as grandes chantagens dos loteamentos. Deodato Louly, prefeito de Planaltina — intendente, o nome da época, também versado em coisas de medição de terras, bolou a primeira e **mais honesta grilagem** de vendas de lotes, da história do Brasil. O intendente **inventou a futura capital federal**, à sombra do marco comemorativo do primeiro centenário do nosso 7 de setembro. Comprou, com escritura passada, grandes pedaços de cerrado abrangendo pirambeiras e planuras, (...) traçou na planta das glebas adquiridas, todos os ingredientes de uma grande capital. (...) **Despejou propaganda**, espalhou corretores. O comprador pagava preço barato pelo lote de sua escolha, (...). Sacramentada a transação, o adquirente recebia o documento legal, líquido e certo, que lhe transmitia a propriedade de “um lote na futura capital federal, no quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls, de acordo com a Constituição.” Ajudei meu Pai a ajeitar na jardineira que partia de Ipameri, pacotes e até caixotes de escrituras — eram tantas, com destino a Planaltina, para os devidos registros no cartório. Depois os documentos eram devolvidos aos felizes proprietários do Rio, de São Paulo, das principais cidades do centro, do sul, do norte do Brasil, de... Buenos Aires, de... Paris! (ROSA, 1972, grifos meus).

FUTURA CAPITAL DA REPUBLICA
(Planalto C. de Goyaz)

Está em Recife o procurador geral da Empresa Territorial Ozorio

Ha uns dias que se acha nesta Capital o distincto cavalheiro Sr. APRIGIO DE OLIVEIRA, procurador geral de grande firma concessionaria do Capitalista Sr. ANTONIO TEIXEIRA OZORIO, unico concessionario (em todo o Brasil) da grande area de terrenos no PLANALTO CENTRAL DE GOYAZ, justamente dentro da area reservada pelo governo Federal para ali ser localizada a CAPITAL DA REPUBLICA BRASILEIRA como preceitos a Constituição Federal no seu artigo 3º.

Segundo as declarações do Sr. APRIGIO DE OLIVEIRA, vem elle a Recife superintender todos os negocios da referida firma e ao mesmo tempo dirigir a grande propaganda — em todo o Brasil — EM PROL DO PROGRESSO da fecunda PATRIA BRASILEIRA E DO INEVITAVEL DESENVOLVIMENTO DO RICO SOLO DO ESTADO DE GOYAZ.

O Sr. APRIGIO DE OLIVEIRA toda DOCUMENTAÇÃO OFFICIAL, donde se vê claramente os direitos legitimos da referida area de propriedade particular do Sr. DEODATO DO AMARAL LOULY.

E PORTANTO UM NEGOCIO SERIO, HONESTO E GARANTIDO para todos aquelles que desejarem com um diminuto e INSIGNIFICANTE CAPITAL adquirir lotes de terreno na tão cubigada area de PLATINOPOLIS. O Sr. APRIGIO DE OLIVEIRA acha-se hospedado no PARQUE HOTEL sempre e todos os dias a disposição dos interessados com todos os documentos a serem examinados pelos mesmos. Todos os Srs. agentes da EMPRESA TERRITORIAL OZORIO acham-se munidos da competente documentação da EMPRESA nesta CAPITAL.

O symbolo do progresso vencendo todos os obstaculos para a sua entrada triumphal no Planalto Central de Goyaz

GOYAZ!! GOYAZ!! ARTERIA DO BRASIL. PROPULSOR FECUNDO DA GRANDEZA E DO ORGULHO DE TODOS OS BRASILEIROS!! GOYAZ!! CORAÇÃO DO BRASIL, onde será CONCENTRADO FATALMENTE o invejavel progresso da nossa AMADA E QUERIDA PATRIA!!

"O FIM PATRIOTICO DESTA GRANDE CRUZADA" (O PATRIOTISMO DO SR. DEODATO DO AMARAL LOULY). Os lotes de terrenos são entregues GRATUITAMENTE COM ESCRITURAS DEFINITIVAS aos senhores COMMERCIANTES, INDUSTRIAES, AGRICULTORES e PESSOAS DE DESTAQUE em todo o Brasil, para assim reunir maior numero possivel de proprietarios, provando de uma forma cabel ao governo do exmo. sr. dr. WASHINGTON LUIZ d.d. presidente da Republica, o interesse que toda NAÇÃO BRASILEIRA ANCEJA PARA A DECISIVA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL! Nos mostrou

SNR. DEODATO DO AMARAL LOULY
O grande patriota e proprietario legitimo da grande area de terrenos dentro do perimetro urbano dos 14.400 Kos. que drados, para nella ser installada a CAPITAL DA REPUBLICA BRASILEIRA! como preceitos o artigo 3º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

SNR. ANTONIO TEIXEIRA OZORIO
Capitalista e unico concessionario em todo Brasil para entrega dos referidos terrenos gratuitos, aos Commerciantes, Industriais, Agricultores e pessoas de destaque, na grande e maior cruzada da formidavel propaganda em prol da mudança da Capital Federal para o Planalto Central de Goyaz!!

Figura 01 – fac-símile de publicidade publicada no Diário da Manhã, de Recife, 18/10/1927

Como se vê pela narrativa de Rosa, não foram pequenas as consequências advindas da iniciativa do intendente Louly. No entanto, concentramos a análise nas

comunicações estabelecidas entre o empreendimento e os interesses da Revista, que era o de antecipar a mudança da capital para o Planalto e ordenar os sentidos de futuro que essa ideia adquiria em relação à modernização regional. Para entender o problema, destacamos uma peça publicitária utilizada pela “Seção de Propaganda do Planalto Central”, entidade gestora do empreendimento, que divulgava o loteamento por meio de importantes jornais em diversas capitais brasileiras e que, a partir do Rio de Janeiro, atingia São Paulo, Recife, Salvador e, como afirmou Joaquim Rosa, Paris e Buenos Aires.



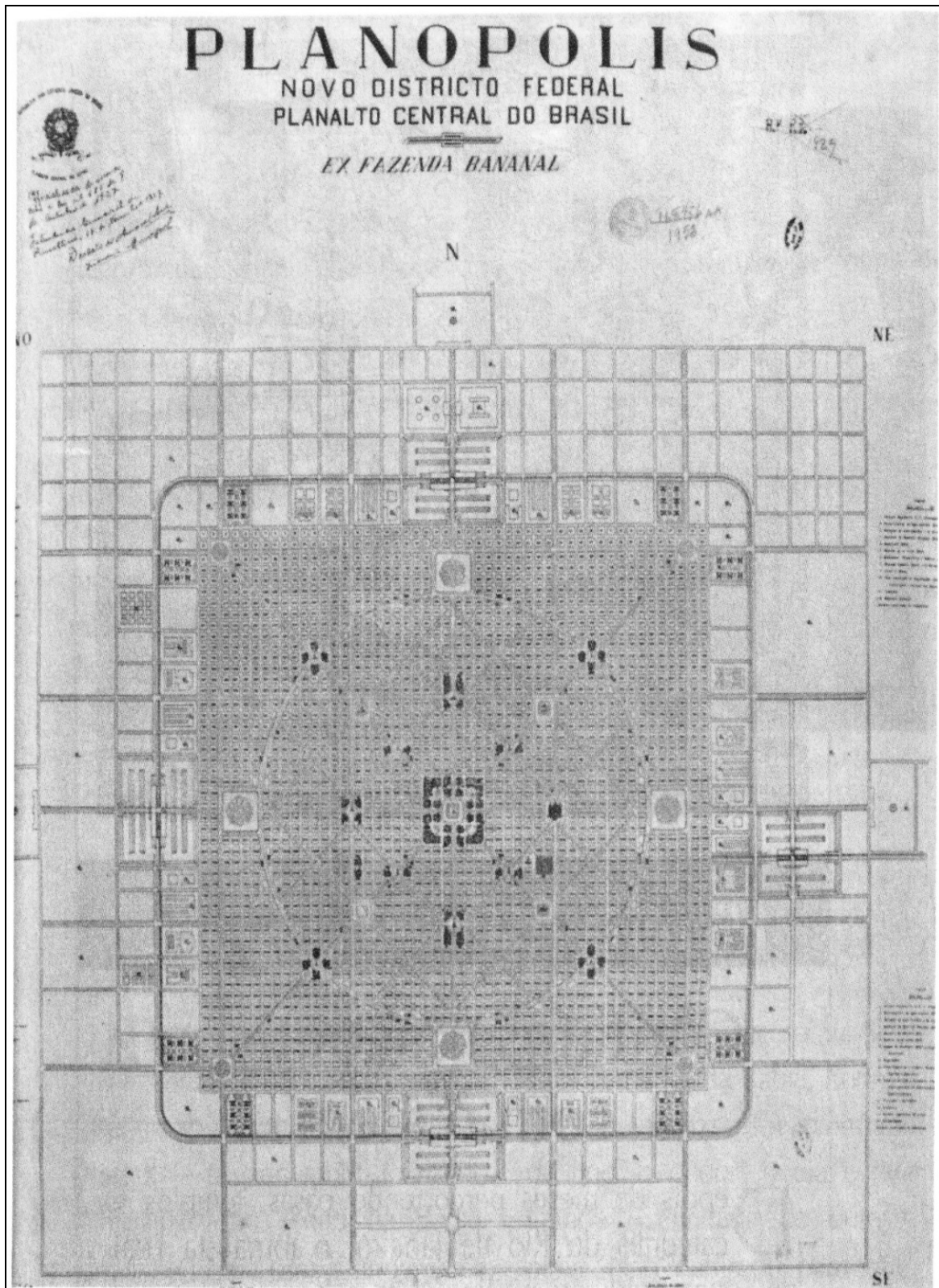
Figura 02 - Detalhe da peça publicitária do empreendimento Platinópolis

O círculo que centraliza e equilibra o conjunto publicitário, reproduzido abaixo, encontra-se ladeado pelas fotografias de Louly e de seu sócio, Antônio Teixeira Osório. Dentro dele, aparece a imagem de um trabalhador nu sustentando e acenando a bandeira do Brasil.

A representação desse Adão bíblico evoca a narrativa cristã do Gênesis e, nisso, apanhamos a cristalina intenção de informar aos brasileiros que aquele empreendimento seria também o ato inaugurador de uma nova nação; a porta aberta para ir de encontro com o destino, sempre adiado, de um dia vir a ser a grande nação mundial. Ao lado desse ser mitológico, jaz no solo do cerrado uma colunata greco-romana, o artefato cultural confirmador da filiação civilizadora ocidental e europeia da nova capital. No plano imediatamente contíguo ao Adão moderno, a Pedra Fundamental, o símbolo irrefutável da urgência e da irreversibilidade de um movimento em curso acelerado de realização. A sugestão inevitável era de que aquela seria, talvez, a última chance para os reticentes engajarem-se na arrancada decisiva para o progresso. E, por último, rasgando as planuras dos cerrados, uma locomotiva expelindo fumaça que conduziria de forma segura as preciosidades do mundo civilizado e, de uma só vez, resolveria o problema dos transportes e sintonizaria o empreendimento com os símbolos da modernidade.

O nome do loteamento cuja propaganda é analisada era Platinópolis, mas ele não foi o único. Como demonstra o fac-símile da planta apresentado a seguir, havia também Planópolis e, como destacado em nossa pesquisa, Planaltópolis. Estas foram outras iniciativas da mesma lavra e representam diferentes materializações de cidades novas pensadas a partir das interpretações planaltinas do mudancismo. Nas prateleiras dos cartórios de Planaltina adormecem algumas dessas plantas cujos nomes, também carregados de representações, remetiam às planuras do cerrado (Planópolis), ao Planalto Central (Planaltópolis) e à bacia Platina (Platinópolis), e nesta, a lembrança do simbólico valor do berço das águas.

Pensar em tais movimentos e ideias leva a refletir sobre os processos de transmissão da cultura letrada e da educação formal existentes naqueles sertões. A experiência que, como temos analisado, elaborava mecanismos próprios de acesso à cultura erudita do País e aos seus movimentos de mudanças rumo ao limbo do desenvolvimento. Nesse sentido, é pertinente expor sobre esses aspectos e seus encaminhamentos no Planalto Central.



2.2 – AS FORMAS DE CIRCULAÇÃO DA CULTURA LETRADA

Em Formosa, o colaborador regional da Revista *A Informação Goyana*, como informado no Capítulo I, era o Prof. Antônio Euzébio de Abreu, pessoa cujo trabalho já inspirara palavras elogiosas em artigo de Victor de Carvalho Ramos. O Professor Antônio, como ficou conhecido na região, fora um intelectual de índole rabugenta, que, em função disso, passou parte de sua vida fundando colégios, para em seguida fechá-los. A sua passagem por Formosa também aconteceu nesses moldes. Segundo os anais da Câmara do Conselho Municipal, o Collégio Formosense fora criado através da Lei N.º 124, de 27 de abril de 1915 e durou até 1º de agosto de 1918, quando teve as portas fechadas (JACINTHO, 1979: 90).

Talvez estimulado pela referência elogiosa de um respeitado escritor como Ramos, Abreu fez publicar, em 15/06/1918, artigo de sua autoria, no qual analisa os processos educacionais em Formosa e região. Ao contrário do que poderíamos supor, o quadro descrito pelo professor, após três anos de observação, confirma as observações de Ramos da vigência ali, em pleno sertão, de um surpreendente zelo para com a educação escolar das novas gerações.

O texto dirigido pela análise da situação presente em seu município desautoriza as descrições de um sertão desamparado neste quesito. Euzébio afirma não existir “*naquellas paragens*” uma cidade, uma vila, ou uma povoação desprovida de escola primária. Ressalta também a comunhão entre interesses públicos e privados, pois, face à hegemonia da vida rural, “*raro é o fazendeiro abastado que não tenha em casa uma escola primária para ensino dos filhos e dos pequenos da vizinhança*”. Tal situação, como assevera, não se dava de forma gratuita, pois os poderes públicos agiam como incentivadores, conferindo por meio de decisões de seus conselhos municipais generosas isenções de impostos para o custeio das escolas que porventura fossem frequentadas por mais de dez alunos. Contudo, o nível de instrução ministrado pelos “*professores de roça*” era muito elementar, não indo além da leitura, escrita e contabilidade comercial. Contrariamente, na cidade, o nível de complexidade aumentava, apresentando uma estrutura digna de ser copiada em outros municípios.

... cujo programma de ensino e methodos empregados deveriam merecer imitação por parte dos demais municípios goyanos e outros e outros, por este paiz afora, onde a instrucção primaria ainda conserva como trophéo colonial o b-a-bá cantado segundo a cartilha bisecular do apothéosado professor Coruja. O grupo escolar de Formosa, moldado de conformidade com os methodos **modernos**, mais **productivos**, tem um **programma** expurgado de todas as

inutilidades e sobre-cargas que confundem e esmorecem os jovens escolares (IG, Vol I, N.º 11: 15/06/1918, grifos meus).

Não há como não pensar em identidade em torno de conceitos. No artigo do Professor Antônio atua aquela fixação pelo moderno, a mesma que antes fora criticada por Cora Coralina. O entendimento desta questão extrapola os termos da narrativa para alcançar as práticas desses emissários de valores novos amalgamados pelo projeto da Revista e de tantos outros empreendimentos, como fora também o Collégio Formosense. E o conceito, pelo que é exposto, é mesmo aquele lastro revolucionário que aponta armas contra os arcaísmos daquele troféu colonial “*cantado segundo a cartilha bisecular do apotheosado professor Coruja*”. Observamos, tanto no artigo de Abreu quanto no de Ramos, a premente necessidade de superação das sobrecargas das inutilidades e dos vícios que eram encontrados nas frestas das paredes arcaicas da educação escolar goiana e brasileira.

Em vistas de elucidar os entrelaçamentos da intelectualidade goiana da virada do século XIX para o XX, convém penetrarmos um pouco mais naquele universo que teima em escorregar das páginas da historiografia marcada pela disposição de tudo subordinar ao econômico.

Outros detalhes chamam a atenção. Antônio Abreu era também o pai de outro Antônio, o ilustre Americano do Brasil. Este que, formado em medicina, cultivou vasta erudição em amplos domínios das ciências da natureza e humana, tornando-se um dos mais sólidos pilares da cultura letrada do estado central. Apesar da morte prematura, Americano do Brasil, além das letras, enveredou pela política, deixando vasta obra em artigos, discursos e livros publicados e, como fervoroso mudancista, o Projeto de Lei que resultou na construção da Pedra Fundamental da futura capital da República, localizada a 5 km de Planaltina.

Americano do Brasil também lecionou no Collégio Formosense, fundado por seu pai, e quem informa sobre tão distinta passagem é um de seus mais dedicados ex-alunos: o jornalista-escritor responsável pela existência de uma das mais belas páginas da memória goiana, Joaquim Rosa. Por ironia do destino, um outro aluno de Americano foi também seu algoz, o agrônomo Aldovandro Gonçalves, que, por conta de envolvimento amoroso, o assassinou em Luziânia, em 1932, aos 41 anos de idade.

Rosa, o escritor-jornalista que, em suas andanças por terras goianas, presenciara a passagem dos malotes abarrotados de escrituras no episódio por ele batizado de “*a primeira e mais honesta grilagem de vendas de lotes, da história do Brasil*”, informa que o apreço pela educação formal em Formosa era tal que, pela chegada do professor Antônio Abreu e sua

comitiva, em 1915, a população não regateou esforços em gastar uns trocados na realização de festa digna de um Bispo.

Uma porção de homens a cavalo partira, na manhã clara, banhada de luz, pela estrada de Mestre D'Armas (Atual Planaltina-DF). Outros mais já haviam tomado o mesmo destino, concentrando-se alguns quilômetros além da Cruz das Almas (saída à oeste da cidade), quase às vistas da Cachoeira alta. Homens com dúzias de rojões em pontos estratégicos ao longo da rua da chegada, prontos a fazerem os foguetes riscarem os ares. O velho casarão em frente ao antigo Cortiço; um pouco abaixo do sobradinho de janelas pintadas de azul forte, receberia o mestre famoso vindo da cidade de Bonfim: Antônio Euzébio de Abreu. O casarão, caiado e pintado de novo. Estava nascendo o Colégio Formosense (ROSA, 1972: 32).

Este foi apenas mais um dos muitos colégios fundados pelo pai de Americano do Brasil. A sua personalidade crítica fez muitos discípulos e também inimigos entre os coronéis das comarcas goianas. Prestando serviços à educação e cultura da região, sem, contudo, segundo Rosa, esquecer a palmatória, Abreu “*empurrava*” aos seus alunos egressos das precárias escolas primárias locais o Latim, o Inglês, o Francês, o Português, álgebra, aritmética, trigonometria, catecismo e rudimentos da língua geral do Brasil.

Além do colégio do Professor Antônio Abreu, como afirmado anteriormente, a cidade contava também com a educação ministrada por missionários dominicanos. O seminário era mantido pela autoridade do Padre Manuel e o Colégio São José, pelas irmãs dominicanas, sendo esta uma das mais famosas instituições educacionais a esmerar a educação feminina de toda a região do Planalto.

A cidade de Formosa, à época d'*A Informação Goyana*, segundo o que consta nas memórias de Joaquim Rosa, que são atestadas tanto pelos registros de Olympio Jacintho, quanto pelo Relatório do Intendente Jonas de Castro, de 1934, era uma pequena urbe sertaneja que cultivava uma cultura letrada julgada como capaz levar adiante as promessas de ser, um dia, ela mesma o centro das decisões nacionais. O seu núcleo urbano, localizado na porta de entrada para o norte de Goiás, por mais de cinquenta anos, funcionou como difusor dessa cultura para muitos outros sertões: o Vão do Paranã, o Norte de Goiás, o Oeste Baiano e o Noroeste de Minas.

E foi com justeza que detectamos a vigência ali daquelas formas interioranas de constituição dos círculos leitores e de difusão da cultura letrada, como sugerido no Capítulo I. Aspecto que encontra sintonia com os mecanismos pelos quais o periódico da *Matutina Meyapontense* e as ideias liberais disseminavam seus conceitos por amplas regiões interioranas. As informações que apanhamos confirmam a centralidade dos correios nesse processo e na construção de relações mais culturais e prazerosas com as notícias. Além disso,

em celebrações populares como a Malhação do Judas, detectamos outras formas de cultivo das letras, tais como os panfletos apócrifos que eram afixados em lugares públicos e nos proclamas populares que subvertiam a ordem legal para debochar das autoridades e dos figurões locais. Tudo isso, é bom frisar, aparece como ramificação das comunicações estabelecidas com o universo cultural da Europa do Antigo Regime. E vem confirmar a vigência das teses bakhtinianas que as desvendam.

Nesse sentido, é interessante refletirmos sobre o que vai pela página 20 do livro de Rosa, que traz o subtítulo “A Festa do Correio”. Ali é informado que a cada quinze dias, e depois, oito dias, um tiro de foguete anunciava a chegada do Correio em Formosa. A população então, em comitiva, acorria para a Rua do Meio, onde ficava a agência de distribuição, confrontando com o largo da Igreja. A maior parte das comunicações com o mundo era feita por meio desse serviço. Contudo, como aventamos no capítulo anterior, os agentes de famosas casas comerciais de São Paulo, Minas Gerais e da capital de Goiás, que demandavam pelas estradas que vinham desses lugares, e que também eram chamados *cometas*, davam sua contribuição para seus mais fiéis compradores, trazendo-lhes cartas e notícias do vasto mundo. Sem possuir a mesma frequência, é citada a atuação de emissários especialmente encomendados para casos de suma urgência. O foguete espocando nos ares anunciava algo tão importante que fora denominado como marcante acontecimento.

Após a chegada do estafeta, a correria da meninada antecedia a manipulação dos malotes de “*longas listras verdes*” e a população postava-se ansiosa ao redor da agência iluminada com a presença dele, “*o homem das novidades*”. Além das imagens, a memória do autor ficara marcada pelo intenso burburinho que se fazia em torno das notícias até então conhecidas apenas por meio de boatos e do “ouvi dizer que”. De todo esse movimento, escolhemos o que diz respeito ao estatuto de verdade que a letra impressa de jornais, folhetos ou livros vinham atribuir aos fatos que chegavam apenas por meio da oralidade.

Muitas delas, notícias da morte de um importante qualquer, o começo da Guerra de 1914, eram antecipadas à descida das malas da cangalha surrada. Para os mais íntimos do estafeta, um recado trazido lá de bem de longe, de Bonfim, de Vila Boa, tinham o sabor das coisas gostosas. O grupo ia crescendo e engrossava rapidamente, quando o foguete anunciava estar a correspondência em ponto de entrega. Ali mesmo cartas eram abertas e lidas com sofreguidão. Os jornais, recebidos aos montes, com um mês de impressos, folheados na hora. “O Estado de São Paulo” se constituía, ele só, o liame entre formosenses e o mundo político nacional, os grandes acontecimentos internacionais. Da velha capital chegavam alguns exemplares dos semanários inteiramente dedicados à política (ROSA, 1974: 21).

Esse é um dado que indica a influência da cultura letrada na experiência daqueles ilustres planaltinos. A constatação de que as cartas eram abertas e lidas “*ali mesmo*” nos

informa também que os círculos de acesso à leitura, aqueles mesmos que se aglutinavam em torno da experiência original da *Matutina*, capilarizavam pelos sertões seu senso de coletividade e democracia. E, convenhamos, a sofreguidão não era absolutamente o sentimento individual do destinatário da missiva, pois havia uma sociologia regida por outros conceitos, onde a vida pessoal era compartilhada nos mínimos detalhes. Para entendermos tais articulações sociais, é necessário libertarmo-nos dos valores burgueses do individualismo levado aos extremos da vida moderna. Caso contrário, todo o esforço fracassa em penetrar, mesmo que superficialmente, na simplicidade de uma comunidade cuja existência, desde as origens, fora regida por franciscanas pancadas de sinos de igrejas e, nas grandes ocasiões, pelos alegres rojões de um foguetório interminável. Solução eficaz de um código que a todos atingia e era instantaneamente decifrado.

E o que dizer dos “*jornais, recebidos aos montes*”? Ora, este ponto é central, pois temos estampado diante de nós a possibilidade de entendimento de minúcias da cultura letrada praticada naquele sertão particular. O apreço pela educação e pela leitura é a força que observamos atuar na retirada de *gente graúda*, como os coronéis Pedro Borba e Herculano Lobo, de suas confortáveis residências citadinas iluminadas com lampiões belgas abastecidos a querosene, para recepcionar as ilustres presenças do professor Abreu ou do estafeta. Ambos, emissários privilegiados das letras.

As bancas de jornais não existiam. Esses jornais que chegavam aos montes, obviamente, derivavam da iniciativa daquela gente em manter ativas as assinaturas de diversos periódicos brasileiros, dos quais é destacado o protagonismo de *O Estado de São Paulo*. Nesse sentido, corrobora a identificação de recorrentes apelos e notas dos editores para que os assinantes atualizassem os pagamentos e que novos agregados viessem colaborar. Evidência que aparece tanto na *Matutina*, quanto n’*A Informação Goyana*, ou no *Jornal do Planalto*, que analisaremos em seguida. Por outro lado, a escolha do famoso jornal paulista para ser o “*liame*” entre os formosenses e a política nacional e internacional é um dado tanto do apuro intelectual que fora alcançado desde que os primeiros círculos de leitura se constituíram na região, quanto da influência paulistana na cultura de Goiás.

A percepção sociológica de Rosa fornece ainda a descrição do funcionamento desse grupo que, em Formosa, se reunia quando da chegada dos malotes do correio. Ali mesmo, “*os maiores presentes ao importante ato, quantas vezes permaneciam à porta da agência, comentando as novidades ou resolvendo problemas da rotina social*” (ibidem). Então, não eram apenas as notícias. O trecho narrado permite-nos fazer inferências sobre as discussões e análises que eram suscitadas pela leitura dos fatos. E isso mudava totalmente as

cadeias de intermediações, pois entre os leitores e o fato em si passava a operar os olhos e a mente de quem estava presente no palco dos acontecimentos, o jornalista e a escrita e, depois, do leitor / comentador. O desdobramento dessa relação resulta na permissão que a mudança do estatuto de verdade dos fatos concedia em termos de fidedignidade de interpretações, ressignificações, apreensão de conceitos e muito daquilo que o ato de ler permite, mas com a ampliação de o estar sendo feito em público e coletivamente. E esses eram, sem dúvida, elementos essenciais de uma cultura estruturada a partir de práticas e representações, em tudo, diferentes da que a vida moderna prometia.

Mas há algo mais profundo e inquietante nas conformações descritas pela palavra do cronista. Refiro-me ao aspecto teórico de algo que fora definido por Paul Veyne como *bibelô historiográfico*. Este é o caso que é posto pela frase seca utilizada por Rosa, na avaliação daqueles processos⁶: “*o mundo de hoje destruiu o sabor das notícias esperadas ou não*”. Analisemos o caso.

A discussão permitida pela leitura, como temos admitido, possuía esse caráter público, ou comunitário. Como a frequência do estafeta era, então, quinzenal, os periódicos eram esperados ansiosamente, pois, por meio de formas alternativas, como as andanças de *cometas*, ou através de viagens, os grandes acontecimentos e fatos do mundo político chegavam e, de outra forma, havia também o próprio andamento destes, que requeria notícias de seus desdobramentos e continuidades. Tal situação gerava a tensão causadora da ansiedade coletiva pela chegada do correio, evento que traria enfim a possibilidade de avaliar aquilo que já se sabia, mas que só receberia seu atestado de verdade a partir do contato mágico com a palavra impressa. Rosa esclarece esse aspecto ao confrontar a sociedade atual, que é dominada pelas mídias eletrônicas e vulgariza os fatos ao extremo, pois os noticia na medida em que vão acontecendo, com aquela memória dos tempos de sua infância, em que, ao contrário de hoje, a sociedade era portadora de valores de um mundo que se apresentava regido pela “*ânsia da espera, a sensação do que deverá ter acontecido (...)*”.

Ora, em torno desse sertão que valoriza as notícias e o próprio ato de ler há uma inquietante aura de raridade, pois, quando isso acontece, como nos informa Veyne, o que deveria ser, nesse caso, gente inculta e desprezo pela leitura, já não é mais (VEYNE, 1998). E o que observamos surgir da poeira dos tempos passados no Planalto Central é um objeto raro, inteiro, em toda a sua complexidade, e que informa, não através de fragmentos desconexos, mas como corpo social completo para o qual o conceito de *ermo*, utilizado à exaustão para

⁶ O livro de Joaquim Rosa foi publicado em 1972, aproximadamente sessenta anos depois dos eventos, quando as mudanças já haviam se consolidado.

referir essa região, já não serve mais. Então, há nesta análise uma necessidade fundamental: trazer a discussão para o campo filosófico da ética, pois o que se esconde por detrás de palavras como inculto, ermo, deserto, quando confrontados com as transformações modernizantes é, também, o do direito à própria história.

A constatação da força e importância da cultura letrada no Planalto muda os rumos da historiografia sobre seus temas. De certa forma, o campo de atuação dos historiadores amplia-se extraordinariamente, pois passamos a considerar a relevância de aspectos até então invisíveis, como, por exemplo, as continuidades e as rupturas operadas nas estruturas sociais vigentes naquele mundo face o aceleração propulsado pelo advento de Brasília. Esse é o caso dos círculos de leitura, como aquele que era propiciado pela chegada do correio; ou o que lançava olhares para um futuro redimido pela mudança da capital; ou o antigo circuito das feiras organizadas em torno das romarias; ou mesmo o glamouroso cortejo das festas populares sertanejas... De todos eles gotejam histórias.

Nesse sentido, ainda em Rosa, há uma referência popular de ampliação dos tais círculos de leitura. Temos em vista a celebração da “Malhação do Judas”.

Segundo a crônica sertaneja, aconteceu lá pelos idos de “Rotílio Manduca”. Esse, um tipo vingativo e violento, cangaceiro demandado das terras sertanejas do São Francisco, do trecho que vai de Pirapora a Correntina, segundo Rosa, assentou praça em Formosa. Seu nome em Goiás passou a ser Arturzinho, pois, fugindo de disputas anteriores, abandonara a alcunha Rotílio Manduca. Sua postura bandoleira, no Planalto Central, não foi diferente e, devido às muitas disputas arranjadas com os poderosos da cidade, acabou tendo que fugir em meio à troca de balas com os jagunços e familiares dos coronéis Pedro Borba, Trajano Dutra e Herculano Lobo. O caso decorreu da divulgação de panfletos apócrifos difamatórios que vinham sendo colados nos logradouros públicos da cidade. Ocorrência que trazia grandes incômodos àqueles poderosos. E a gota d’água foi precipitada com a memorável leitura do testamento do Judas de 1918.

Ocorre que a cultura popular planaltina havia incorporado a prática identificada com antigas manifestações populares europeias de subverter a ordem estabelecida durante o tempo de realização da maioria de suas celebrações. Ocasão em que crianças, mendigos, mulheres, desvalidos e toda a sorte de subalternos eram alçados à condição de reis ou juízes. E essa gente simples passava a arrogar-se no direito de agir como chefes locais para julgar e ridicularizar em debochados discursos a sisudez da elite dita culta.

Segundo Rosa, em Formosa, o tal discurso de testamento do Judas lido por Arturzinho estremeceu as bases oligárquicas da cidade. O caso é que, tradicionalmente, a

autoria do testamento ficava a cargo do Tabelião da cidade, José Lourenço da Rocha, também chamado de Pai-Zé. Contudo, por ter recebido o texto com antecedência de alguns dias, o mal intencionado do Arturzinho modificara o texto, para melhor “*marretar*” o Coronel Herculano Lobo, família e agregados. A repercussão imediata foi o quase linchamento do pobre Pai-Zé. Mas, como a ilustração daquela gente não era pouca, e tendo em vista a sintonia do testamento com os tais panfletos, a obra foi mesmo atribuída ao próprio proclamante. A indignação dos coronéis que já não suportavam os desaforos do forasteiro, que tanto sucesso fazia junto à criançada, foi tamanha que resolveram promover um acerto de contas em uma cinematográfica demonstração de poder ao fogo das famosas carabinas de papo amarelo. Em meio ao fumo da pólvora e ao rebuliço que tomou conta da cidade, Arturzinho, pistoleiro experiente e cheio de artimanhas, fingiu-se baleado e, recolhido em casa, fez saber a todos que exalava seus últimos suspiros e que daquela noite não passaria. Enquanto todos esperavam pelo anúncio de sua morte, encoberto pelas sombras noturnas, escapuliu prometendo voltar com seus comparsas cangaceiros do Vale São-Franciscano para castrar os maiores dos Borba e Lobo e violentar suas filhas e mulheres.

Deixando de lado as encarniçadas práticas da justiça sertaneja, interessa observar que, mesmo entre as pessoas mais simples, por meio das complexas comunicações estabelecidas com a cultura letrada, a escrita tinha seu espaço de atuação nas representações populares da cultura. Para o observador externo, seria impensável que aquela gente pobre nutrisse tamanha intimidade com as letras. Mas, o que deduzimos de desdobramentos como esses, que colocou em lados opostos interesses de coronéis e pistoleiros, é que a importância dos panfletos, manuscritos, e, notadamente, do discurso de malhação do Judas evidencia a mediação da palavra escrita no cotidiano dos grupos sociais daquele sertão. Então, não eram apenas os periódicos, os livros, as cartas e as atas. Havia também panfletos, discursos e proclamas populares.

Assim, afirmavam-se tradições com um gosto especial pela palavra escrita. Aspecto que vemos consolidar em torno de empreendimentos como o efêmero Collégio Formosense; ou em organizações mudancistas como a “Seção de Propaganda do Planalto Central”, do Intendente Deodato Louly. Identificamos também, no esforço em torno da palavra escrita, a motivação que fez nascer não só escritores da estatura de um Olympio Jacintho e poetas como José Décio Filho, que perfilou a pena com aqueles que produziram o batismo cultural de Goiânia, a cidade nova legitimamente goiana, através da revista Oeste; mas a própria munição para manter sintonia com as novidades esporadicamente anunciadas na longa caminhada do projeto mudancista.

Por essa via, as inquietações sertanejas ganhavam foros de cultura letrada. Os temas de interesse para a modernização regional como os artigos que abordavam a constituição e melhoramento dos rebanhos bovinos, a divulgação de documentos de interesse histórico, as discussões sobre as fronteiras do estado com Minas e Mato Grosso, as análises sobre a geografia do Planalto, o mudancismo e as invenções em prosa e verso ganhavam terreno no universo das representações permitidas pela leitura de jornais e revistas. A *Matutina*, *A Informação Goyana*, a *Revista Oeste*, e o *Jornal do Planalto*, principalmente este, dizem respeito a essas formas fortalecidas de elaboração endógena da cultura.

Por meio daqueles veículos, até as peculiaridades das urbes e das tradições sertanejas foram insistentemente cantadas. José Décio Filho (1918 – 1976) foi um deles. Em poemas e prosas cantou com extremo lirismo as coisas de sua infância em Posse e Formosa.

Nasce da terra, dos seres inocentes,
um fluido abençoado de repouso e mistérios suaves.
Lá fora, na calçada da porta da rua,
entes familiares estão fazendo a sesta
e uma voz amiga ralha ternamente,
chamando as crianças para dentro de casa.

Lá longe, das bandas da estrada geral,
vem um carro-de-boi cantando uma toada triste.
E a cidadezinha do interior, vestida de ternuras,
sonha embalada na sua doce cantiga.

Figura 04 - Fac-símile de trecho do poema “Painel do Sertão” (*Revista Oeste*, julho/1942: 13)

Para quem havia nascido em 1918, quando ainda eram vivas as influências do Colégio de Antônio Euzébio, a referência à Estrada Geral (também referida no Editorial do primeiro número da *Matutina*) e à cultura interiorana de familiares e cadeiras na porta da rua revela um pouco do saudosismo e das superações que as invenções modernas, entre elas a capital Goiânia, prenunciavam. Por certo, as novidades sobreviriam com suas luzes e mecanismos revelar as fragilidades dos “mistérios suaves” que sustentavam aquela vida. Em outro texto, publicado na mesma edição da revista, sob o título de “Um Olhar Sobre as Letras - O Medalhão e Outros Fenômenos”, temos uma apurada crítica literária. Nesta, Décio Filho atira contra as pretensões burguesas dos grupos de jornalistas e literários que começavam a se articular em torno do batismo cultural de Goiânia. E afirma sua esperança no futuro advinda da possibilidade de ver acontecer a integração do estado à “civilização brasileira, após tantos

anos de incubação inútil, soletrando o ‘b-a, ba’ das letras, completamente fora do mundo intelectual do País” (Revista Oeste, Julho de 1942).

Militando em torno de possibilidades conflitantes que colocavam em lados opostos o espaço de experiência sertanejo e os horizontes de expectativas modernas, a cultura produzida por alguns desses arautos da modernidade tinha como meta consolidar as novidades por meio da experiência de erguer, entre outras novidades, suas próprias cidades novas.

2.3 – UM JORNAL EDITADO NO “VERDADEIRO CORAÇÃO GEOGRÁFICO DO BRASIL”

Além do ofício em torno das letras, as peculiaridades geográficas do Planalto Central incumbiram sua gente da tarefa de serem guardiões de algo mais antigo e precioso: o encontro das três maiores bacias hidrográficas do país. E isso foi determinante na apreensão do mudancismo.

O problema (nosso) de identificar e analisar as interpretações planaltinas dos eventos daquele movimento foi muito facilitado pela iniciativa do Sr. Sebastião Spíndola. Ocorre que havia entre a comunidade de leitores estabelecida em Formosa o hábito de arquivar os recortes de notícias em que os assuntos locais eram abordados. No Museu dos Couros, localizado em imponente construção em estilo *art déco* existente na Praça do Pau Ferro daquela cidade, há uma dessas. Totalmente dedicada aos desdobramentos do empreendimento Platinópolis e às notícias que tinham como temática o mudancismo, a coleção é composta por mais de uma centena de recortes de importantes jornais nacionais. Entre eles, obviamente, o responsável pelo *liame* dos formosenses com a política, *O Estado de São Paulo*. Encontramos também recortes de *O Globo*; o *Diário da Manhã*, de Recife; *O Combate*, de Santos, etc. Não sabemos o nome de quem a montou, mas, por certo, outros o faziam também, pois, vinte anos depois, deparamos com a disposição do Sr. Sebastião Spíndola em mandar encadernar e guardar uma coleção inteira do *Jornal do Planalto*, que, na década decisiva das mudanças (os anos de 1950) fora publicado em tipografia própria montada naquela cidade.

Esse periódico registrou as impressões dos planaltinos sobre a concretização da expectativa antiga de ver erguer-se em seu território a nova capital da República. A publicação local frutificou a partir da iniciativa de dois expressivos líderes políticos regionais, os Srs. Paulo Malheiros e Gabriel Guimarães.

Em 1.º de setembro de 1951, a cidade viu nascer o primeiro número desse veículo de comunicação. O primeiro a ser redigido e impresso nos limites da cidade. Em um editorial celebrativo, o ex-Juiz de Direito local, o Doutor José Décio de Souza Ortiz (1888 – 1952), lançou o primeiro de uma série de artigos em defesa da construção de um obelisco piramidal triangular em região situada próxima à sede do município, lugar denominado Fazenda Quitute.

Entre os dados biográficos de Doutor Décio, destacamos que fora casado com uma das primas de Monteiro Lobato, Dona Felicidade de Souza Ortiz, e que entre os seus onze

filhos, o gosto pelas artes nunca faltou. Álvaro foi músico excelente; Ana e Izabel, professoras que educaram gerações de formosenses, Dom Tomaz Balduino, fez história nas fileiras atualizadoras da Igreja Católica, abraçando a causa dos dominados, da qual destacamos sua militância em prol da causa indígena; e Décio Filho, como dissemos anteriormente, engajou-se na renovação das letras goianas. Dr. Décio publicou, pela Editora Edigraf de São Paulo, alguns contos e poesias na *Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro*, e outros na *Revista Oeste* e no *Jornal do Planalto*.

Voltando ao artigo, a intenção da demanda era aquecer a discussão do ideal mudancista em torno de um monumento de memória que fosse capaz de identificar ali o centro divisor nacional das águas. O argumento do magistrado, lembrando a força simbólica e a historicidade da publicação de um jornal genuinamente formosense, aproveitava aquela que era denominada a “hora histórica” para formalizar e divulgar o desejo antigo de fazer cumprir o destino, também histórico, de um dia vir a ser aquela região a sede das mais elevadas decisões nacionais.

Através da palavra impressa, o Doutor Décio argumentava que uma propriedade próxima à cidade, a Fazenda Quitute, possuía uma situação geográfica única: a de abrigar em um minúsculo raio de menos de duzentos metros, as vertentes de águas das três bacias hidrográficas mais importantes do País: a Platina (via Bacia do Rio Paraná) que possui nas nascentes do rio Pípiripau uma de suas fontes mais dilatadas; a do Amazonas, que, via rios Bandeirinha, Itiquira e, depois, Paraná/Tocantins, dirigia águas para o amplo estuário amazônico e, finalmente, o pequenino minadouro que dá origem ao córrego Santa Rita, afluente do rio Preto. Este, um relevante tributário, através do rio Paracatu, da grande Bacia do Velho Chico. A ideia de centralidade, vista por esse prisma, possui considerável antiguidade exercendo protagonismo em nove de cada dez projetos mudancistas. Varnhagen, por exemplo, ficou impressionado com a existência dessa peculiaridade que era reforçada pela existência de três lagoas naturais que delimitam o que para ele seria o sítio ideal para uma cidade nova, de nome Imperatória. Os políticos de Formosa, reconhecendo o valor das afirmações de Varnhagen, determinaram que o lugar passasse a ser denominado “Chapadão de Porto Seguro”.

Ortiz foi um dos conhecedores da obra de Varnhagen e, em seus artigos, utiliza os fundamentos das interpretações varnhagenerianas. No primeiro artigo dessa série, os elementos semânticos indicam para a existência local de um lastro erudito no qual reverberavam expectativas de abrangência nacional. Estas eram articuladas por desejos modernizantes há muito cultivados nos círculos esclarecidos da região. A escolha do autor

pela construção de uma narrativa metafórica e promotora de associações com o corpo humano, por exemplo, define a filiação racional e científico-médica dessas ideias. Como nas elaborações de Varnhagen, o projeto modernizador sertanejo era pensado a partir da valorização da região considerada “*privilegiada*” pela natureza. É na escolha das palavras que percebemos que o texto fora recheado dos mesmos elementos simbólicos utilizados pelo historiador Varnhagen.

Parece que a Providência talhou no nosso Planalto verdadeiro coração geográfico do Brasil, para aí ser também a sua cabeça administrativa. Lançamos, pois, daqui a idéia para ser aproveitada, para o futuro, de erguer-se no aludido alto (da Fazenda Quitute) um obelisco triangular, com os respectivos vértices dirigidos para os três pontos cardiais: norte, leste e sul, para onde seguem as 3 artérias principais da circulação hidrográfica desse gigante – O Brasil (JP, 1951, N.º 01).

A interpretação dos termos utilizados e do próprio tema do artigo são reveladores da consciência local dos pilares da tradição mudancista. Aspecto discursivo que aparece inscrito tanto na manifestação interiorana como nos desejos cultivados por mudancistas existentes nos grandes centros urbanos nacionais. Segundo a perspectiva modernizante exógena, o sertão planaltino fora concebido como portador de uma cultura de antítese do moderno, isto é, sua caracterização ultrapassava a noção de ser ele uma mera região geográfica, para identificar-se com a ausência de elementos da modernidade (cultura letrada, maquinismos, impessoalidade, eletricidade, etc.). O campo semântico construído nos centros dinâmicos da vida nacional estruturara um discurso no qual o sertão seria o lugar das tradicionais interações do homem com a natureza, e, desse modo, possuidor de práticas eminentemente arcaicas.

Contrariando essas noções, nossos estudos apontam para a existência de consistentes aspirações modernizantes sertanejas, apesar do convívio com cenários nos quais era fácil identificar a atuação de mentalidades pré-modernas e assentadas sobre mitos e crenças pré-científicas. O universo das diferenças identificadas desfila os elementos que marcam a diversidade das experiências e, em uma linguagem koselleckiana, sinalizam para diferentes horizontes de expectativas atuantes. E nestes, o fato de que as implicações da modernização pensada, em questões centrais como as dessa antítese, não eram compartilhadas pelos dois lados.

Se, de um lado, as páginas do JP, baluarte da frente modernizadora, traziam para a população local um contexto conceitual novo e acessível, por meio do qual a própria palavra *moderno* penetrava territórios antes dominados pela tradição, por meio das fraturas expressas nos termos do discurso, temos acesso aos conteúdos da realidade negada: o sertão. No

editorial, “Formosa Coração do Brasil”, a erudição do Juiz remete pensar sobre a existência antiga do esforço local de participação no movimento “*mudancista*”. No texto, são claras as referências às ideias que há muito vinham sendo acalentadas por intelectuais e políticos de outros centros difusores da cultura letrada nacional, de Varnhagen a Americano do Brasil, que, em diferentes tempos, passaram a defender a mudança da capital federal para o interior do País. Nesse percurso, obviamente, os desejos de reinvenção do país, de progresso, de centralidade e de defesa amalgamavam a esperança no futuro. O título do artigo, ao qualificar a cidade de Formosa como legítimo coração do Brasil, estabelece comunicações com estudos e teses que, além da interiorização da capital, procuravam estruturar o nacionalismo dos brasileiros. O cunho geopolítico perseguido na narrativa de Ortiz segue os mesmos argumentos antes elencados por elevados círculos intelectuais da capital federal.

A imagem de um coração pulsante, por exemplo, junto com as outras metáforas orgânicas utilizadas derivavam de textos dos primeiros inventores do mudancismo.

Para chegar a essa compreensão, recorreremos aos artigos de intelectuais que, desde meados do século XIX, procuraram engajamento na invenção da nação. Entre eles, o Sr. Visconde de Porto Seguro. O misto de diplomata e intelectual, que, entre outras obras importantes, redigiu e publicou a primeira *História Geral do Brasil*, dedicou-se a uma militância muito típica dos círculos românticos do século XIX, denominada “*culture savant*”, de engajar-se na criação de uma nação. Analisando sua biografia, é possível dizer que o mudancismo, no sentido desse tipo de engajamento, poderia ser considerado como o fundamento que orientou a maior parte da vida e obra de Varnhagen.

A partir da publicação da primeira parte do “Memorial Orgânico”, em 1849, o autor comprometera-se com a defesa de uma geopolítica brasileira ideal, segundo a qual, haveria no País um lugar ideal capaz de inspirar a tarefa de recriação da nação em bases modernas. Quando Ortiz, um século depois, refere-se à “*Providência*” para dizer que Ela havia definido o verdadeiro lugar do “*coração do Brasil*” em Formosa, estamos diante do mesmo argumento varnhageneriano. Na obra de Porto Seguro, que tinha bases assentadas na historiografia oitocentista, acertava-se um encontro futuro com o moderno. Basta pensar que no Memorial, as propostas de Varnhagen já pleiteavam pela abertura de estradas interprovinciais; pela redivisão territorial do Império; criticava o regime de escravidão, que era visto como entrave ao desenvolvimento; defendia a imigração de trabalhadores europeus e, finalmente, indicava a necessidade de mudança da capital. Estas eram as peças decisivas da modernização pensada.

Evidentemente, muito daquelas teses, especialmente a da mudança da capital, foi abraçado pelo articulista do JP. Tanto nos estudos de Varnhagen como no artigo de Ortiz, a crítica dirigida contra a exposição da sede do Estado na cidade do Rio de Janeiro incutia um elemento geopolítico de grande importância. De acordo com esses conceitos, o Rio encontrava-se bastante fragilizado por estar localizado em região portuária. Consequentemente, ao repetir argumentos favoráveis ao deslocamento da capital do Brasil para região “*mais central*”, o *Jornal do Planalto* apropriava-se do ideário do dezenove e o colocava na pauta das lutas empreendidas pelo segmento planaltino identificado com conceitos da modernização. Tanto em Varnhagen, quanto em Ortiz, a localização da nova capital deveria ser definida a partir das associações construídas com o elemento natural, de forma que a sábia “*mãe natureza*” pudesse não apenas indicar o lugar, mas acima de tudo encarnar a representação superior e inspiradora das futuras grandes decisões nacionais. Isso implica em dizer também que apenas no centro do Brasil poderia existir esse lugar ideal. O único a portar as características essenciais a apontarem para sua localização ideal: centralidade, defesa e imponência.

As implicações advindas da ideia do centro de um território e das associações deste com as forças ordenadoras essenciais, há muito, e em diferentes regiões do planeta, mobilizaram projetos nacionalistas. Basta lembrar, por exemplo, a Cidade Sagrada, que, a partir de uma singular superposição de retângulos, agrupa o imenso poder político e espiritual do império chinês no trono real existente no centro de todos os polígonos. Estes, por sua vez, foram delineados a partir do desenho do próprio território governado. Lembremos de São Petersburgo, a porta soviética aberta para a modernidade ocidental. Citemos também Madri, que, por decisão real, veio a ser edificada no centro de inóspita região de uma Espanha fraturada por intermináveis conflitos interétnicos (PENNA, 2002 e SILVEIRA, 1957). A mesma Madri que, durante anos, abrigou o diplomata Varnhagen, influenciando na construção desse seu pensamento engajado. Talvez, a essa morada madrilenha devamos sua inspiração para projetar a mudança da nossa capital para o Planalto Central do Brasil.

De qualquer forma, a escolha da localização da futura capital, como no artigo do Doutor Décio, unia desejos sertanejos e litorâneos. Esse núcleo moderno original, que se articulava em torno da ideia da mudança da capital, alimentou a ideia de se construir um coração pulsante de vida para o embrião idealizado da nova nação brasileira. A proposta de erguer o obelisco das três bacias em Formosa fora toda ela embasada em estudos históricos e cartográficos de Varnhagen. Representava, portanto, a apropriação discursiva pelos

planaltinos de um fruto intelectual amadurecido no exercício de conceber a natureza como a maior inspiradora das decisões.

Comparemos as narrativas desses dois mudancistas. Para Varnhagen:

A verdadeira paragem para ela (a capital) e a mesma natureza quem a aponta, e de modo mui terminante. E como não temos de cor tôda a configuração e estrutura do Brasil, olhemos para o mapa, que êle mesmo indica uma situação como não temos segunda, nem a terá nenhum outro país. É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná — dos dois grandes rios que **abraçam** o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância de tôda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. Nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas **veias e artérias** que vão **circular por todo o corpo** do Estado, que imaginamos estar o seu **verdadeiro coração**; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do govêrno do Império (VARNHAGEN, 1877. p. 12 e 13 - grifos meus).

Da mesma forma, o artigo publicado no jornal formosense afirmava que “*Parece que a Providência talhou no nosso Planalto **verdadeiro coração** geográfico do Brasil, para ai ser também a sua cabeça administrativa*”. As palavras são reveladoras e indicam para essa filiação do pensamento de Ortiz a matriz varnhageneriana. A comparação dos textos demonstra que, em sua formação acadêmica, o Juiz procurou encontrar sentidos modernos para a existência da própria alteridade sertaneja. Em seu pensamento, o esforço de engajamento com a modernidade era central. A metáfora de um coração pulsante, que na acepção de Varnhagen definia a sede sentimental de um desejado patriotismo, para Ortiz, cem anos depois, aparecia como associação de conceitos da ciência médica, alistando argumentos na missão redentora dos males do corpo -- neste caso, a nação. Combatendo contra tiranias de toda ordem, os conceitos médicos metamorfoseavam-se em bomba propulsora de modernidade. O sistema arterial, que o romantismo dizia abraçar o país, na acepção científica praticada e falada, se incumbiria de distribuir o oxigênio das altas decisões elaboradas pela cabeça do corpo imenso desse “*gigante adormecido*” (a mesmas palavras que eternizam a imagem patriótica no próprio Hino Nacional Brasileiro).

Eventos posteriores determinaram que o obelisco proposto, esse lugar de memória vital para futuros empreendimentos, jamais fosse construído no local indicado: a Fazenda Quitute. Lugar sem visibilidade, que talvez estivesse mais identificado com o sertão (o passado que se queria negar) do que propriamente com a modernidade desejada (o futuro, da esperança redentora). No entanto, hoje, na entrada da cidade goiana, próximo à Praça Anísio Lobo, escondida atrás de um antigo ponto de táxi local, indiferente ao olhar dos transeuntes, figura a pequena pirâmide a indicar o reconhecimento oficial dessa memória: ser o município a sede das vertentes das águas que jorram para três importantes bacias nacionais.

A análise do discurso elaborado nos anos de 1950 dá visibilidade a esse engajamento planaltino ao mudancismo; contudo, a pesquisa demonstra que sua antiguidade deita raízes nas décadas finais do oitocentos. Nesse sentido, no quadro da história narrada, encontramos um interessante registro da Câmara de Vereadores de Formosa. Em 20 de setembro de 1877, o vereador João Moreira Ribeiro, em meio aos eflúvios comemorativos pela elevação do status da vila para cidade, propôs nova denominação para algumas ruas e logradouros da cidade.

Propôs que o Largo da Matriz ficasse denominado - Praça da Constituição; a Rua do Meio – Rua **Princesa Imperial**; a rua Direita – Rua Formosa; a Rua de Goiás – com a mesma denominação; a Rua das Flores – Rua **Visconde de Porto Seguro**; a Rua Nova – Rua Dr. Anthero; o Largo do Abreu – Senhor dos Passos; a Rua dos Crioulos – Rua do Norte; o Largo do Campo – Praça do **Imperador**; o Largo do Cruzeiro – Largo da Conceição; a Rua do Brejo – Rua das Fontes; a Rua do Fogo – Rua da Paz; a Rua da Ponte – Travessa da Lagoa Feia; o Beco atrás da Matriz – Beco do Comércio; e a rua do Cemitério – Rua do Calvário. Proposta unanimemente aprovada (JACINTHO, 1979, p. 58, grifos meus).

Na mudança dos nomes de algumas ruas e praças, observamos o esforço de sintonia (ou conciliação) do sertão com o litoral. Em palavras como Constituição, Princesa Imperial, Imperador e Visconde de Porto Seguro constatamos atuar algumas consequências da viagem de Varnhagen à região de Formosa⁷. A aventura do diplomata frutificara em expectativas locais de alinhamento com a Corte de D. Pedro II. Alguns meses depois, vitória! A elevação da vila em cidade. Temos aí a representação do dedo imperial sendo influenciado pelas ideias de um velho amigo e compadre que, por sua vez, também nutria grande estima e admiração pelo Imperador (LESSA, 1961).

Compreendemos, assim, a razão da existência do pequeno obelisco piramidal erguido justamente no ponto zero da principal artéria urbana de Formosa, a Avenida Visconde de Porto Seguro. Justa homenagem ao historiador que, além de dedicar anos a fio à tarefa de construção do ideal mudancista, esteve ele mesmo hospedado em Formosa, nesta ainda pouco conhecida jornada de estudos de 1877. As rudezas da aventura pelo sertão em pleno século XIX foram responsáveis pela tuberculose que o vitimaria, cerca de um ano depois da empreitada. Contudo, permitiu-lhe percorrer pessoalmente, realizando observações em toda região que, hoje, exhibe luminosos monumentos da moderna Brasília.

A forma piramidal do monumento de Formosa inspira-se nos conceitos fisiográficos do relevo tripartido nacionalmente em três bacias hidrográficas. Os três planos inclinados representam a orientação geográfica das vertentes dos grandes espigões

⁷ Em 1877, Varnhagen, aos 61 anos, visita o Planalto Central realizando observações para avaliar a viabilidade técnica da construção ali da nova capital do Brasil.

ordenadores do relevo brasileiro. Indicam também uma memória mais antiga, aquela que nos informa sobre as matrizes dos caminhos e estradas que, séculos antes, orientaram por sobre essas formações ciclópicas dos planaltos a penetração bandeirante nos sertões do Brasil.

Na segunda edição do JP (de 11 de setembro de 1951), continuando a série desses artigos, a coluna “Formosa, Coração do Brasil” lembrava encontrar-se nos arredores da cidade a junção desses três espigões, responsáveis pela formação da imagem de *“pirâmide triangular, irregular truncada (no Planalto) de que uma das faces desce para o Amazonas, a outra para o Atlântico e a terceira, para o sistema fluvial – Paraguai – Paraná – Uruguai.”*

A ideia implícita na observação, por certo, recorria à tradição também antiga de fixar caminhos sobre os espigões, pois era a solução para contornarem-se os problemas da transposição dos vales dos rios; ou das passagens em brejos atoladiços. Assim, mesmo com as subidas e descidas *“alcantiladas”* ou nas arriscadas travessias das florestas mais densas, tinha-se a *“mãe natureza”* ensinando as rotas a serem seguidas. Os mudancistas também perceberam essas facilidades, pois pretendiam resolver o grande problema dos transportes com o mesmo ensinamento. No arremate do argumento, a defesa dessa vocação natural, que a expressão cartográfica indicava, permitia afirmar sobre a localização em Formosa do ponto de equilíbrio exato do *“eixo para onde fatalmente convergirão todas as vias”*.

O *Jornal do Planalto* circulou durante nove anos, de 1951 a 1959. Época em que os planaltinos se viram premidos pela necessidade de adaptação aos novos tempos. Como dissemos, a existência desse jornal resultou da iniciativa de políticos locais agrupados em torno dos programas defendidos pelo PSP (Partido Social Progressista) e da carismática figura do baluarte paulista da modernização, o Dr. Adhemar de Barros. Devemos ter em conta também que as interpretações dos eventos publicados nas páginas do periódico quinzenal passavam pelo forte crivo ideológico da oposição política desenvolvida por esse grupo. Os principais financiadores e animadores do JP, Gabriel Guimarães, membro de uma das mais tradicionais oligarquias goianas do Planalto e do Nordeste do estado, e o Dr. Paulo Malheiros, destacado advogado e político componente das oligarquias nortenses⁸, perfilavam suas fidelidades ao político chefe de Arraias-GO (cidade que após a divisão do estado em 1988 passou a pertencer ao Tocantins), o deputado João de Abreu (1888 – 1976).

Politicamente, o jornalismo praticado pelo JP fez do oligarca goiano Pedro Ludovico o seu maior inimigo. Em geral, os artigos e notícias publicados procuravam associar a ação de Ludovico ao contexto arcaico, enquanto o mudancismo (e Adhemar) aparecia como

⁸ Nortense é o termo utilizado para designar, como referência goiana, os representantes dos municípios do norte do estado.

identificação do moderno. E este, o bem maior. Ainda no campo da política, outro fator a ser destacado foi a conquista de legislaturas estaduais pelos dois proprietários do jornal. Observando que essas vitórias foram alcançadas em pleitos realizados após o início da circulação do JP. Fatos são sumários e decisivos. E nestes encontramos a força inequívoca do poder da imprensa, que os noticia, apesar da contradição de estar circulando em região ainda vitimada pelo analfabetismo e a baixa escolaridade.

Para compreender melhor o universo planaltino, destacamos a notícia que dava conta de que, na virada da década, conceitos como mudança e progresso penetravam em toda a região.

Na edição de 11 de setembro de 1951, a segunda do JP, a manchete informava que transformações modernizadoras estavam sendo preparadas para os planaltinenses (gentílico dos nascidos em Planaltina). A matéria de primeira página trazia a mensagem “*Planaltina Terá Água Encanada*”. Frase que vinha subscrita pelo lead: “*Dentro de um ano a grande realização – Lembrando o govêrno Hosannah Guimarães – Um prefeito batalhador*”. O teor da notícia (ANEXO C) dá conta, sempre em tom laudatório, que o benefício fazia parte de um rol de obras públicas conquistadas por meio dos esforços do médico, fazendeiro e político regional, o Dr. Hosannah Guimarães⁹, quando de sua ascensão ao cargo de Governador do Estado. A notícia informava também que, em ações anteriores, esse político havia beneficiado os “*municípios do planalto, nordeste e do norte, como que para compensar um possível esquecimento que lhes tivesse sendo preparado*”. Desse modo, segue o texto, atendendo ao pedido do “*povo de Planaltina*”, através de projeto de lei do executivo estadual, disponibilizara verba de Cr\$ 150.000,00 para as obras. Esses valores vinham complementar os recursos necessários para a implantação de um novo sistema de fornecimento de água potável para a cidade. Especial destaque é dado ao total orçado do serviço, da ordem de Cr\$ 250.000,00, e que com o andamento da obra, já em 1952, a população poderia ter como certo o fornecimento de “*muito boa*” água potável.

O dado político delineado pela análise é que, à época, o prefeito da cidade, era o Sr. Francisco Mundim Guimarães, primo segundo do Dr. Hosannah, que, por sua vez, era irmão de um dos proprietários do JP, o Sr. Gabriel Guimarães (CASTRO, 1985). Ambos, pertencentes ao clã dos Guimarães. As íntimas relações da família com diferentes esferas do

⁹ Hosannah Guimarães (1905-1997) filho do Coronel Salviano Guimarães, formou-se em Medicina pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Exercendo medicina como médico generalista (ou médico de família) na região de Planaltina e Formosa, ganhou fama. Como criador de gado zebu, manteve a fortuna deixada por seu pai. Como político respeitado, foi prefeito de Planaltina, Vice-Governador e Governador do Estado de Goiás (de junho de 1950 a janeiro de 1951), sucedendo a Jerônimo Coimbra Bueno.

poder local indicam estarmos diante de típica oligarquia política da Primeira República. Uma dessas que, durante décadas, controlou um imenso poder em toda a extensa região do Planalto Central. A identificação, através do jornal, da influência dos Guimarães em Planaltina, como também fora o da família Lobo em Formosa; ou a figura ímpar do deputado João de Abreu, em Arraias e em todo o norte de Goiás, atesta a vinculação política da região com o contexto hegemônico do coronelismo que havia no restante do País. O que desperta nosso interesse para este caso específico são as injunções positivas desses políticos e de outros oligarcas regionais nos percursos e nas articulações do movimento que, por mais de um século, trabalhou para o aniquilamento do próprio coronelismo. Aspecto que vinha embutido no cerne do movimento de modernização nacional. Pela via dos acontecimentos, observamos que as interferências de tais articulações no interior das práticas políticas locais, assim como a verificação de grupos, pessoas (os próprios coronéis) e discursos francamente identificados com o moderno é o dado novo que oferece uma perspectiva diferente de análise histórica para essa região. Acreditamos que a opção de atuar na fronteira da historiografia com a reflexão sobre a cultura planaltina trabalha como elemento dessa relevância.

Em relação ao teor da notícia que anunciava o conforto da água encanada e, mais especificamente, ao que a própria manchete informa, ao laurear esse serviço como sinal de progresso, é possível interpretar o dito pelo seu contrário, o da mensagem sublimada, e penetrar uma pequena fissura na textura do discurso. Nas entrelinhas do texto francamente modernizante aparece também a indicação da existência de uma comunidade bastante carente e desprovida do livre acesso ao mais elementar produto da ordem social moderna, a água potável. Esse termo, que aparece quatro vezes na notícia, vem grafado, já no lead, como sendo a “**grande realização**” da administração pública.

Pela análise do texto, é possível verificar que, em função do status elevado, esta demanda constituía-se em reivindicação histórica, pois aparecia como marca distintiva de toda uma gestão pública. Aspecto que nos autoriza a pensar tanto na realidade existente, que era a da ausência de seu fornecimento, quanto nas peculiaridades de alguma solução local já ultrapassada. O destaque dado à novidade indica igualmente que o modelo vigente de fornecimento de água, certamente, deveria trazer problemas ao fraterno convívio da comunidade planaltinense.

A necessidade de ter esse produto em casa é problema que, há muito, iguala os diversos grupos sociais e, por isso, o seu controle também consolida os limites das dicotomias da ordem social, seja ela econômica ou estamental. Nesse sentido, interessa saber das soluções praticadas antes dessa “**grande realização**”.

No precioso *Esboço Histórico de Formosa*, o historiador formosense Olympio Jacintho registra discussão realizada no Conselho Municipal na qual a solução tradicional é indicada. Na sessão de 14 de março de 1910, os membros do Conselho autorizaram o Intendente Municipal, o Major Honório de Sousa Lobo, a “*adquirir o Rêgo d’água e o terreno outrora pertencentes à chácara de José Pereira Artiaga, por ser isso de utilidade pública*” (JACINTHO, 1979: 86). O projeto, aprovado na sessão de 17 de março, foi transformado na Lei N.º 84, de 19 de março de 1910. Na aprovação da Lei, temos o dado que afirma sobre a acomodação urbana dessa solução bastante rural de um rego d’água abastecendo as residências urbanas.

Em Planaltina, segundo depoimento do violeiro e poeta planaltinense, Erasmo de Castro¹⁰ (1930 – 2006), o fornecimento de água até então era realizado por meio desse mesmo método: um prosaico rego d’água coletivo, ali denominado Regão. Solução muito familiar aos fazendeiros de então e que servia satisfatoriamente à pequena população da cidade. A presença do Regão informa também que, por meio das aclimações de muitas práticas rurais, os povoados, com o tempo, iam se conformando segundo uma cultura estritamente roceira. Contudo, com os rápidos crescimentos populacionais desencadeados pela modernização regional, tais soluções tornavam-se anacrônicas e incompatíveis com o acúmulo de gente. A fala desse narrador benjaminiano, que tivemos o privilégio de conhecer e conviver, registra também a memória de um tempo quase mítico, no qual vigorava o uso racional e compartilhado da água.

(...) esse Regão era tirado lá de onde tem essas hortas comunitárias, chamada de fazenda Retirinho, da família de Dodô. Então corria essa água para abastecer a cidade aqui. Cada um tirava um pouquinho d’água. As pessoas que morava aqui, nessa época. Ele passava por cima da cidade, porque não tinha esse lado de cima, só tinha para baixo. Então cada vizinho puxava um pouco da água, servia com um pouco da água, então, tinha aquela combinação para não puxar muita água para não faltar água cá embaixo. Era tudo muito bem feito. Água limpinha, cristalina, água de beber e tudo era desse rego e a gente ia pescar e subia embaixo dessa rua. (...) Você vê que era tanta água, tanta assim que ainda era uma coisa original que tinha muito peixe (depoimento de Erasmo de Castro, em 2000).

Talvez, as relações harmoniosas descritas como “*aquela combinação*” existissem muito mais na cabeça engenhosa do poeta. Invenções de uma mente saudosa dos tempos de “*antigamente*”, do tempo idílico da pureza imaginada e perdida com o advento do moderno. O termo incisivo de “*grande realização*”, utilizado no jornal para designar a água encanada, contudo, aponta na direção contrária: as ocorrências conflituosas entre moradores lindeiros ao Regão. Mais fácil e racional é consentir que os folguedos de centenas de crianças sertanejas

¹⁰ A entrevista foi realizada em 2000, motivada pela concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Seo Erasmo.

chafurdando pelas frágeis margens deste embrejado rego d'água, assim como a não menos problemática ação de porcos, galinhas e cavalos, animais que eram criados à solta por esses sertões, injuriavam os interesses de famílias inteiras que, para tudo, dependiam desse serviço. As frestas permitidas pela análise da celebração festiva da notícia da solução desses “*grandes problemas*” locais permitem vislumbrar ainda a existência de uma comunidade em pé de guerra em função do complicado acesso à água. Inferimos igualmente que a realidade diária colocava as pessoas em disputa pelo seu pedacinho de poder e controle sobre tão precioso bem, que escorria gratuita e morosamente na calha urbana do famoso Regão.

Filho de outro estrato social, o Dr. Hosannah Guimarães também atesta com a marca da impessoalidade discursiva que lhe era peculiar a existência dessa singular e óbvia solução ruralista. “*Planaltina era uma cidade com essa população, de casas simples, muito toscas, (...) A cidade era abastecida por um rego que nascia no Córrego do Atoleiro, atravessava a cidade e depois saíam ramais servindo a todos os quintais*” (BRASIL, 1985). No depoimento, além do distanciamento em relação à vida miúda levada pelos menos afortunados em torno do Regão, o médico generalista demonstrava até mesmo certo desprezo por solução tão rudimentar e anti-higiênica. Neste extrato da memória, informava ainda que, enquanto concluía sua formação acadêmica, nos anos de 1920, no Rio de Janeiro, o seu pai, o Coronel Salviano Guimarães, já havia disponibilizado água encanada para sua família. Solução mais atual, citadina e moderna que aparece pela primeira vez na confortável residência urbana dos Guimarães. A mesma que atualmente é sede do Museu Histórico de Planaltina-DF. A edificação, posteriormente, foi doada pela família aos poderes públicos do Distrito Federal e tombada como de interesse para o patrimônio histórico nacional¹¹.

Tanto em um relato como no outro, podemos ter uma ideia do problema gerado a partir do convívio comunitário em torno daquele rudimentar rego d'água. Através dos dados do Anuário Estatístico Brasileiro é possível avaliar potencialmente esse clima de disputas. A informação é de que, em 1951, o município de Planaltina já contava com população de mais de sete mil pessoas, sendo que aproximadamente duas mil habitavam a zona urbana. Ou seja, duas mil pessoas (com centenas de animais domésticos sendo criados em seus quintais) serviam-se das águas do Regão. Realidade que demandava mudanças por solução menos arcaica.

¹¹ O casarão em estilo colonial que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina foi construído por Afonso Coelho Silva Campos e tombado como Patrimônio Histórico Nacional em 1987. Hoje o Museu encontra-se protegido pela inscrição do Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados, pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha). A construção também serviu de residência, até 1973, quando o Governo do Distrito Federal adquiriu o imóvel mediante desapropriação amigável, mas que, segundo a família, foi doado ao GDF.

Além do problema específico do fornecimento de água, os termos da notícia trazem outras referências que permitem analisar os problemas das divisões políticas regionais. E seu entendimento é estruturante para entendermos os caminhos pelos quais as mudanças eram acomodadas na vida social da região.

A expressão revela aspectos da delimitação geográfica local que era indicadora da existência de um território específico, fruto das divisões políticas regionais. O caso é definido como sendo o dos “*municípios do planalto, nordeste e do norte*” do estado de Goiás, isto é, que haveria entre os planaltinos a consciência de pertencerem a uma mesma região cultural, e de haver uma meia identidade, que se sobrepunha aos limites das identificações municipais de formosenses, planaltinenses, luzianenses, que, apesar dos bairrismos, eram todos planaltinos. Como advogava Zoroastro Artiaga.

Ao dividir a região por meio do parâmetro das influências oligárquicas, o periódico delineava também o outro dado, menos evidente para quem o vê de fora, contudo, mais simbólico, da fronteira reconhecida por meio do exercício do poder. As delimitações culturais e políticas, entrelaçadas em malhas de práticas e costumes compartilhados, através das sinuosas redes de caminhos e fazendas, definiram também, nessa região, sua consistência cultural e, portanto, mais duradoura de fronteira comum entre os reclamos modernizantes, recentemente apreendidos, com as tradicionais práticas de uma cultura caipira ou rústica. Esta, que resultara nas continuidades desenvolvidas por meio das aclimações entre bandeirantes, vaqueiros, tropeiros, indígenas, quilombolas desgarrados do sistema agroexportador litorâneo e toda uma tipologia humana de fronteira. Todos eles muito bem abrigados sob a proteção cultural divina, hegemônica e popular da pombinha branca que aparece estampada no manto vermelho do Divino Espírito Santo, a festa regional de maior apelo popular.

As atualizações operadas sobre essa geografia específica demonstram que a delimitação de cunho cultural e político anunciada no JP no início da década de 1950 coincidia com o conceito bastante moderno da RIDE, que quer dizer “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno”¹². Na solução contemporânea para a

¹² A **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)** é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar N.º 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto N.º 2.710, de 4 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto N.º 3.445, de 4 de maio de 2000. É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no estado de Minas Gerais. Ocupa uma região de 55.434,99 quilômetros quadrados e sua população se aproxima dos 3,5 milhões de habitantes.

integração de dezenas de cidades que gravitam em torno de Brasília, observamos a reedição daquilo que há mais de cinquenta anos aparecia unido sob o controle oligárquico de Guimarães, Lobo, Malheiros, Dutra e outros. Contudo, no sistema atual, diferente do anterior, não atua mais aquele espírito de identidade regional que mantivera unido aquilo que as necessidades modernizadoras dos anos 1950 empenharam em separar.

Traduzindo o mapa dessas atualizações, podemos afirmar que a cultura desenhara no Planalto Central a imagem sólida de uma região, pelo menos, dez vezes maior do que o geométrico quadrilátero geopolítico denominado Distrito Federal. Face os problemas advindos da sua existência, a região antiga, melhor do que as pragmáticas linhas definidoras do retângulo de pouco mais de cinco mil quilômetros quadrados atuais, respondia pelas identidades e os problemas sociais regionais. Estas que, de alguma forma, ainda cobram seu lugar na história.

A partir dos centros ordenadores do poder regional, à época, localizados em Formosa e Luziânia (e hoje em Brasília, no meio caminho entre as duas cidades), o que fora definido como Planalto Central do Brasil, representava parte significativa do atual Entorno do DF, ou RIDE, onde observamos vigorar a incisiva marca da convivência de carências e necessidades próprias de qualquer periferia metropolitana.

Entre os aspectos linguísticos pinçados da notícia, contudo, há uma frase enigmática que aponta para a existência de um suposto “*esquecimento que lhes tivesse sendo preparado*”. A afirmação soa como uma espécie de alerta ou premonição de que eventos transformadores sobreviriam aos tempos vividos.

O bem maior daquela gente interiorana, ainda que não mencionado, era a posse da terra, fator não só de prestígio, como querem uns, mas, sobretudo, elemento de identidade e conagração regional. Sabemos da importância de uma prática cultural regionalmente estabelecida que valorizava a identificação das pessoas por meio da honorabilidade reconhecida no epíteto “*gente da terra*”. Este valor, certamente, era também o que se inscrevia como virtualmente ameaçado na sombria previsão do “*esquecimento preparado*”. Se a lógica do discurso era a da esperança positiva na remissão do passado de carências e das novas perspectivas (de ter água encanada em casa e a maravilha de libertar-se do *saril*, do balde e das bacias; de ter o conforto de torneiras jorrando; de chuveiros, de banheiros e, quem sabe, de vasos sanitários), sinais animadores de uma vida menos sofrida; a palavra *esquecimento* destoava do contexto. A ideia de que algo soturno estivesse sendo “*preparado*”

enrasta com a direção do discurso revelando uma ponta de desconfiança dos locais para com os modernismos anunciados, mesmo os bons.

Talvez o redator, apesar de sua indefectível posição de defensor da modernização, deixasse escapar ali um pouco do receio coletivo suscitado pela iminente presença do moderno. Haveria então a constatação incisiva da ameaça, apesar da ideologia, a uma cultura muito mais identificada com a tradição do que com as promessas de moderno e que, por meio de uma dialética própria, colocava em pauta na forma de um “*esquecimento*” projetado pelos novos tempos. A revolução prenunciada em coisas boas como água encanada ou, como veremos adiante, hospitais, de forma contraditória, animava os espíritos, sem deixar de amedrontar as comunidades sertanejas. É preciso verificar no jogo sutil das palavras e de seus usos, muito mais do que as meras intenções comunicativas. Na análise, importam também os medos; as íntimas revelações; os acordos sociais; a apreensão nebulosa gerada pela aproximação de novos conceitos; os jogos de poder e tudo mais que a ordem social humana deve à linguagem.

Convém frisar também que o destaque dado pelo JP aos problemas de Planaltina, cidade vizinha, situada a sudoeste de Formosa, deve ser compreendido por meio das condicionantes regionais impostas a todos pelo processo histórico. A vida comunitária que se estabeleceu na região dizia muito mais respeito às pessoas do que as precárias divisões que separavam municípios e seus habitantes. O Planalto era mais forte às identidades do que, talvez, às cidades. Por isso, também adotamos aquela solução de Artiaga: planaltinos.

2.4 - O ESQUECIMENTO PREPARADO

A questão da mudança da capital, tratada desde as inaugurais colunas assinadas pelo Doutor Décio, como a “Formosa Coração do Brasil”, ocupou significativo espaço nas páginas do JP, chegando mesmo a constituir-se em verdadeiro cavalo de batalha do agrupamento político financiador da publicação. Dentro da escalada que o mudancismo percorre em notícias e artigos no periódico, fica patente que, ao intensificar as lutas simbólicas em torno desse conceito, ocorria também a apropriação de temas e palavras de cunho moderno pela cultura da região. A articulação destas propiciava aos idealizadores do projeto JP a crença na identidade com o moderno.

Pela via da informação veiculada em periódicos, no rádio e por meio da cultura letrada em geral, a conjuntura mundial tornava-se relevante nas articulações dos discursos e das práticas políticas locais daquela década. As identificações eram realizadas em meio ao ambiente ideológico da americanização ocidental do pós-guerra. Processo que vigorou durante a maior parte do período estudado. Os sinais emitidos desde os centros decisores nacionais e internacionais, naquele sertão, eram apanhados aos pedaços e ressignificados de acordo com as demandas locais. Havia, contudo, uma sequência que mantinha acesa a esperança de novos tempos. Trata-se das esporádicas visitas técnicas ao Centro-Oeste de comissões para realizar estudos de viabilidade para a transferência da capital republicana (Missão Cruls, Comissão Balduino Ernesto de Almeida¹³ e Comissão Poli Coelho), que desde a germinal aventura de Varnhagen em 1877, animava os planaltinos sintonizados com a palavra *moderno*. E para isso, empenharam esforços, esquecendo os particularismos, importantes lideranças de toda essa região.

A visão geral da imprensa local evidencia que os acontecimentos vinculadores da vida local ao mundo exterior eram noticiados com alarde. Esse foi o caso da visita de um baluarte do mudancismo, o General Poli Coelho, à Planaltina e Formosa. Na edição N.º 05, de 11 de outubro de 1951, o JP estampou a notícia que registrava o momento da afirmação de mais um compromisso entre poder local e mudancismo. A manchete sugestiva dizia: “*Um herói e um abnegado a serviço da Pátria – Visita Formosa o General Poli Coelho*” (ANEXO D). A extensa matéria, publicada em dois números do jornal, abordou a recepção oferecida ao

¹³ A menos conhecida das três expedições. Foi a primeira a edificar um monumento de memória: a Pedra Fundamental da Futura Capital, inaugurada em 07 de setembro de 1922. Todo material necessário e pessoal capacitado foi transportando desde Araguari em seis caminhões Ford *Bigode* e nove outros veículos. A cidade do triângulo mineiro localiza-se a aproximadamente trezentos quilômetros de Planaltina e, àquela época, era alcançada por meio de caminhos bastante precários.

General Presidente do IBGE. Além disso, a notícia confirma algo que ainda cobra aprofundamento historiográfico: em todos os atos importantes do mudancismo e da própria mudança da capital, identificamos a presença tutelar do Exército. O texto, recheado de acoroçoamentos, trouxe a transcrição dos diversos discursos proferidos por visitantes e cicerones.

Na recepção de Formosa, após as boas vindas do Professor Delfino Spezia, diretor do imponente Colégio Arquidiocesano do Planalto, herdeiro local do projeto do Prof. Antônio de Abreu, Coelho tomou a palavra e, de improviso, convocou a população para engajar-se na nobre empreitada. As falas se fizeram sob o olhar de “*uma multidão de seus admiradores, fazendo-se representar em peso os educandários, o Fórum, a administração e o legislativo desta cidade*”. Na ocasião, o General lembrou ser aquela a sua terceira visita à região da futura capital e que, para ele, era bastante animador poder constatar a sensível evolução no apreço ao mudancismo. Ao discursar, o visitante afirmou que, durante o tempo decorrido das três visitas, a mudança conceitual seguira a sequência ideal, pois, partindo de uma inicial **esperança**, quando da primeira, em 1947; a mudança da capital passara ao status de **missão**, na segunda; e daquela vez, assumira o posto de **constatação** de já não haver mais como retroceder, pois os míseros e poucos “*recalcitrantes*” certamente sucumbiriam diante da **concretização** da força de um movimento de 150 anos.

A análise do discurso revela o esperado: a fala do General foi, toda ela, tecida na retórica do progresso, apesar da palavra mesma não ter sido citada. A estratégia evolucionista utilizada animara a tal ponto os defensores interioranos da modernização, que permite afirmar sobre o sucesso do general em operar ideologicamente na preparação daqueles espíritos para o enfrentamento muito próximo com acontecimentos mais penosos que vinham embutidos no processo em curso.

Em meio ao discurso da esperança, a retórica do jornal deixa escapar também a existência de um certo perigo para os locais. Mensagem que era transmitida, não na escolha das palavras, estas, sempre positivas, mas na cena descrita pelo jornalista. O fato de os discursos terem sido realizados diante de centenas de jovens ginasianos, alunos do Colégio Arquidiocesano do Planalto e conduzidos até a praça por Spezia, indica, pelo horário da recepção e o mês do acontecimento, que estavam todos sendo cozidos ao sol causticante do meio dia em pleno mês de outubro.

O que, na sequência dos eventos, se veria desabar sobre os planos dos sertanejos, naquele momento, ainda encontrava-se oculto. Não havia como prever a dimensão impactante do que estava por acontecer. Pouco tempo depois, conceitos menos animadores como

desapropriação, aceleração do tempo, impessoalidade e burocratização vieram mostrar como seria difícil lidar com a realidade em mutação acelerada. No entanto, a ideia passada, que a fotografia histórica não traz, é a desses jovens famintos sob sol a pino ouvindo aquela gente discursar. Em meio ao fraseado empolado e de difícil compreensão, reproduzido pelo jornal, vislumbramos aquele grupo que, certamente, encontrava-se ali motivado apenas pela obrigação de comportar-se bem. O suplício desses jovens interioranos prenunciava apenas a ínfima parte dos dramas que se avizinhavam. Era esta a gente que fora descrita como a “*multidão de admiradores*” de Poli Coelho.

Contudo, os acontecimentos vindouros atestaram que a avaliação do general estava correta.

De fato, em 1951, não havia mais como retroceder. Talvez, só restasse aos locais a alternativa de engajarem-se, o quanto antes, nas lutas simbólicas deflagradas pela nau modernizadora. Do contrário, pobre destino, serem atirados ao esgoto da história como reles egoístas recalcitrantes (palavra muito utilizada tanto por Poli Coelho, como, depois, por JK). Essas palavras anunciavam, pela voz da autoridade, e oficialmente, a chegada retumbante dos silvos do fabuloso trem do progresso. Finalmente, aquele dia estava erguendo diante deles um marco para o início da modernização nos chapadões de Goiás. Com o anúncio, chegavam também as promessas de redenção para os atrasos seculares. As páginas do JP, por essas razões, mais do que anunciadoras das boas mudanças, passariam, a partir da visita histórica, a fazer a defesa radical do mudancismo.

Outros aspectos que merecem análise são, pela ordem, a diagramação da página do jornal que exibia também a fotografia de Adhemar de Barros, mas colocada em posição acima da que enquadrava a caravana de Poli Coelho e, em segundo plano, a referência à recepção realizada no dia anterior em Planaltina (ANEXO D).

O retrato de um sisudo rosto de Adhemar servia para ilustrar a distinção de ter sido ele o paraninfo da formatura dos novos advogados goianos. Nesse caso, a imagem do líder populista é cuidadosamente posta acima da fotografia da comitiva de Coelho, sugerindo ser Adhemar o líder conectado com as novidades anunciadas pela ilustre caravana. O olhar firme do cacique político produz impressões de seriedade, equilíbrio e direção segura sobre as escolhas e as grandes decisões. Havia também na organização da página a intenção de que o staff de Poli Coelho seria uma disciplinada coluna perfilando armas diante do grande líder. A mensagem visual é de que Adhemar de Barros estaria não apenas ao lado das mudanças ou apoiando aqueles soldados do moderno, mas, sobretudo, orientando a legitimação do novo País. O simbolismo de ter sido escolhido paraninfo dos mais jovens idealistas do estado, os

novos advogados, entre os quais figurava o nome ilustre de Paulo Malheiros, um dos proprietários do JP, injetava modernidade nos sertões.

Contudo, é no segundo detalhe, o registro da passagem do General por Planaltina, que encontramos a chave para entendermos alguns dos mais complicados métodos negociais da política regional.

A notícia afirmava que, vindo de Goiânia em um moderno avião DC-3, ao fazer escala em Planaltina, Coelho, acompanhado pelo intelectual goiano Zoroastro Artiaga e pelo fotógrafo Galeno Martins de Araújo, fora recepcionado por seu “*dedicado amigo*”, o ex-governador de Goiás, Dr. Hosannah Guimarães. Artiaga era possuidor de grande prestígio político e intelectual na região e vinha somar forças na recepção goiana ao mudancismo. Portanto, mais do que informações técnicas, Coelho cumpria uma delicada missão política, preparando os planaltinos para arrefecerem demandas futuras e interesses diante da grandeza do projeto por ele comandado.

Tendo em vista a importante visita, o Decreto N.º 6, de 09 de outubro de 1951, da Prefeitura Municipal de Planaltina, estabeleceu feriado municipal no dia da chegada de Coelho. O que demonstra a deferência com que os poderes públicos locais tratavam não só o General, mas este que era considerado o “*problema máximo da nacionalidade no momento*”. Nos considerandos do Decreto, há também uma indicação da importância dada pelas autoridades locais aos trabalhos das comissões de estudos para a definição do sítio da futura capital, tecendo argumentos que remetiam a estudos anteriores, provavelmente da comissão de 1947, do mesmo Poli Coelho.

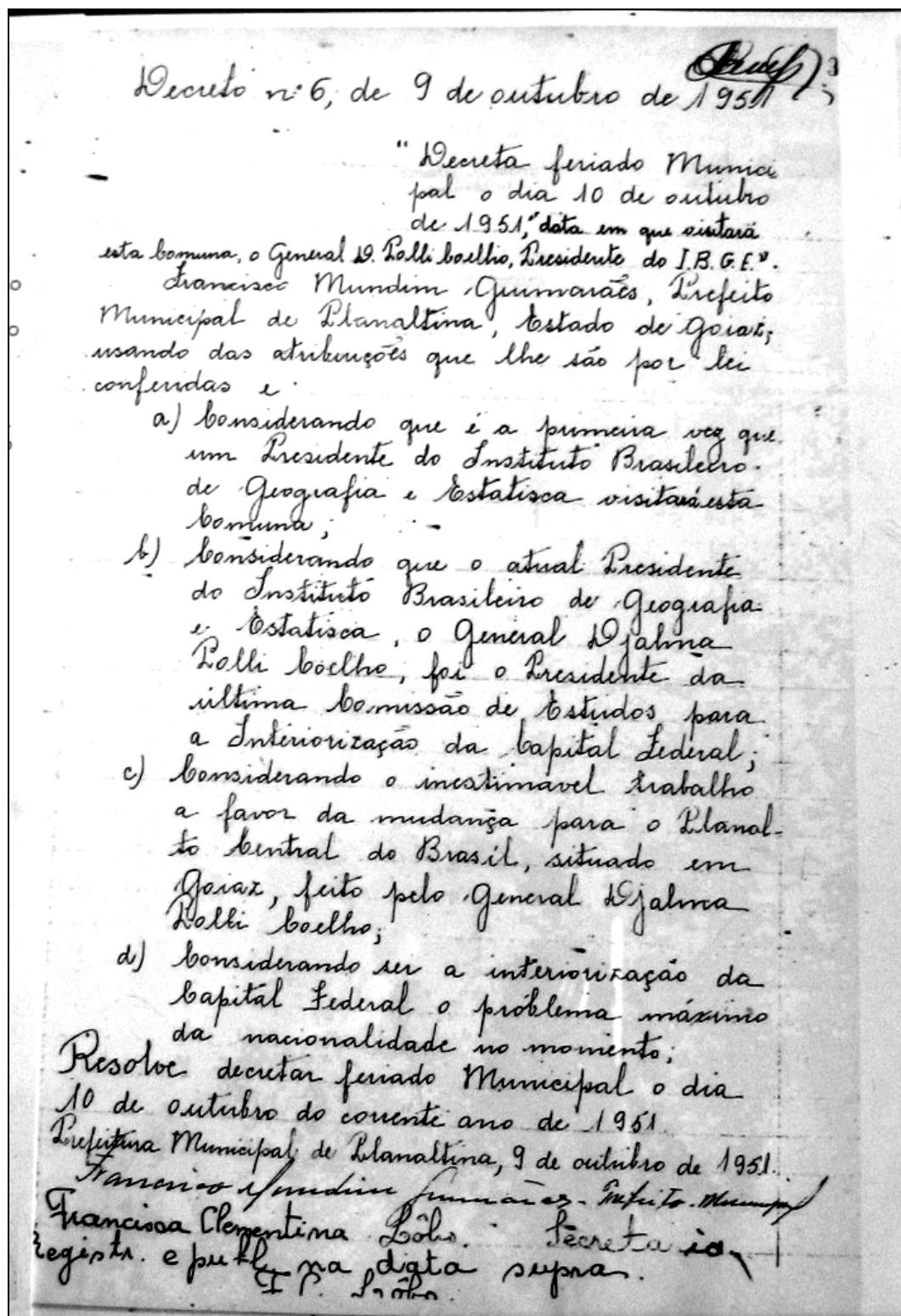


Figura 05 – Cópia do Decreto Municipal N.º 06, de 09 de outubro de 1951, da Prefeitura de Planaltina - GO

Trinta e cinco anos depois da visita de Coelho, e do Decreto do prefeito Francisco Mundim, em longa entrevista realizada pelo Projeto “Memória de Planaltina”,

empreendimento financiado pelo Governo do Distrito Federal, o quase octogenário Hosannah Guimarães, primo do prefeito, explicava os entrelaçamentos políticos e sociais estruturados em torno da proeminência mudancista do General Poli Coelho.

Antes de analisarmos o depoimento de Hosannah, tentando entender um pouco das estratégias de convencimento utilizadas na persuasão do General e sobre a participação do Exército no mudancismo, retrocedemos quatro anos antes dessa visita.

Em documentação pertencente ao Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF) há uma cópia dos “Pareceres do Estado Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o Problema da Mudança da Capital”, documento de 1947, que recebeu a classificação de “reservado” (ANEXO E).

A solicitação do Diretor Geral do Serviço Geográfico do Exército, Poli Coelho, é dirigida ao Estado Maior do Exército, provocando pronunciamento técnico sobre o “*problema da mudança da capital*”. O documento instruía que os pareceres dos diversos órgãos técnicos deveriam trazer orientações segundo interesses da política, da economia e da defesa militar nacional, neste assunto. Tudo embasado em dados colhidos em estudos de expedições anteriores.

O cenário geral da sociedade brasileira era o dos primeiros desdobramentos da promulgação da Constituição de 1946. No que tange à mudança da capital, os dispositivos constitucionais incorporavam muito do que ficara estabelecido desde a Carta de 1891. Nas *Disposições Transitórias* da Lei, afirmava-se que:

A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País. / §1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova capital. / § 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União. / § 3º Findo os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital. / § 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946).

Dois meses depois da promulgação da Carta, uma equipe técnica formada por engenheiros, geólogos, higienistas, geógrafos, médicos e altas patentes do exército, reeditou o trabalho da Missão Cruls. Comandado por Coelho, o grupo dirigiu-se aos chapadões do Planalto Central, com a missão de atestar as excelências geográficas e climáticas da escolha de 1892. O problema apresentado para a conclusão dos trabalhos de Poli Coelho, contudo, extrapola as análises técnicas, possuindo ligações com as interferências políticas que atuavam

na direção tanto do projeto mudancista, quanto nos interesses internos da corporação militar. A excessiva politização desta provocava sérias divergências na questão.

O grupo liderado por Poli Coelho não ficou isento. Durante os trabalhos, se constituíram duas correntes ideológicas internas: uma favorável à decisão histórica (de Cruls) pelo Planalto Central, abraçada pelo próprio General, e a outra, polemizando os estudos, tentava mudar a indicação para uma solução dita menos onerosa, localizada no Triângulo Mineiro. O argumento desta encontrava-se referenciado em estudos técnicos do engenheiro Lucas Lopes¹⁴. Para ele, em Minas Gerais, elementos vitais como clima, potencial hidrográfico, entroncamento rodoferroviário do eixo leste/oeste e norte/sul do País, demonstravam a maior viabilidade do Triângulo Mineiro para a transferência da capital em detrimento do sertão de Goiás. As teses de Lopes resultaram na publicação do livro *Memória sobre a Mudança do Distrito Federal*, que serviu de base para as discussões da Constituinte de 1946.

Em 1947, para vencer a batalha entre as equipes do Exército, Coelho recorreu a pareceres técnicos favoráveis à solução histórica. As investidas do General resultaram na Mensagem N.º 293, de agosto de 1948, enviada pelo presidente Dutra ao Congresso Nacional dando vitória à solução histórica defendida por Coelho, o coordenador da missão de estudos.

Na solução da disputa, além da argumentação técnica, os artifícios utilizados pelos políticos goianos para recepcionar e convencer o General interferiram decisivamente na construção de um veredicto favorável à solução do Planalto Central.

Quem nos conta sobre as minúcias do acontecido é o Doutor Hosannah Guimarães. Segundo seu relato, o governador do estado, Jerônimo Coimbra Bueno, sabendo das divergências existentes no interior do Exército, articulou a estratégia para a manutenção das indicações de Cruls. Para o sucesso da empreitada goiana, escalou um time de peso na organização de um tipo especial de recepção ao General.

Então, o Governador Jerônimo Coimbra Bueno (Guimarães era o Vice-Governador de Bueno) me aconselhou: “vou mandar fazer um campo de aviação, vou mandar uma estação de rádio. Instale-a na sua casa (...). Quando chegar aqui, vou mandar que a comissão faça uma visita a você, para conhecer o Planalto. Faça tudo para agradá-la e fixá-la. Mostre aqueles locais mais atraentes, vá mostrar as pedreiras de calcário do rio

¹⁴ Desde o início dos trabalhos constituintes de 1946, a Assembleia Nacional Constituinte, debateu sobre o tema da transferência da capital federal. O engenheiro Lucas Lopes e a bancada mineira liderada por Juscelino Kubitschek (JK), Israel Pinheiro e o ex-governador, Benedito Valadares, empenharam-se pela solução do Triângulo Mineiro. Contudo, foram derrotados pelo placar de 108 a 102. Na edição do dia 20 de maio de 1946, o jornal *Correio de Uberlândia* abordou pela primeira vez a possibilidade da mudança da capital para o Triângulo. A manchete de domingo trazia a frase “Uma tese defendida pelo sr. Lucas Lopes – Pontal, no Triângulo Mineiro, indicado como ponto preferível”. A proposta do engenheiro foi defendida em editoriais do “Correio” publicados praticamente todos os dias até a votação na Assembleia Constituinte.

Maranhão, mostre a cachoeira do Paranoá, mostre a riqueza d'água". / Assim, eu fiz... (BRASIL, 1985, 23).

E fez muito mais, nos dezoito dias em que hospedara a Comissão Poli Coelho. Cercado de mimos pela família Guimarães, Coelho foi envolvido por longas conversas e preleções compartilhadas “*em bonitas noites de luar, com o céu coberto de estrelas*”. As demonstrações do interesse local, como aquela que depois apareceu na forma do Decreto Municipal do feriado em Planaltina, ou nas recepções cívicas de Formosa e mais do que isso, naquelas reuniões sob o luar do Planalto, foram muito importantes para o engajamento do General na causa dos goianos. Desse modo, tanto quanto a fria racionalidade dos números ou das vantagens técnicas de um melhor equacionamento dos transportes, comunicação e, logicamente, de menores despesas oferecidas pela logística da solução do Triângulo, os fatores imponderáveis de uma acolhedora amizade, regada com bucólicos passeios a cavalo e a geopolítica embutida na ideia de centro do território, trabalharam para a decisão final sobre a localização da metrópole-capital (o exemplo maior da arquitetura modernista brasileira).

Guimarães explica que foi “*passeando a cavalo, andando aqui. Fui com ele à cachoeira do Paranoá. Desceu lá na cachoeira*” que o General conheceu toda a região do DF atual. Para a missão de convencimento, juntamente com Hosannah, foram escalados o Dr. Atenolino Borges, outro médico goiano, e o diretor do Departamento de Terras do Estado de Goiás, Joaquim de Faria Pereira, todos instruídos pessoalmente pelo Governador Coimbra Bueno “*para poder ir influenciando o ânimo do homem*” (ibidem). Na parede de um dos quartos do Museu de Histórico de Planaltina, uma fotografia desbotada pelo tempo registra o encontro histórico.

As artimanhas de três experientes negociantes de terras, gado e política ajudaram na determinação de um dos elementos fundamentais na construção da modernidade brasileira: a definição do sítio adequado para a localização da nova capital. Tudo isso enlaçado no mais puro sentido das práticas do velho coronelismo ruralista goiano. Tudo descrito por esse “*coronel diplomado*” como sendo “*fruto do relacionamento*”, o que na prosa simples do interior teria um valor inestimável. Para Guimarães, lembrando a amizade com Coelho, haveria um valor com foros de verdade: “*as amizades é que trazem as relações; as relações, um cochichar no ouvido do outro: ele é um homem bom*”. Hábito interiorano utilizado tanto na condução dos negócios, quanto nas tramas da política. Aspecto que resgata relações de honorabilidades pessoalíssimas, como tudo o mais na cultura daqueles sertões. Ali vigoravam práticas moldadas segundo costumes nos quais esse cochichar ao pé do ouvido ia formando um universo delimitado por meio da influência pessoal. E assim, “*de cochicho em cochicho,*

se acaba subindo na política. Até sem querer” (idem, 34). Naturalmente, Poli Coelho se viu mais e mais enredado nas teias das batalhas simbólicas da transferência da capital e, na decisão pela localização dita ideal, atuou também aquilo que lhe fora cochichado pelo amigo Hosannah.



Figura 06 – Fotografia que remete à recepção dada à Poli Coelho (3) pela comissão formada por Hosannah (4), Atenolino (1) e Faria Pereira (2)

Posteriormente, na solicitação dos pareceres técnicos dirigida ao Estado Maior do Exército, Coelho avaliou as divergências que esgarçavam a equipe técnica do Exército. Disputas que reeditavam as batalhas constituintes de 46, nas quais a vitória do Planalto sobre o Triângulo aconteceu por margem de meros seis votos. Com os trabalhos da Comissão, as articulações em torno das diferentes opiniões sobre a localização da capital ficavam mais claras, como também as preferências pessoais de seu presidente em ratificar os estudos de Cruls e os desejos de Hosannah. Nos documentos de 1947, as afirmações de Coelho confirmam a existência dessas rusgas. Algo que refletia a conjuntura do País e aparece na afirmação, “*no País e dentro da Comissão que presido*” e aqui, o valor das influências exercidas pela tríade Hosannah, Atenolino Borges e o Sr. Joaquim de Faria, aparecem inscritas na opinião antecipada do General, que, ao avaliar o estado geral do problema, afirmava ter sido a solução do Triângulo “*apressadamente sugerida, envolvendo interesses ocultos políticos ou financeiros*” (ANEXO E). Onde o uso da palavra *interesse* aparece carregado do estigma de se tratar de coisa de oportunistas.

Para entender os sentidos das astúcias políticas de gente como Hosannah, é necessário fazermos incursões nos percursos da história regional. É imperioso procurarmos os

caminhos trilhados para a formação de um legítimo coronel da República Velha. Para isso, utilizamos o detalhado relato de sua história de vida.

2.5 – CORONÉIS ESCLARECIDOS

Possuidor de memória invejável, o Doutor Hosannah, ao narrar a própria vida, faz o histórico da família Guimarães dedicando espaço privilegiado ao seu pai, o Coronel Salviano Guimarães. O relato fornece o itinerário típico da formação de uma oligarquia genuinamente brasileira e interiorana. O Coronel Salviano, saindo um pouco das análises historiográficas, e nos termos mais literários que sociológicos desenvolvidos anteriormente por Hugo de Carvalho Ramos¹⁵, poderia figurar como exemplo do que fora definido ali como “*sertanejo*” *stricto sensu*.

Seguindo um padrão que rememora a economia da colônia, Salviano iniciara fortuna através do tropeirismo. Fora comerciante ativo desde o final do século XIX, tendo angariado fortuna invejável comprando os vistosos cavalos produzidos no vale do Paranã para serem comercializados em Mato Grosso, e, posteriormente, nas fazendas da região do Pantanal. Comércio que, segundo Hosannah, serviu para alimentar, naquela região dilatada, a vaidade de garimpeiros que, após “*bamburrar*” no garimpo, apreciavam uma boa “*exibição*”, não regateando em pagar altas somas em dinheiro ou ouro para ter a posse de uma montaria elegante. O costume fora herdado dos primeiros desbravadores das minas de Cuiabá e do Sutil e que, nas gerações anteriores ao fausto propiciado pelo metal, desenvolveram um apreço especial pelas artes de cavalgar, fazendo delas um signo de distinção e nobreza.

Oliveira Vianna, ao investigar o universo da cultura formadora do tipo rural brasileiro, utiliza-se da análise comparativa para identificar a importação das fidalguias peninsulares de origem medieval pela nobreza paulista, que fora responsável pelos descobrimentos cuiabanos.

Nenhum dentre estes aristocratas (paulistas) há que não possua de cavalos os mais finos e árdegos exemplares (...). Como em Pernambuco (continua), o cavalgar com arte, donaire e luzimento se faz também aqui distintivo e pundonor de nobreza. Tal como nas cortes de amor da idade média, o coração das damas está com os que com mais gentileza e brio meneiam o ginete, farpeiam o touro ou manejam a lança nos jogos de cavallhada (VIANNA, 1973: 32).

Nas tradicionais cavallhadas, representação típica da cultura popular da região do Planalto Central, e hoje, responsável pelo grande espetáculo de Pirenópolis, é possível identificar as raízes *cavaleirosas* desse costume. Há registros da mesma encenação em

¹⁵ Refiro-me ao texto “O Interior Goyano”, publicado n’A *Informação Goyana* e analisado no Capítulo I.

Formosa, Sítio D'Abadia e Luziânia, que, infelizmente não resistiram aos apelos modernizantes da década de 1950.

O processo de transição do tropeirismo para a criação de gado, relatado por Hosannah, é o aspecto que, sob a classificação de transição sem violências, já havia sido apanhado por Sérgio Buarque de Holanda ao analisar os *Caminhos e Fronteiras* do Brasil paulista. Na concepção desse mestre da nossa historiografia, “o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro” (HOLANDA, 1994: 133) e, este, completamos, precedia o Coronel.

A história de vida de um típico coronel, como o Cel. Salviano, de Planaltina, poderia exemplificar como estudo de caso, típico e regionalizado, de um amplo processo sócio-político e cultural de importância e abrangência nacional.

Através dos caminhos e pousos de tropas, o empreendedor planaltinense conheceu um percurso muito maior do que o que se é levado a pensar analisando apenas as estreitas relações comerciais alcançadas pelas mercadorias negociadas a partir do “comércio” de Planaltina. Através das relações econômicas, esse coronel interiorano havia construído uma arguta visão dos processos sociais de seu tempo. Sua perspicácia via na intensificação dos negócios, que, partindo das famosas feiras de Sorocaba, animava uma série de engrenagens, a senda para realização de seu projeto de enriquecimento. Conforme nos atesta a memória do Doutor Hosannah: “Foi através desse comércio que papai ficou conhecendo o comércio do sul de Goiás e do sul de Mato Grosso com São Paulo e se entusiasmou” (BRASIL, 1985: 19). Após a fixação de residência em Planaltina, o ex-tropeiro lançou-se na rendosa atividade de criação e comercialização do boi e nas vendas de terras (aqui denominadas fazendas).

A partir da iniciativa de Salviano, o clã dos Guimarães desenvolveu tradição não apenas no comércio, mas, sobretudo, no desenvolvimento genético de raças mais rústicas de gado de engorda no Planalto. Henrique Silva, Americano do Brasil e, mais recentemente, Paulo Bertran estudaram o tema. De acordo com as pesquisas de Bertran, os Guimarães foram responsáveis pelo aparecimento do gado tabapuã. Variedade bovina que resulta do cruzamento entre as raças tradicionais, conhecidas genericamente como curraleiros, com touros zebuínos de procedência indiana. O experimento aparentemente banal mostra algo da existência de um núcleo ideológico moderno encravado no Planalto Central. Empreendedores que, como aqueles ilustrados articulistas d’*A Informação Goyana*, tinham estabelecido fortes identificações com tecnologias de aumento da produtividade dos rebanhos tradicionais por meio de sua melhoria genética.

Imaginavam talvez que o cruzamento dos grandes, rústicos e chifrudos bois indianos com as frágeis curraleira mochas resultasse em valiosos animais com longos cornos: mas eis que os caprichos genéticos produziram enormes animais... absolutamente mochos! Mas que a tudo compensavam pelo grande tamanho e ganho de peso.../ Tão formidável deve ter sido o resultado que, em 1912, cinco anos depois, os irmãos Guimarães, enfrentando uma distância de mais de 400 quilômetros, apresentavam os primeiros protótipos de Tabapuã na Feira Nacional da Cidade de Goiás, promovida pelos poderes estadual e federal da República Velha (BERTRAN, 2000: 161).

Através dos rendimentos do comércio desse gado, Salviano conseguiu amealhar invejável fortuna, representada por mais de vinte mil alqueires de terras, o que corresponde a aproximadamente sexta parte do DF atual, ou aproximadamente cem mil hectares, e dezenas de milhares de cabeças de gado. Tal era a fortuna desse empreendedor que, durante as gerações posteriores, o prestígio da família crescera extraordinariamente, alcançando os limites do próprio estado de Goiás. A arrancada de Salviano para o latifúndio é o percurso que a fala do próprio Hosannah resume em narrativa precisa, pois alinhava a toponímia antiga com as sobreposições impostas pela presença de Brasília:

Neste propósito, adquiriu logo de início, essa fazenda onde está o Colégio Agrícola. Depois adquiriu outras fazendas: Quatis, Forquilha, Ribeirão. Ribeirão é onde está hoje o Vale do Amanhecer. / Posteriormente, adquiriu o Plano Piloto, depois, a fazenda do Urbano, que é Santa Cruz (...). Adquiriu outras fazendas, bem como outras pra cá: Palmeiras, Limoeiro (...). Adquiriu lá a fazenda chamada Cocal do Andrade (BRASIL, 1985: 20).

A transição do tropeiro enriquecido para o opulento coronel, detentor de imensas propriedades em fazendas, gado e de um venerável prestígio político e social, parece estar na base da formação social que, no interior do País, animou a república desses coronéis. O caso é de termos a descrição realista de uma sistemática formação de poder. Reconheçamos também que, sob o domínio dessa estirpe de chefes políticos locais, muito do universo de fronteira, acomodado desde os desbravadores originais, era herdado e aclimado como prática cultural dos diversos estratos sociais existentes neste território. Importa, então, se considerar as divisões por eles estabelecidas e regionalmente reconhecidas e aceitas.

O professor Nasr Chaul, em texto clássico, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, desmistifica a tradição de análise que faz associação da ação desses coronéis com o atraso de Goiás (CHAUL, 1997). Alguns aspectos da postura antenada com os novos tempos praticados por Salviano vêm ilustrar e reforçar a tese acadêmica.

Como exemplo dessa preocupação esclarecida, o Dr. Hosannah, nascido em 1905, informa que, desde o tempo de seu pai, a formação escolar dos filhos era uma preocupação da família. Aspecto que apenas confirma o que dissemos anteriormente. Contudo, a

responsabilidade neste quesito, em geral, era delegada à matriarca do clã que, no caso dos Guimarães, era prerrogativa de Dona Olívia, esposa de Salviano. Somente em casos especiais, como nas tomadas de decisões, o patriarca interferia nos assuntos domésticos. Em relação à formação escolar das novas gerações, Hosannah menciona o desgosto de seu pai ao ver um de seus filhos, ele próprio, ser educado no Liceu Goiano, em Goiás Velho. A crítica era dirigida ao contexto social vivido na capital goiana, que era julgado arcaico demais. Para a mente esclarecida desse coronel, seus filhos deveriam querer mais. Homem viajado, lançava expectativas para São Paulo e via no vigor daquela gente paulistana o futuro pólo difusor de modernidade para o País. Por isso, dizia à esposa que os filhos deveriam querer São Paulo:

Olha, Olívia, você devia mandar esse menino para São Paulo. Aí em Goiás ele vai fazer amizade é com os Lobo de Formosa, com os Meireles de Santa Luzia, com os Castro de Jaraguá. É tudo gente do mesmo padrão que o meu. Então, é gente que não tem camisa para dar e precisamos ganhar camisa, porque camisa para dar não temos condição (BRASIL, 1985: 25).

A expressão bastante lúcida, e atestada pela história, desse coronel permite fazer incursões sobre tais divisões. Primeiro, porque a suposta impessoalidade inscrita na utilização de sobrenomes de reconhecidas famílias regionais para identificar as personagens atém-se ao aspecto sistêmico da política do coronelismo. Por aí, em cada localidade, haveria a hegemonia aceita de uma família, ou da associação de mais de uma. Invariavelmente, ocorria também o permanente controle miliciano por uma espécie de cabo de tropa. Posição possivelmente herdada das formações militarizadas das bandeiras paulistas; mas, certamente, tratava-se de função de comando consolidada nas posteriores legislações reguladoras da famosa Guarda Nacional. A situação estabelecida regionalmente e descrita por Salviano como a dos “*Lobo de Formosa, com os Meireles de Santa Luzia, com os Castro de Jaraguá*” era, por seu turno, a garantia de que haveria reconhecimento de Guimarães em Planaltina, como é autorizado pela teoria que decorre da análise do conceito de região e poder simbólico elaborada por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989).

O dado singularizador da semântica expressa pelo Coronel Salviano é a tranquila identificação de suas práticas com o moderno projetado no horizonte de expectativas idealizado para as próximas gerações. Para ele, o universo sertanejo que tão bem o acolhera e lhe dera grande fortuna e respeito talvez não resistisse aos eventos modernizadores. Em ideias como “*precisamos ganhar camisa*”, entendemos a constatação de que a cultura tradicional, até então fornecedora de instrumentos e práticas plenamente suficientes para se “*levar a vida*”, já lhe aparecia ameaçada pela defasagem com o mundo que, em sua avaliação, inevitavelmente entraria em movimento de transformação. Por outro lado, reforçando a

complexidade, a noção de grupo coeso vibrando acima do indivíduo, como na designação dos sobrenomes em vez de nomes, permanecia como valor palpável, pois ainda impunha a utilização do verbo conjugado no plural, em assuntos políticos e familiares.

Ao dizer “*precisamos*”, o destaque fica com a presença majoritária da família sobre qualquer noção de individualismo moderno, entendido aqui como conceito sociológico ainda não inteiramente alcançado naqueles rincões sertanejos.

O discurso historiográfico tem derogado clássicas alusões ao coronelismo como algo preso exclusivamente à tradição, e, por isso, paradigma de um passado cabalmente superado pelas conformações sociais permitidas pela onda modernizante. Gente astuta como o Coronel Salviano, observando as mudanças prenunciadas antes mesmo da década de 1930, com a Revolução de Getúlio Vargas, preparava as novas gerações para o mundo que se avizinhava. Diante dessas evidências, afirmamos não se sustentarem os decretos de morte dos coronéis da Velha República frente às atuais análises discursivas dos protagonistas históricos. Haveria uma linha direta ligando parte desse poder político ruralista com as novas burocracias citadinas, que, em muitos casos, herdavam não só fortunas, mas o prestígio e as práticas daquele patrimonialismo das elites decretadas arcaicas.

Se pensarmos em termos de mentalidades, o interesse em participar desse autêntico produto da modernidade, que é a educação formal, explica a preocupação em formar os filhos; contudo, não altera as práticas consideradas arcaicas presentes na sociedade sertaneja. No entanto, a utilização de termos da modernidade, como acontecia no entorno da própria palavra *educação*, era realizada como conceito submetido a uma forma exógena de apropriação. Haveria, então, a expressão do querer inserir-se, como horizonte desejável, nesse mundo moderno que, para as mentes esclarecidas, deveria ser intensificada com o marco definitivo da transferência da Capital Unional para sua região. O desejo de incluir-se no processo civilizador expresso na apropriação de produtos até então estranhos para as elites locais, figurava como possível redenção das dificuldades existentes. E o que insinuava-se-lhes por trás da possibilidade de contar em sua terra com as extraordinárias conquistas da civilização, seria traduzido em ideias como a de propiciar educação formal de qualidade para os seus, naquele caso; e, como temos narrado, o deslocar da corrente econômica nacional para o centro do País.

O que pensar sobre tais demandas? Não haveria aí uma clivagem fundamental entre os novos conceitos e o universo real das acomodações enfeixadas pela historiografia como atributo, no sentido da própria interpretação do fenômeno, dos coronéis da República Velha?

Compreendemos que é no sentido da complexidade e das circularidades culturais, que permeiam as análises discursivas, que espera a nossa tábua de salvação. Para alcançá-la, é preciso descartar as visões simplificadoras, sem, no entanto, perder os sentidos interpretativos válidos da existência de um universo composto por elementos arcaicos e modernos. Desagrupar as personagens históricas da obrigação de ter que estar em lados opostos abre novas possibilidades. Livre dos apuros de ter que dar conta de imperfeições modelares, de interpretações coerentes sobre campos discursivos complexos como os que foram delineados nos embates com o moderno, a análise dialogal permite inferir que, no exercício do poder político, pessoas reconhecidamente possuidoras de identificações esclarecidas representavam muito mais do que simples singularidades de chefes locais. Historicizando o problema, constatamos que tais lideranças, pela via das relações comerciais, ou pela formação acadêmica, ou pelas necessidades de exercício do poder político, ou pela participação em círculos de leitura, transitaram entre esses dois mundos. Não sendo possível garantirem-se as dicotomias exclusivistas de operarmos com categorias definitivas e fechadas como, por exemplo, a da determinação arcaica das lideranças sertanejas, optamos por essa complexidade. Por meio dela, constatamos que a força persuasiva do conceito de mudança sensibilizava ânimos a ponto de empurrar seus portadores, de qualquer jeito, na tarefa de enfrentamento ao problema muito ocidental inscrito no verbo *modernizar*. Aspecto apanhado pela sensível pena de Cora Coralina na crônica “O Progresso de Goyaz”, analisada anteriormente.

No centro do esforço de apreensão regional dos sentidos inscritos na palavra *mudança*, não no sentido propriamente revolucionário francês das interferências no status social vigente, mas, em coisas como educação ou a própria mudança da cidade-sede do Estado para o centro do território, haveria a esperança regionalmente depositada de alcançar-se a melhoria das condições de vida naquele sertão. Ocidentalizar ou civilizar o sertão, para sua gente, era o que se apresentava como verbo associado ao sentido muito particular de algo compartilhado entre esses dois mundos. Talvez até, quem sabe, na forma do último e definitivo combate ao poder despótico e inclemente até então exercido pelas forças da natureza sobre eles. Poder esse, imaginado como em vias de aniquilamento, desta feita, pelas armas das ciências da natureza.

Nesse processo, são notórias as influências de inteligências sertanejas lúcidas como foram as de Totó Caiado, em todo o estado, ou a dos Coronéis Salviano Guimarães e Herculano Lobo, no Planalto Central, ou como a da liderança antiga do coronel meyapontense, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira que, ainda nos anos trinta do século

XIX, financiou a publicação da fabulosa *Matutina Meyapontense*. Esses ícones modernos foram lideranças esclarecidas de uma elite regional que via nos apelos e anseios emanados dos centros dinâmicos da vida nacional, não um inimigo a ser combatido, mas pelo contrário, a esperança de consolidação de seu carisma pessoal, há muito reconhecido no mundo ameaçado pelas novas conformações de uma sociedade marcada pela possibilidade de aceleração. Por isso, a preocupação em manter sintonia com os sinais vitais da civilização e, ao mesmo tempo, a filiação ao pensamento patriarcal oligárquico, era um traço nada desprezível dessa complexidade. O zelo com a cultura letrada e com os bens da educação dos filhos, os herdeiros naturais dos poderes reconhecidos, ganha, assim, o sentido de atualização das formas de exercício do poder político e social, face aos apelos dos novos tempos.

Através da análise histórica, vislumbramos nas ideias dos chefes locais não mais aquela representação totalmente dócil e passível de sistematizações, como querem os tradicionais modelos de interpretação historiográfica. O respeito ao dissonante, mais do que refutar o pensamento sistêmico, recoloca em andamento a postura dialógica necessária para o entendimento do objeto de estudo.

Na análise da alteridade interpelada pelas mudanças, buscamos a chave para a compreensão do que se passou no espaço em que as interpretações sertanejas e a própria modernidade planejada clivaram seus elementos. Nas relações estabelecidas com as novidades, o foco dos questionamentos dirigia-se, tanto do lado das soluções modernas, quanto da própria experiência sertaneja, contra o que fora decretado arcaico. Entre eles, as práticas da medicina tradicional; os meios de transporte de tração animal, como o carro de boi; a pecuária extensiva; os regos d'água; os círculos de leitura; e a vida coletiva, todas marcadas pela precariedade que a comparação com a modernidade forçava.

Nesse sentido, um novo problema se impõe: o de ter que lidar também com o mito, muito bem identificado pela filosofia da Escola de Frankfurt, que habita a autoridade presumida do Esclarecimento de não considerar o outro, não ouvir os reclames do dissonante, se arrogar o direito de decretar os rumos da sociedade a partir da certeza de ser sua a única perspectiva válida. E nisso, o autoritarismo implícito e a contradição que há na dialética do Esclarecimento Ocidental.

CAPÍTULO 3 – PERMANÊNCIAS E SUPERAÇÕES

3.1 – MITO X ESCLARECIMENTO

Adorno e Horkheimer, na tentativa de explicar o problema da divergência que há entre ética e razão no transcurso do Esclarecimento¹ Ocidental, levantaram importantes hipóteses sobre a dialética que há entre mito e Esclarecimento. Este é o tipo de problema que, se analisado a partir de uma perspectiva mais ampla, notamos descortinar dos processos sociais aqui analisados. Essa dialética estabelece uma sintonia fina entre o avançar da modernidade por regiões sertanejas do Brasil com os campos abertos pela reflexão filosófica europeia, que, pela década de 1950, se debruçava sobre os complexos traumáticos do pós-guerra. No que tange à questão de discutir tais relações (mito X esclarecimento), interessamo-nos pelas comunicações identificadas entre conceitos que tinham validade tanto nas formações sociais esclarecidas, quanto naquelas em que muito das potências míticas da natureza ainda vigoravam.

De acordo com o que foi apresentado, o quadro que descreve a experiência planaltina com valores modernos indica pela proeminência, em todo o processo, do desejo de superação de uma suposta menoridade intelectual que, para eles, existia em função da permanência das muitas defasagens observadas em relação aos valores modernos. Segundo a crítica que era expressa em veículos como o *Jornal do Planalto*, os anacronismos persistiam em diversos setores da vida, como, por exemplo, nas comunicações e transportes; na educação; na medicina; na ausência de maquinismos e outros. Tal avaliação era extremamente depreciativa e contrariava a linha editorial herdada d'*A Informação Goyana* e da *Matutina Meyapontense*, que procurava valorizar a cultura do sertão. Segundo a perspectiva adotada, é forçoso admitir que o espaço da experiência arcaica, ou mítica, como no caso da explicação

¹ Segundo o Professor Guido Antônio de Almeida, tradutor da *Dialética do Esclarecimento* para o Português, “o esclarecimento não é, como o iluminismo, ou a ilustração, um movimento filosófico ou uma época histórica determinados, mas o processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertam das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia da ciência” (ADORNO E HORKHEIMER, 2006: 08).

sobrenatural, ainda vigorava em significativos momentos da experiência sertaneja. O esclarecimento, nesse sentido, prometia redimir a sociedade de tais entraves, forçando a porta da *evolução* para um status dito “*mais elevado*” e ocidentalizado de maior autonomia e ciência.

No sentido dessa teoria, durante o processo da acomodação de novos conceitos frente aos impactos produzidos pela exuberância da nova capital ainda em construção, ocorreram mais do que meras contradições. O fundamental, então, é perceber que as mudanças inscreviam novos conceitos no horizonte de expectativas daqueles, determinando também a consolidação de uma ordem social diferente e dirigida por valores modernos.

Contudo, os fatos revelam que, na apropriação desses valores, muitos dos mitos que eram combatidos pelo esclarecimento de forma dialética permaneciam, introduzindo seus elementos nas novas práticas. Exemplo típico dessa contaminação acontecia em relação à solução violenta dos conflitos e da intolerância para com o outro. Então, mais do que poderíamos supor, permaneceu.

Sem considerar essa dialética, a lógica sucumbe diante das evidências, e não haveria como explicar o que se estabeleceu quatro anos após a inauguração de Brasília, com o desfecho de 31 de março de 1964. Se, na promessa do moderno, a democracia ocupava o lugar de um dogma, a militarização do poder de Estado, forçando a porta para a “Modernização Autoritária”, toma a forma de um demônio que zomba desse tipo de esquema.

Antes disso, porém, a análise do conjunto das notícias indica que os redatores do JP procuravam ampliar seus horizontes discutindo acontecimentos que eram pinçados da conjuntura internacional. Aspecto que corresponde à atualização da antiga prática cultural sertaneja de formar círculos de leitura em torno daquele momento coletivo em que as notícias “*chegavam*” no posto do correio, como vimos no Capítulo II. Na década de 1950, as rearticulações de forças internacionais passaram a utilizar uma curiosa diplomacia baseada na persuasão pela força. No seu decorrer, um mundo dividido pela corrida armamentista fazia com que os rivais exibissem poderes atômicos sobre-humanos. Contudo, a imprensa planaltina continuava empenhada em informar exuberantes mensagens de esperanças no futuro: lançamentos de foguetes tripulados em novas e ousadas jornadas espaciais; descobertas médicas contra o câncer, esse velho inimigo da humanidade; o advento das comunicações via satélite; os computadores transistorizados de segunda geração; a consolidação do mudancismo, com a construção de Brasília. Esses foram os temas prediletos.

Ao imergir nos espaços delimitados pelas práticas culturais, o trato com os processos endógenos de ressignificação dos conceitos que vieram embutidos em notícias que

ampliavam seu universo, nos permitiu perceber outras possibilidades no interior daquilo que, a partir da análise comparativa com as novidades, fora decretado arcaico. O próprio pensamento arcaico que, na definição de Adorno, poderia ser também conceituado como mera forma diferente de esclarecimento, pois, como o outro, também cumpria a função de explicar o mundo a seus praticantes, encaminhava para dentro dos agentes do moderno um pouco daquela consciência mítica de poder e intolerância. No campo da política, como em tantos outros, as práticas sertanejas que recorriam ao mito para atingir seus objetivos, de alguma forma, não foram abolidas, permanecendo no interior da condução do novo território. Aquele que adotava pretensões de moderno; contudo, intolerante e incapaz de interagir com o outro.

Nas estratégias de dominação e imposição da nova região (a esclarecida) sobre os sertões, vislumbramos algo muito caro à visão mítica: o despotismo implícito tanto nas palavras quanto nas ações. Assim, muito dos elementos que obrigavam ao homem recorrer a poderes sobrenaturais para a solução do problema da sua exposição à natureza era transferido, via visão unilateral de seus agentes, para as promessas anunciadas com a cidade nova. Ou então não haveria como compreender a pretensão de verdade única inscrita em todos os atos e discursos emitidos pelos comandantes da obra. Estes atuaram como súditos de um novo deus: a ciência. Constatamos também que, até nas mentes mais sensíveis, o mudancismo mitificava-se em miraculosas redenções capazes de resolver os infortúnios seculares a que se encontravam submetidos. E o que se pode subsumir dessa pretensão? Ora, não há o que contestar; atua nela a mesma essência do mito que se pretendia combater: ser então o dono da verdade.

Diante da dinâmica veloz dos acontecimentos, aos editores do JP, assim como às demais lideranças regionais, restava o trabalho quase xamânico de assemelharem-se aos novos espíritos redentores através da apropriação do discurso e dos valores modernos. Para tanto, lançaram mão da mesma consciência mimética anterior. Mudavam-se apenas os métodos, que, neste caso, em vez de armas, jagunços e sobrenomes, tomava forma de novas palavras e do imenso poder desse bem reconhecido totem moderno: a imprensa.

Um jornal local que tratasse de assuntos locais e regionais seria (como foi) uma arma poderosa, apesar do analfabetismo, pois, como demonstrado, havia espaços alternativos de acesso à cultura letrada. De todo jeito, uma coisa é certa: os novos magos faziam, mais do que a modernização do sertão, a sua própria inserção no moderno.

O poder da imprensa é um que notamos ser capaz de agitar as emoções pessoais, mesmo se afastado por mais de cinquenta anos. A comovente experiência de que participamos enquanto conversávamos com alguns dos personagens desta história, foi constatar o retorno

de um pouco do frisson de verem-se eternizados por meio da coisa mais pessoal existente, o nome, escrito em um jornal. Da mesma forma, notamos a agradável feição esboçada por alguns desses planaltinos, e de seus descendentes diretos, ao conferir a publicidade dos nascimentos dos filhos ou das novas gerações de gente importante e rica da cidade; ou então ao lembrar dos noivados mais comentados, que ficaram estampados em generosas colunas sociais; dos casamentos; das festas memoráveis e, também, dos óbitos publicados quinzenalmente. O que dizer então das inaugurações históricas como foi a da usina hidroelétrica do rio Bandeirinha, obra realizada com tecnologia da famosa firma Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e nisso a aproximação antes nunca imaginada com a “*Cidade Maravilhosa*”. Como avaliar as revelações de crimes hediondos, como o que fora sistematicamente noticiado como sendo as atrocidades do temido “*monstro do Muquém*”? Ou ainda, a oportunidade de confirmar o que já se conhecia dos concorridos funerais de gente honorável, como foram os do Doutor Décio Ortiz e do Coronel Joaquim Gomes, ambos falecidos no mesmo fatídico mês de agosto de 1952, e que movimentou extraordinariamente a pista do aeroporto local com dezenas de pousos do fabuloso teco-teco do Sr. Jorivê. Enfim, todas as novidades que foram lidas e relidas em bancos de cozinhas, salas de visitas, comércio e esquinas da cidade, ainda guardavam esse poder de reverberar na psicologia de quem viveu aqueles tempos turbulentos. E não foi surpresa constatar a reação de alegria expressa por alguns desses antigos planaltinos ao reconhecerem um pouco de si, naquela mesma palavra reproduzida pelas letras tipográficas, mecanicamente impressas.

Por tudo isso, percebemos que esse imenso poder do jornal, como acontece com a possibilidade de memória, insere-se no movimento como arma de mudança e dominação. Seguindo a opção pela complexidade dos quadros, é possível pensar então que ocorria um violento processo de diferenciação nas formas e instrumentos de dominação aceitos regionalmente. Haveria, neste caso, uma típica sobreposição de valores derivados do maior ou menor grau de inserção de algumas lideranças locais na sociedade esclarecida. O jornal; o Hospital Imaculada Conceição, em Formosa; a Tipografia do Planalto; a Fazenda Boa Esperança, do empresário paulista Hugo Borghi; o Banco do Brasil; os novos escritórios de advocacia, entre tantos, estavam francamente identificados com esses valores da sociedade moderna. A diferenciação institucional propiciava, por parte de seus instrumentos, a elaboração de uma crítica severa sobre o status anterior, mesmo reconhecendo ser-lhes plenamente favorável, como algo que em breve não mais responderia às próprias demandas. Desse modo, mesmo os problemas sociais mais antigos, como a escolarização dos filhos; os investimentos no acesso às conquistas médicas, como no saneamento das cidades; os novos

métodos veterinários para manutenção da saúde dos rebanhos; e a melhoria nas comunicações e transportes, ganharam novos sentidos e prioridades. E por isso, passaram a figurar como vedetes do jornal. O segredo mais íntimo inscrito no gesto de diferenciar-se e buscar o reconhecimento dessa diferenciação aparece como determinante para o estabelecimento das novas formas de dominação.

Seguindo a afirmação de Adorno sobre o grito de horror que, nos primórdios da humanidade, vibrava “*na alma frágil do selvagem*”, quando ainda vigorava o reino da sobrevivência, é possível identificar esse mesmo som que reverbera como insegurança nos arautos da modernidade reunidos em torno dos novos valores. Contudo, apesar da apreensão, havia a esperança que vinha proclamar a libertação de antigas prisões. Compensações como água encanada, eletricidade, imprensa e o Banco do Brasil figuraram como temas recorrentes nas notícias divulgadas.

A análise da produção letrada que interessava aos planaltinos indica que, com o desprezo da identidade original, abria-se também a porta por onde entraria um dos piores demônios desses novos tempos – a efemeridade. As trocas ocorridas na fronteira do esclarecimento quase sempre derivavam ou da influência da formação acadêmica, ou da consciência lúcida de ter que mudar para sobreviver ou, em muitos casos, pelo próprio desenrolar dos acontecimentos, cobrando esse tipo de comportamento. Imitar os modismos, copiar as palavras e acelerar o tempo, tentando estendê-lo linearmente, puseram em curso uma nova consciência mimética, tão despótica quanto a anterior. Desta feita, contudo, dirigidos pela perspectiva de estar perdendo para sempre a sensação de eternidade permitida pela repetição dos ciclos de cultura da sociedade tradicional.

3.2 – NOS TEMPOS DA MUDANÇA DA CAPITAL

A consumação das mudanças, ocorrida com o anúncio da nova cidade em meados da década de 1950 e a imposição de uma nova região, o DF, se fez invertendo o princípio da dominação, pois as diferenças sociais locais tinham sido aparadas pela implantação de um novo status. A maioria da população, daí por diante, por ser planaltina, decairia sob o estigma de antimoderno e, por isso, encaminhada ao descarte. E o que antes encontrava-se estabelecido por meio de divisões familiares ou de fortunas, começava a conceber a única possibilidade de sua inserção no novo através daquele parâmetro palpável da diferenciação social e política.

A tarefa de afastar muitos dos mitos, embutida nessa diferenciação, contudo, não significou sua superação. As novas formas de subjugação utilizadas pelos gestores da obra atualizavam nos espíritos envolvidos com esse processo, mesmo os mais antenados com o moderno, alguns dos signos originais das relações aventureiras bandeirantes e os acontecimentos os colocavam, mais uma vez, diante do desconhecido e, nesta via, do perigo. Desta feita, talhado nas letras que compõem a palavra *moderno*.

O que se viu acontecer na década de 1950, com as demolições dos aportes culturais tradicionais, reeditava diferentes interpretações de antigos dilemas. A novidade de poder contar com as ferramentas das ciências para exercer um controle ilimitado sobre a natureza, por exemplo, atuou como permissão aos apóstolos do moderno voltarem armas conceituais contra tudo aquilo que julgavam arcaico e, portanto, ultrapassado: religiosidade cabocla, festas populares, medicina tradicional, valores da cultura caipira, enfim. Vemos também nessas batalhas a configuração de uma relação invertida com o poder, pois o homem, até então subjugado pelas inclemências da natureza, não poupava nem a própria sociedade dessa recente necessidade do controle total sobre as coisas que a ciência permite. E assim, renascia o mito.

A acomodação das novidades, como era de se esperar, não foi realizada sem traumas. Entre as capitulações, uma chama a atenção: a decisão de, no Planalto, suspender a maioria das práticas e celebrações tradicionais, como ocorreu com algumas festas religiosas e populares da região. Nesse gesto, às vezes marcado pelo radicalismo, é possível perceber a materialização da aposta no moderno. Na disposição de interromper a folia de roça do Divino Espírito Santo, em Planaltina e Formosa, por exemplo, encontramos expressa a ação do contraditório que faz emergir a intolerância com o outro, o que, assumindo representações mitológicas, era justamente o que se pretendia combater com a promessa redentora. O dado

relevante da possessão da alma moderna pelo mito, representado na obsessão de ser o único dono da verdade, é o aspecto que confirma a singularidade de ter sido também incapaz de conviver com a diferença. Em todo o movimento, identificamos a mesma cruenta relação com o desejo de dominar, ou do que há de mito na postura de um déspota: a intolerância presumida. Algo que já fora definido por Adorno como sendo a “*identidade (alcançada) do eu que não pode se perder na identificação com o outro, mas torna definitivamente posse de si como máscara impenetrável*” (ADORNO e HORKHEIMER, 2006: 24).

Aspecto que a consciência mimética sertaneja resolvia com o esforço de diferenciação do moderno.

Para entendermos essa relação dos sertanejos com o esclarecimento, é preciso entender que não há novidade alguma na postura intolerante adotada pelos desenvolvimentistas do staff de JK. Nos anos posteriores aos eventos da Revolução de 1930, apesar do desejo de atualização esclarecida expresso no movimento, muito do poder antes exercido com base na prerrogativa do uso da violência e da intimidação, como o que era praticado na República dos Coronéis, teve assegurada sua continuidade. Obviamente, sem prescindir, em muitos casos, do apoio estoico do braço armado da jagunçagem. Em Goiás, o encarceramento e exposição pública do Senador Totó Caiado através das estações ferroviárias da Estrada de Ferro Goiás, correspondem à espetaculização dessa permanência (ROSA, 1974). Traço que, ainda hoje, sobrevive em muitos rincões interioranos mais dilatados, pois o sertão está, como diria Riobaldo, é dentro da gente e sempre se escondendo. Além disso, nas artimanhas políticas dos negócios palacianos, como há muito se verifica com as práticas essencialmente patrimonialistas incutidas na distribuição das benesses do Estado, encontramos a continuidade de conceitos muito bem manipulados e atualizados pelos dedos dinásticos das lideranças sertanejas, mesmo as que adotavam valores modernos (FAORO, 1997). Em vez de exsudarmos em torno da violência exclusiva praticada com carabinas e jagunços, prática superada pela ação de uma polícia institucionalizada, o melhor talvez fosse ver na própria desrazão da violência em si (não importando se do rico ou do pobre, como se vê atualmente em encarniçadas disputas em torno do tráfico de armas e de drogas nas periferias de nossas metrópoles) o dado objetivo da permanência e atualização no tecido social dos valores arcaicos. Os mesmos que exigiam redobrados esforços da filosofia ocidental para seu equacionamento.

Igualmente notável foi a experiência prospectiva com o moderno propiciada pelo mudancismo a muitos líderes locais. Tendência que se projetou na forma de horizonte de expectativas modernizantes com a transferência da capital para sua região. Percebemos que

esta, muitas vezes, atuava como atitude antecipatória do novo ethos. As evidências demonstram que, animados por perspectivas modernas, os planaltinos concebiam a interiorização da capital e a centralidade de seu território como elemento singularizador de suas pretensões. O *Jornal do Planalto*, por exemplo, em 78 dos 293 exemplares de sua existência de uma década estampou manchetes em que são feitas referências redentoras relacionadas à mudança da capital e, em todas, as objetivações futuras sobre este símbolo da modernidade: a cidade nova. Para o sertão, contudo, nem sempre os acontecimentos vieram confirmando as expectativas dessa inserção no moderno.

O que se pode constatar da análise editorial do periódico é que, após o momento inicial de afeição incondicional com a nova capital, ocorre o desencantamento indisfarçado. Em meados daquela década, e já sob o calor da epopeia de construção da nova *civitas*, com suas revelações e óbvios transtornos, vemos expressarem-se as primeiras desconfianças.

Para os interesses locais, as mensagens decodificadas a partir do andamento da obra traziam implícitos outros conceitos, há muito praticados, mas ainda não inteiramente nomeados: o preconceito em relação aos interesses do outro e seu correlato, a exclusão.

A grande novidade, nos termos da inclemência política aplicada aos interesses regionais, é que, com a aproximação das mudanças, pressentia-se que os interesses locais eram descartados pela nova ordem. A iminência da transferência da sede do governo federal para a região do Planalto Central aplainava os extratos sociais, antes separados. Então, os líderes regionais foram obrigados a aprender algo da racionalidade política antes praticada como prerrogativa particular de uso da força como prática corriqueira para a solução de conflitos. Ao perceberem que ficariam do lado de fora, e abaixo, nas novas divisões do poder político, uma forma inédita de violência para eles, os antigos líderes políticos locais, mesmo os polidos, passaram a praticar aquilo que fora previsto como ajustamento aos novos estamentos impessoais da burocracia do Estado. Insatisfeitos, passaram a espernear imprecações de diversas ordens através dos veículos disponíveis: a imprensa, o parlamento e as relações políticas. Contudo, como não conseguiam produzir ressonâncias, pois a nova burocracia era insensível aos seus reclames, procuraram outras formas de apressar a apreensão dos sentimentos de impessoalidade, individualismo e do novo *habitus* profundamente marcado pela burocratização das relações: assemelhar-se ao outro.

Ao se diferenciarem, processo observado no curto tempo de uma geração, os estratos dirigentes planaltinos sensíveis aos eventos passaram a descartar muitas práticas identificadas com o mundo arcaico. Contudo, preservava-se muito daquilo que transitava

entre os dois universos: a máscara totalitária². Nos padrões de condução endógena das mudanças, os discursos deixam entrever, por meio de formulações intelectuais e intenções políticas, que se aprendia rapidamente. Diante dos novos conceitos, ocorria a constatação da permanência no novo da antiga intolerância, que fora exemplarmente praticada nos espaços da política sertaneja.

Por trás das intenções modernizadoras, como aquela que achava ser possível alcançar a transformação social através do conceito de cidade nova, medrava a incapacidade de enxergar o diferente. Para os políticos de Planaltina, Formosa e Luziânia, a proximidade do projeto Brasília, a cidade pensada como *civitas*, isto é, o elemento pedagógico decisivo e revolucionador da sociedade em geral, escondia algo daquela constatação de que a “*humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie*” (ADORNO, 2006: 11), dessa vez, mascarado por linguagem e métodos modernos (HOLSTON, 1993). O fato é que os políticos do PSD mineiro, ao fincarem as unhas no controle da ordem política nacional, colocavam também o carisma do “*Presidente Bossa Nova*” em contato com a onda do esclarecimento deflagrada, no Brasil, desde os eventos transformadores da década de 1920. E, nesse sentido, a mudança da capital exercia seu protagonismo.

Não foi apenas nos domínios da política e nas suas intrincadas articulações que ocorreram tais deslizamentos, pois até mesmo nos métodos de gênios de intenções acima de qualquer suspeita como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa imperava, solene, essa mesma cultura de insensibilidade ao outro. O problema derivado desse tipo de constatação é o mesmo que, confrontado com os horrores irracionais da Segunda Grande Guerra, forçou a porta da reflexão em torno da dialética do esclarecimento.

Em 1957 (ano em que se inicia a edificação de Brasília), quando a esperança na modernização, cultivada tanto por incultos coronéis, quanto por distintos homens de ciência, materializava-se nas formas insinuantes da cidade modernista, a literatura brasileira, com o fundamental *Grande Sertão: Veredas*, também começava o trabalho de edificação discursiva desse tipo de questão. Enquanto isso, na Europa, o próprio esclarecimento via seus flancos serem atingidos pela crítica mais contundente expressa na *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, publicado na década anterior.

² Termo proposto por Adorno para se referir a essa incapacidade, própria do esclarecimento, de ver o outro, e de considerar os valores iluministas como os únicos válidos na condução da vida e dos negócios.

A reflexão encaminhada através de formas literárias ou filosóficas como aquelas identificaram no processo de esclarecimento não apenas a redenção da dependência, mas essa incapacidade de livrar-se do mito.

Na região estudada, por meio da relação com a complexidade dos quadros humanos, isto é, no trato com a cultura planaltina e de suas relações com os novos adventícios, burocratas e candangos, o que se definia como pólo modernizador nacional passou a ter identificação com muitas das tiranias que antes eram praticadas pelos coronéis locais contra posseiros e seus próprios trabalhadores.

Em Brasília, os métodos pouco ortodoxos de trato com o diferente, no qual sobressaem a absoluta falta de segurança do operário e a ação miliciana da GEB (Guarda Especial de Brasília) que se encontrava sob as ordens do comandante-em-chefe da obra, o Dr. Israel Pinheiro, em nada diferiam do que tradicionalmente se fazia nos sertões: poderes mantidos por milícias de jagunços e cangaceiros, ausência do Direito e unilateralidade de interesses nas relações sociais e de trabalho.

Nesse sentido, constatamos que, cinquenta anos depois da inauguração, é surpreendente a quantidade de histórias que ainda esperam pelo espaço narrativo de resgate dos dramas vividos por candangos e sertanejos submetidos à onipotência da NOVACAP. Nos domínios das primeiras histórias de Brasília persiste um conjunto quase mitológico de invenções discursivas sobre aquele momento. No seu interior, as violências praticadas pela GEB desenham um panorama onde se contam dezenas de episódios (fictícios ou não³) violentos e nem tão modernos assim.

A vocação despótica registrada mas ainda não narrada tornou-se um aspecto importante para a identificação das manipulações políticas daquilo que se acreditava ser a redenção. Não foi sem uma ponta de cinismo que notamos aflorar no projeto desenvolvimentista, cuja meta síntese era a construção de Brasília, esse despotismo presidindo a relação com o outro. Experiência intolerante que, no processo político subsequente, mostraria a cara mais feia de uma democracia fracassada: as duas décadas da “Modernização Autoritária”.

³ Em matéria veiculada em 02 de fevereiro de 2009, os jornalistas Guilherme Goulart e Renato Alves, do *Correio Braziliense*, penetraram os mistérios que gravitam em torno da famosa revolta na Pacheco Fernandes. Baseados em um dos mais recentes trabalhos, realizado em parceria pelo advogado e cientista político Luiz Humberto de Faria Del’Isola e a jornalista e advogada Noêmia Barbosa Boianovsky, juntaram elementos que criticam a veracidade dos fatos narrados inclusive na cinematografia de Vladimir de Carvalho em seu *Companheiros Velhos de Guerra*, filme de 1991. Segundo a matéria, o levantamento da dupla de pesquisadores começou em 1991, reunindo dezenas de depoimentos e conclui, após dezoito anos de pesquisas, que não houve aquela matança. / Não ocorreu, ou terá sido menor, a matança?

Dos objetivos e metas que prometiam redimir a nação de seus atrasos, muito pouco foi alcançado. A consolidação de Brasília se deu sob a batuta de generais presidentes que tinham os números estatísticos e a violência como argumento, e nisso a própria barbárie e o antiesclarecimento de Estado. Nem mesmo em aspectos mais superficiais, como na dinamização econômica, as metas foram atingidas, pois as constatações históricas indicam pela continuidade do aprisionamento da nação a uma incômoda categoria de país subdesenvolvido, neste quesito. Nas intimidades psíquicas de uma nação cuja história aponta para a familiaridade com a exploração, o desrespeito e a intolerância, que é o mesmo que dizer genocídio, colonialismo e escravidão, parece ter desenvolvido também o costume de incubar, até mesmo nas grandes esperanças nacionais, o ameaçador filhote do totalitarismo. E o desfecho dos anos dourados de JK, certamente, não deixou de confirmá-lo com a experiência de 1964.

Neste sistema interpretativo, haveria então uma linha ideológica de continuidade da experiência que, iniciada desde as aclimações de bandeirantes com o desconhecido, avançou pelos espaços construídos pelos colonizadores sertanejos, para, depois, seguir com os coronéis da República Velha; alcançando, finalmente, disfarçada em missão civilizadora, o cerne das práticas políticas ditas modernas. No recorte que fizemos na transição da cultura do sertanejo para a modernidade, definimos também o campo semântico a partir da dialética inscrita nos termos sertão/modernidade, e em ambos a intolerância.

Um dos mais conceituados intérpretes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, ainda na década de 1950, fugiu das influências estetizantes do sertão em busca de sua historicidade. Suas pesquisas geraram o livro *Caminhos e Fronteiras*, publicado pela primeira vez em 1957. Havia naquela obra a preocupação em dar vazão às interpretações do que poderia ser definido como ethos sertanejo. Esforço que se alinha com a grandiosa empresa de Guimarães Rosa, que fez troar pelo mundo afora as vozes dissonantes que eram emitidas desde os sertões de Minas Gerais. *Grande Sertão: Veredas* foi publicado em 1956, quase uma década depois da *Dialética do Esclarecimento*, e um ano antes de *Caminhos e Fronteiras*.

Em sua jornada pelo interior de Coxipó Mirim e Várzea Grande, região classificada como parte formadora da fronteira de então, Buarque de Holanda identifica objetos e práticas que, na forma de herança paulista, foram aclimadas pelas gerações posteriores ao ciclo minerador mato-grossense. Essa identificação do sertão se faz pela comparação, na qual aquela região seria caracterizada por seu afastamento dos “*grandes agentes da modernização, que são a estrada de ferro e a imprensa*” (HOLANDA, 1994: 252).

Pois bem! Utilizando os dois elementos listados por Buarque de Holanda, notamos que eram também as representações que amalgamavam as esperanças dos planaltinos. A imprensa, como temos constatado, mudava os aportes culturais da sociedade afirmando-lhe, por meio da palavra escrita e impressa, a veracidade de muitos fatos, inclusive os já conhecidos. Entre eles, a transferência da capital. Por outro lado, a estrada de ferro, que, de forma muito lenta encontrava-se esbarrada em Anápolis, ainda figurava como sonho palpável. Tão real que, em Formosa, fora criado o bairro denominado Setor Ferroviário, apesar de, até hoje, a cidade não ter sido alcançada pelos trilhos de outrora.

Na linha do pensamento de Buarque de Holanda, ao lidar com o regime discursivo do JP, sabíamos que aquele era um poderoso veículo modernizador que projetava futuros sobre todo o Planalto. Esse bem cultural, ao encontrar-se com a máquina modernizadora exógena, representada pela construção de Brasília, expressou as diferentes interpretações propiciadas pela aproximação dos valores modernos. Como os interesses não foram acolhidos, o jornal apresenta pelo menos duas linhas editoriais distintas, pois havia diferentes concepções e apreensões em relação à nova capital. O resultado aparece na forma de mudança discursiva, e por meio dela identificamos a abertura de generosas fissuras por onde é possível resgatar aspectos enriquecedores para essa discussão.

Da intransigente defesa mudancista, identificada nos cinco primeiros anos da publicação, o periódico migra para o lado oposto. Pelo terceiro quartel da década de 1950, as matérias passaram a desferir virulentos ataques aos métodos utilizados para viabilizar a construção da nova capital. A primeira discórdia, naturalmente, surge das disputas estabelecidas em torno das terras existentes no âmbito do sítio destacado para a construção do Plano Piloto de Lúcio Costa. Nem mesmo a interferência de um renomado benemérito goiano, como Altamiro de Moura Pacheco, o chefe da “Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital do Brasil”, foi suficiente para pacificar os ânimos. É certo que a apreensão dos reais prejuízos dos antigos proprietários só se concretizou na década posterior. Contudo, os artigos e cartas publicados já na época das primeiras desapropriações antecipavam muitos problemas, não deixando dúvidas quanto ao clima de animosidade gerado pela perspectiva de ficarem sem as terras e de terem muitos interesses contrariados (BRASIL, 1985; FARIAS, 2006; MAGALHÃES, 2004 e ZATS, 1986).

Como parte das lutas de interesses em relação à condução do projeto, nas edições do JP que circularam a partir de 1955, o ano do início das desapropriações, observamos o retorno de proposições, como as do intendente Louly, de que seria possível erguer uma alternativa regional ao projeto Brasília, já em andamento. Ideia que frutificaria na forma de

uma nova cidade denominada São Gabriel. É claro que o empreendimento imobiliário que fora planejado por um dos proprietários do JP, Gabriel Guimarães, correspondia ao tipo de especulação projetado em muitos outros empreendimentos: Bairro N.^a S.^a de Fátima, em Planaltina, e Jardim Califórnia e Setor Ferroviário, em Formosa. Portanto, há no loteamento de São Gabriel a presença de um lastro especulativo sendo, também, mais do que a mera opção sertaneja ao projeto Brasília, um êmulo regional da nova capital. E, de acordo com o que foi divulgado por meio de cuidadosa estratégia de marketing, chegou a noticiar essa intenção concorrente sob a manchete: “*Preferimos São Gabriel*” (JP, 07/12/1958).

Mais do que notícias, as palavras usadas denunciavam que, durante a década de 1950, a região do Planalto Central fora tomada pelos sobressaltos das mudanças. Evidentemente, a cultura planaltina repercutia os abalos provocados pelo início das obras. A decisão de investir dinheiro na compra de equipamentos tipográficos e, mais ainda, a ousada iniciativa de criação de um jornal de circulação regional, fato ocorrido em 1951, demonstra que havia uma sintonia muito grande com as forças modernizadoras, temporariamente agrupadas em torno de projetos nacionalistas de dinamização econômica e social, e da “Meta Síntese” - a construção da Nova Capital. Para a temporalidade delimitada, o ano de 1955 foi decisivo. A partir dessa data, as notícias e o empenho editorial do JP permitem acompanhar a mudança de perspectiva da apreensão regional em relação ao projeto de mudanças em curso.

O primeiro elemento relevante para a análise é que a palavra *moderno* e seu correlato, desenvolvimento, iam se impondo em meio a outros conceitos que nem sempre eram novos. A concepção inicial de mudança, bem entendida como sendo a da transferência da capital do Brasil com promessas de maravilhas e felicidades, durante o decorrer dos doze meses daquele ano, foi radicalmente invertida. Em decisões como a de iniciar as desapropriações de terras e as posteriores derrubadas preparatórias para a edificação dos espaços destinados ao abrigo do canteiro de obras, o mudancismo tomava forma menos amistosa.

Os sinais denunciadores da consciência mudancista praticada localmente demonstram a inversão de valores através dos temas veiculados. Em janeiro de 1955, encontramos um edital de loteamento que aponta para a atualização de questões fundiárias, como a perspectiva de valorização das terras. Trata-se do lançamento de empreendimento que, até hoje, permanece em situação irregular, o *Bairro Nossa Senhora de Fátima*, em Planaltina (JP, 01/01/1955). O anúncio é uma comunicação oficial do Cartório de Registro de Imóveis da cidade que, por meio de seu Oficial de Registro, o Sr. Francisco Muniz Pignata,

comunicava o parcelamento de uma área de 290 hectares, pertencente ao Sr. Iron Chaves⁴ e localizada ao sul da cidade de Planaltina. Da área total do loteamento, mais da metade fora destinada a lotes residenciais, sendo o restante preenchido por ruas, praças e logradouros de uso comum, conforme estabelecia a legislação dos parcelamentos urbanos. A escala fundiária permite pensar que, se a área urbana de Planaltina encontrava-se estabelecida em um terreno de duzentos hectares, o novo loteamento poderia dobrar o tamanho da cidade e, nesse sentido, a sua população. A nota oficial foi apenas o primeiro de uma série de empreendimentos imobiliários que vieram retalhando as áreas próximas à futura capital. Muitos deles, fora da área do novo Distrito Federal. Tanto em Planaltina quanto em Formosa, cultivava-se a consciência de que aquela seria uma oportunidade extraordinária para aumentar os rendimentos dos proprietários de terrenos. Além disso, esses loteamentos representam também a mudança de postura local, que deixava de esperar pelas mudanças, passando a promovê-las.

O problema fundiário derivado, depois de apropriado pela burocracia adventícia, foi reproduzido em escala monumental, como quase tudo em Brasília, e pelas décadas seguintes transformaram o DF e seu entorno em território sem lei, marcado por grilagens e ocupações indevidas de um solo quase todo urbano e hipervalorizado.

Lotes Urbanos em Formosa, Goiás,
EM PLENO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL.

Está liberada a venda em lotes, de pequena área de terreno em Formosa, Estado de Goiás, quasi no centro da cidade e a poucos metros do ponto escolhido pela estrada de Ferro Central do Brasil, para sua estação de Formosa.

Preços razoáveis. Transação criteriosa e rápida.

Queira consultar, sem compromissos, ao "ERCO".
 Escritório de Representações e Corretagem - Rua Costa Pinto, 105 - Caixa Postal, 25 - Formosa - Goiás

Figura 07 – Publicidade do Jornal do Planalto, em 01/01/1955

⁴ Destaque-se que o Sr. Iron pertencia ao clã dos Chaves, de Formosa. Era pessoa possuidora de grande patrimônio em imóveis nas duas cidades. O loteamento N^o. S^a. De Fátima, em Planaltina, demonstra a posse de uma aguda visão empresarial, que procurava sintonia com os sinais da mudança.

Sob a sombra do movimento mudancista, articulava-se essa verdadeira indústria de loteamentos oficiais e particulares que eram anunciados em insistentes editais de publicação por oficiais de cartório e em publicidades, como as que inserimos a seguir.

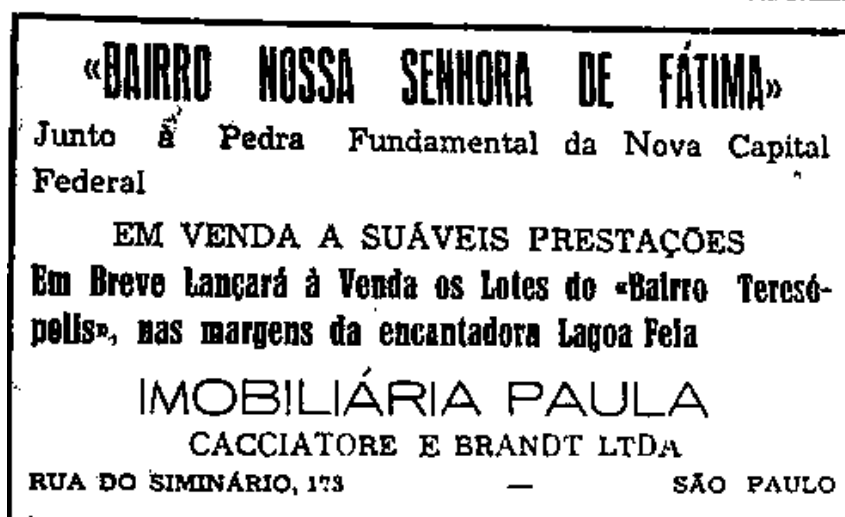


Figura 08 – Publicidade do Jornal do Planalto, em 26/02/1955

A fúria especulativa chegou a atingir áreas mais distantes, como as do Sítio D'Abadia, Cabeceiras e São João D'Aliança. Bairros imensos como esse Nossa Senhora de Fátima, de Planaltina, pipocaram em Formosa: o já citado, Jardim Califórnia, o Loteamento Santa Cruz, o Jardim Paquetá, o Santo Inácio, o Bairro Imperatriz, o Jardim Oliveira e as Mansões Lagoa Feia, todos em um período menor que cinco anos. Desses, alguns se encontravam em situação de proximidade com as cidades existentes, outros nem tanto; contudo, nenhum, era reconhecido pela NOVACAP. Obviamente, todos perseguiram o mesmo objetivo de, aproveitando a publicidade nacional e internacional da construção de Brasília, oferecer aos incautos, como nos tempos de Louly, a rara oportunidade de “possuir” um terreno na futura capital brasileira. Consideráveis poupanças particulares começaram a movimentar essa incontrolável indústria de loteamentos. Na prática, o processo resultou no desmantelamento da situação fundiária existente. A legalidade que fora estabelecida através de convenções reconhecidas localmente e condicionadas pelo pequeno apelo populacional urbano estava com os dias contados, pois o radicalismo das mudanças apressou a pressão imobiliária sobre os terrenos, mudando toda a situação. Além do mais, havia a experiência anterior da invenção de Goiânia a indicar essa bem sucedida promessa inflacionária de grandes populações, pressionando antigas estruturas fundiárias.

No meio das disputas de interesses, miríades de grileiros, execrável figura típica de muitos sertões, vieram inocular seus venenos corruptores nas entranhas das novas gerações de políticos e administradores públicos. A consequência dessa situação é que, para o conjunto da população, restaria a acomodação de, mais uma vez, fugir para esse sertão moderno chamado ilegalidade.

No campo da política, o JP também registrou alegrias. Em 08 de janeiro de 1955, apareceu o destaque da manchete “*Formosa na Assembléia Legislativa*”. O pequeno texto, que era acompanhado pela fotografia dos dois novos parlamentares, comunicava a eleição dos proprietários do jornal para o legislativo goiano. A referência positiva caracterizava Gabriel como “*veterano lutador*”, e o jovem advogado Paulo Malheiros, como pessoa culta que já demonstrara capacidade administrativa em alto escalão da Secretaria de Educação do Estado. No encerramento, parabenizava não só Formosa, mas “*todo o Planalto Goiano*” pela conquista. E, neste termo, a confirmação das divisões políticas que analisamos anteriormente. De toda forma, esse indicador de modernidade chamado imprensa escrita começava a fazer história na sociedade planaltina.

Menos do que as pequenas glórias individuais, o que mais interessa é identificar a mudança no discurso, verificada a partir do confronto entre interesses divergentes.

A diagramação da primeira página apresentada na edição de 12 de fevereiro de 1955, nesse sentido, fornece alguns elementos utilizados nesses confrontos. A organização da página informa sobre faustosos acontecimentos: “*No Planalto os Marechais José Pessoa e Mário Travassos*”⁵. A notícia registra a passagem por Formosa e Planaltina das altas patentes do Exército comprometidas com o mudancismo. Segundo consta no texto, antes de seguir para Goiânia, passando por Planaltina, Pessoa fora recepcionado pelo chefe político local, o Dr. Hosannah Guimarães, e pelo prefeito recém empossado, Sr. Veluziano Antônio da Silva. Na ocasião, diz o texto, o Marechal “*manifestou a sua impressão sobre o problema da mudança da Capital afirmando que até fins de março, estará definitivamente, escolhido o local da Capital do Brasil. / Seguiram no mesmo dia para Goiânia*” (JP, 12/02/1955).

⁵ José Pessoa, paraibano, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa e irmão de João Pessoa, em 1954, recebeu do presidente Café Filho a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Sua missão era a de checar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída no Planalto Central. De posse de seu relatório, “Nova Metrópole do Brasil”, o presidente homologou a escolha do sítio da nova capital e delimitou a área do futuro DF. A fé mudancista de Pessoa fica patente com a sugestão de nome para a futura capital: Vera Cruz, resgatando a saga cabralina do descobrimento. Nesta linha, o plano de Pessoa previra inclusive os nomes das ruas e logradouros: “Independência”, “Bandeirantes”, etc. / Mário Travassos, destacado intelectual do Exército, era especialista em geopolítica, sendo este o aspecto determinante para seu engajamento no mudancismo.

Aquela visita mais política do que técnica veio reforçar as promessas redentoras, antes anunciadas por Poli Coelho. Contudo, nada foi dito sobre os problemas que as mudanças trariam. Chamam atenção as palavras positivas expressas por Pessoa de ter encontrado em Formosa um jornal francamente mudancista, como o JP. Algo que mereceu deferência na forma de um simpático elogio:

(...) foi uma agradável surpresa para mim saber que a cidade possui um jornal e é uma obra proeminente de um esforço admirável. Os senhores, com este jornal estão prestando um grande serviço para a mudança da capital, e, com isso, um grande serviço ao Brasil. Aceitem os meus parabéns e os meus agradecimentos (ibidem).

O jornal paulistano, *O Diário do Comércio*, um mês antes do JP, na edição de 14 de janeiro de 1955, traz uma entrevista na qual o mesmo Marechal José Pessoa, dirigindo-se a outro público, desenhava aquela recorrente visão paradisíaca da cidade nova. Contudo, por se encontrar distante das recepções, homenagens e deferimentos prestados pelos políticos interioranos, articula conceitos nem tão auspiciosos assim para os interesses sertanejos:

A futura sede do nosso governo, será, então, uma tranqüila e encantadora **cidade administrativa**, de 500.000 habitantes, construída com toda a técnica moderna, coberta de parques e arborização selecionada da riqueza florestal da região, onde os brasileiros e estrangeiros poderão viver, trabalhar e recrear o espírito livres dos arranha-céus e das perturbações de toda ordem, próprios dos grandes centros (*O Diário do Comércio*, 14/01/1955, grifos meus).

A entrevista indica que, além das ilusões de uma *civitas* perfeita, sinceramente pensada, havia a sombra de um perigo ainda desconhecido dos apelos locais. No interior do conceito “*cidade administrativa*”, de acordo com o que é possível deduzir da análise histórica, haveria uma perspectiva oculta, que ainda escapava à compreensão dos planaltinos.

Como tantas outras ideias conhecidas, a arquitetura social da cidade dita administrativa assenta raízes em terreno muito bem adubado pela antiga intolerância de bases arcaicas. O que certamente escapava à percepção dos redatores do JP, e dos políticos locais, era que o rol dos brasileiros e estrangeiros premiados com o desfrute das maravilhas de uma cidade “*tranqüila e encantadora*” não os incluía. Portanto, é na exclusão que encontramos a materialização das clivagens discursivas que sobrevieram com a concretização do mudancismo. Aquela que se expressou como incapacidade da nova burocracia em admitir o valor da cultura elaborada nos sertões.

Com o avizinhar das transformações, realidade propagandeada de forma exultante com frequentes sobrevoos de aeronaves sobre o território reconhecido e delimitado para o futuro Distrito Federal, o JP começava também a expressar o clima de apreensão dos locais. A

mudança de enfoque, evidentemente, deve-se à diferença que há entre o lidar com um ideal, em nível de horizonte de expectativas, e a constatação de sua inexorável aproximação, com o dado revivido da presença ameaçadora do desconhecido. Tudo respaldado pela evidência de que a novidade começava a se mostrar de forma radicalmente dura e diferente daquelas ingênuas felicidades redentoras.

Uma nota publicada na última página da edição de 19 de março de 1955 vinha colocar em dúvida aquelas concepções ingênuas, antes permitidas.

Demonstrando estar inteiramente informado e convencido das recentes articulações em torno do mudancismo, o editor mencionava, referindo-se à visita de Pessoa, que a escolha de um dos cinco sítios sugeridos para a localização da nova capital já estava praticamente definida. E que este estaria localizado dentro do quadrilátero Cruls. Aspecto que os fatos vieram, depois, confirmar. Além do acerto da análise, a argumentação, mais uma vez, confirma o lastro erudito sertanejo nesses assuntos.

Aliás, êste fato não constitui surpresa para nós, de vêz que desde a visita do Visconde de Pôrto Seguro aos municípios de Formosa e Planaltina, esta zona tem sido debatida pela imprensa e pelos estudiosos do assunto, como a privilegiada e a mais indicada para a interiorização da nossa capital federal (idem: 19/03/1955).

Apesar da mensagem otimista, o encerramento do texto trazia essa nota de apreensão nos seguintes termos: *“Agora o que está a exigir uma boa e sã compreensão dos senhores proprietários das áreas que devem constituir os 5.000 quilômetros quadrados do futuro Distrito Federal, para que essa grande necessidade converta, em breve em simples e pura realidade para a felicidade do Brasil e de todos os brasileiros”* (ibidem). Ora, se acompanharmos o regime discursivo do jornal, desde sua fundação em 1951, há aqui uma evidente mudança de tom. As palavras nesse caso confirmam o alastramento da desconfiança. Pela primeira vez, a mensagem é tecida nos termos de um despertar para a realidade de como a modernização estava sendo conduzida. A expressão *“exigir uma boa e sã compreensão”*, com certa crueza, indicava que haveria um preço a ser pago e que a contrapartida seria cobrada pela experiência de se estar partilhando daquele que fora imaginado como um sonho de felicidades plenas do mundo civilizado. Nas entrelinhas da sugestão que, obviamente, dirigia-se aos proprietários das terras, e era insinuada de forma amena como a *“boa e sã compreensão”*, sabemos, delineavam-se os primeiros traços do duro processo de expropriação territorial.

O dado novo, contudo, se torna mais palpável, pouco mais de um mês depois. Com a publicação do decreto N.º 450, de 30 de abril de 1955, dava-se ciência de que o Governo do

Estado de Goiás havia declarado como de “*necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social a área destinada à localização da nova Capital Federal*” (ANEXO F). Com a criação do novo Distrito Federal, esse decreto simplesmente oficializava uma nova divisão territorial para o Brasil. Demonstrando a historicidade e o valor simbólico do momento, entre os considerandos da Lei, há uma referência específica ao mito bandeirante. Aspecto que, depois, seria apanhado pela publicidade do desenvolvimentismo. A redação do Decreto procurou associar a modernização àqueles movimentos aventureiros de exploração e conquista. Algo que, no documento, vinha preconizado como sendo responsável pelo deslocamento da “*corrente demográfica para o interior, como que reencontrará a **marcha dos Bandeirantes**... estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do progresso do centro para a periferia*”. O reencontro com a marcha bandeirante representava o desejo de anulação das aclimações planaltinas longamente elaboradas e que, diante da necessidade de reinvenção nacional, não mais serviriam, sendo, por isso, descartadas. E o que se pode entender da ideia de irradiação do progresso do centro para a periferia, é que haveria também outra intenção. A de inverter o próprio processo histórico e, neste, a ideologia de redescobrimto do Brasil.

Não se tratava de simples mudança do curso das coisas, mas, acima de tudo, da possibilidade de reescrever a história a partir de um novo marco: o triunfo da cidade nova sobre todos os erros e vícios do passado. Com o Decreto, a fenomenal inversão viabilizaria também a possibilidade de acesso a mais um bem promotor do progresso: as grandes populações.

Adensar os sertões. Esse tipo de pensamento, que associa o bem estar social ao seu mero crescimento demográfico, durante muito tempo, foi perseguido como quimera redentora dos atrasos. Por outro lado, a declaração de que todas as terras circunscritas na poligonal que, como está no Decreto, corresponde ao território atual do DF, ficariam disponíveis para efeito de desapropriação e de serem oportunamente incorporadas ao domínio da União, provocou um autêntico frisson na classe dos proprietários dessa região. De um momento para outro, essa gente se via pressionada pelo risco real de perder um precioso fator de identidade regional e seu bem de maior valor - as terras.

A situação de desconforto e instabilidade desses proprietários, chegando ao conhecimento dos dirigentes estaduais, provocou as primeiras reações adversas. Em defesa do Decreto, levantaram-se vozes acenando com a ideia de que entregar as terras seria um gesto inteligente e patriótico. A divulgação do artigo de um mudancista histórico como Zoroastro Artiaga, aquele que acompanhara Poli Coelho na missão política de 1951, corresponde a esse

esforço de pacificação dos ânimos mais exaltados. O texto, que veio sob o lacônico título de “*Finalmente...*”, admitia que a interpretação apressada do Decreto teria provocado a dispersão de um turbilhão de boatos entre fazendeiros e posseiros da região. Na escolha das palavras, contudo, vinha embutida a intenção de desvalorizar o sistema fundiário válido no Planalto. A utilização da palavra “*posseiro*”, por exemplo, já é parte desse tipo de política. Nela, há o indisfarçável tom de desvalor impingido às legitimidades anteriores ao sistema de legalidade que estava sendo implantado com o Decreto e com todo o resto que veio na esteira das mudanças.

Contudo, como estava sendo anunciado, a “*voz serena e ponderável*” de um respeitado mudancista como Artiaga vinha acalmar os espíritos com a revelação dos “*verdadeiros*” procedimentos planejados para a construção da Nova Metrópole. A linha de defesa utilizada era a de fazer a convocação patriótica para uma guerra justa, que é outro conceito bastante antigo e ocidental (ANEXO G).

A integridade do Brasil, segundo o argumento geopolítico, estaria ameaçada pela vulnerabilidade extrema, pois oferecia sua capital situada na bela Baía da Guanabara às investidas de pelo menos duas forças ameaçadoras: externamente, a exposição da cidade às explosivas partilhas de interesses imperialistas de um mundo dividido entre comunistas e capitalistas, e, internamente, o perigo da concentração dos investimentos que é expresso na comparação “*Paris matou a França, e, o Rio de Janeiro matará o Brasil*”. A ideia é que, acomodada em sua condição de capital, essas cidades chamariam para si todas as economias, impedindo que o desenvolvimento se espalhasse pelo restante do território. Além da constatação do clima de insegurança internacional, próprio da conjuntura da Guerra Fria, há no texto uma referência explícita ao papel reservado ao Exército tanto na condução da política interna, quanto na defesa do ideal mudancista, que era classificado como elemento geopolítico vital. As palavras de Artiaga trazem também uma advertência sobre o risco, para ele, real, de ter que lidar com a instalação de enclaves imperialistas em território brasileiro:

As Forças Armadas do país não estão dormindo: estão alertas. / Elas sabem que o Rio está incluído no plano de surpresas, no caso de uma guerra com os Estados Unidos, por parte de nações que já têm dentro da capital maravilhosa a sua brigada de assalto (JP, 21/05/1955).

O tom cruzadista de Artiaga, ao acenar com a possibilidade de conflitos entre as grandes forças bélicas mundiais, Estados Unidos e URSS, tentava compensar os planaltinos dos prejuízos das desapropriações de terras com o patriotismo. A lógica era a de que seria melhor entregar as fazendas para a construção da nova capital do que perder a nação inteira

para estrangeiros com suas *“brigadas de assalto”*. Desse modo, a medida correta, naquele momento, seria a urgente disponibilização de áreas para *“edificação da cidade e das obras de interesse nacional”*. Com o argumento ideológico do planeta cindido entre dois pólos divergentes, construía-se também o campo interno dos opostos, no qual haveria *“homens cúpidos de glória e de riqueza, mas que viviam entregues à modorra, ávidos de ordenados e proventos em Copacabana”*. Esses formavam o grupo passivo do bloco entreguista e corrupto dos antimudancistas. De outra forma, existiam os *“homens de virtudes cívicas que constróem um Brasil maior e melhor, no centro da nação, afim de realizar-se aquilo que já deveria ter sido feito, se os governos olhassem o interior”*. Além do apelo ideológico, onde notamos atuar um pouco do ressentimento de quem ainda se colocava como excluído da história, pois carente do olhar paternal do Estado, cuja ação jamais se dirigia ao interior, Artiaga sinaliza, talvez em função da urgência de realização do projeto, com o braço totalitário e armado do Exército. O discurso remete àquele sempiterno demiurgo da modernização a qualquer preço. E ameaçava: *“Não estamos para brincadeiras; e, a responsabilidade das Fôrças Armadas não poderá ser esquecida e, nelas, estão homens de acrisolada dedicação ao Brasil, e são doutos em assuntos estratégicos de defesa da costa”* (Ibidem).

Bem sabemos hoje, distanciados pelas décadas, o quanto de verdade e de conhecimento de causa havia nas palavras proféticas de Artiaga. A sequência de vinte anos de poder militarizado vividos entre 1964 e 1984 permitiu provar o gosto amargo da *“acrisolada dedicação”* daqueles doutos estrategistas. As forças do Exército fizeram história não só nas costas, mas nas entranhas de toda uma geração de brasileiros envolvidos com a política e com a contestação do modelo de desenvolvimento adotado.

Sob o manto totalitário do artigo, mais ameaçador do que apaziguador, concluímos que restava muito pouco a ser feito por aqueles desolados proprietários de terras. Conforme afirmado, os impatrióticos pleitos judiciais, após o Decreto, não teriam mais como ser demandados, pois a gestão das terras inseridas no novo território saía da alçada de competência das autoridades locais, sendo inclusive sugerida como atitude sábia a doação antecipada das fazendas ao empreendimento: *“acresce que, a maioria vai fazer doações, conservando glebas dentro do sítio, como foi feito em Goiânia, cujo patrimônio foi doado”*. Por outro lado, palavras de incentivo faziam a convocação patriótica. Dizia, *“não acredito que **planaltino** nenhum venham demandar ou atrapalhar a mudança da capital, porque conheço o patriotismo de muitos dos seus elementos de escol.”* / e finalizava, *“Agora, ou nunca mais. Estamos jogando a última cartada.”* E, no trecho, a palavra *planaltino* a designar os habitantes do Planalto.

Para todos os efeitos, ficava entendido que ninguém, jamais, seria sumariamente expulso de suas terras, pois apenas as áreas imprescindíveis às obras civis e militares seriam desapropriadas. Restava, contudo, responder a pergunta: como se daria a mágica de se conciliarem interesses tão díspares como esses que colocavam em lados opostos a construção de uma metrópole administrativa, com suas inúmeras áreas institucionais, com seus ritmos modernos e grandes populações, e as tradicionais fazendas existentes naquele lugar?

A história mostrou o contrário. Não houve conciliação: um perdeu e o outro ganhou. No entanto, a estratégia discursiva de polarização entre patriotas e entreguistas teve seu endereço: fomentar o sentimento nacionalista há muito cultivado naqueles rincões. Com ele, amenizavam-se os dissabores do conflito. Afinal, aquela seria a última e decisiva cartada e, como elevava Artiaga:

... se formos felizes, Formosa se prepare e se engalane para receber a corbeile gloriosa que lhe prometera Pôrto Seguro; Planaltina que se enfeite para a arrancada gloriosa; e tôda a gente da minha terra que se orgulhe de receber a próxima visita do marechal José Pessoa, para a primeira construção a ser iniciada (ibidem).

A partir do Decreto 450, que descrevia o sítio e disponibilizava o território, observamos uma notável aceleração nos eventos. No cenário em que, segundo o discurso exógeno, permanecia estendido o ermo das pacatas paragens centrais do país, os eventos vieram consolidar uma nova ordem. Acompanhando as páginas do JP, podemos resumir a escalada dos eventos utilizando apenas as manchetes de primeira página.

Nos termos do grande interesse despertado pela possibilidade real de ver-se a concretização do mudancismo, em 07 de maio de 1955, a primeira página do periódico trazia a confirmação de previsões anteriores. A área da nova capital seria, de fato, demarcada em região pertencente aos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa. A notícia é celebrada com termos de júbilo para com as novidades. Afirmando se tratar de uma “*verdadeira e positiva revolução branca nos destinos econômicos, financeiros e culturais da grande nação brasileira*”, o texto, pela enésima vez, recorre à historicidade da escolha do sítio no Planalto e à sua geopolítica ideal, para que o desenvolvimento fosse destravado. Contudo, outro comunicado, colocado na mesma página, chama a atenção pra os entrelaçamentos políticos que a campanha de 1955 permitia. Reproduzimos o recorte da nota:



Figura 09 - Detalhe da primeira página do JP de 07/05/1955, tratando da visita de JK a Formosa

A passagem de JK em campanha por Formosa e Planaltina e o almoço oferecido à sua comitiva por um proeminente membro do clã dos Borba⁶, o Dr. Hildebrando Borba, sugerem a ocorrência de que compromissos políticos foram firmados entre interesses locais e a burocracia citadina desenvolvimentista. Obviamente, diante das lideranças formosenses e do povo em geral, seguindo a estratégia populista do candidato do PSD, a sua cultura singular fora interpelada sobre diversos temas de interesse local, “aos quais respondeu, com sua capacidade de orador e homem culto”. Deduzimos daí que, em nível local, muitas providências políticas mudancistas, antes mesmo do pleito eleitoral, já estavam sendo encaminhadas. Havia, em todos os atos, essa inquietante sintonia entre as promessas mudancistas e as preparações federais, então comandadas pelas altas hierarquias do Exército. Na página que noticia a recepção concedida à comitiva pessedista, apesar de se tratar de jornal declaradamente de oposição, pois pertencia a políticos do PSP, a interiorização da capital aparava as diferenças unindo interesses. O detalhe é que a Manchete, citada anteriormente,

⁶ Pedro Borba foi um dos coronéis que serviram de alvo para os panfletos supostamente escritos pelo pistoleiro Arturzinho, no início do século (Capítulo II).

cujo título era “A Área da Nova Capital Federal”, referia também conteúdos que certamente escapavam ao controle dos locais: as desapropriações das terras a preços irrisórios.



Figura 10 – Fotografia do candidato JK, recebido por Hosannah Guimarães, em Planaltina (maio de 1955)

Na sequência, em 23 de maio de 1955, Artiaga voltava à carga: “*O professor Zoroastro Artiaga volta a falar sobre a construção da Nova Capital – Oportunos esclarecimentos ao povo através da Folha de Goiás – Mais uma vez trazemos, para nossos leitores, as palavras sinceras do defensor do Planalto*”. Matéria pela qual os sombrios significados da palavra *desapropriação* eram mais uma vez associados a uma dadivosa contrapartida para o bem da pátria.

Em 04 de junho, a notícia espetacular: “*Iniciados os Trabalhos da Nova Capital Federal*”, cujo teor dava conta da chegada em Formosa do herói sertanista Bernardo Sayão. O vice-governador de Goiás, chefiando numerosa equipe técnica, encarregava-se da execução das primeiras obras. Entre elas, a construção da pista de 2.700 metros do aeroporto provisório localizado em terras do futuro DF. Com Sayão, estradas foram abertas ou melhoradas, pontes foram erguidas e definia-se o local para instalação do Cruzeiro, sob a proteção do qual, reeditando a Missa de Frei Henrique de Coimbra, celebrar-se-ia a primeira missa da cidade nova.

Em 12 de junho, “*Trinta Milhões de Cruzeiros para Construir o Palácio da Justiça em 1956*”. O comunicado informava que, através de Emenda do Deputado Emival

Caiado, representante da oligarquia goiana dos Caiado no Legislativo Federal, o Projeto de Lei beneficiaria o poder judiciário com novas instalações na futura capital. O detalhe é que Juscelino foi eleito Presidente da República, apenas em 03 de outubro, mas as notícias davam conta de consistentes ações, incluindo dotação de verbas e as obras preparatórias, em andamento pleno já em junho de 1955, contando inclusive com a transferência de uma Unidade do Exército para localidade no futuro DF, no ano anterior. Pelo visto, as articulações em torno da garantia da construção da nova capital, há algum tempo, vinham acontecendo nos bastidores palacianos de uma política que mantinha vigorosas relações com os interesses da caserna. Por isso, as afirmações do próprio JK sobre o acaso da sua decisão em prol da interiorização, que é ingenuamente atribuída ao fortuito de uma pergunta improvisada no folclórico comício de Jataí, sinalizam muito mais para uma rigorosa estratégia de marketing político que empenhava em fazer do candidato uma pessoa sensível aos reclames do povo simples do que a versão correta dos fatos. As evidências caminham em sentido contrário ao discurso.

Em 19 de junho, diante da certeza da construção da nova capital, ocorre a mudança do logotipo do JP que passou a exibir seu nome no interior do mapa do futuro DF. Há nesta disposição o interesse de inserir o próprio jornal nos conceitos da modernidade anunciada. Afinal, não haveria nada que melhor representasse o horizonte de expectativas modernos no Planalto do que a imagem do quadrilátero do novo território federal. O artifício dessa inserção seria operado pela inscrição mágica do próprio nome do jornal no interior do território delimitado por Cruls: a mais esperada representação do moderno. Curiosamente, o desenho obtido a partir do memorial descritivo do novo Distrito Federal, aquele que o Decreto N.º 450 propunha, o DF atual, não coincide com aquela solução cartográfica, que era um mero detalhe do mapa insistentemente publicado no início do século XX pela revista *A Informação Goyana*. Tratava-se, portanto, de reafirmação da antiguidade dessa valorosa representação das expectativas modernizantes dos goianos, que, há muito, nutriam esperanças positivas em torno do ideal mudancista.

A mudança bastante simbólica do logotipo do jornal veio acompanhada de notícias sobre acontecimentos carregados de simbolismos. Em “*Será uma das Cidades mais Belas do Mundo*”, temos a referência às declarações do embaixador americano, James Clement Dunn, que, ao tomar conhecimento dos planos de construção da nova capital brasileira, pronunciara aquela frase. As explicações detalhadas dos planos mudancistas foram dadas ao diplomata pelo próprio presidente da Comissão de Localização, o marechal José Pessoa. De forma bastante positiva, a exposição sucinta do projeto, segundo a nota, esclarecera que as

representações diplomáticas dos outros países ficariam localizadas em bairro especialmente projetado para elas. O que agradara profundamente a Clement. Observamos, com isso, que o trabalho de convencimento político da viabilidade da nova capital realizado pelos mudancistas aquartelados era incansável, extrapolando os limites dos interesses nacionais.

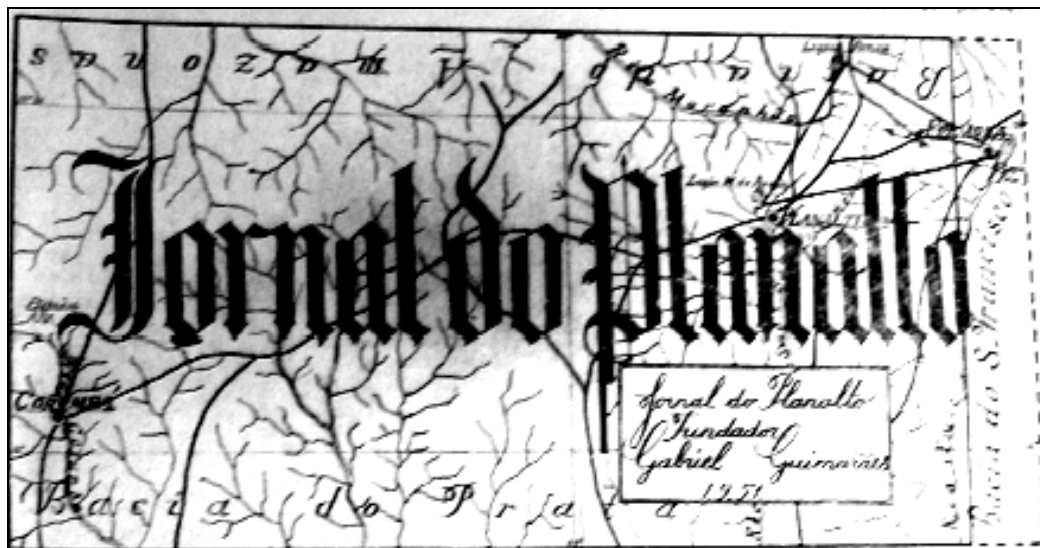


Figura 11 - Logotipo do Jornal do Planalto a partir de junho de 1955

Ainda na edição de 19/06, uma chamada convocava: *“Leia na página 4, Dia 10 de Julho Primeira Missa no Novo Distrito Federal”*. Por último, publicava-se uma representação cartográfica denominada como *“Planta do Distrito Federal e Adjacências”*, segundo o Decreto N.º 450 que, apesar de diferente daquela que passou a ser utilizada como marca do jornal, trazia um peso legal e administrativo muito maior. E como a ordem era convencer os recalcitrantes, melhor utilizar a antiga, pois era mais reconhecida e identificada com as lutas históricas dos mudancistas.

Na sequência, as notícias sobre a nova capital se avolumam. A edição de 17 de julho é marcada pelo aparecimento, pela primeira vez, do nome sugerido pelo Marechal José Pessoa para batizar a metrópole: *“Notícias de Vera Cruz – Nova Capital”*. Ocorre que, antes do nome *Brasília* ser adotado, havia uma indefinição sobre esse assunto. As disputas em torno da matéria tiveram importância crucial para o próprio andamento do projeto mudancista, pois a cidade assumia representações que iam muito além da mera interiorização da capital da República. A sua missão, como vimos, deveria estimular e criar bases novas para a reinvenção do País. JK, que possuía uma refinada noção de marketing político, não aceitou aquela sugestão, pois referia aspectos do descobrimento de Cabral e da colonização lusitana, que

ficara marcada pelo caráter litorâneo, extrovertido e explorador de recursos brasileiros. Memória que o projeto desenvolvimentista pretendia superar. A disputa ocasionou no rompimento do presidente com o velho marechal que, contrariado, afastou-se do cargo de presidente da Comissão de Planejamento e Localização da nova Capital. E, nesse episódio, a passagem do mudancismo do gerenciamento militar para o civil.

A matéria publicada pelo JP, antes do entreviro entre JK e Pessoa, dava conta da visita de alguns dos repórteres formosenses ao canteiro de obras da futura capital. O destaque do relato era a constatação do ritmo veloz do trabalho e a preparação do lugar no qual as autoridades seriam recepcionadas quando da celebração daquela que deveria ser a “Primeira Missa de Vera Cruz”. De acordo com a descrição do repórter, já estavam prontos a pista de pouso de 2.700 metros; as áreas “*de recebimento de aviões devidamente cercadas*”; estacionamento para automóveis; *rancho* de campanha improvisado; estação de desembarque, contando com banheiros masculinos e femininos e dependências para instalação de um bar; sala de imprensa; estrada ligando o local ao cruzeiro, que já estava erguido à espera dos acontecimentos cercados de simbolismos.

Outro fato importante para os proprietários do JP e que teve destaque no periódico foi a visita do líder pessepista, o Doutor Adhemar de Barros, ao Planalto em 07 de julho. Segundo o jornal, a nota lamentável da acolhida oferecida ao político foi a coincidência infeliz de estar a classe estudantil em férias escolares, “*não podendo, por isso, os estabelecimentos de ensino comparecerem em conjunto, dando uma tonalidade cheia de alegria e festiva à recepção*”. O detalhe sociológico da historicidade dos conceitos, é que a narrativa ainda utilizava a palavra *populismo* de forma bastante lisonjeira. Sabemos que a evolução política posterior passou a atribuir a ela uma conotação francamente negativa, referenciando práticas políticas usurpadoras de popularidade e enganadoras das massas. No pequeno *box* que aparece dividido em duas passagens, Adhemar é anunciado como o grande líder populista. Ao final da nota há a reprodução de uma mensagem declaradamente mudancista deixada pelo líder aos goianos nos seguintes termos:

Ao povo goiano, pelas colunas do Jornal do Planalto, mando meu abraço a todos os habitantes do Planalto e do Nordeste Goiano reafirmando a minha sincera esperança de que, daqui, do coração do Brasil, se irradiará, muito em breve, o progresso a todos os quadrantes da pátria (JP, 17/07/1955).

Adhemar compartilhava dos fundamentos mudancistas e, por meio de termos como *coração do Brasil*, e da ideia de irradiação do progresso a partir do Planalto Central, verbalizava os princípios anunciados desde os estudos de Varnhagen.

E as boas novas não paravam de chegar. Em 24 de julho, “*Rodovia Belo Horizonte Nova Capital*” vinha anunciar a direção da solução dos grandes martírios que implicava o trânsito pelas estradas do sertão. A pavimentação da rota mineira, alternativa de acesso ao eixo dinâmico da economia nacional, correspondia a expectativas antigas dos planaltinos. E ainda, na mesma edição, em coluna denominada “*Fenômeno natural e Humano*”, Zoroastro Artiaga volta a atacar os inimigos do mudancismo, classificando-os de judeus, no sentido pejorativo atribuído ao termo. Os antimudancistas eram tidos como oportunistas “*que não tem amor, senão ao dinheiro; pouco se incomoda com o progresso da nação; e, para dizer a verdade, a pátria do judeu, é o mundo, e, a mudança da capital, será combatida em todo o sentido e, usarão de todos os processos para impedi-la!*” (JP, 24/07/1955). Além do perigo das alianças com o que de pior havia, o alerta mencionava também as consequências de promover qualquer ação contrária à interiorização da capital. Segundo o argumento, a realidade presente apontava para um perigo muito maior: “*Além do capitalismo, há os que desejam manter a cidade maravilhosa, como está, e onde está, porque a terceira internacional vem aí, e, os alvos militares daquele jeito exibidos e parece que até pedindo bombas, não deverão sair do litoral!*” (ibidem).

Nos círculos opositores, realmente, combatia-se pela imprensa (o judeu capitalista de Artiaga) com as primeiras farpas antimudancistas. No entanto, a publicação do libelo pelo JP representava uma convocação regionalizada para o alistamento nas fileiras dos que “*querem também a transferência, (junto com) os elementos aureolados por um grande amor ao Brasil, das forças armadas; não contaminados, que estão a pedir a medida, por que se avizinha de nós, a grande luta entre o Leste e o Oeste*” (ibidem). Por último, volta a sinalizar com a mão pesada da intolerância para aquela imprensa dita corrupta, e, entendamos o óbvio, o endereçamento do recado era para gente de Formosa, Planaltina e Luziânia. Esbravejava: “*de cadeia, precisam os maus jornalistas, que se colocam contra a nação, servindo os interesses internacionais, vilipendiando, até, os verdadeiros interesses de defesa militar do país, para servirem ao capitalismo corrupto e escravagista, que não deixa o Brasil progredir!*” (ibidem).

Na edição subsequente à divisão semântica utilizada por Artiaga, que separava patriotas de entreguistas corruptos, veio o informe: “*Virá do Rio de Janeiro o Cruzeiro para a Nova Capital*”. Matéria cujo motivo era ainda a celebração da Primeira Missa de Vera Cruz. De acordo com sugestão do senador Apolônio Salles (PE), na realização do ato religioso, carregado de representações políticas, deveriam utilizar a cruz de pau-brasil erguida durante o 36º Congresso Eucarístico, acontecido no Rio de Janeiro. Sabemos do simbolismo que estaria

inscrito na missa: reafirmação da filiação católica para o Estado e para a nação brasileira; reinvenção da nação por meio de um marco tão majestoso quanto o redescobrimento do Brasil, daquela feita, a partir de seu centro; levar ao sertão a luz emanada da Cruz de Cristo com sua missão evangelizadora, libertadora e civilizadora; e retirar essa Cruz do Rio de Janeiro, levando-a para Vera Cruz, a verdadeira capital.

Contudo, apesar das providências, nem Vera Cruz, nem a missa aconteceram. JK tinha outros planos.

Na sequência, confirmando as ameaçadoras mudanças apenas insinuadas nos arcanos da Lei, as edições de agosto já noticiavam que em 1955 os acontecimentos demandariam por mudanças de posturas dos habitantes do Planalto. No dia 07, uma nota de primeira página mostrava o estado de apreensão relativo ao desenrolar dos eventos. Sob o título de ESCLARECIMENTO AO POVO, o jornal dava conta que:

Vários são os pedidos de informações que têm chegado a redação deste jornal, pedidos estes que demonstram o estado de incerteza e inquietação de muitos posseiros desta região. / Para dissipar as dúvidas e, em muitos, a indignação infundadas, vamos transcrever, aqui, um artigo do jornalista e deputado Waldir Castro Quinta, publicado na Fôlha de Goiás de 20/07/55 e, que de maneira clara e sincera, põe os pingos nos ii, como que exclamando “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (JP, 07/08/1955).

A entrevista do deputado Waldir de Castro atém-se ao problema da transferência da capital, mas o comentário refere-se ao projeto de lei parlamentar que previa proibição da venda de terras devolutas no raio de 500 km do sítio escolhido. O problema encontrava-se na interpretação da Lei N.º 1.071, de 11/05/1955, que autorizava o executivo goiano a desapropriar amigavelmente propriedades existentes naquela região, o que resultou em decreto administrativo que suspendia as futuras alienações de terrenos pertencentes ao estado. A reação dos proprietários foi de indignação, pois viam na medida uma artimanha para arrancar-lhes as terras, cuja legalidade era dada pela posse antiga ou partilhas de direitos de heranças. Tudo isso, acordado nos termos do reconhecimento das partes e no empenho da palavra. A mudança dos aportes legais das posses sinalizava com o perigo real de perder o bem de maior valor; as terras.

Evidentemente, para um jornal mudancista, era de se esperar todo o esforço em defesa do ideal. No entanto, a utilização de palavras de cunho claramentepositor como “*estado de incerteza*” e “*inquietação*” e, mais ainda, “*dúvidas*” e “*indignação*”, soavam de forma a produzir estranhamento de algo antes anunciado como redentor e que, de forma crua, já em seus movimentos iniciais mostrava aos supostos redimidos a dura face da exclusão. Frisemos que os pedidos de esclarecimentos e denúncias, como afirmava a nota, partiam de

“*muitos posseiros desta região*”, isto é, gente acostumada com o sofrimento bastante conhecido de um tratamento despótico por parte dos poderes regionais, os coronéis ruralistas. Quem naquele sertão ainda não conhecia os conteúdos da palavra *grilagem*?

Na mesma edição, noticiava-se também que o deputado Gabriel Guimarães havia protocolado na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás um pedido de esclarecimento pelo Governo do Estado de Goiás sobre o processo de desapropriação das terras na região da futura capital do país. Documento que indicava vigorar, entre os planaltinos, a desinformação, a dúvida, os interesses contrariados e um pouco dessa consciência da exclusão.

Segundo as palavras deste, até então, fervoroso mudancista, a demora no início dos negócios estava trazendo um clima geral de mal-estar entre os proprietários das fazendas. Além disso, era possível verificar o início da ação de gente identificada como “*gananciosos*” especuladores, que se encontrava animada com aquele preocupante aumento no comércio de terras. Por outro lado, continuava o pedido, “*os fazendeiros localizados dentro do perímetro já sentem o maléfico efeito dessa demora, de vez que o Banco do Brasil vem limitando os seus créditos*” (JP, 07/081955). Pelo exposto fica fácil deduzir que, de fato, nem tudo era redenção nos primeiros movimentos para a mudança da capital.

As notícias da capital e, mais que elas, as ações da Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital, chefiada pelo Doutor Altamiro, forçavam por essa mudança de opinião não apenas em relação ao mudancismo, que ainda representava uma vitória dos espíritos modernos contra os acomodados entreguistas, mas, sobretudo, em relação aos métodos empregados na sua operacionalização. A revisão sumária das notícias permite avaliar o grau de impacto provocado pela revelação das diferenças existentes entre os interesses regionais e o projeto nacional. A experiência de lutar pelos bens da modernidade apontava para a existência de profundas divergências entre burocratas citadinos e proprietários sertanejos, que eram pressentidas apenas superficialmente através da hermenêutica das leis aprovadas. Em seguida, com os movimentos concretizadores da grande obra, as divisões se acirraram, e os conflitos delineados em torno dos novos conceitos definiram a oposição entre planaltinos e desenvolvimentistas. A palavra “*desapropriação*”, com seus conteúdos explícitos de exclusão, começava a fazer história no Planalto Central.

Chamamos atenção para o corte temporal específico desta mudança: a primeira metade da década de 1950.

3.3- DESAPROPRIAÇÕES: ONDE MUITOS SERTÕES SE ENCONTRAM

Pela década de 1950, enquanto o Ocidente recolhia-se naquele clima de reflexão sobre os traumas da Segunda Guerra, culturalmente dependente dessa matriz, a intelectualidade brasileira lambia as feridas da experiência totalitária estadonovista. De certa forma, a fase final da “Era Vargas” nacionalizava essa discussão.

Penetrando no panorama globalizado, por meio da imprensa escrita, observamos que o sertão planaltino entrava em contato com o vasto mundo. Fazendo um apanhado geral do que fora noticiado em 1955 pelo JP, é possível encontrar um mote unificador das preocupações que mobilizaram seus redatores: o desenvolvimento regional, a mudança da capital e a campanha eleitoral. Contudo, alguns fatos internacionais vieram ocupar espaços de divulgação, como, por exemplo, a notícia de que no Leste ameaçador, a União Soviética e mais sete países comunistas tinham firmado tratado de defesa mútua, o *Pacto de Varsóvia* (14 de maio).

No ambiente da política nacional, constatamos que a campanha eleitoral para a presidência da república fora realizada segundo um forte apelo populista. No centro do poder, o vice-presidente em exercício, Café Filho, titubeava em relação ao mais elementar conceito de democracia ocidental, o respeito à Lei. O ex-governador de Minas Gerais, o JK, desde o dia 04 de abril, ao realizar o lançamento da campanha presidencial pelo PSD, no comício de Jataí, assumira publicamente compromisso com a mudança da capital, que passou a figurar como “*Meta Síntese*” de seu famoso “*Plano de Metas*”. Ainda no mês de maio, Kubitschek visitara Formosa e Planaltina, pronunciando em palanques improvisados apaixonados discursos mudancistas. Em agosto, após um ano da morte do líder populista Getúlio Vargas, o JP, periódico de oposição a Ludovico e ao getulismo, tendo em vista a memória dos famosos empastelamentos da capital da República, ainda não tinha abordado o tema do suicídio do caudilho uma única vez. O marechal de exército José Pessoa assumira o comando do projeto mudancista e o Governo de Goiás tomava as primeiras medidas legais no sentido de sua viabilização. As primeiras ações em torno de Vera Cruz encontravam-se em curso, sob a supervisão do braço forte do vice-governador goiano, Bernardo Sayão. Tudo isso no breve ano de 1955.

Eram tempos efervescentes.

No espaço da pesquisa, o nosso interesse se volta para o fenômeno da transposição dos bens da modernização para o universo das práticas culturais sertanejas. Na busca de entendimento desse processo, consideramos como relevante a existência da cultura interiorana (ou sertaneja), isto é, a vigência de um mundo de representações específicas. Nas superações projetadas sobre esse universo, um pouco das originais tensões missionárias, as mesmas que atuaram na conquista do território interior, foram reacendidas com o clima de aventura que envolvia a construção da nova capital. A atitude missioneira da conquista fora outra vez colocada em movimento, trazendo consigo os lastros intolerantes da certeza da verdade. Assim, é na complexidade da cultura, com as longas durações, imbricações e aclimações que encontramos os elementos para a compreensão da dialética implícita a esse empenho modernizador.

Na implantação do território moderno, realizado por meio de decisões unilaterais como essas que disponibilizavam as terras, repetiram-se os traços psicológicos ambíguos de imposição de valores. Algo muito próximo das demonstrações de valentia que, no sertão, foram determinantes na moldagem dos sistemas de valores da sua experiência. Tudo transformado, depois, em violência explícita. Característica que era atualizada no moderno como tributo cobrado pela aceitação nas novas conformações societárias. As implicações de decisões, como as que fizeram nascer a nova capital, disseminavam elementos de um autoritarismo exemplar no centro do próprio poder político, que se arrogava novo e democrático. Para os candangos, havia a fronteira aberta e, para os sertanejos, atuava o que se avizinhava como conteúdo da palavra desapropriação. Ambos, sinalizando com a renovação do perigo. Em 1955, as novidades, tanto de um lado, como do outro, assumiam foros de presságios.

Além das questões em torno da mudança de dominialidade territorial, outro fator da equação emerge das relações estabelecidas com a cultura planaltina. A postura despótica dos gestores do Projeto Desenvolventista materializava-se em batalhas de valores promovidas contra a cultura do elemento nativo. Nessas lutas, o caráter de cruzada religiosa, imbuída do mais profundo sentido evangelizador, ou do próprio mito, era recoberto com o manto de estar cumprindo uma missão redentora.

Fugindo da aproximação das luzes modernizantes, alguns valores do sertão conseguiram sobreviver. Ou se instalavam nas novas fronteiras, isto é, no que ainda havia de selvagem que, nas palavras de Riobaldo, ficava para *“onde os pastos carecem de fecho (...); e onde um criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”*; ou fugiam para dentro dos labirintos que enredam o homem em si mesmo, pouco importando se

sertanejos ou modernos: o que há de comum nas práticas violentas. E aí encontramos o sentido profundo da ideia de Guimarães Rosa, ao afirmar que “*o sertão está em todo lugar*”. O momento dialético estabelecido por meio do sistema arcaico/moderno é o mesmo que penetra o interior das novas conformações, possibilitando a permanência nelas daquilo que prometia liquidar com suas luzes: o primitivismo da ação intolerante para com o outro.

E o que contabilizamos como resultado é a identidade visceral entre práticas. Tanto nas dos novos emissários do moderno, a tecnocracia citadina, quanto nas dos próprios chefes sertanejos esclarecidos, é possível perceber a ocorrência das estratégias dos antigos xamãs, que recorriam à diferenciação em relação à natureza para, assim, poder dominá-la. Portanto, é sob o signo dessa necessidade fundadora do conhecimento (que resulta em diferenciação), pelo qual a experiência se transforma em saber, que se introduz, seguindo a perspectiva de Adorno e Horkheimer, a experiência totalitária no próprio esclarecimento. Percebemos então que as diversas versões de fronteirizos em confronto, postados na divisa entre dois mundos, passavam a dirigir olhares para esses lugares “*onde os pastos carecem de fecho*” e, neles, acomodavam valores como verdade, coragem e violência.

Os desafios que os adventícios tiveram que enfrentar colocavam em andamento práticas que, na essência, nada mais eram do que formas diferentes de exercer a mesmíssima cultura incentivadora do caráter humano violento. Algo que, no sertão, desempenhara papel essencial na construção aventureira daquele mundo, permanecia como essência na lida diária com os problemas e como atitude necessária para a condução do poder sócio-político regionalizado. Por isso, não é de se estranhar, a identificação de vigorosas semelhanças entre imagens (capazes de tirar o sono!) que retratam a extraordinária coragem vivida em diversas situações, até mesmo as mais corriqueiras. Singularidade que podia ser identificada tanto nos canteiros da grande obra modernista, quanto nos arcaicos exercícios ritualísticos, impingido aos juvenzinhos bem nascidos nas duras oficinas de formação dos chefes locais interioranos.

O Arquivo Público do DF e outras entidades guardadoras da memória da construção de Brasília disponibilizam um grande acervo desse tipo de registro. Como exemplo, poderia listar uma série de fotografias de candangos enfrentando, sem nenhum equipamento, situações de extremo risco. No entanto, preferimos a sensível crônica da jornalista Conceição Freitas que, ao comentar a exposição de um dos ícones da fotografia candanga, Mário Fontenelle, em 25 de abril de 2010, publicou crônica carregada de representações da qual colhemos a seguinte pérola:

Tudo ali é rude, quase desumano de tão imenso, mas Fontenelle não se deixou engolir pela arrogância da topografia, dos tratores e da arquitetura. Há um operário se equilibrando no

lugar mais alto de uma coluna de ferro. Está preso à vida pelos dois pés espremidos num fiapo de ferro. Olha para a câmera — talvez orgulhoso de seu heroísmo candango (CORREIO BRAZILIENSE, 25/04/2010).

Ocorrências como aquela aconteciam cotidianamente, e também as que transformavam “*orgulhosos candangos*” em anjos, alçando voos mais altos e fatais.

Pouca diferença havia entre os métodos utilizados pela autoridade da NOVACAP, que gerenciava a construção da nova capital com braços de ferro, e os utilizados pelos coronéis ruralistas em suas fazendas. Aspecto que, no sertão, não poupava nem mesmo as novas gerações de líderes, pois se acreditava na pedagogia espartana de que o amasamento com o perigo atuaria como prática endurecedora dos espíritos. Assim, era muito comum esse tipo de solução que empurrava os filhos dos coronéis para arriscadas empreitadas em longas jornadas “*tocando*” manadas de centenas de bois, muitas vezes, compostas por animais de índole extremamente bravia.

O entendimento muito rousseauiano dessa formação, tanto do lado da cultura sertaneja, como nas modernidades de Brasília, era de que assim, enfrentando as duríssimas lides diárias, quase sempre marcadas por provações extremas, os objetivos imediatos, de endurecer o caráter, por um lado, ou de construir a cidade, por outro, seriam alcançados.

No palco onde se encontraram necessidades tão díspares, a natureza despótica do patriarcalismo rude, exercitada em cavalgadas junto a bois; em pousos ao relento; no convívio com vaqueiros aclimados aos campos e chapadões sertanejos e com a cultura do tropeirismo interiorano, era aclimada pelos tecnocratas de Brasília que exigiam dos candangos esse mesmo tipo de exposição a maiores riscos de vida. A rusticidade de tais práticas, que estruturara a organização da sociedade sertaneja e de seus poderes políticos, evidentemente, também penetra as organizações da tecnocracia citadina de uma Brasília em construção realizando o contrário do esperado: a perenização da intolerância e banalização da vida. E nisto, a vocação quase natural para o arcaísmo da violência legitimada a inocular seus venenos no seio da cidade nova e na sua função de criar a sociedade também nova.

Por essa via, na condução da ordem social fronteiriça criada em torno do canteiro de obras de Brasília, a postura de Israel Pinheiro, de Bernardo Sayão e do staff de JK, se assemelhava aos métodos arcaicos dos coronéis ruralistas.

Quem também atesta o aspecto violento das práticas do coronelismo goiano é o professor Nasr Chaul. Segundo tese desse importante intelectual, no interior de Goiás, contrariando as associações preferenciais do coronelismo com o fator econômico, a ausência de grandes fortunas pessoais não impediu a sua vigência. A diferença é que por aqui se forjou

um coronelismo assentado sobre bases mais culturais e políticas do que propriamente econômicas, mas elas também. O exemplo típico é dado pelas conformações oligárquicas da região de Catalão, a sudeste do estado. Naquele tradicional município, como em tantos outros, o poder se assentava na fama de violento, que, segundo a análise, consolidou-se como *“brabeza física (que) intimidava seus adversários”* (CHAUL, 1998: 144).

Já que estamos lidando com exemplos, e eles esclarecem os termos narrativos, recorremos ao retrato esclarecedor desse tipo de pedagogia que é oferecido por Miriam Bianca Amaral Ribeiro. Ao refletir sobre o problema da permanência política da oligarquia Caiado em Goiás, Ribeiro trouxe excelentes contribuições com preciosos depoimentos. Os dois que reproduzimos a seguir foram, ambos, colhidos em entrevistas com o líder Caiadinho, um dos mais destacados oligarcas da terceira geração do clã. Este, durante décadas, manteve confortável residência em Formosa, ao lado da nova capital da República.

O primeiro relato refere-se à dura provação de vários dias pelo sertão, em jornada de mais de duzentos quilômetros, que, em nosso entendimento, ressignificava nos futuros líderes sertanejos duríssimos rituais de passagem. Segundo a memória do narrador, aconteceu da seguinte forma:

Da fazenda Aricá (Aruanã) ele (o pai) resolveu atravessar para Tesouras (Ceres) e era um sertão. Marcou rumo de uns 200 bois. Eu vim nesta viagem, eu tinha 7 anos. Nós pusemos a boiada no curral só duas vezes nessa viagem toda. E o velho na frente (RIBEIRO, 1998: 239).

Seguindo o mesmo tipo de preocupação, outro registro diz respeito aos métodos empregados pelo braço armado da família para tratar de problemas com o controle dos empregados das fazendas. A esse chefe miliciano eram atribuídas as obrigações de resolver as disputas mais complicadas, quando nem as palavras, nem a intimidação davam resultados. No clã Caiado, durante muito tempo, tal responsabilidade fora prerrogativa do filho natural do Senador Ramos Caiado, Ubirajara. A narrativa permite avaliar os métodos baseados na violência legítima utilizados pelos oligarcas sertanejos na condução dos negócios. Se pensarmos nos métodos de controle utilizados na construção de Brasília, é possível dizer que aqueles foram incorporados pelos técnicos da NOVACAP que, durante a construção de Brasília, criaram a GEB (Guarda Especial de Brasília), cuja ação muito se assemelhava ao que Ubirajara fazia.

Ubirajara não aceitava esse negócio de peão fugir, ele buscava para pagar o que devia. Em Nova Crixás tem uns que pulam do caminhão. Hoje não tem mais isso de falar com polícia e ele dá um acocho. Hoje, ou você toma prejuízo ou fica com raiva. Ir lá pegar o sujeito,

amarrar ele e fazer trabalhar. Quando a gente dá uns couro nuns dois, os outros pensam: é, com aquele ali a gente tem que trabalhar. Tem que moralizar (idem: 235).

O caso diz respeito aos problemas com os funcionários das fazendas da família. Contudo, o narrador, também educado naquelas rudezas, lamentava não poder mais contar com as facilidades de acionar a polícia para dar “*um acocho*” nos insubordinados diante das ordens do chefe.

Completando nosso sistema, as interações observadas no ambiente da cultura determinaram, e isto é central para nós, que, se por uma via, os esforços modernizadores penetravam a espacialidade sertaneja, evangelizando-a, civilizando-a, ou desapropriando-a, o que quer dizer o mesmo, por outra a natureza fronteiriça do sertão também penetrava no tecido moderno em construção, ao suscitar nele o fortalecimento, bastante contraditório e íntimo, daquela natureza humana e masculina de valentia e intolerância. Dialeticamente, as forças supostamente domadas pelas luzes civilizadoras incrustavam-se nos métodos estabilizadores utilizados pela nova ordem, dita moderna. O deslocamento da capital para o interior do país, além das soluções para os dilemas geopolíticos, promovia o aniquilamento do sertão, fossilizando no projeto mudancista a própria essência arcaica que prometia debelar.

Essa incapacidade de perceber a diferença, arditamente, dividia seus elementos. Por um lado, tomava a forma de representação literária e romântica do sertão como lugar idílico e sentimental que só existe além da fronteira civilizada. Por essa via, as paisagens são projetadas em campos e florestas, ou em margens frescas de rios de águas puras, e nas suas imediações, o desconhecido e o perigo. Por outra porta, como possessão demoníaca, os traços de enfrentamento com esse perigo, ou seja, a violência explícita, se apossa dos próprios conceitos modernizadores, fecundando neles os germes da intolerância.

Por tudo isso, recorremos outra vez ao que fora verbalizado por um mudancista do porte de Zoroastro Artiaga para dizer que, nos dias de íntimo convívio do intelectual com os membros da comissão técnica do Marechal José Pessoa Filho, um pouco mais do que aquela sonhada utopia modernizadora fora apreendido por sua mente erudita.

Certamente, nas hostes militares, provisoriamente aquarteladas, após os dramas que determinaram o fim do Estado Novo, sombrios arquitetos militares já projetavam sobre os planos de mudança da capital federal mais um voo da ave negra do totalitarismo tupiniquim. E o espetáculo da exposição ao perigo extremo de candangos agarrados às estruturas de aço da Esplanada dos Ministérios em construção, em alegoria, dizia algo sobre a perspectiva iminente de militarização violenta do Estado.

Nesse sentido, as premonições mediúnicas de Artiaga, por meio de palavras recentemente aprendidas e pronunciadas, como estão no esclarecedor artigo de maio de 1955, anunciavam sobre algo que era projetado de algum lugar daquele horizonte de expectativas (nem tão luminoso assim). Repitamos, pois, suas palavras:

“As Forças Armadas não estão dormindo: estão alertas.”

CAPÍTULO 4 – A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

4.1 – A ALTERIDADE NEGADA

O início da construção de Brasília obrigou a sociedade planaltina a ter que digerir valores totalmente novos e, em muitos casos, contrários aos seus. Os acontecimentos provocaram radicais mudanças nos aportes da sua cultura. Acomodações econômicas como aquelas relacionadas à propriedade territorial foram alteradas por meio da política de desapropriação. O sistema cultural e religioso teve os flancos atacados pela nova racionalidade de um mundo desencantado. As lideranças políticas apressaram a apreensão de novos conceitos na tentativa desesperada de inserir-se nos novos tempos. Tudo isso, em menos de cinco anos, no qual o mundo reconhecido passava por esse rigoroso processo de transformação.

Ao imergir no universo sociocultural de lideranças regionais como Hosannah Guimarães, Paulo Malheiros e Gabriel Guimarães, e de intelectuais como Olympio Jacintho, Doutor Décio Ortiz, Gelmires Reis e Zoroastro Artiaga, é forçoso reconhecer a proeminência das representações religiosas na condução dos processos políticos e sociais locais, apesar da importância do contexto cultural letrado e do valor da educação formal. Nísia Trindade Lima, ao discutir a questão da fronteira sob o ponto de vista da análise do sertão, recorre às considerações de Richard Morse, acatando a tese de que *“em última análise, as possibilidades de entender tais características (a natureza multifacetada da fronteira civilização/primitivismo no Brasil) residiriam no reconhecimento da natureza católica da sociedade brasileira”* (LIMA, 1999: 43).

Nesse sentido, medidas radicais como as interrupções das festas de maior apelo popular, caso que pôde ser observado em Planaltina, Formosa e Luziânia, se configuraram como incisivas respostas culturais que o sertão emitia diante das novas exigências. Apesar do imenso poder simbólico representado pelos rituais e liturgias apensos a esses ciclos festeiros e

da constatação de haver neles a centralização de muito da vida social sertaneja, estes foram suspensos.

Se considerarmos que parte significativa da cultura popular da região manifestava-se na forma festiva de comemorar os mais importantes dias de santos católicos, temos um dado positivo do esforço de acomodação operado. No rol das celebrações religiosas que amalgamava diferentes grupos sociais, uma delas assumia foros de hegemonia: o ciclo noveneiro da Folia do Divino. Por isso, procuramos interpretar as ressonâncias produzidas pelas mudanças em seu interior.

Ao se depararem com as novidades trazidas pela abertura do território de modernidade chamado Brasília, os devotos do Divino reagiram reavaliando seus ritos e a resposta imediata dos sertanejos, como no caso extremo da folia de roça (parte rural componente da Folia do Divino Espírito Santo), foi sua suspensão a partir de 1955 (ZATS, 1986). Dada a radicalidade da resposta, procuramos decifrar alguns dos signos que permitem encontrar os sentidos inscritos nessa atitude. No Planalto, a Folia do Divino seguia a tradição que a divide em dois eventos: a folia de roça, celebrada nas fazendas, e a folia de rua, também chamada Império de Rua do Divino, que é celebrada na zona urbana (ABREU, 1999; ZATS, 1986 e AMARAL, 2007). Observando que ali ainda vigorava uma vida hegemonicamente rural, na qual cerca de 80% da população ocupavam a zona rural (dados colhidos da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de 1958).

Nas lutas estabelecidas entre modernidade e tradição, as ideias identificadas com o primeiro foram potencializadas com a presença de Brasília. Aspecto que trabalhou para a contenção da maioria dos ritos populares daqueles ciclos festeiros. Entre eles, as danças, as promessas, e toda uma liturgia popular estabelecida, pois era o que mais destoava da renovação emanada dos diferentes projetos (endógeno e exógeno) de atualização da cultura. Em uma época de transição como aquela, em vez da renovação do ciclo, nos espaços da festa ocorreu o recrudescimento das diferenças entre a racionalidade da tradição e o que poderia ser aceito como razoável pela autoridade, não importando sua origem: eclesiástica ou secular, popular ou erudita, tradicional ou moderna. A interrupção da festa, nesse sentido, corresponde à radicalização desse esforço de atualização. Por essa via, muitas outras encenações tradicionais como as que eram protagonizadas por pagadores de promessas, ou das procissões para regar cruzeiros na intenção de aplacar os rigores das secas, também tiveram seu decreto de morte. Mas o problema não termina na constatação das diferenças, pois a suspensão da folia foi temporária, retornando dezessete anos depois, quando a nova capital, vencendo muitos obstáculos, já estava consolidada.

Nas novas conformações assumidas pela festa, apesar do interregno, algo daquele universo que a capital vinha negar teve sua continuidade assegurada. Esse jogo entre ação e reação entabulado no campo da cultura é o mesmo que foi muito bem apanhado por Alfredo Bosi, que aponta para as situações nas quais os agentes da cultura, em seu aspecto popular, procuram acomodar *“noções e valores de outras faixas da sociedade (...); mas, assim fazendo, não se destrói definitivamente, como temem os saudosistas e almejam os modernizadores: apenas deixa que algumas coisas e alguns símbolos mudem de aparência”* (BOSI, 1992, 51). O retorno da festa, desse modo, ratifica este tipo de tática guerrilheira adotada pelos planaltinos que, no momento propício, enquanto pareciam desaparecer, acomodavam elementos no compasso de espera da avaliação futura das novidades. O renascimento, contudo, se fez transformado e modernizado em espetáculo pop (AMORIM, 2002 e ANDRADE, 2007).

As permanências que podem ser observadas neste regresso da folia assumem formatos diferentes, mas em alguns interstícios de sua liturgia essencialmente popular, apesar da presença tutelar da autoridade do vigário e apesar do desejo de moderno, ainda operava com a vigência religiosa do apelo ao sobrenatural que há na liturgia do Divino. Atualizando o problema, a coisa ficaria assim: para quem acreditava em milagres, abrir mão das conquistas da sociedade mecanizada e abraçar essa outra forma de entendimento, que a modernização prometia superar, corresponderia a este instinto de resistência e sobrevivência. Tudo isso como permanência que, cinquenta anos após o início das mudanças, estende seus elementos nos espaços de uma tradição transformada.

Por isso, o esclarecimento preconizado não pode ser resumido apenas à mudança técnica dos fazeres e não esbarra na inauguração da cidade nova. Ela, com seus apelos e imposições, trabalhou na dissolução de muitos ritos e mitos populares. Contudo, neste caso específico, as evidências apontam para intenções prejudicadas pela disposição popular de insubordinar-se, pois a seu tempo, volta a pedir e receber milagres. Evidentemente, a substituição do milagre pela imaginação permitida e controlada, ou pela autoridade da Igreja ou, como se fez posteriormente, com os paradigmas da ciência, também foram negligenciados em franca desobediência. Assim, sucumbia parte da pretensão esclarecida de alçar o homem à posição de constituir-se em um ser capaz de, utilizando-se apenas de sua razão cartesiana, exercer o controle ilimitado sobre todas as coisas deste mundo. Por outro lado, na disposição milagreira dos fiéis impõe-se a evidência de uma escolha popular que insiste em acionar a interseção suprassensível para a solução dos problemas com o mundo. O que muitas vezes soa incômodo para autoridades representadas e reconhecidas.

É interessante observar que esse conflito não se constituiu em novidade introduzida apenas pela presença de Brasília. Atos regulatórios ou proibitivos foram baixados sobre as festas populares por autoridades eclesiásticas e/ou seculares em diferentes momentos da história. Não há ineditismo algum em constatar que os foliões do Divino, há muito, confrontaram autoridades interessadas no estabelecimento de uma sociedade esclarecida. Contudo, a expressão do conflito social fornecida por tais atos confirma a excepcionalidade dos eventos festivos. Fato observado agudamente durante a implantação da nova capital do Brasil.

Nesta via, outros conceitos, como os da higiene médica, vieram somar forças aumentando a corrosão dos costumes implícitos aos ritos. Estamos certos também de que o alvo da disputa se dirigia para algo que já fora definido por Chartier, ao estudar os problemas desse tipo de relação na França do Antigo Regime, como desejo de resguardo da hegemonia estabelecida através da disposição, sempre recomeçada, de destruir, disciplinar ou mesmo, com a constatação de sua inevitabilidade, recuperar costumes e festas para um contexto mais e melhor controlado. Peculiaridade que também foi percebida por esse estudioso da cultura nas tentativas de impor sistemas de controle sobre as mais significativas celebrações populares de seu país (CHARTIER, 2004: 23). Nas relações estabelecidas entre o popular com o oficial existem infinitas imbricações com outros níveis do conflito. Não obstante, reconhecemos nela a explicitação das intenções e do divergente como expressão fria da intolerância para com o outro. O que, de outro modo, delimita as fronteiras do permitido.

Exemplo típico dessa disposição encontramos recentemente em um folheto distribuído durante o giro da folia de roça em Formosa no ano de 2007. Repare que o panfleto “FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO FOLIA DA ROÇA”, assinado pela Diocese de Formosa, refere-se a situações presentes 47 anos depois da inauguração de Brasília. Nele, o Guia Espiritual da Folia, Padre Ary Ramos, estabelece um conjunto de 26 disposições sobre práticas expressamente proibidas aos foliões durante o giro de roça. Entre elas, o consumo de bebidas alcoólicas; o crime do porte de arma de fogo ou branca, com prisão inafiançável em flagrante. Outros *crimes* também foram ressaltados: como os de apanhar frutas nos quintais ou alimentos nas mesas e residências dos pouseiros, sem a permissão; ou entoar cânticos de promessas (cantoria) dentro da Igreja ou na entrega da Folia; ou, ainda, deixar cavalos no pátio da Igreja; dançar o catira com homens e mulheres, etc. Caso contrário, ameaçava, “o folião infrator auxiliará na limpeza em conjunto com algum membro da equipe de serviço ou se for necessário será pedido sua retirada da folia como folião” (ANEXO H), o que corresponde a uma meia excomunhão.

Pela interpretação desse conjunto de disposições, identificamos a permanência de práticas e relações tipicamente sertanejas e, há muito, tidas como superadas. Pois, se não mais existissem, não precisariam ser reguladas. Da mesma forma, o esforço de contenção de elementos da cultura popular, como danças, bebidas alcoólicas e promessas transgride inclusive determinações emanadas do esforço de atualização do Concílio Vaticano II, de 1965, que previa uma aproximação mais amistosa com as liturgias do catolicismo popular.

Por outra via, e de forma menos institucional, mas não menos rigorosa, o preconceito expresso em descrições e atitudes dos condutores do processo civilizador dirigido ao universo sertanejo (de viajantes e governadores a militares e renomados homens de ciência), em diferentes momentos e lugares, também tentaram demonstrar sua eficácia.

O cuidado com o descontrole sobre as condutas das pessoas e de seus bens, como no caso da distribuição de alimentos a centenas de foliões com os milhares de convidados dos pousos, ou na ocorrência dos milagres, assim como nas promessas e no versejar sertanejo, indicam a vigência, nesses ciclos, da transgressão dos limites do tolerável. Evidentemente, a rearticulação de alguns espaços da tradição nas folias contemporâneas responde pela confirmação das permanências dos conteúdos populares a dirigir muitos dos seus ritos. Tudo isso contraria os princípios da conduta permitida como legítima pela moral dita *civilizada*. E, de certa forma, passou a envergonhar aqueles que investiam na identificação com os valores modernos. A solução dessa convivência nem sempre resultou em morte das manifestações, acontecendo também algumas capitulações da autoridade diante dos corpos sapateando e batendo palmas ritmadas. Em outras, ocorria a procura de entendimento de que os gestos carregados de afetividade e irreverência, como nas quadras cantadas sob diferentes toadas de violas, não eram meras indecências de pessoas mal educadas (ABREU, 1999), mas sua forma legítima de expressar toda uma religiosidade cabocla, que, em muitos sentidos, porta-se como cultura viva e carregada de profunda interação com o sagrado. Classificar os ritos populares como folclore, como observado pelo final da década de 1950, mais do que uma releitura, era uma estratégia de convivência com a folia.

As divisões observadas nos permitem pensar sobre a extensão do reforço civilizador no âmbito da renovação católica que, como vimos, também era realizado por meio de estratégias de controle. Muitas delas, inventadas a partir das clivagens forçadas entre cultura popular e moral cristã. Como vimos, há casos extremos em que a situação de tensão insuperável levava a autoridade (eclesiástica ou secular) a baixar atos radicais. Como não se obteve êxito na extirpação da festa em si, após sua classificação como um estorvo, verificamos a tentativa de controle institucional sobre seus sentidos. No caso da Folia do

Divino, as celebrações, durante algum tempo, foram encaminhadas para se conformarem como eventos de cunho eminentemente litúrgicos, tomando a forma de missas e procissões oficiais (ZATS, 1986). A resistência oferecida por seus praticantes, contudo, levou a Igreja a tomar outras decisões, entre elas, a de fazer a triagem da celebração, isto é, operar no meio do conflito fazendo a separação entre o oficial e o popular. Assim, via catequese e reeducação das novas gerações, esvaziavam-se as legitimidades que a tradição havia dado às danças, fogos, promessas e demais condutas, depois classificadas como supersticiosas (MAINWARING, 2004).

Seguindo essa estratégia, operou-se com a acomodação institucional, que é a atitude de recuo estratégico diante da persistência das práticas populares. Sob o risco de perder o controle sobre parte do rebanho, os esforços e as decisões da autoridade foram então direcionados para essa convivência. A solução, neste caso, resultou na divisão do tempo da folia.

A partir desse tipo de consideração, o movimento de suspensão da folia adquire sentido, pois se enquadra no contexto da herança das intervenções civilizadoras. No cenário planaltino, o processo das desapropriações, alterando a estrutura fundiária, desempenhou papel central, pois trazia o pano de fundo da exclusão do diferente e a intolerância. Após a instalação do território de modernidade, com a construção da cidade nova, verificamos esse esvaziamento da folia tanto como festa popular, quanto como espaço de encenação das identificações sertanejas com o sagrado.

O que percebemos como causa imediata da decisão de suspensão de momentos essencialmente religiosos e culturais como aqueles, em parte, pode ser atribuído a essa ameaça real de perder as terras, pois tratava-se de um bem carregado de representações essencialmente culturais para os planaltinos. Outros fatores também agregaram elementos à decisão. Coisas como a defasagem em relação aos valores modernos; as associações estigmatizadoras atribuídas a palavras como *caipira* e *roceiro*; os novos conceitos de higiene médica também contribuíram para o interregno das folias. Apesar desse contexto mais amplo, a interferência no tipo de dominialidade das terras que tinha validade inquestionável para todo aquele território provocava também a dissolução de identidades secularmente assentadas sobre sua propriedade. Fato observável também nas imposições de conceitos apensos às palavras que se acercavam de uma dada organização social acatada sob denominações de fazendas ou fazendeiros. E, por isso, a centralidade desses conceitos.

A questão fundiária resultante da implantação do território do novo Distrito Federal responde por parte do problema, sem que dê conta da totalidade interpretativa

requerida. Ela integra-se no cenário das disputas simbólicas em curso. Sob o ponto de vista antropológico, os elementos da análise sinalizam que a razão mais incisiva inscrita na decisão de suspender tão importante tradição atém-se, em última instância, à alteridade negada. Desse modo, os abalos repercutidos em alterações de diversos domínios da formação social tradicional, incluindo a economia, a religiosidade, as festas, e a cultura, enfim, encontram sentido nessas disputas pelas quais aquilo que não poderia ser identificado com o moderno, teria que ser negado.

Este tipo de postura intolerante, é o traço que, desde os primeiros movimentos ainda no século XIX, se consolida como marca do mudancismo e, depois, impregna o projeto desenvolvimentista que assumia a missão de mudar o Brasil.

Por meio do discurso emitido desde os centros decisores da vida nacional, observamos que aquilo que vinha sendo conceituado por meio da palavra oficial fornece elementos capazes de elucidar o clima de disputas e das estratégias de dominação utilizadas. As narrativas dos primeiros elaboradores da História de Brasília (SILVA, 1970; VASCONCELOS, 1978 e KUBITSCHKE, 1975), não ficaram imunes a esses interesses.

Para compreender problemas como a implantação de um território de modernidade no centro do sertão e seus correlatos, que atendem pelos nomes de desapropriação, exclusão, suspensão das folhas e efemeridade, é necessário inquirir sobre a força que atuava como motor do movimento: a disposição de negar o mundo que havia para poder construir o novo, por um lado; e as formas de resistência, que o outro foi obrigado a elaborar.

4.2 - O “ABSOLUTAMENTE NADA”

Um dos primeiros historiadores de Brasília, o Doutor Ernesto Silva, dez anos após a inauguração da capital, publicou a primeira *História de Brasília*. Dono de uma biografia amplamente dedicada ao mudancismo e à defesa do plano original de Brasília, Silva desenvolveu nas fileiras do Exército conceituada carreira militar. Entrou em contato com o ideal mudancista quando do exercício da função de ajudante de ordens do marechal José Pessoa Filho (outro baluarte do movimento), cargo que exerceu entre os anos de 1945 e 1949. Posteriormente, ascendeu à função de Secretário Executivo da Comissão de Localização da Nova Capital (1953/55), chegando ao posto de presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, em 1956. Como diretor da NOVACAP no período de 1956 a 1961, protagonizou relevante papel nos eventos da construção e transferência da capital nacional, vindo a substituir o Marechal José Pessoa quando da disputa em torno do nome da nova cidade. Por último, dedicou-se até o fim de seus dias à defesa da integridade do Plano Piloto de Lúcio Costa.

Na década de 1970, Silva publicou esse livro, todo dedicado aos anos da construção e consolidação da cidade, constituindo-se também na primeira narrativa da história de Brasília. Sua escrita cultiva para o autor o papel de cronista oficial da nova capital, desenvolvendo um romance apoloético da epopeia de construção da metrópole. O trabalho traz um desfile de heróis, mitos e obras. JK, os oficiais Poli Coelho e José Pessoa, o próprio Ernesto Silva, o vice-governador Sayão e a dupla Niemeyer e Lúcio Costa são laureados como emissários do futuro de uma nação predestinada. A esses *heróis*, a *História de Brasília* atribui a denominação de “*abnegados eleitos pela Providência Divina*” pois, segundo sua visão, tratava-se de pessoas capazes de esforços sobre-humanos para a promoção do encontro da nação com seu destino de grandezas: a redenção esperada.

Nas lutas simbólicas travadas contra o sertão sobressai da narrativa de Silva a disposição de negar primeiro, para depois construir. Para o autor, tudo o que não pudesse ser identificado imediatamente com as novidades de uma sociedade motorizada seria ignorado. Na Introdução do livro, por meio de uma construção antitética que seguia o argumento de Varnhagen, impera aquela concepção geopolítica de que as posições litorâneas encontravam-se contaminadas por muitos vícios das nações ditas “*superpovoadas*”: exposição militar, pressão política, pobreza e insalubridade. Como opção viável, o Centro-Oeste com uma

demografia rarefeita, era apresentado como sinônimo de deserto, que, para ele, era o mesmo que nada e, por isso, o lugar ideal para abrigar a nova capital.

No Capítulo denominado “*Primeiras Providências*”, ao relatar a tomada desse “deserto” pelo presidente JK, o cronista proclamava em caixa alta: “NADA, ABSOLUTAMENTE NADA HAVIA NESTE IMENSO TERRITÓRIO” (SILVA, 1970: 108).

A frase é emblemática e confirma a cultura de negação da formação social existente naquele sertão, que, ao contrário do que a frase pretendia, existia e era portadora de uma secular trajetória de aclimações, constituindo-se, inclusive, em região culturalmente estabelecida. A explicação para tal política deve ser atribuída à intenção do autor em buscar uma narrativa em torno não apenas dos fatos mais importantes da construção da cidade, mas, inspirado na ideia da Odisseia, oferecer paralelos entre a obra de JK com alguns dos mitos fundadores do Ocidente. Nesse caso, orientando-se pela lenda de Rômulo e Remo, que, ao erguerem a cidade de Roma, estavam inventando o próprio Ocidente como cultura. Não é fortuita, portanto, a existência, na praça que há em frente à sede do Governo do Distrito Federal (a Praça do Buriti), de uma colunata romana encimada pela escultura em bronze da loba romana amamentando os dois meninos.

Entre as mitologias suscitadas pela expectativa da construção da cidade nova, resgates como esses foram costurados no corpo da história. E é o próprio Silva quem detalha as intenções e os signos que justificavam a feliz escolha. Através da estratégia da associação, na qual são colocadas em relevo as coincidências históricas, forçadas ou não, entre o projeto Brasília e o mito fundador da Roma dos Césares, há o esforço para estabelecer em Brasília a mesma ideia de criação de uma nova civilidade. Nas palavras introdutórias do livro, temos essa confirmação.

No dia 21 de abril de 753 a. C., Rômulo fundava, no monte Palatino, uma cidade que queria ser o marco de uma nova era no Mundo Pagão – a Roma dos Césares – o berço da civilização cristã. / Quis a Providência Divina que, no mesmo dia, 27 séculos mais tarde, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília ao Brasil (SILVA, 1970: 7).

Por certo, coincidências havia. Mais do que elas, as intenções também falam alto. E se a cidade inventada por essa “*plêiade de homens destemidos*” falhou na missão de fundar o que fora projetado como novo marco civilizatório ocidental, pelo menos foi capaz de reunir em torno de si diferentes horizontes de expectativas modernizantes. Entre eles, o do redescobrimento do Brasil, a ideia de integração regional e a dinamização da economia da região Centro-Oeste. Algo que os eventos posteriores vieram confirmar. Contudo, a essência

ideológica implícita ao conceito de cidade nova e sua missão reinventora da sociedade descambou em previsível fracasso. Parte dele devida a essa incapacidade antropológica de atribuir relevância aos valores da cultura do outro, como aquela que vicejava nos campos e cerrados planaltinos, e nisso, uma ferida por onde os germes da intolerância vieram contaminar as pretensões de novo. A falta de porosidade inerente ao Projeto Desenvolvimentista de JK¹, desde seus movimentos iniciais, tornava invisível aos seus agentes qualquer coisa que destoasse das convicções de moderno. O ofuscamento pela intensa luz de *verdades inquestionáveis*, tais como redescobrir o País, modernizar as estruturas sociais e econômicas e alçar a nação ao rol das potências ocidentais, incapacitava-os para o diálogo necessário. Aspecto que fora apanhado, desde então, por mentes sensíveis como a de Gilberto Freyre, que em 1961 alertava, embora reconhecendo a genialidade e o arrojo de JK e dos artistas que se reuniram em torno da Meta Síntese, que previa a construção de Brasília, sentir a falta, entre aqueles, para auxiliá-los no “*tremendo esforço de se construir, no interior do Brasil, a cidade-base de uma mais moderna civilização brasileira nos trópicos*” (FREYRE, 1968: 188) da presença de ecologistas e cientistas sociais. Os únicos, segundo a crítica, com preparo para avaliar a situação a partir de ângulos nos quais,

a integração dêsses arrojos na realidade brasileira e na ecologia tropical, da qual alguns estetas tendem a desgarrar-se por esteticismo puro; e, por outro lado, projetasse tais arrojos sobre o futuro social do Homem de modo que lhes dê uma nova dimensão, da qual nem sempre artistas técnicos, físicos, químicos, engenheiros, se antecipam aos cientistas e aos pensadores especificamente sociais, em se aperceber (ibidem).

Essa indiferença da tecnocracia desenvolvimentista em relação aos reclames do humanismo, ao contrário do que fora projetado, foi interpelada por reações políticas e culturais da alteridade negada. Não foram poucas as manifestações de insatisfação que ficaram registradas em movimentos como aquele que definiu a mudança editorial do JP; ou, individuais, mas significativamente representativas, como no pedido de esclarecimento feito ao Governo de Goiás, em 1955, pelo deputado Gabriel Guimarães. Contudo, é na cultura que observamos as mais radicais respostas a essa falta de diálogo.

A suspensão de costumes e festas tradicionais, como foi observado no Planalto Central, pode ser compreendida como representação crítica e simbólica da mutilação que também ocorria no campo econômico, da qual sobressai o processo de desapropriação (ou alienação) territorial. Para avaliar o grau de impacto dessas *desapropriações* e de sua

¹ Esclarecemos que o projeto econômico de JK acomoda-se segundo o conceito clássico de **desenvolvimentismo**, pois assenta bases no crescimento da produção industrial e da infraestrutura, através da participação ativa do Estado. Com isso, pretendia dinamizar a economia e, por meio do aumento do consumo, alcançar sua sustentação.

importância para a cultura planaltina, é necessário antes compreender que conceitos regionais como, por exemplo, “*fazenda*”, extrapolavam os estreitos limites de bem econômico, tratando-se, neste caso, de ente portador de valores sociais e culturais regionalizados que escapavam à compreensão da tecnocracia condutora do processo. Sobre os diferentes conteúdos desse conceito, destacamos a fala de um legítimo sertanejo, que, nascido em 1930, presenciou todo o movimento de mudança na formação social de sua cidade: Planaltina. Seu nome é Erasmo de Castro e entre as muitas qualidades que possuía, destacamos a de ser um exímio narrador.

No ano 2000, o entrevistamos.

Este poeta popular, entre muitos causos, resumiu o conceito *fazenda* utilizando as divisões que passaram a vigorar a partir da construção de Brasília.

Naquele tempo, quando falavam Fazenda do Torto, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha estava falando de muitos hectares de terra, muitos alqueires. Hoje, as pessoas fala fazenda e é uma chácara qualquer. Mas, naquele tempo, fazenda mesmo, se a pessoa falasse fazenda, é porque havia de mil alqueires de terra pra lá (CASTRO, 2000).

Na descrição notamos que, além da definição da palavra *fazenda* e apesar do tempo passado, ainda atuava um resto do clima de disputas culturais entre interesses divergentes. A utilização de expressões como “*naquele tempo*” ou “*antigamente*”, demonstra a consciência crítica que atuou sobre a experiência com as mudanças, pois haveria um marco reconhecido. Observamos no esforço semântico de Erasmo a intenção de lidar politicamente naquela fronteira temporal. Há na sua disposição de valorizar a fazenda o desejo de, quem sabe, resguardar a memória de uma “*idade do ouro*” já superada para, assim, justificar a avaliação negativa de todo o processo que foi vivido posteriormente à chegada dos novos tempos, introduzidos pelo termo “*dias de hoje*”. Este seria o tempo em que, no espaço das transformações que trouxeram a hegemonia da vida urbana, ocorre o término da espacialidade onde as interações eram regidas pelo universo rural das fazendas.

O campo semântico criado pelo discurso tensiona diferentes tempos, procurando desqualificar os novos conceitos atribuídos a uma mesma palavra pelas pessoas de “*hoje*”. Erasmo faz a construção antitética observando que as dimensões superlativas que o conceito alcançava “*naquele tempo*” superavam não só as pequenas dimensões das propriedades atuais, mas, sobretudo, os seus significados e importância. Então, para ele, pequenas não eram apenas as propriedades de hoje, para ele, meras chácaras, mas, sobretudo, o mundo que criara tal conceito. A desqualificação das chácaras repete a estratégia crítica formulada anteriormente por Hugo de Carvalho Ramos que, no início do século XX, combatera contra os

articulistas ditos “*apressados*” (Capítulo I). A preferência pelo passado vivido em relação às situações apresentadas pelo presente revelado fica clara. Haveria, então, a intenção de atribuir-se selo de autenticidade apenas para as fazendas “*daquele tempo*”. Em construções como “*fazenda mesmo, se a pessoa falasse fazenda, é porque havia de mil alqueires de terra para lá*”, constatamos o decreto pessoal de que apenas aquelas seriam possuidoras das características de identificação de si e de seus proprietários como autênticos, que é outro conceito que teve irrestrita validade nas divisões praticadas.

O dado da diferença entre os valores do tempo atual e o passado vivido reside também na redefinição do termo *fazenda*, que encontrou sua profanação definitiva na despidorada multiplicação das pequenas e impessoais chácaras domingueiras. Por seu turno, as fazendas de outrora eram verdadeiras entidades, que muito além de sua região eram reconhecidas através de produtos como bois, toucinho, cavalos, doces ou farinhas. Entes individualizados e respeitados por meio de pessoalíssimos nomes: Monjolo, Papuda, Salvia, Forquilha, Limoeiro, Rajadinha, Cocal, etc., cada qual com personalidade e história própria. De fato, muito diferente das impudicas chácaras que, posteriormente, vieram retalhar todo o território do Distrito Federal, aniquilando as fazendas e seus contextos. As atuais unidades, definidas de forma bastante desabonadora como “*chácara qualquer*”, se tornam na crítica do narrador o mesmo que sem identidade, ou até carente de sentido.

A mensagem do discurso, por essa via, expressa a disputa de valores e a indicação das razões materiais que atuaram na base da suspensão das festas populares. Desse modo, é possível compreender que a expectativa de estar ao lado da cidade nova operava com a desarticulação da região em dois sentidos: no material, com a implantação de um território irreconhecível, pois ficava radicalmente alterado com as desapropriações, conceito que analisaremos em seguida; e no sentido simbólico, teorizado por Pierre Bourdieu, com o da imposição de uma nova região cultural com práticas e representações vindas de um universo radicalmente diferente, se não oposto ao que havia (BOURDIEU, 1989).

Erasmão de Castro, que nasceu em 1930, foi um dos filhos do guia da Missão Cruls, Viriato de Castro, o jovem que, aos catorze anos, fora encarregado por seu pai para ser os olhos daqueles que se incumbiam de estudar a região do Planalto Central no trabalho de estudar e demarcar o território do futuro Distrito Federal. E dessa memória, passada de pai para filho, vieram muitas das histórias que semearam a esperança de dias melhores.

Um aspecto que chama atenção no relato de Erasmão é que as histórias ouvidas, setenta anos depois, continuavam reverberando em sua narrativa, demonstrando que as expectativas geradas pelas expedições haviam incrustado signos profundamente

representativos na memória e na cultura planaltina. Essa esperança de convívio com uma metrópole de verdade, toda ela para o seu deleite, alimentou sonhos e projetos. Sua capilarização nos diversos estratos sertanejos se evidencia através da verbalização de associações como aquelas que advogavam pelo desenvolvimento a ser desencadeado pela nova capital. Em tudo, a mensagem ambivalente: aquilo seria bom, mas, perigoso, pois, no meio do caminho, seria definida a disputa em torno do conceito desapropriação.

O início desse doloroso processo de desapropriação possui um lastro antimoderno inegável, pois desaloja famílias e grupos sociais tradicionalmente assentados sobre a propriedade da terra. Contudo, a disposição crítica induzida pela comparação dos conceitos deve ser compreendida também como resposta pronta e radical de resistência local diante da presença irreversível da metrópole modernista.

As implicações culturais advindas do clima de apreensão gerado pelas desapropriações impõe a necessidade de analisarmos as categorias dos pensamentos que entraram em confronto na região, tanto o pensamento dos planaltinos, como temos feito até agora, como o dos desenvolvimentistas. Nesse sentido, as evidências nos colocam problemas da mesma luta simbólica que é estabelecida em torno do poder de impor a melhor definição, no sentido da hegemonia política, para os elementos de um mundo social cindido ao meio. As divisões históricas que temos identificado remetem pensar, tendo em conta as disparidades, na vigência de tempos e interesses também marcados pelas diferenças. E as disputas entabuladas a partir da convivência conflituosa entre valores modernos e tradicionais foram colocadas ao conjunto da sociedade proporcionando-lhe aquela forma muito precária de equilíbrio responsável por sucessivas acomodações.

Na avaliação elaborada pela tecnocracia adventícia sobre o sertão, fica clara sua disposição em atuar de forma impositiva sobre aquele mundo decretado incivilizado. A frase de Ernesto Silva de que o Planalto era só o deserto, além de simbólica, é parte de uma tradição discursiva que foi repetida inúmeras vezes nas narrativas sobre a nova capital, aparecendo também, por óbvio que pareça, nos discursos do JK, e para o desalento do sertão, na sensível poesia de Vinícius de Moraes.

O Poetinha, juntamente com Antônio Carlos Jobim, de sua confortável Cidade Maravilhosa, em 1960, compôs a bela peça denominada “*Brasília, Sinfonia da Alvorada*”. O grande poema que é declamado sobre robustos acordes sinfônicos da música de Jobim, nos versos iniciais, reproduz essa ideologia legitimamente brasiliense:

No princípio era o **ermo** / Eram antigas **solidões** sem mágoa. / O altiplano, o infinito descampado / No princípio era o agreste: / O céu azul, a terra vermelho-pungente / E o

verde **triste** do cerrado. / Eram antigas **solidões** banhadas / De mansos rios inocentes / Por entre as matas recortadas. / **Não havia ninguém. A solidão** / Mais parecia um **povo inexistente** / **Dizendo coisas sobre nada.** / Sim, os **campos sem alma** / Pareciam falar, e a voz que vinha / Das grandes extensões, dos fundões crepusculares / Nem parecia mais ouvir os passos / Dos velhos bandeirantes, os rudes pioneiros / Que, em busca de ouro e diamantes, / Ecoando as quebradas com o tiro de suas armas, / A tristeza de seus gritos e o tropel / De sua violência contra o índio, estendiam / As fronteiras da pátria muito além do limite dos tratados. / – Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato, / Vós fostes os heróis das primeiras marchas para o oeste, / Da conquista do agreste / E da grande planície ensimesmada! / Mas passastes. E da confluência / Das três grandes bacias / Dos três gigantes milenares: / Amazonas, São Francisco, Rio da Prata ; / Do novo teto do mundo, do planalto iluminado / Partiram também as velhas tribos malferidas E as feras aterradas. / E só ficaram as **solidões** sem mágoa / O **sem-termo**, o infinito descampado / Onde, nos campos gerais do fim do dia / Se ouvia o grito da perdiz / A que respondia nos estirões de mata à beira dos rios / O pio melancólico do jaó./ E vinha a noite. Nas campinas celestes / Rebrilhavam mais próximas as estrelas./ E o Cruzeiro do Sul resplandecente / Parecia destinado / A ser plantado em terra brasileira: / A Grande Cruz alçada / Sobre a noturna mata do cerrado / Para abençoar o novo bandeirante / O desbravador ousado / O ser de conquista / O Homem!

Tão extenso e belo é o poema, quanto imensa a lista de adjetivos depreciativos que, no sentido da cultura, são atirados contra a alteridade sertaneja. Se compararmos a voz grave do poeta com as evidências históricas, nada seria mais incerto e distante da vida real do que o que é declarado no primeiro verso: “*No princípio era o ermo / Eram antigas solidões sem mágoa*”. Mas, a força das palavras não atua como mera estetização do cenário e, pelo que temos inferido, há nelas a definição da rota a ser trilhada rumo ao futuro da Pátria. Intenção que dissemina por todo o texto a desqualificação de tudo o que havia antes da chegada “*do desbravador ousado*”. Temos como certo que a encomenda da obra fora acompanhada de orientações sobre o tom da narrativa, que deveria ser apurado pela possibilidade de construção do novo a partir da desconstrução do que havia. Estratégia que pressupõe a identificação do antes com o nada.

Em seguida, o discurso fica mais claro, pois, naquele lugar uterino, naquela página em branco, “*Não havia ninguém. A solidão / Mais parecia um povo inexistente / Dizendo coisas sobre nada. / Sim, os campos sem alma / Pareciam falar, e a voz que vinha / Das grandes extensões, dos fundões crepusculares / Nem parecia mais ouvir os passos / Dos velhos bandeirantes, os rudes pioneiros*”. Então, haveria “*um povo inexistente*” e, pior, “*dizendo coisas sobre nada*”. A engenhosidade do poeta não fora gratuita. O texto indica para a existência de uma meta objetivamente requerida: retirar do sertão até mesmo a herança bandeirante, e assim, abandonado e carente de história, ser usurpado de um legado palpável para a história, pois estabelecido como heroico, para as mãos da cultura nova que a tecnocracia trazia em sinuosos traços modernos, em envolventes planos urbanísticos e numa singular postura intolerante.

Por meio da solução poética, os primeiros filhos, netos e bisnetos das mitologias criadas em torno de nomes como Anhanguera, Borba Gato e Fernão Dias foram deserdados de sua historicidade e do direito a ela. Em ato contínuo, o Planalto era desapropriado, JK tomava posse da modernidade e, através da ideia de que entre as heroicas marchas bandeirantes e Brasília “*só ficaram as solidões sem mágoa*”, descobria-se na ausência do herdeiro da épica conquista um espaço vazio a ser ocupado. Quem então poderia assumir essa herança, se não o *Presidente Bossa Nova*? Vinícius de Moraes, em um transe poético, conseguia apagar a saga de aclimações sertanejas, encobria as lutas em torno do acesso à cultura, e obscurecia os sonhos redentores de casamento com o moderno. E das solidões construídas com tinta, papel e belas palavras, como um Deus cristão fez surgir o “*novo bandeirante / O desbravador ousado / O ser de conquista / O Homem!*” .

Os versos carregados da representação fundadora também foram apanhados em 1960 pelos estrategistas da campanha presidencial do Marechal Lott. Como peça de propaganda eleitoral, elaboraram um outdoor que trazia a representação visual da narrativa que conduz a “Sinfonia da Alvorada”. Um dos primeiros fotógrafos de Brasília, o alemão Peter Scheier, registrou e deixou para a posteridade a tradução exata dessa intenção modernista.



Figura 12 - Outdoor da campanha presidencial do Marechal Lott

A fantasia de bandeirante ostentada pelo sorridente JK que, em vez do arcabuz, trazia a mão esquerda empunhando um plano, bem representa a mudança de métodos. A

modernidade do Projeto Desenvolvimentista não mais requeria a força bruta. Desapropriação, história, medicina, estradas e Brasília seriam as armas da nova conquista. Contudo, a atitude missioneira bandeirante havia se tornado a conduta padrão da maioria dos emissários do mundo exterior. Atuava naquele arranjo uma típica forma de pensamento exógeno, moderno e pragmático que, por isso, não interessava em nenhuma forma de aproximação com os conteúdos regionalizados, possuidores de uma lógica própria e, em quase tudo, diferente do padrão de cultura que se julgava adequado aos novos tempos. Por isso, a representação do bandeirante conquistador.

Neste caso, os conceitos, dependendo do lado em que se estava, assumiam diferentes sentidos. Significados como os de fazenda, folia, promessa ou milagre, por exemplo, apresentavam-se como elementos essencialmente culturais e, portanto, depositários de representações identitárias complexas com amplos desdobramentos sobre a dinâmica das formações sociais de onde emanavam.

A capacidade performativa das imposições de conceitos externos sobre o discurso regionalista ocorria de diversas maneiras, apesar da resistência inicial. Com o desenrolar dos acontecimentos, a intenção dos novos agentes, mesmo os sertanejos, em lidar com valores diferentes dos seus atuou como suporte para, depois, disponibilizar instrumentos eficazes de negação. O avanço da fronteira modernizadora atuava contra as definições tradicionais há muito reconhecidas e legitimadas. Por outro lado, os interesses regionais, isto é, o sertão e suas condicionantes (economia, sociedade e cultura), acutilado por associações estigmatizadoras, como aquelas que procuravam anulá-lo, passava a lutar pela mera possibilidade da própria inserção dentro dos novos enunciados. Definitivamente, aquilo que inicialmente lhe soara de forma oca e distante dos horizontes de expectativas projetados avizinhava-se na configuração de uma experiência concreta de deslegitimação de sua cultura.

Primeiro, vieram as missões oficiais de estudos e reconhecimento do território; depois, as celebrações, como a inauguração da Pedra Fundamental, as leis confirmadoras e as pompas das recepções; perto do desenlace, os sobrevoos dos DC-3; e, finalmente o descarte histórico. Por mais de cem anos, armas simbólicas eficazes inseriram a região nas lutas institucionais e políticas do mudancismo. As formas insinuantes das celebrações eram percebidas pelo status dirigente planaltino como portadoras de evidente sacralidade. Por isso, a dificuldade em perceber o momento da ruptura. Contudo, através dos fatos tinha-se acesso ao certificado de validade do ato criador da nova região. Para si e para os outros. O forte apelo cívico enunciado em atas e leis, o aparato jurídico, as inúmeras oficialidades e o próprio discurso científico (Relatório Cruls, Relatório Poli Coelho e o Relatório Belcher) foram

utilizados como armas simbólicas de reconhecimento e mobilização no sentido da concepção moderna da região a ser criada (BOURDIEU, 1989).

Diante do triunfalismo da obra e da própria imagem de JK aos sertanejos, o advento de outra civilidade impunha-lhes apenas a vaga possibilidade de lutar por sua aceitação dentro da nova hegemonia. Com o acúmulo de perdas, restava-lhes esse compromisso com a pretensão de institucionalização. No cenário das lutas simbólicas, tudo era utilizado como legitimação e, em alguns casos, até mesmo a réplica esboçada, como na suspensão da folia, quando verbalizada, era apropriada e dirigida aos emissores na forma de posto a ser conquistado. O discurso crítico articulado por gente como Erasmo de Castro, Hosannah Guimarães e tantos outros, favorecia a reivindicação, pois postulava pelo reconhecimento do sertão como ente possuidor da legitimidade dessa inserção. Tal premissa fora construída como se sua relevância invadissem tanto a divisão das propriedades objetivas (território, costumes, concepções religiosas, danças, memórias, etc.) como as subjetivas (sentimento de pertencimento e perspectiva compartilhada) e das representações, que sem dúvida tomaram parte na criação e consolidação da nova divisão. No entanto, apenas em interstícios muito localizados da história, eles aparecem.

Ao analisar o discurso do *Jornal do Planalto* (JP), constatamos a importância de sua inteira inserção nesse campo de lutas conceituais. Durante a década decisiva, a publicação atuou como porta-voz da modernidade no universo sertanejo, agregando forças em torno do ideal mudancista. Fácil associação era fazer da mudança da capital o apelo sedutor para o estabelecimento de um enclave modernista dentro do mundo existente. A articulação dos novos conceitos e a implantação de uma civilidade diferente da que era praticada no Planalto Central tinha nas páginas do JP esse poderoso aliado, pois era, ele mesmo, a própria representação da chegada dos novos tempos.

Imprimindo nomes e histórias locais em letras tipográficas, operando com o processo de disciplinarização do universo linguístico, ainda fortemente marcado pelos signos do sertanejo, o jornal era a própria magia, pois a tudo transportava para o moderno. Nesse sentido, a interiorização da capital, como analisamos no capítulo anterior, foi encarada como possibilidade real de moderno. E dos duzentos e noventa e seis exemplares que pesquisamos, em setenta e oito o tema do mudancismo é tratado em destaque.

As evidências discursivas, no entanto, apontam para a ocorrência do movimento no qual o apoio incondicional ao mudancismo, face à contrariedade de seus interesses, transforma-se em crítica apenas à tomada de consciência sobre os reais prejuízos.

Em diversos depoimentos de antigos proprietários de terras na região do DF, encontramos evidências de que nem mesmo o tempo foi capaz de cicatrizar as feridas abertas em torno de questões tão fundamentais como a fundiária. Em meados dos anos oitenta, alguns desses planaltinos ainda esperneavam maldições em relação à condução do processo.

Vendi como se vendesse uma galinha, um cavalo ou um porco, diziam pra gente que a gente não ia ser dono de nada mesmo, que ia ser desapropriado, então a gente foi forçado a fazer mal negócio (Depoimento do Sr. Otaviano Guimarães. Planaltina, Relatos. BRASIL, 1985).

A contrariedade expressa por Seo Otaviano correspondia em parte ao mesmo desapontamento também expresso pelo JP, sendo dirigido preferencialmente contra os métodos de coerção empregados pela “Comissão Goiana de Cooperação para Mudança da Capital”.

As disjunções em torno das desapropriações, contudo, não apagam o enorme apreço expresso pelos mudancistas planaltinos em torno da recepção da nova capital em sua região. A lista de notícias mudancistas reproduzida em anexo (ANEXO I) sintetiza uma coleção de manchetes que abordaram diretamente o tema da mudança da capital. Mas o mudancismo não foi absolutamente a única linha de compromisso com o moderno. O discurso veiculado pelo JP demonstra a existência de uma verdadeira obsessão de moderno. Ao lado da esperança redentora da cidade nova, temos uma luta aberta em torno dos novos valores, que eram veiculados por um conjunto de notas com preocupações notadamente civilizadoras. Em colunas, em série ou não, e sob diferentes títulos: “*Vida Católica*”; “*Preceito do Dia*”; “*Sociais*”; “*Vida Social*”; “*Formosa Exige*”, etc., é possível compor um quadro evolutivo da interpretação endógena da modernização. Acompanhar esse movimento sinaliza para a ocorrência típica da apreensão de conceitos pelos redatores do JP.

Com o desenrolar dos eventos, o discurso procurou maior engajamento na implantação da outra civilidade no Planalto Central. Em diversos artigos, orientava-se para uma cultura mais higiênica de condução da vida cotidiana. A campanha desenvolvida contra a criação de porcos em áreas urbanas e as críticas ao estado de conservação do banheiro público existente próximo ao Mercado Municipal de Formosa são exemplos desse tipo de preocupação.

As possibilidades de análises oferecidas pelas edições do periódico são muitas, mas dado o interesse da pesquisa, centramos o foco na comparação dos discursos que permitem avaliar o impacto de verem frustradas as expectativas regionais. Comparemos, por

exemplo, o que fora publicado em 1951, quando da visita do General Poli Coelho a Formosa (notícia analisada no Capítulo II) com uma nota de alerta publicada em 1955.

O primeiro texto representa o discurso típico da época: a esperança expressa em termos de boas vindas. A palestra preparada pelo Prof. Delfino Spezia, diretor do Colégio Arquidiocesano do Planalto, em nome dos formosenses, discorria sobre a satisfação dos locais em receber a visita da distinta caravana de Coelho. Através de palavras esperançosas, a expectativa era de que aqueles emissários do futuro vinham “*despertar, em todos nós, a lembrança de dias passados e a esperança de um futuro que se projeta como um sonho de ouro, nas páginas da história, que haveremos de escrever para nossos filhos*” (JP, 11/10/1951). A arquitetura semântica colocava de forma clara que o espaço da experiência sertaneja fora marcado pela “*lembrança de dias passados*” em duras provações e da esperança de que, em algum lugar do futuro estaria guardado aquele “*sonho de ouro*” de dias melhores. Tudo isso representado pela transferência da capital federal para o Planalto – o símbolo maior da modernização esperada.

No mesmo discurso, corroborando as teses geopolíticas defendidas nas fileiras intelectualizadas do Exército, o professor Delfino relaciona o atraso econômico e social do Brasil e da região com o histórico abandono de seu interior. Na fala emocionada, o argumento era tecido:

Somos um povo pobre, não porque nos falem homens **esclarecidos**, nem porque nos negue a terra o suficiente para a satisfação de nossas limitadas ambições. Se não atingimos ainda o que em outras terras existe em superabundância, é porque não soou ainda exatamente, a hora de valorização do **interior**, da **centralização** da **alma nacional**, problema para cuja solução, todos os brasileiros tem em V. Excia. o maior pioneiro e o paladino de maior vulto (idem, grifos meus).

As palavras possuem filiação inequívoca e atestam o grau de conhecimento dos temas mudancistas. *Esclarecidos*, *interior*, *centralização* e a *alma nacional* são termos amplamente utilizados por intelectuais históricos das batalhas conceituais em torno do mudancismo (Varnhagen, Hipólito da Costa, José Bonifácio, Peixoto da Silveira e Zoroastro Artiaga).

O discurso transcrito pelo JP demonstra que a disposição inicial dos planaltinos em relação à nova capital era totalmente esperançosa por dias melhores e, mais do que isso, indica o quanto de sintonia com os modelos de modernidade existentes havia nos projetos de desenvolvimento elaborados naquele sertão. Nem mesmo as complexas relações entre sonhos redentores com as ideias de “*homens esclarecidos*”, como o próprio Delfino, não faltaram na saudação. Há no discurso uma referência explícita à idade do ouro prospectiva que, por certo,

viria de mãos dadas com a nova capital. O sonho preconizava, acima de tudo, o fausto de se ter livre acesso às facilidades da vida moderna.

Como em Varnhagen, na avaliação negativa da experiência presente, Spezia responsabilizava a opção histórica do direcionamento litorâneo da vida nacional pelos atrasos. Problema que haveria de ser solucionado com a mudança da capital.

Eram tempos de júbilo e conagração. O discurso atesta.

Destoando dessa fala, cinco anos depois, diante do desencantamento produzido pelas desapropriações, o JP publicou inquietante artigo de autoria de seu editorialista e proprietário, Gabriel Guimarães. De forma pertinente com antigos conceitos planaltinos, o *Jornal do Planalto* alertava: “*Cuidado, Vem aí a Grilagem*”.

O texto deixa transparecer a denúncia de possíveis malefícios que a concretização do mudancismo poderia acarretar aos moradores da região. Nesse caso, o conceito que delimitava o perigo iminente, denominado grilagem, referia prática amplamente conhecida no mundo sertanejo. A diferença era que, em vez de tradicionais fazendeiros e jagunços exercendo a violência, para eles, legítima sobre pequenos lavradores e posseiros, a ação aparecia na forma de agentes ironicamente cunhados por “*grileiros do asfalto*”. Conforme fora expresso nos termos de um primeiro “*sinal de alerta ao povo da nossa zona*”, os trabalhos da Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital, além de descobrir irregularidades nas cadeias dominiais das fazendas, tinham despertado o faro cobiçoso de especuladores existentes em distantes metrópoles brasileiras. Por isso, o cognome “*do asfalto*”, que era uma referência à ação de espertalhões vindos de fora, de regiões metropolitanas atentas às mudanças. A denúncia se dirigia em forma de alerta de que interesses outros começavam a fustigar antigos proprietários locais no sentido de ludibriá-los com leis desconhecidas e conceitos cartoriais, antes desimportantes, tomando-lhes as terras.

Dada a importância do texto, reproduzimos o seu fac-símile para melhor compreendermos seus significados. Observe que, ao lado da redação do jornal, os movimentos iniciais de construção da nova capital confirmavam antigas expectativas regionais.

Pelo exposto, ficam claras as divisões em torno das terras do DF, pois a crítica esboçada por Guimarães é endereçada à Lei 1.071, cuja celeridade com que fora aprovada é ironizada com a comparação com uma competição esportiva na qual as inéditas velocidades de arrolamentos cartoriais e inventários passaram a ser feitos em tempo exíguo e sem as necessárias “*cauteladas preventivas*”. De forma clara, o reclame é típico de quem estava sendo

prejudicado pelo dispositivo que, neste caso, autorizava o início das desapropriações. Instrumento de força francamente contrário aos interesses planaltinos.

As palavras utilizadas são duras e sinalizam para a guerra declarada. Convenhamos, *grileiros*, *aventureiros*, *adulteração de documentos*, *praga* e por aí, são termos que não encontram nenhuma ressonância com a maioria das narrativas sobre a construção de Brasília. No entanto, foram verbalizados, escritos e registrados em documentos, jornais e na memória de quem foi empurrado para fora da história, mas que ainda espera seu espaço de reconhecimento.

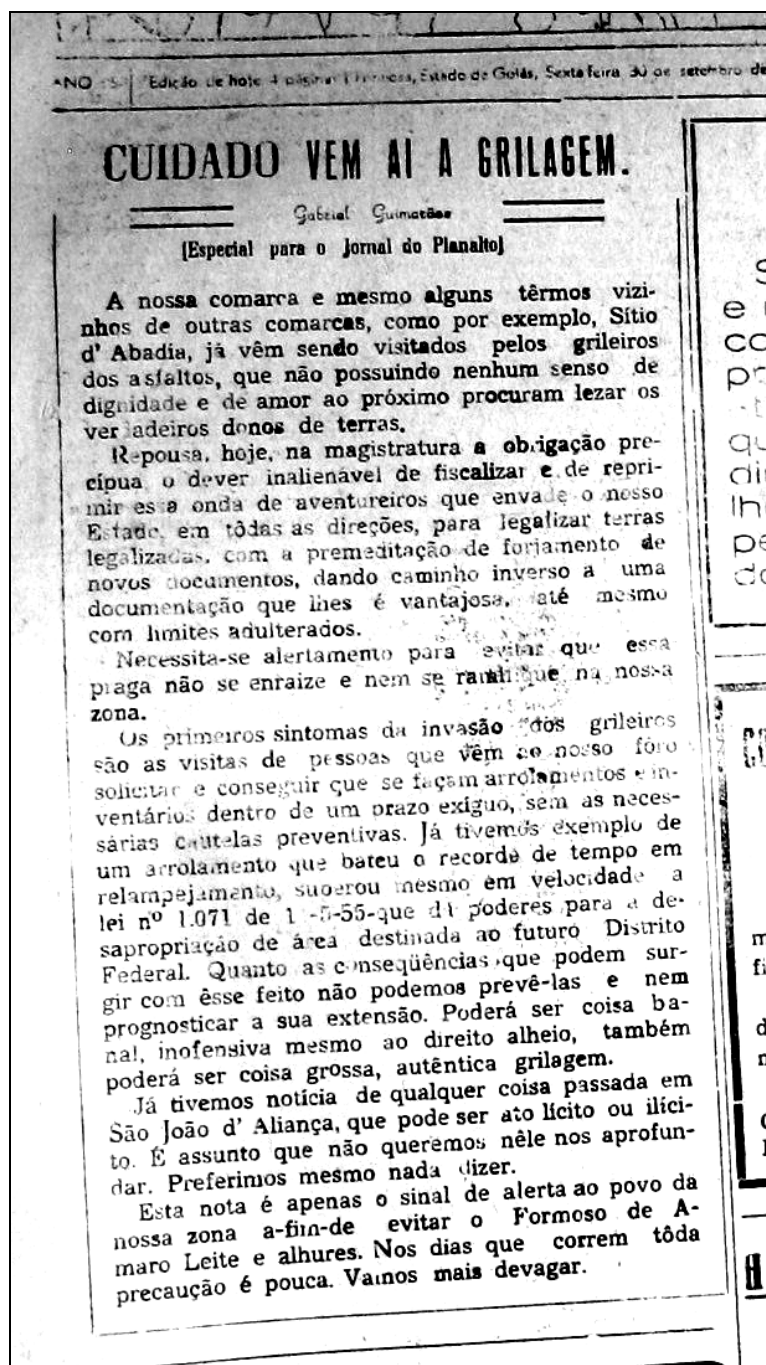


Figura 13 – Fac-símile do JP, 30 de setembro de 1955

O que não é dito no artigo, mas é insinuado, pois os tais *grileiros do asfalto* aparecem a partir de e ao lado da Lei 1.071, é que as práticas descritas como sendo de gente oportunista, que invadia “*o estado por todos os lados*”, foram as mesmas que o ex-Juiz da Comarca de Planaltina, o Dr. Lúcio Batista Arantes², anos depois, descreveria como estratégia oficial utilizada pela equipe do Dr. Altamiro Pacheco nos processos das desapropriações territoriais (FARIAS, 2006).

Através da linguagem e dos conceitos jurídicos, identificamos as coincidências entre o interesse daqueles “*grileiros do asfalto*” com os oficiais. Segundo as palavras de Gabriel Guimarães, a estratégia utilizada era a seguinte:

legalizar terras legalizadas, com a premeditação de forjamento de novos documentos, dando caminho inverso a uma documentação que lhes é vantajosa, até mesmo com limites alterados”, e mais, “os primeiros sintomas da invasão dos grileiros são as visitas de pessoas que vêm ao nosso fôro solicitar e conseguir que se façam arrolamentos e inventários dentro de um prazo exíguo, sem as necessárias cautelas preventivas (JP, 30/09/1955).

Esse tipo de comparação entre legalidades, obviamente, só poderia ser realizada após a consolidação de um status diferente, no qual as leis e os apelos das novas ferramentas hermenêuticas disponibilizadas poderiam se sobrepor às legitimidades até então vigentes.

Segundo as palavras do ex-Juiz Arantes, em depoimento concedido ao Programa de História oral do ARPDF (Arquivo Público do Distrito Federal) em 27/10/1998, o trabalho da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal era realizado com auxílio de três equipes de promotores. A base da investigação se voltava para os registros e demais informações cartoriais:

Ficou uma (equipe) em Planaltina, uma em Luziânia e outra em Formosa. E eles então estudavam todo o... as fazendas, os documentos de cada fazenda. Então tem o relatório dessa Comissão, fazenda por fazenda. E feito isso então entregava o estudo feito para desapropriação, quer dizer, então sabia-se o valor e qual era a situação **legal** das fazendas e aí fazia uma escritura de compra e venda, juntava e pagava (ARANTES, Lúcio Batista. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999, grifo meu).

² Desembargador Lúcio Batista Arantes (1918 – 2009), primeiro juiz de Brasília, nasceu em Trindade (GO). Iniciou a carreira como escriturário, em 1942. Em 1951, se tornou juiz de Planaltina, quando a cidade ainda fazia parte de Goiás. Com a inauguração da capital, foi nomeado juiz substituto da Justiça do Distrito Federal. Inicialmente, atuou no Fórum de Planaltina. Arantes tomou posse como desembargador em 1968. Na trajetória como juiz, foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral e vice-presidente e presidente do TJ-DF (no biênio 1976/1978). O desembargador se aposentou em junho de 1988. Desde 2001, o Fórum de Planaltina passou a se chamar Fórum Desembargador Lúcio Batista Arantes. Homenagem que partiu de uma decisão unânime do Conselho da Magistratura do TJDF, em sua sessão inaugural, em fevereiro daquele ano. À época das desapropriações, O Dr. Lúcio Arantes fora membro da Comissão Goiana de Cooperação, que era presidida por Altamiro de Moura Pacheco.

Quanto à semelhança de procedimentos, não há o que questionar. A nova ordem que se pretendia moderna, juntamente com a nova capital, trazia o direito laico, racional e legal. Em duas palavras, *Direito Esclarecido*. Esta seria a arma mais eficaz para o convencimento, mas tinha em mãos outro forte apelo, o da ideologia de missão patriótica, como no argumento de Artiaga. Nesse sentido, as acomodações dominiais tradicionais, herdeiras dos registros paroquiais, que há muito presidiam as legitimidades da posse da terra estavam simplesmente sendo substituídas por um conceito diferente de propriedade, totalmente sustentado pela legalidade cartorial. Contudo, o dado arcaico e despótico escondido tanto na ação dos tais “*grileiros do asfalto*”, quanto no trabalho, até então ilustrado da equipe de Altamiro, mais do que a ordem legal, vinha camuflado sob o disfarce de persuasão honrosa. Não foram poucas as situações enunciadas através da autoridade do Dr. Altamiro na forma de um conselho ou de uma ameaça. Algo que o entrevistado deixou escapar como um inocente comentário:

Era um pagamento irrisório naquela ocasião, mas o doutor Altamiro aconselhava: “*ó, venda e compra fora, porque vai salvar o... quer dizer, no momento aqui você não pode ter terras aqui dentro*”. Nem era, acho que era 800 cruzeiros um alqueire, coisa muito pequena na ocasião, mas o sujeito comprava e vendia. Comprava, o Estado comprava e com aquele dinheiro a pessoa podia comprar uma área fora que as terras eram baratas, comprava fora e assim ele não tinha prejuízo. E, era aquele incentivo de que vai acontecer uma coisa aqui... Eles incentivavam os fazendeiros na ocasião: “*Olha, você dê a sua colaboração. Talvez nem, nem tenha a mudança da capital. É preciso que vocês colaborem, isso aqui você vai ser um grande incentivador e...*” Então a pessoa topava realmente que estava fazendo uma grande coisa. Então deixou as terras aqui e outras que eram proprietários cederam suas terras.(...) Do município de Formosa, Luziânia e Planaltina. Eu fiz uma parte. Acho que 62 processos foram feitos aí, só em Planaltina, Luziânia e Formosa. (...) eram pequenas fazendas (ibidem).

Outra constatação, menos visível, contudo, mais insidiosa desse movimento especulativo em torno das terras do novo DF pode ser flagrada por meio da publicidade paga ao JP. Nos anúncios comerciais, identificamos vigorosos sinais da invasão que vinha sendo denunciada no artigo de Guimarães.

Alguns especuladores, representando esse tipo de interesse, agiam abertamente, fazendo propostas de compra e venda de terras no entorno da futura Capital da República. As colunas de anunciantes revelam também um pouco da força de outros interesses naquele jogo. Sabemos que a família Guimarães, da qual o articulista fazia parte, era proprietária de vastíssimo território em fazendas e terrenos urbanos, em Planaltina e Formosa. Portanto, a iminente ameaça aos seus interesses estava na base do perigo delatado. Por outro lado, o próprio Gabriel Guimarães protagonizou a fundação de uma cidade concorrente da urbe inventada por Lúcio Costa e Niemeyer, o empreendimento denominado São Gabriel. Este, um

imenso loteamento lançado nas imediações da fronteira com o novo Distrito Federal, em região denominada Fazenda Cocal.

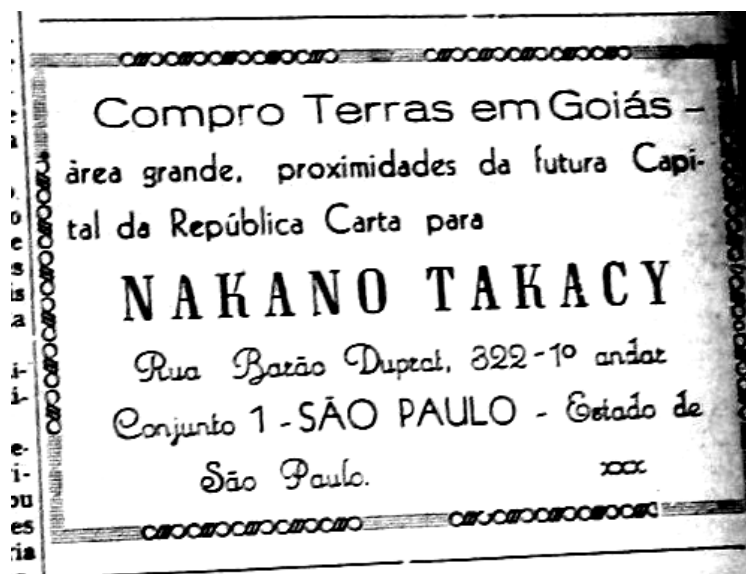


Figura 14 - Publicidade veiculada no JP a partir de novembro de 1955

São Gabriel, hoje, é uma malha de ruas geometricamente traçadas em fisionomia de cerrado ralo, e representa a memória da materialização de expectativas sertanejas nos tempos revolucionários da construção de Brasília. O *Jornal do Planalto*, que pertencia ao mesmo dono do loteamento, acompanhou passo a passo a aventura da cidade nova de Gabriel Guimarães.

Na rota delineada pela empreitada, alguns marcos são importantes. Em 05 de dezembro de 1955, o Oficial do registro de Imóveis da Comarca de Planaltina, Francisco Muniz Pignata, lançou Edital de Loteamento de São Gabriel. Segundo consta no edital, publicado pelo JP, haveria ali a projeção de vendas de 20.600 lotes urbanos, dos quais, 17.737 terrenos teriam destinação residencial, 1.693 comerciais e 1.070 industriais e demais áreas institucionais e de domínio público. Para termos ideia das dimensões do projeto, as regras de urbanismo preveem a média de cinco habitantes por unidade residencial, o que daria uma população de no mínimo cem mil habitantes para a cidade de São Gabriel. Considerando que o projeto de Brasília previra uma população máxima de quinhentos mil habitantes para o ano 2000, São Gabriel, nestas proporções, deveria figurar como uma cidade nada modesta para os padrões vigentes no Brasil daquela década.

São Gabriel não vingou; contudo, constitui em representação capenga das formas próprias de apreensão de conceitos modernos como cidade nova e especulação imobiliária. E, nesse sentido, alinha-se com a tradição regional inventora de tantos outros empreendimentos, como Planaltópolis, Platinópolis e Planópolis, estes da década de 1920.

Sob o ponto de vista da acomodação da cultura sertaneja aos apelos modernizantes, empresas como essas procuraram antecipar os eventos da transferência da capital, sem deixar de realizar bons negócios. No entanto, de todo esse movimento especulativo, restou muito pouco: escrituras de valor meramente histórico, aos milhares, esperanças frustradas e a pequena São Gabriel.

4.3 – MUDANÇAS NA CULTURA POPULAR

Ao lado das disputas em torno da posse da terra e apesar da militância em favor da modernização regional, o JP não deixou de registrar os sinais da tradição, que vez ou outra apareciam na forma de notícias locais e comunicados festivos. Em meio aos anúncios das lutas pela melhoria do fornecimento de energia elétrica; das festejadas visitas de comitivas técnicas (Poli Coelho, José Pessoa e Bernardo Sayão); das instruções do procedimento correto nos pleitos eleitorais; das construções de pontes; da moralização dos costumes e tantos outros componentes desse processo civilizador tardio; as crônicas das festas; os comentários sobre o Roteiro do Urbano³; as crônicas de Gelmires Reis sobre as coisas de sua querida Santa Luzia; os funerais mais concorridos; os casamentos e aniversários e os costumes regionais também tinham assegurados ali o seu espaço de atenção. Contudo, após 1958, com a transferência da tipografia do jornal para Goiânia e com a consolidação do grande canteiro de obras da futura capital brasileira, iniciava-se uma linha editorial diferente. Os temas abordados, cada vez mais, assumiam um indisfarçável tom cosmopolita, que operavam na separação entre o periódico e os problemas e tradições planaltinas.

Ainda em sua primeira fase, quando atuava na defesa dos ideais mudancistas, o editorial de 21 de junho de 1952, assinado por Odilon Monteiro Guimarães, registra nuances do desencantamento de mundo que a região sofria. A festa de São João fora descrita como sendo um evento, àquela época, já carente das mais autênticas tradições. Para o autor, infelizmente, a festa *“já não tem a tradição do passado e nem os encantos de outr’ora. Tudo muda e muitas vezes muda para pior”*. A verbalização saudosista e negativa da mudança para pior, muito própria dos que viveram as posteriores demonstrações de poder e intolerância da modernização imposta pela NOVACAP, antecipava em alguns anos a suspensão da folia do Divino.

Recorrendo à memória pessoal e familiar, Odilon produz uma descrição sintética da festa de São João antiga. Confirmando sentidos da longa duração, a narrativa aproxima-se muito de outra que, cento e trinta anos antes, Saint-Hilaire registrara em sua *Viagem à Província de Goiás*. Na memória pessoal de Odilon, a festa já era reconhecida como sendo

³ Urbano do Couto Menezes foi o guia da bandeira de Manoel Rodrigues Tomar, que, ao descobrir a região da Serra dos Pireneus, devido à grande quantidade de ouro existente, fundou ali as Minas de Nossa Senhora do Rosário. Urbano deixou um enigmático roteiro que descreve minas fabulosas de abundante ouro. Com a popularização do roteiro, vidas inteiras foram passadas em busca dessa grande fortuna.

coisa do passado, pois perdia signos e imponentia verificados desde os tempos de sua infância, mas que as mudanças vinham aniquilando.

Lembro-me como se fora hoje: / Em cada terreiro uma fogueira armada, rodas de crianças cantando, um mastro de esguia pindaíba enfeitada de flores, frutos, golozeimas e enigmas; balões que às vezes iam incendiar campos distantes, enfim a noite de São João era na realidade uma noite de festa popular, onde velhas contadeiras de histórias divertiam à criançada enquanto no borralho se assavam batatas (JP, 21/07/1952).

Na estruturação do argumento, a construção do certificado de autenticidade narrativa vem logo no início do texto. Recorrendo à força da memória, a frase “*lembro-me como se fora hoje*”, demonstra a importância dada a essa capacidade humana de recordar. O selo de verdade aparece com a declaração “*como se fora hoje*”, que traz para o presente vivido, com auxílio dos outros sentidos, as imagens sentimentais guardadas no íntimo da memória de um passado querido, mas virtualmente ameaçado pelas mudanças anunciadas, cada vez mais próximas.

O dado da permanência, próprio do universo cultural, com seus tempos delimitados na longa duração, pode ser constatado através da análise comparativa dos discursos. Na descrição feita um século antes por Saint-Hilaire, que presenciara os festejos de São João no ano de 1819, constatamos a presença dos mesmos elementos que atuaram na estruturação narrativa de Odilon. Na aventura do naturalista, em um dos pousos em que se recolhera, este localizado em fazenda da região de Villa Boa de Goyaz no caminho para o povoado de Jaraguá, a festa tipicamente sertaneja foi assim descrita:

Como primeira providência, fincou-se no chão um grande mastro, em cujo topo tremulava uma pequena imagem do santo. O pátio da fazenda foi iluminado, armou-se uma grande fogueira e as pessoas davam tiros para o ar gritando: “*Viva São João!*” (SAINT-HILAIRE, 1975, 47)

A mesma fogueira, o mesmo pátio, o mesmo mastro enfeitado, a mesma sempiterna alegria e folguedos de crianças. Cento e trinta anos de história não foram suficientes para alterar a essência dos eventos. Tudo muito ritualizado. Compreendemos que essa típica experiência de interação com o tempo era totalmente diferente do que estava sendo preparado pela modernização da década de 1950. A experiência temporal sertaneja expressa tanto na descrição de Hilaire como na memória de Odilon Guimarães, a ocorrência do tempo circular e celebrativo que, conforme identificação de Gilberto Freyre, incorpora elementos das comunicações entre a cultura ibérica com os conteúdos orientais (FREYRE, 2003).

Segundo esse sistema, nas sociedades rústicas (CANDIDO, 1975), que assentam suas bases nas aclimações interioranas da cultura ibérica com elementos indígenas e africanos, a repetição festiva das datas celebrativas e santas, anunciavam que a vida estava passando, mas, também, retornando. Sem deixar de ser uma ideia de revolução, esse tipo de delimitação marca o eterno retorno e essa interação com o tempo termina por determinar o significado mais profundo de suas práticas.

O próprio discurso sertanejo, como esse com pretensões de moderno que era articulado pelo periódico, deixa brechas por onde é possível perceber que a ideia de revolução, se inscrita no tipo de temporalidade praticada nos sertões, em sentido conceitual, aponta para o movimento de repetição. Contrariamente, na outra revolução, o conceito de tempo modernamente estabelecido identifica-se com o sentido das superações violentas e lineares. E em seu domínio, se postam noções cumulativamente determinadas e quantificadas de horas trabalhadas. E a vida perde a tradicional unidade para adquirir uma conformação diferente, fragmentada e medida por mecânicos relógios.

Os valores que davam sentido à vida dos protagonistas regionais e que fizeram permanecer os signos das festas de São João e de São Pedro, nesse sertão, encontravam-se na berlinda. Diante das novas exigências, alguns sertanejos se esforçaram para capturar os sentidos que presidiam a marcha progressiva da modernização desta fronteira do mundo ocidental. Paulatinamente, abandonavam as revoluções antigas em troca da necessidade de superação, em certa medida, imposta.

Revoluções aconteciam também no interior de outras festas populares. Analisá-las pode ajudar na compreensão das assimilações processadas no âmbito da cultura.

Na edição de 28 de junho de 1952, Augusto Pio de Santana, correspondente do JP destacado para cobrir toda a região nortense, noticiou o andamento da Festa do Divino Espírito Santo acontecida em São João d'Aliança. Segundo o texto que foi publicado na página 04, a escolha para o posto do Imperador do Divino ainda representava uma distinção do *“real prestígio e da estima que gosa em todo o Planalto Goiano”* o escolhido. O que se depreende da frase é a ocorrência do avanço do interesse político sobre ambientes e possibilidades oferecidas por uma festa de grande apelo popular.

Historicamente, a tumultuada aceitação oficial da folia se fez de forma em que a resistência oferecida resultasse na conservação, em muitos dos seus eventos, das representações de solidariedade, devoção e de valorização das atitudes pacifistas. A associação do Divino Espírito Santo com a singela pomba branca e desta com a paz enlaça essas identidades. Tais valores, ao serem incorporados ao discurso político da Primeira

República, favoreciam os interesses dos imperadores-candidatos, que no Planalto Central formaram uma tipologia regionalizada de líderes políticos.

Outro indicador da politização dos espaços da festa aparece no destaque dado pela notícia da vigência da mais perfeita “*ordem e fraternidade*”, que é proclamada como característica culminante dos eventos do Domingo do Divino. Entendemos este realce como desejo político de associação de suas imagens à de pessoas possuidoras desse elevado espírito organizador e pacifista, tão caros ao currículo daqueles que concorrem às vagas de administradores públicos.

Não por acaso, a notícia descreve minúcias da distribuição de alimentos durante o banquete do Divino, momento que reúne em torno da mesa amplos estratos da sociedade, dando visibilidade ao poder do Imperador. Quanto mais farta, mais poder de organização seria atribuído ao líder, pois tudo aquilo era concebido como resultado de generosas doações dos devotos.

Encerrando o domingo festivo, segundo Pio de Santana, a sociedade de São João d’Aliança fora animada com o esperado baile noturno. Este materializa o movimento no qual a parte popular da festa estava sendo empurrada para a noite e, naquela cidade, já assumia o formato “*mais civilizado*” e controlável de um baile social. As novas formas de celebrar trazem embutida essa necessidade de mudança. Se comparados aos lundus, curraleiras e catiras tradicionalmente dançados e cantados nas folias de roça, os bailes correspondiam ao avanço sobre o sertão dos elementos de uma nova civilidade. Os conteúdos das práticas antigas que, ainda hoje, podem ser observados em alguns espaços da folia, pelo menos na cidade, começavam a ser trocados por coisa mais moderna. O baile, com bandas tocando valsas, jazz e música americana, aproximava o universo sertanejo do tipo de civilidade, que a sociologia permite dizer, burguesa.

Outro dado das mudanças encontra-se no registro das autoridades e honoráveis cidadãos presentes nos eventos de São João d’Aliança. Há aqui a demonstração do interesse da classe política regional em querer participar e, mais que isso, ser notada nos espaços da Folia do Divino. Segundo consta na reportagem, “*o nosso companheiro notou entre os presentes os srs. Vereador Joaquim Magalhães, o prefeito João Bernardes, de Cavalcante, o industrial Pedro Monteiro Guimarães e família, Sr. Rachid Saad (...), Francisco de Campos Guimarães de Planaltina, o Sr. Moisés Bandeira, de Veadeiros...*” (JP, 28/06/1952). Nas articulações da política praticada no sertão planaltino, nomes como o de Quincas Magalhães e Rachid Saad, o Rachidinho, inimigos ferrenhos; Lude (Pedro Monteiro Guimarães) e Francisco de Campos Guimarães, entre tantos, correspondem a honorabilidades políticas

firmemente reconhecidas em toda essa região. Obviamente, nas celebrações rurais do “*giro da folia de roça*” os sentidos tradicionais permaneciam e repetiam as mesmas regras de conduta e devoção religiosas antes praticadas. Por último, é registrada a presença tutelar da Igreja na pessoa do pároco local, o Rev. Padre Isaias Pinto.

Na mesma direção, ainda em 1952, outra animadora cultural, Olíbia Terezinha Guimarães utiliza o JP para publicar uma crônica sobre a folia do Divino em sua Planaltina. O texto procura tratar a festa de forma bastante emotiva. Sob o título de “*Depois de uma Festa*” (JP, 21/08/1952), a autora persegue as palavras que dessem a medida do sentimento de perda que, segundo ela, presidia a disposição das pessoas que haviam participado daquela edição da folia. Expressões como *coração tristonho*, *saudade* e *recordação* cobrem o leitor com a melancolia provocada pela memória de um ciclo que, aparentemente, terminava. Apesar disso, para Olíbia Terezinha, a festa do Divino ainda teria se notabilizado por um resto do antigo encanto, “*vestindo-se de um brilho invulgar, pois, data de muitos anos e se celebra com grande pompa: Imperador, cortejo, coroação, sagração, etc.*”.

Levando em consideração o contexto em que a publicação se insere, constatamos que o momento vivido encontrava-se preso a esse inédito clima de melancolia. E isso não era exclusividade apenas das festas populares. O *clima* de apreensão geral já vinha sugerido no próprio título da crônica: “Depois de uma Festa”.

Apesar disso, em 1952, a descrição da Folia do Divino em Planaltina ainda registra sinais de sua vitalidade, sem deixar de ser direcionada pelo interesse político imediato. Como em São João d’Aliança era possível identificar em seus eventos muitas representações de práticas portadoras de conteúdos de afirmação, prestígio e força política regional.

Domingo a multidão entusiástica, acompanhada pela banda de música, em grande cortejo seguiu o Imperador, Francisco Mundim Guimarães, de sua residência à Igreja, onde após a benção oficial e coroação, foi celebrada a missa solene. Devo dizer que neste dia tivemos o prazer de receber o nosso novo vigário Padre José Paulo Milanez. / Às 14 horas houve o sorteio do Futuro Imperador, cuja coroa recaiu sobre a cabeça do snr. Eptácio Monteiro Guimarães (JP, 21/08/1952).

O artigo informava também que, antes da coroação do Imperador, fora servido o esperado “*Almoço do Divino*” e, depois da oficialização do sorteio, seguindo a tradição local e sempre acompanhada pela banda de música da cidade, a multidão seguiu para a residência do novo Imperador, na qual, como também era costume, serviu-se lauto café. À noite, o esperado baile, com as permissões de sempre. Tudo muito igual. Tudo como fora esperado e, depois, realizado.

Ao final da festa, contudo, havia no ar algo mais do que os simples recomeços do novo ciclo do Divino. Na escolha das palavras para a montagem da crônica, Olíbia Terezinha deixava transparecer o sentimento de apreensão que produzia ressonâncias nas antes certas perspectivas de continuidade daquele todo sagrado. Talvez, por isso, a crônica “*Depois de uma Festa*” terminava com uma referência nostálgica ao passado, bem ao estilo dos que se veem aliados de uma idade do ouro que findava. Dizia então: “*Tudo isso é o que fica depois de uma festa... recordação e saudade. RECORDAÇÃO de tudo que passou... SAUDADE do bom que durou*” (ibidem).

Além dessa constatação, outro evento que era celebrado junto aos festejos do Divino, a apresentação de um drama, conceito sertanejo para apresentações teatrais, traz ainda mais claramente esse tipo de associação. Naquele ano, o grupo de teatro planaltinense “Hugo Lobo”, segundo o noticiado, escolhera o texto de nome “*Atraiçoada*”. A palavra fortemente marcada pelo romantismo sinaliza também para a possibilidade de que as frustrações nas expectativas de mudanças fizessem vibrar intimamente a substituição da esperança de realização dos sonhos pela dúvida, bastante justificada, em relação ao que se avizinhava. Mudança que o significado da palavra *Atraiçoada*, de certa forma, dava conta. Não havia como negar a perplexidade experimentada diante da incerteza das mudanças. *Atraiçoada*, talvez, fosse também a expectativa culturalmente cultivada nos municípios diretamente afetados pelas mudanças culturais.

A introdução regional de conceitos e ideias modernas acontecia não apenas por meio de máquinas e de uma cidade moderna, mas sobretudo no trato com as palavras. Corretagem, grilagem, legalização e Capital da República reforçavam a mensagem de que os tempos mudavam com celeridade nunca vista. O desenrolar da história e a própria passagem do tempo também provocariam a agregação de outros valores na vida miúda, nos grandes eventos e nas celebrações religiosas e populares como essa famosa Folia do Divino Espírito Santo.

Os entrelaçamentos da política com a cultura, neste caso, representam a parte mais antiga e pioneira das mudanças. Uma constatação aparece na lista dos imperadores e dos foliões de Planaltina, na qual temos a confirmação dos sentidos mais visíveis da prática política típica do coronelismo da Primeira República nesses rincões. A estruturação dessa festa fora realizada de acordo com os signos do poder oligárquico regional. Na lista dos nomes, em Planaltina, há uma comprovação cabal das relações entre religiosidade popular e política. No Caderno dos Encargos da “Festa em Louvor ao Divino Espírito Santo” de Planaltina, publicado em 2007, há uma lista dos imperadores do Divino desde 1882.

Impressiona que por trinta edições os representantes da família Guimarães foram escolhidos ou como Imperador ou como Folião do Divino. Olíbia, autora da Crônica “*Depois de uma Festa*”, era apenas mais um representante desse clã planaltino publicando suas impressões sobre esse desejo latente de inserção.

Os aspectos descritivos da crônica abordam os atos celebrativos da folia, garantindo espaço publicitário para a presença daquele núcleo ritualístico de todas as folias do Divino: a multidão, a distribuição de alimentos, a coroação do Imperador, a divisão do tempo entre práticas religiosas e profanas, etc. De acordo com o mapeamento das festas populares em outros municípios da mesma região, seus eventos festivos seguiam esquema parecido.

De forma geral, o contexto social fraturado pelas mudanças deixava transparecer as configurações ocultas, apenas na aparência, das diferentes camadas dessas acomodações. Neste caso, aspectos *subterrâneos* da estrutura social ficavam expostos com o desenrolar dos ritos festivos. Tal possibilidade, obviamente, advém do ambiente de permissividade e transgressão somente possível pelo tempo de duração dessas celebrações. Por isso, as proibições e o esforço da autoridade em manter o controle sobre as práticas e representações que davam sentido ao ciclo como um todo.

As festas planaltinas eram pontilhadas por esses eventos. Entendemos que as cenas de coroação de gente simples do povo, como as que foram narradas por Dr. Pohl no arraial de Trahiras, no remoto ano de 1819 (POHL, 1976), há muito, encontravam-se superadas com a apropriação do espaço celebrativo pelo poder político. Em Planaltina, por exemplo, é nítida a presença dessa espécie de dinastia de imperadores do Divino; neste caso, quase todos saídos da família Guimarães. Evidência que remete pensar na domesticação da festa pelo status dirigente local (Igreja e políticos).

Embalado pelo espírito de informar sobre os eventos de maior apelo popular e significado, não apenas para Formosa e município, mas para todo o Planalto, na edição de 21 de agosto daquele ano, a notícia abordava outra festa popular: a de Nossa Senhora d’Abadia, no povoado do Sítio d’Abadia. Celebração que ali acontecia em conjunto com a Folia do Divino.

Estudiosos do social como Carlos Rodrigues Brandão, Ramir Curado, Vera Couto e Inês Zats se debruçaram sobre as festas populares planaltinas, demonstrando que, seguindo a rota da antiga “Picada da Bahia”, a maioria dos pequenos e médios povoados dessa região veneravam a figura da pomba sagrada do Divino. Entre eles, o Sítio d’Abadia, Formosa, Planaltina, Luziânia, Corumbá e Pirenópolis. Se pensarmos na festa como um conjunto de ciclos noveneiros, no qual parte da população cumpria funções organizativas, ou atuava como

animados violeiros, cantadores e catireiros, é forçoso admitir que ficassem ocupados pelo tempo de aproximadamente quatro meses (de maio a agosto). Sob o ponto de vista da ordem moderna, os transtornos não eram poucos.

O Sítio d'Abadia, por exemplo, localizado a nordeste dessa região, também tinha nas folias um de seus mais concorridos eventos celebrativos. Naquele povoado, os rituais do Divino encontravam-se amalgamados com as quermesses urbanas da festa em homenagem a Nossa Senhora d'Abadia, a santa padroeira do lugar. As notícias do inverno de 1952 dão conta de encenações nas quais as cavalhadas, tradição de origem ibérica, ainda eram realizadas com esmerado brilhantismo. Pela descrição do jornalista, observamos nela a vigência de uma estrutura narrativa que remete a tradição de interpretações populares das lutas ibéricas entre mouros e cristãos, acontecidas durante a página épica da reconquista. Sob o título “*Grandiosa Festa em Sítio d'Abadia*” a edição de 21 de agosto do JP comunicava o destacamento de três membros do jornal para acompanhar os acontecimentos.

A análise da notícia fornece um excelente material de trabalho para a interpretação do campo semântico estabelecido na região. Certamente de forma involuntária, mas refletindo os dramas vividos, construiu-se nele um campo francamente clivado entre valores tradicionais e modernos. Aspecto que, nascido da dialética que vinha inscrita em todo o processo, perpassa a maioria dos discursos articulados em centenas de edições do jornal. Contudo, a intenção de se noticiar a experiência em torno de celebrações populares, sem abrir mão das expectativas modernizadoras, lança mão de palavras carregadas de sentidos modernos como *progresso*, *movimento*, *trabalho*, *administração pública* e *cidadão*. Estas fazem a mediação entre o moderno projetado e as práticas que ainda eram delimitadas por termos como *fervor*, *cavalhada* e *religiosidade*. Algumas plenamente identificadas com as vivências tradicionais, carregando os sentidos opostos aos que apregoa aquele espírito esclarecido perseguido no discurso do JP.

A reportagem também reproduz os dramas daquilo que aconteceria em breve: a inserção de um enclave moderno no seio da tradição. Dizia o jornalista: “O sítio d'Abadia é hoje uma cidade em franco **progresso** e com um **movimento** intenso, mercê do **patriótico trabalho** de sua **administração municipal**” (os grifos são meus). Em seguida, informava que, dentro do maior fervor religioso, o vigário local, o Padre Ambrósio, oficiava as cerimônias religiosas e que “O Imperador foi o snr. Claudemiro Barros que juntamente com o folião snr. Otaviano José Almeida proporcionou ao povo local e aos visitantes uma grande e animada festa”. A presença do Imperador do Divino, juntamente com a do Folião, indica a ocorrência

do Império de Rua (urbana) e da Folia de Roça (rural) e a sempre tutelar presença da Igreja, que se apresentava na direção dos ofícios religiosos por meio da autoridade do padre.

O festival das cavalcadas constituía o ponto alto da festa. Nele, configurava-se um torneio de habilidades equestres, repleto de “*lances de arrojo*”, coincidindo com as descrições das cavalcadas que foram presenciadas por Saint-Hilaire, em Santa Luzia, na mesma jornada do início do século XIX e, em certo sentido, com as, ainda hoje vibrantes, cavalcadas de Pirenópolis.

Olhando no mapa do Planalto Central, vislumbramos o Sítio d’Abadia assentado no cruzamento da tripla fronteira entre os estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Esta se posta como fronteira nordeste do Planalto.

Do lado oposto, no extremo sudoeste da região, a cidade de Corumbá também vivenciou o mesmo processo, apesar de ter sido de forma menos dramática.

O historiador corumbaense Ramir Curado, no livro *Corumbá de Goiás: Estudos Sociais*, registra algumas das mais dramáticas alterações culturais em sua cidade. O destaque é o das influências recebidas a partir do processo modernizador. Neste caso, desencadeado pela construção de duas metrópoles, Brasília e Goiânia, ambas situadas a distâncias menores do que duzentos quilômetros daquela região.

Segundo Curado, as peculiaridades que distinguiam a folia do Divino em Corumbá foram, pela ordem, a escolha do Imperador que, em vez de seguir a tradição regional do sorteio, ali fora transformada em prerrogativa do vigário da paróquia. Contudo, a maioria dos rituais permanecia, à sua época, com a mesma estrutura celebrativa dos municípios vizinhos. A outra preciosidade foi a permanência, até meados do século passado, de práticas devocionais nascidas do sincretismo católico com divindades da religiosidade africana como, no caso dos santos negros, Santo Elesbão e Santa Ifigênia. Por meio da análise das descrições dessas festas, vislumbramos a presença da resistência negra no interior da cultura goiana. Segundo Curado, o dia do santo tinha início com a missa festiva. À tarde, após o almoço comunitário, em se tratando do Domingo do Divino, ocorria a procissão com imagens e bandeiras do Divino sendo acompanhadas pelas irmandades do Santíssimo e do Apostolado da Oração. Eventos em que o cortejo era acompanhado pela banda de música local. De suma importância também é o registro da decadência dos festivais, anotada em meados de 1950.

As narrativas confirmam a coincidência cronológica das preocupações de Curado com o que foi observado na região mais próxima da nova capital brasileira. O texto mostra o mesmo notável esvaziamento dos conteúdos de mais uma festa tradicional frente ao

implacável processo modernizador. “*A festa do Divino, Santo Elesbão e Santa Efigênia já foi a nossa maior e mais concorrida festa religiosa e popular. Ela perdeu as tradições que precisam ser reorganizadas*” (CURADO, 1996, 138), lamentava o autor. Enumera, em seguida, as tradições perdidas, destacando entre elas a queima das três fogueiras (do Divino, de Santa Ifigênia e de Santo Elesbão).

Este processo é o mesmo que notamos sobressair do trabalho de observação etnográfica realizado pela pesquisadora Inês Zats em Planaltina, nos meados da década de 1980. Este também aborda a radical escolha dos planaltinos em suspender os festejos do giro da folia de roça diante das pressões modernizadoras. Observamos, naquele estudo, a abordagem não apenas da Folia do Divino, mas de outras duas festas populares (a encenação da Via Sacra e a Festa da Cidade) que, segundo a autora, apresentavam-se entrelaçadas em seus eventos, formando um único conjunto. A pesquisa realizada entre 1984 e 1985 registrou mais de uma dezena de entrevistas que deixam vislumbrar as nuances dos conflitos vividos pela população da região, duas décadas depois da implantação da nova realidade - Brasília. A crítica elaborada pelos entrevistados demonstra que, após a inauguração de Brasília, já vigorava esse *clima* de desencantamento de mundo.

Segundo o que se depreende dos depoimentos, as festas populares da cidade, após o início das desapropriações das terras, entraram em um ciclo de esvaziamento e decadência. Referindo-se ao que ocorrera em anos posteriores aos da década de 1950, os foliões sorteados com a distinção do Império eram tomados pelo desânimo em empreender esforços para abrilhantar as celebrações. O resultado do confronto foi o encolhimento do evento que continuou sendo praticado apenas em sua parte litúrgica oficial. Isto é, naquilo que era legitimado pela Igreja e realizado no interior da própria Matriz urbana. Por outro lado, o que era considerado como atribuição de imperadores e foliões, isto é, a parte popular dos bailes, cafés, almoços e, principalmente o giro da Folia de Roça, foram suspensos sumariamente.

Em 1984, os foliões mais antigos se referiam à festa como algo já totalmente superado e, por isso, regido por verbos em tempos pretéritos. No sistema das dicotomias, a divisão entre a idade do ouro (o passado perdido) e o presente vivido (o desencantamento de meados da década de 1980) já figurava como portadora de claros sinais do espírito marcado pelo individualismo burguês.

Costumavam resumir dizendo que antes de Brasília havia Festa do Divino e que, depois de Brasília, acabou. Esse ‘depois’ não tem data precisa. Escorrega desde os momentos da certeza da vinda da capital para o planalto, abrange a fase da construção, vai até a inauguração e os anos iniciais de Brasília capital: mais ou menos entre 1955 e 1970 (ZATS, 1986, 78).

Os entrevistados, geralmente, procuravam associar as mudanças impostas pela nova região (os valores da modernidade) com a suspensão das folias. Fenômeno observado não apenas em Planaltina, onde a nova região (Brasília) atuou com maior radicalidade, mas, observando as especificidades de cada lugar, atuara, em conjunto, por todo o Planalto Central do Brasil.

O processo de esvaziamento dos signos das festas pôde ser observado também em Corumbá (CURADO, 1996), em Formosa (COUTO, 2004) e nas festas dos “*santos dos pretos*” de Pirenópolis (BRANDÃO, 1978). Obviamente, as desapropriações de terras e as mudanças culturais determinadas pela imposição da nova região causaram os maiores estremecimentos nas identidades das populações do entorno da nova capital. Os desmanches mais incisivos alteraram o status da propriedade territorial rural – as fazendas. Nesse sentido, o modelo de ocupação do território sertanejo (ou interiorano), que tinha como pilar a propriedade rural, e que, por sua vez, fora concebida como unidade socioeconômica total, ruía com a perda da posse da terra, e, com ela, os aportes culturais da região.

As fazendas, no sertão planaltino, portavam signos nos quais se assentavam as distinções sociais; o prestígio político e o reconhecimento pelos poderes regionais.

A desarticulação desse sistema ocorre com a nova territorialização, definida pela criação do Distrito Federal, que era demolidora. Além da alteração no quadro da propriedade fundiária, com suas gravidades, as mudanças na cultura, isto é, nos sistemas de valores partilhados e nas identidades forjadas a partir das antigas interações com a terra também aconteceram.

4.4 - VERA CRUZ HOTEL

No centro dos dismantelamentos da cultura planaltina atuaram, de forma objetiva, as relações de poder. Por isso, coisas como o exercício da coerção, as diferentes formas de preconceitos e os incômodos provocados pelas desapropriações não suportam análises que passam ao largo dessas questões.

O radicalismo que acabou se expressando na suspensão das festas populares corresponde à réplica da demonstração de força dos emissários da modernização em diversos setores da vida social, econômica e cultural. O sentido dessa atitude resignada de abrir mão de tradições tão repletas de significados para todos talvez esteja na necessidade interna de promover a reordenação das normas de conduta, tornando-as mais adequadas aos novos tempos. De outra forma, isto também cobraria entendimento de ser, porventura, o desejo ou a expectativa transitória de inserir-se na modernidade via esclarecimento.

Mais do que a coragem de editar um jornal em 1951, as campanhas desencadeadas pelo JP, além da oportunidade de registro da vida na iminência concreta das mudanças, demonstra a vigência de uma fé inabalável: a eficácia das armas da modernização. A informação, a imprensa, as novas conformações da educação formal, a medicina, a energia elétrica, os meios de transportes e a razão iluminista passavam a nortear a caminhada de alguns desses planaltinos rumo ao esclarecimento.

A possibilidade apenas vislumbrada de orientar-se na vida prática sem a tutela dos mitos, ou da autoridade da Igreja, era real para eles. Na base das diferentes respostas dadas às novas imposições, atuava essa expectativa.

Em síntese, o problema delineado nos coloca diante da mesma questão enfrentada pela matriz filosófica europeia desde o século XVIII. A solução kantiana da vigência de um “*Programa de Esclarecimento*”, que visava libertar o homem das obscuridades dos mitos, dissolvendo-os por meio da recorrência ao saber sistematizado e dirigido pela razão prática era, como foi, o campo de lutas que se abria aos sertanejos planaltinos capazes de lançar olhares sobre o contexto da construção de Brasília.

Então, é no domínio do poder político, ou na relação do homem com esse poder, que vamos encontrar traços consistentes da racionalidade inscrita naquele momento. O estatuto crítico interior à compreensão do problema remete, como já dissemos anteriormente, a pensar em ética, que por sua vez traz à tona o problema mais geral da dominação. Tal opção metodológica remete novamente refletir sobre relações de forças na forma de exercício do

poder (ADORNO, 2006). Por essa via, impõe-se a constatação de que as intenções explicativas, fixadoras ou atribuidoras de sentidos perseguidas nas formulações dos sertanejos, mesmo as tradicionais, que encontravam-se ameaçadas pelos novos valores, portavam conteúdos também voltados para o esclarecimento, ainda que diferentes do padrão esclarecido.

O fato de pessoas, hoje, ainda acenderem velas aos santos, acreditarem em mau olhado ou esperarem por milagres nos alerta para significativas permanências culturais e para o convívio de diferentes formas de esclarecimento nos espaços modernos. Sem negar-lhes o reconhecimento, o universo restrito dos ritos sertanejos cobra este tipo de entendimento, pois nele opera a mesma necessidade de dominar, não a natureza em si, preocupação dos homens de ciência, mas as forças internas responsáveis por seus movimentos: os espíritos. Compreensão que é observável em amplos domínios das ações humanas e corresponde a diferentes formas de esclarecimento sem, contudo, perder este estatuto. Desse modo, a relativa dominação da razão prática e científica que preside a condução da sociedade contemporânea, em realidade, não invalida as formas ditas arcaicas de compreensão e racionalização dos fenômenos. E a questão toda passaria assim a ser remetida ao problema da hegemonia ou do poder legítimo de afirmar. O que, de outra forma, quer dizer ética.

O momento da mudança de hegemonia, isto é, quando da ultrapassagem da imaginação mítica tradicional pelo saber científico moderno, também traz em seu bojo a inversão da dominação do homem pela natureza para a humanização do mundo por meio dessa forma de compreensão dessacralizada das coisas. Em tudo isso, o que sobressai como núcleo comum e comportamental humano é o elemento revelador de uma inexorabilidade: as relações de poder. Tal mudança resulta em condição ímpar na qual as barbaridades que são anunciadas pelos veículos de mídia se prendem de fato a esta dialética, própria do esclarecimento, que na crítica de Adorno é assim informada:

(...) o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência (ADORNO, 2006: 18).

Na ausência dessa autoconsciência, como exposto na crítica, a utilização do termo *totalitarismo*⁴ torna-se imprescindível. Como elemento semântico, ele é capaz de situar as relações estabelecidas entre homem e natureza e dos homens entre si, via hegemonia do

⁴ O conceito de totalitarismo é utilizado aqui na forma como estabelece Adorno e Horkheimer. Diferente da determinação explícita de política de Estado, referenciamos a incapacidade humana de considerar o outro.

pensamento científico formal, que atua como signo que preside as relações entre as diferentes sociedades.

Na medida em que as amplas regiões sertanejas eram delimitadas como antimodernas e carentes de integração, as armas da compreensão científica disponibilizadas pelas ciências sociais *coisificavam* a cultura diferente, exercendo a intolerância imanente como força mítica interior à própria ciência. Nisto, vibra também a incapacidade de admitir a existência do “*outro*” que habita fora dos esquemas pretensamente verdadeiros. As atitudes dos que se identificavam minimamente com os novos cânones, não importando nem mesmo se partilhavam dos valores do sertão, acabavam por se contaminar por esse aspecto intolerante. Tal processo, na perspectiva de Adorno e Horkheimer, é denominado “*regressão*”, pois embasa-se no desejo e na crença militante de que o arcaico poderia ser controlado pela tecnologia e pelo emprego do Direito.

A apropriação racional dos princípios da justiça laica, como no caso das desapropriações, também atuou como ferramenta pedagógica de apropriação dos valores modernos.

Não foi por acaso que, na década de 1950, a primeira medida efetiva de mudança do status existente no sertão se fez por meio da devassa em cartórios para rastrear possíveis irregularidades e falhas jurídicas nos precários registros das terras existentes. A barbarização implícita na conduta desses emissários do moderno identifica-se com outras que as antecederam, pois o pressuposto da dissolução das estruturas sociais existentes era o mesmo. Contudo, faltava à avaliação destes a consideração de que a ordem jurídica válida para o sertão era meramente uma ordem outra. Diferente, portanto, mas legitimada pelas seculares acomodações locais. O novo, nesse caso, seria apenas diferente, se não fosse intolerante, como de fato era. Característica permanente que, desde o primeiro século da conquista, de forma belicosa e incisiva, iniciara essa história.

A história registra que as bandeiras paulistas dizimaram nações inteiras de autóctones e, depois, através de seus descendentes, forjaram essa cultura sertaneja por meio de um doloroso processo de adaptação e acomodação onde o mameluco sedentarizado moldava-se como senhor do mundo existente: a fronteira marcada pelo perigo. Compreendemos que o traço comum das diferentes ondas civilizadoras que penetraram o interior do território nutre-se dessa disposição despótica de negar, controlar e impedir o livre exercício da diferença. O que, em outras palavras, pode ser entendido como a incapacidade de exercer os princípios do humanismo, resultando em anomalia que se explicita na ausência de

controle sobre a sua atuação que tende a ser violenta, pois, como se disse anteriormente, é também portadora de uma “*autoconsciência cauterizada*”.

Contrariando a promessa autonomista inscrita no “*Programa de Esclarecimento*”, observamos que, desde os primeiros movimentos da mudança da capital, imperou essa latente disposição de fazer o uso da força. Inicialmente, utilizando a estratégia da persuasão, pois era imprescindível a colaboração dos agentes locais frente às cisões enfrentadas no próprio centro de poder nacional, pois a hipótese de longas demandas judiciais poderia ser utilizada como oposição renhida ao projeto. Depois, diante da necessidade urgente de disponibilização do território e despovoamento da região, tornada coerciva, pela sujeição dos interesses individuais e locais a uma vontade maior ou supostamente coletiva e nacional, que, nesta perspectiva, seria também inquestionável e muito edificante. O que podemos desvendar dessa análise comporta-se como movimento marcado pela crescente sujeição do indivíduo a uma vontade coletiva maior, denominada Interesse Nacional.

A disponibilização de um verdadeiro arsenal científico, com aviões, máquinas, rodovias asfaltadas, aceleração, previsibilidade, engenhos e leis, fazia o trabalho de conversão do indivíduo antes contido pela força dos costumes e da tradição. Os novos tempos, portando essas alegorias exuberantes, tenderam a confundir os objetivos massificadores de forma tão profunda e repressora que o indivíduo nela enredado dificilmente teria oportunidade de percebê-lo.

A atuação engajada de lideranças sertanejas esclarecidas, a gente “*estudada*”, isto é, os possuidores de formação acadêmica (médicos, engenheiros e advogados), é outro dado de que a modernização estava sendo direcionada segundo os parâmetros da ciência moderna. O enfraquecimento da tradição era compensado com a tentativa, às vezes infrutífera, em adequar-se aos cenários das mudanças. O que vemos então é uma luta entre opostos na qual a intenção modernizadora promovia a liquidação da alma sertaneja portadora do espírito comunitário, que era massificado com o peso da indistinção dos interesses. Movimento que convergia para um modelo de cidadania que lhe era completamente estranho, pois individualista, mecanizado e dessacralizado.

Muito das sujeições, aspecto saliente do processo, apareceram submetidas ao jugo dos mitos camuflados no interior do verbo *urbanizar*, que também queria dizer *modernizar*. Tudo intensificado pelo uso do conceito de progresso prometido pela modernização. Muitas vezes sem saber o que fazer com a própria existência legal de suas cidades, como se evidenciou agudamente em Planaltina, pois a sede do município ficara circunscrita pela nova

região, os líderes regionais imergiam na tarefa desesperada de inserir-se nas novas condicionantes.

Atrapalhados com as notícias, pois encontravam-se excluídos das decisões e das novas conformações societárias, elaboraram curiosos projetos que visavam salvar os poderes locais. Um deles previa o estabelecimento de um longo corredor que conectava a urbe de Planaltina com a parte do território que ficaria fora do novo DF. Desse modo, pensavam, mesmo entregando a cidade e parte do território, conseguiriam manter a autonomia sociopolítica municipal, assegurando o controle sobre o restante das terras, as rendas e os eleitores remanescentes da parte acéfala do antigo município.

Outro tema foi a criação de um êmulo de Brasília, Planaltina de Goiás, popularmente conhecida como Brasilinha. Ao verem que todos os esforços empreendidos resultavam em nada, os políticos de Planaltina inventaram a nova sede para seu município. Assim, do lado de fora do DF decretado, uma nova cidade foi criada e, hoje, funcionando como um grande assentamento urbano, aumenta as estatísticas das enormes carências do Entorno de Brasília. Tudo isso articulado, toma a forma de apreensão interna do moderno. É nesse tipo de esforço solitário e último de algumas personagens que notamos a vigência de um comovente desejo de acomodação aos novos tempos.

Não obstante as pressões externas, as formas autônomas de apropriação aconteciam. Contudo, de todo esse complexo de lutas, destacamos um exemplo individualizado, tocante e definitivo.

Em janeiro de 1956, com a pacificação das resistências políticas em relação à posse de JK, que termina por ser realizada sob o patrocínio e tutela das forças militares comandadas pelo Marechal Lott, Benedita Inácio Coelho, proprietária do antigo “**Goiás Hotel**”, em Planaltina, comunicava em publicidade paga ao JP sua decisão de mudar o nome do estabelecimento comercial para “**Vera Cruz Hotel**”.

Naquela data, outro Marechal, o José Pessoa, comandava os passos consolidadores da mudança da capital da República, e o nome de sua preferência para a futura metrópole seria “Vera Cruz”. Na apreensão dos eventos acreditava-se que, dados os consistentes valores simbólicos apensos ao termo, esse seria o nome da futura capital.

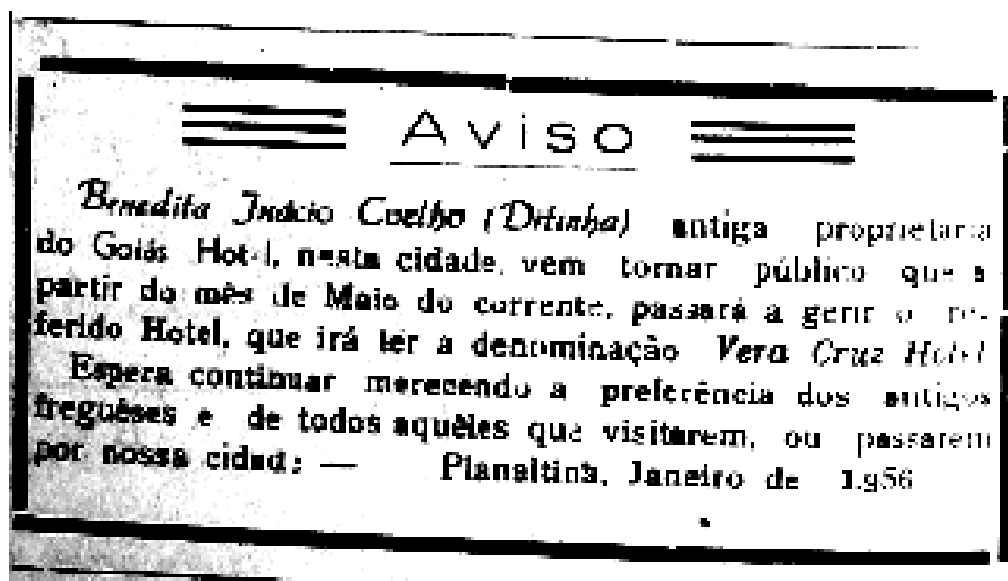


Figura 15 – Publicidade do Vera Cruz Hotel no JP, a partir de janeiro de 1956

Do outro lado da fronteira, a coisa ficaria assim: procurando cativar antigos e novos clientes, em janeiro de 1956, Dona Ditinha não titubeou em gastar uns trocados em propaganda para anunciar a decisão de mudar o nome do seu estabelecimento. Na sua decisão, obviamente, atuou a intenção de alinhar-se aos novos tempos.

Vera Cruz, naqueles dias agitados, dizia muito mais respeito aos sonhos e empenhos modernizadores do que propriamente Goiás. Por isso, Vera Cruz Hotel soava muito bem!